

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS



MEMORIAL DE MESTRADO

*TEKOHA - som da terra: a liderança das *nhandesy* nos processos autogestionários da vida e do território do Povo Kaiowa no *Tekoha Takuara**

Rodrigo Siqueira Ferreira

BRASÍLIA – DF

2017

Rodrigo Siqueira Ferreira (Arajeju)

***TEKOHA* - som da terra: a liderança das *nhandesy* nos
processos autogestionários da vida e do território do Povo
Kaiowa no *Tekoha Takuara***

Memorial submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Orientadora: Profa. Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

Brasília – DF

2017

Ferreira, Rodrigo Siqueira.

TEKOHA - som da terra: a liderança das *nhandesy* nos processos autogestionários da vida e do território do Povo Kaiowa no *Tekoha Takuara* / Rodrigo Siqueira Ferreira (Arajeju). Brasília - DF, 2017. 193 f. "il".

Memorial de Mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT).

Orientadora: Profa. Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

1. Povo Kaiowa e Guarani; 2. Retomadas de terra; 3. *Tekoha*; 4. *Nhandesy*; 5. Autodeterminação. I. Ferreira, Rodrigo (Arajeju). II. *TEKOHA* - som da terra: a liderança das *nhandesy* nos processos autogestionários da vida e do território do Povo Kaiowa no *Tekoha Takuara*.

TEKOHA - som da terra: a liderança das *nhandesy* nos processos autogestionários da vida e do território do Povo Kaiowa no *Tekoha Takuara*

Rodrigo Siqueira Ferreira (Arajeju)

BANCA EXAMINADORA

Prof. *Honoris Causa* Ailton Krenak
(Examinador)

Profa. Doutora Cristiane Portella
(Examinadora)

Profa. Doutora Erika Yamada
(Examinadora)

Prof. Doutor Sérgio Sauer
(Suplente)

Brasília – DF

2017

*Com e para o Povo Kaiowa,
as nhandesy, mulheres e meninas do Tekoha Takuara.*

*Em memória de minha avó benzedeira, Rosa Lia Venâncio, por me colocar no caminho da
espiritualidade e abrir meu imaginário para a contação de histórias.*

Nós estamos aqui de flecha e de borduna e de bodoque, pra enfrentar qualquer barra que vem por cima de nós. Porque nós não vamos correr dessa terra, porque essa terra é nossa. Não é do fazendeiro, nunca que foi do fazendeiro.
Cacique Marcos Veron (em memória)

Quando eu crescer, vou ser uma onça pra defender essa terra.
Arami Veron

Nós estamos lutando! O grito do Povo hoje é por terra, vida, justiça e demarcação.
Valdelice Veron

Muito bom o seu trabalho, meu filho, nós vamos rezar por você. Faz o papel falar por nós!
Nhandesy Julia Veron

AGRADECIMENTOS

A Valdelice Veron (*Xamiri Nhupoty*), que me incentivou a participar da seleção do MESPT, diante de sua impossibilidade no contexto de acirramento da violência paramilitar em Mato Grosso do Sul (MS) em 2015. As *nhandesy* Julia Veron e Carmen Cavalheiro, assim como demais membros de suas famílias extensas Kaiowa, que me acolheram como parente, *Arajeju*, e depositaram a confiança de ser seu interlocutor no mundo do *karai*. Ao Álvaro Doéthiro Tukano, que escreveu, de próprio punho, carta de recomendação com relato de minha contribuição ao Projeto Séculos Indígenas no Brasil; ao Frank Coe, que me avaliou como profissional autônomo pelos serviços prestados à Karioka Multimedia Produções no âmbito da VI edição deste projeto realizado em João Pessoa em 2014.

A Erika Yamada como mentora de orientações clarividentes para a apresentação do projeto, execução da pesquisa-intervenção e análise do filme durante o processo de edição. Por sua articulação com as lideranças do Conselho *Aty Guasu* Kaiowa e Guarani para a missão ao Brasil da relatora especial de Direitos dos Povos Indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, incluindo visita ao MS na Reserva Indígena de Dourados e nos *Tekoha Guaiviry*, *Kurusu Amba* e *Takuara* em março de 2016. Contar com sua presença serena e argúcia sensível, na banca, representou muito pra mim. Desejo que o fechamento desse ciclo de parceria a serviço das causas indígenas me permita novas oportunidades de aprendizado contigo, maestra.

Ao Ailton Krenak pelo inspirador exemplo de vida, pela fonte de consciência elevada e precisão estratégica na luta pelos direitos indígenas. Agradeço sua solidariedade ao Povo Kaiowa e Guarani e a articulação para receber a relatora Tauli-Corpuz no *Moitará – Programa de Trocas Culturais*, após a forte vigília de cerimônias, que sustentamos no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília. Gratidão imensa pelo esforço de compor a banca, pelas boas palavras (*nhe'e porã*) e generoso presente tradicional de formatura. *Txai*, sua presença luminosa, amizade fraterna e sábios conselhos são inestimáveis.

Ao corpo docente e colegas do MESPT. Seria inviável agradecer, nominalmente, cada pessoa especial nesta jornada acadêmica. Preciso citar a

profa. Ana Tereza Reis pelo engajamento na causa Kaiowa e realização da Expedição da UnB ao *Tekoha Takuara* em junho de 2015 – meu primeiro campo no mestrado. A profa. Cristiane Portela, examinadora interna na banca, pela intelectualidade inspiradora, reflexões instigantes e aporte imprescindível à organização deste Memorial. A amiga Mônica Nogueira, que foi estrela guia e remanso nesta navegação atribulada, por vezes sofrida. Sem sua orientação não teria alcançado o compromisso de finalizar o mestrado. Com amorosidade e clareza me enraizou nos momentos mais críticos do processo, mesmo diante de tantas demandas como coordenadora do curso e professora em dois campi da UnB. Seus exemplos de serviço abnegado, dedicação íntegra e compromisso com os Povos e Terras Tradicionais serão referências, que me acompanharão sempre. Queridas, gratidão por alimentarem esta trincheira decolonial na academia a serviço dos Povos Originários e Tradicionais.

As colegas de pesquisa de campo Ana Julia Zacks e Janae Million pela coragem de enfrentar os contextos de retomadas. Ainda, a Janae pela tradução do *abstract*. Aos compas Alan Schvarsberg, Camila Machado e Pablo Le Roy, que enfrentaram os riscos e as adversidades das filmagens no território da retomada. O resultado final do filme-intervenção se deve muito a você, Alan, pelo empenho pessoal em todas as etapas da produção, pela fotografia potente e contribuições reflexivas fundamentais. Ao Sergio Azevedo, que dedicou horas a fio no processo de edição, sempre disponível e engajado, intelectualmente, na construção da narrativa fílmica, e pelo trailer, que fez como contrapartida à luta das mulheres Kaiowa. Como os cachês nem se aproximam do trabalho efetivo, lhes foi adicionado o devido crédito de consultores de roteiro.

A toda equipe, que somou talento nesse bonito trabalho coletivo, pela doção comprometida. As(aos) amigas(os) indígenas, que colaboraram na produção no MS e às meninas, guerreiras e anciãs Kaiowa, que são protagonistas do filme-intervenção. Aos parceiros da COMOVA pela coprodução com renúncia voluntária aos direitos patrimoniais do produto e pelo envolvimento na formulação de futuras campanhas de *advocacy* em prol dos direitos territoriais e humanos do Povo Kaiowa e Guarani.

As amigas e amigos, que cederam seu tempo para assistir a diferentes cortes da edição: Camila Dutervil, Camila Oliveira, Chico Diaz, David Alves,

Eva Pereira, Guta Assirati, Leo Bello, Naine Terena, Pedro Diogenes, Pedro Portella, Thiago Mendonça, Ticiano Monteiro e Virginia Aurora. As considerações, que nos brindaram, foram aportes valiosos para a obtenção do resultado final. Ao Vincent Carelli, que cedeu depoimento do cacique Marcos Veron, utilizado em homenagem póstuma ao final do filme, material, que comocionou sua família no *Tekoha Takuara. Aguyje!*

Pela contribuição de suas relevantes produções acadêmicas, compartilhadas com prontidão, agradeço ao Caio Lazaneo, Felipe Milanez, Levi Pereira, Luísa Molina, Pedro Portella e Sandra Nascimento. A Roberta *Koxiawaru*, que me brindou com diversos materiais de pesquisa e motivou minha participação no II CIPIAL 2016 na Argentina. Ao Alceu Castilho pelo livro *Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro* e pelo *De Olho Nos Ruralistas – Observatório do agronegócio no Brasil*. A todas(os) amigas(os), que prestigiaram a defesa e a pré-estreia do filme no CDS no dia 23 de maio de 2017. Ao *txai* Jósimo Puyanawa, que compartilhou, verdadeiramente, a emoção deste momento, dedicou palavras sinceras sobre o sentido do ser humano verdadeiro e me presenteou com o rapé sagrado de seu Povo – como oferta para a *nhandesy* Julia e jovens amigos Kaiowa e cota pessoal, que me fortaleceu para a defesa e revisão deste trabalho.

A Daiara Tukano, irmã de coração, pelo apoio na expedição da UnB ao *Tekoha Takuara*, nas filmagens em Brasília e na vida. E, claro, por ter sido tão generosa na doação das medicinas tradicionais que, me ajudaram a superar o cansaço de dias, noites e madrugadas intermináveis, escrevendo este Memorial. A minha mãe Sandra pela revisão cuidadosa do texto. Gratidão especial, sempre, a minha família. Pelo apoio incondicional, compreensão das ausências e dos tempos de convívio, deslocados ao trabalho. Principalmente, pelo respeito as minhas decisões nos riscos profissionais e pessoais, que assumi nesta caminhada nas retomadas em Mato Grosso do Sul. A Isadora Buriti pela família, pelo companheirismo inigualável, por toda dedicação ao nosso filho Ierê e aos nossos filmes (filhos) e pelo registro da emocionante defesa. As(aos) leitoras(es) pela compreensão dos erros. Dei o meu melhor para "fazer o papel falar", e espero que o filme projete o sonho das mulheres Kaiowa de alcançar um futuro feliz no *Tekoha Takuara. Átima porã, aguyje!*

RESUMO

Este Memorial é o resultado escrito de pesquisa-intervenção no *Tekoha Takuara*, localizado no município de Juti – Mato Grosso do Sul (MS), realizada em processo intercultural colaborativo com lideranças femininas em território de retomada do Povo Kaiowa, entre 2015 e 2017. O movimento de reocupação física desse *Tekoha* completou dezoito anos e o processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Taquara está paralisado desde 2010, com suspensão de seus efeitos por liminar judicial. Os capítulos apresentam análises descritivas e críticas sobre: o filme *TEKOHA - som da terra (DF/MS, 2017, 20 minutos)*, produto audiovisual submetido como requisito parcial neste Mestrado Profissional; o processo intercultural colaborativo com Valdelice Veron no roteiro, direção e edição desse curta-metragem e com as *nhandesy* Kaiowa nas filmagens; e as perspectivas de autoria indígena e narrativas contra-hegemônicas nos cinemas de lutas e resistências dos Povos Originários no Brasil. No Apêndice 1, estabeleci linha temporal de marcos da retomada do *Tekoha Takuara*, do processo demarcatório e do impasse jurídico que agrava o conflito no território disputado. No Apêndice 2, aprofundi a análise de contextos históricos, políticas públicas e processos sociais que resultaram no despojo do grande território ancestral do Povo Kaiowa Guarani e Guarani Nhandeva no MS; analisei a afetação severa das condições socioambientais necessárias à manutenção do modo de ser e viver (*nhande reko*) desse Povo e à sua reprodução física e cultural nas terras tradicionais. Embasado em bibliografia acadêmica e técnica, também abordei a grave crise humanitária vigente nas reservas e áreas de retomada, a omissão do Estado brasileiro na demarcação das terras reivindicadas, a insustentabilidade do desenvolvimento do agronegócio no estado e a escalada da violência étnica – denunciada pelos representantes do Conselho *Aty Guasu* como genocídio. O tema central é a liderança das *nhandesy*, enquanto matriarcas e guias espirituais, por meio do exercício dos processos autogestionários da vida e do território na retomada do *Tekoha Takuara*.

Palavras-chave: Povo Kaiowa e Guarani; Retomadas de terra; *Tekoha*; *Nhandesy*; Autodeterminação.

ABSTRACT

This memorial is the written result of research-intervention that took place in the *Tekoha Takuara*, located in the municipal of Juti, in the state of Mato Grosso do Sul (MS). This intercultural collaborative process with the female leaders of this reclaimed territory of the Kaiowa People occurred from 2015 through 2017. While the movement of physical reoccupation of this *Tekoha* has completed eighteen years, the administrative demarcation process of the Indigenous **Land** Taquara has been paralyzed since 2010, with the suspension of its effects by Justice. The following chapters present descriptive analyses and critiques of: the movie *TEKOHA - sound of the land* (DF/MS, 2017, 20 minutes), the audiovisual product submitted as a partial requisite of this Professional Master's Program; the intercultural and collaborative processes with Valdelice Veron – for the script, directing and editing – and with the many *nhandesy* Kaiowa during filming; perspectives of indigenous authorship and anti-hegemonic narratives in movies of the resistance of the Original Peoples in Brazil. In Appendix 1, I establish a timeline of the short film of reclaiming *Tekoha Takuara*, along with the **demarcation process** and legal argument that aggravated the conflict of the disputed territory. In Appendix 2, I analyze in depth the historical contexts, public politics and social processes that have resulted in the eviction of the great ancestral territory of the Kaiowa and Guarani People in MS; I analyze the severe **affectation** of social-environmental conditions necessary for the maintenance of the way of being and living (*nhande reko*) of these People and their physical and cultural reproduction in traditional lands. Based on an academic and technical bibliography I also illustrate the grave humanitarian crisis **visible** in the reserves and reclaimed areas, the omission of **demarcation of claimed** lands by the Brazilian state, the unsustainability of the development of agribusiness within the state and the escalation of ethnic violence – denounced by representatives of the *Aty Guasu* Council as genocide. The central theme of this memorial is the leadership of *nhandesy*, as matriarchs and spiritual guides, through their practice in processes of management of life and of the reclaimed territory *Tekoha Takuara*.

Keywords: Kaiowa and Guarani People; Reoccupation of traditional land; *Tekoha*; *Nhandesy*; Indigenous self-determination.

LISTA DE FIGURAS

Fotografia 1 – Atuação de Valdelice no local da sepultura de seu primo Virgílio Cavaleiro, durante reencenação de luto Kaiowa no <i>Tekoha Takuara</i>	19
Frame 2 – Arami, Valdelice e Julia Veron (da esquerda para a direita) em cena do filme <i>TEKOHA - som da terra</i>	21
Fotografia 3 – Trator transporta agrotóxicos, vindo da sede da Fazenda Brasília do Sul.	24
Fotografia 4 – <i>Nhandesy</i> Julia reutiliza galão de 20 litros de agrotóxico para armazenar água utilizada para beber e cozinhar na retomada.	25
Fotografia 5 – Complexo industrial da usina Raízen Caarapó.	27
Fotografia 6 – Monocultivo de cana-de-açúcar em estrada vicinal de acesso à retomada do <i>Tekoha Takuara</i> e à Fazenda Brasília do Sul.	27
Frame 7 – <i>Nhandesy</i> Julia costura <i>poty</i> sob as sombras na mata em cena do filme <i>TEKOHA</i>	31
Frame 8 – <i>Nhandesy mirĩ</i> Carmen repassa conhecimentos para suas netas.	32
Frame 9 – Arami correndo com o panambi na cena final do filme <i>TEKOHA</i>	34
Fotografia 10 – <i>Nhanderu</i> Carlito Paulo, guia espiritual do <i>Tekoha Takuara</i>	38
Fotografia 11 – Membros da equipe de filmagens de <i>ÍNDIOS NO PODER</i> após ritual de nomeação.	39
Frame 12 – Policial Militar aponta pistola para as lideranças indígenas no <i>Tekoha Takuara</i>	40
Frame 13 – Dois camburões do Grupo Especializado Tático Motorizado, do 3º Batalhão da PM de Caarapó, escoltam a Hilux do administrador da Fazenda Brasília do Sul pelo território da retomada.	40
Fotografia 14 – Valdelice Veron, à esquerda, e lideranças Kaiowa após o sepultamento de Virgílio Cavaleiro na área de expansão da retomada.....	48
Fotografia 15 – Valdelice no <i>kurusu</i> da sepultura de Virgílio durante as filmagens de reencenação para o filme <i>TEKOHA</i>	49
Fotografia 16 – Equipe técnica <i>karai</i> preparando os equipamentos para rodar a cena das crianças no rio São Domingos.....	58
Fotografia 17 – Valdelice Veron, dirigindo sua primeira cena, orienta as meninas em Kaiowa sobre como atuar na reencenação.	59

Fotografia 18 – Diretor de fotografia e seu 1º assistente preparam a câmera na grua.	60
Fotografia 19 – Codiretores trocam impressões sobre a proposta de reencenação e o mise-en-scène de Valdelice como protagonista da cena.	60
Fotografia 20 – Valdelice acende fogueira no início da noite no acampamento da retomada.	62
Fotografia 21 – Valdelice monitora a vinda de carro durante a vigília noturna.	63
Fotografia 22 – Guerreiro <i>yvyra'ija</i> após registro de seu depoimento sobre a tentativa de despejo extra-judicial em 2003. "Vocês roubaram minha infância. Agora eu cresci e estou preparado para lutar".	64
Figura 23 – Guerreiro faz a segurança de grupo de mulheres Kaiowa na estrada vicinal de acesso à Fazenda Brasília do Sul.	65
Fotografia 24 – Valdelice, <i>nhandesy</i> Carmen e Julia (da esquerda para a direita) no <i>kurusu</i> , erguido no local da execução do cacique Marcos Veron. ...	68
Arte 25 – Peça de divulgação do filme <i>ÍNDIO CIDADÃO?</i> nas redes sociais, com imagem e depoimento de Valdelice Veron.	82
Fotografia 26 – Documento elaborado pelo Conselho de Lideranças do <i>Tekoha Takuara</i> no território da retomada em junho de 2015.	85
Fotografia 27 – Verso do documento com assinatura de lideranças e membros da retomada.	86
Fotografia 28 – Roda de conversa com a relatora especial Tauli-Corpuz na Maloca da UnB.	88
Fotografia 29 – Público presente no evento com a relatora especial Tauli-Corpuz na UnB.	89
Fotografia 30 – Valdelice revisando as traduções na ilha de edição durante a pós-produção do filme <i>TEKOHA</i>	93
Frame 31 – Palavra-alma de Ailton Krenak no Plenário da Câmara dos Deputados na Assembleia Nacional Constituinte.	95
Arte 32 – Cartaz do filme <i>TEKOHA</i>	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AC Acre

ACRISSUL Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul

ALMS Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

APP Área de Proteção Permanente

ASCURI Associação dos Realizadores Indígenas

CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CIMI Conselho Indigenista Missionário

CNA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Consea Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada

DHANA Direito Humano À Alimentação E Nutrição Adequadas

FAMASUL Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FIAN Brasil Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar

FPA Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNAI Fundação Nacional do Índio

GT Grupo Técnico

MESPT Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais

MJ Ministério da Justiça

MPF/MS Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

MT Mato Grosso

MS Mato Grosso do Sul

OEA Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

OMS Organização Mundial da Saúde

PB preto e branco

PDT Partido Democrático Trabalhista

PP Partido Progressista

PSB Partido Socialismo e Liberdade

PSC Partido Social Cristão

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PEC Proposta de Emenda Constitucional

PE Pernambuco

RCID Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

RS Rio Grande do Sul

SP São Paulo

STF Supremo Tribunal Federal

TAC Termo de Ajustamento de Conduta

tc *Time Code*

TI Terra Indígena

TSE Tribunal Superior Eleitoral

UnB Universidade de Brasília

UNI União das Nações Indígenas

VNA Vídeo nas Aldeias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
TEKOHA: O FILME COMO REGISTRO DE PROCESSOS AUTOGESTINÁRIOS E DA INSUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO..	17
CAPÍTULO 2	
CINEMA DE LUTAS INDÍGENAS E A PESQUISA-INTERVENÇÃO NO TEKOHA TAKUARA.....	35
2.1 A REALIZAÇÃO DO CURTA TEKOHA - SOM DA TERRA EM PROCESSO DE COLABORAÇÃO INTERCULTURAL	41
CAPÍTULO FINAL	
PROCESSOS COLABORATIVOS INTERCULTURAIS: AUTORIA INDÍGENA E NARRATIVAS AUDIOVISUAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS/VIDEOGRÁFICAS.....	115
APÊNDICE 1	
A LONGA ESPERA PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA: TRAMAS JUDICIAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	118
APÊNDICE 2	
A LUTA E O LUTO DO POVO KAIOWA GUARANI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	127
ANEXO I	
RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA-MS.....	172
ANEXO II	
RELATÓRIO “EXPEDIÇÃO À ALDEIA TAKWARA” ¹	180
ANEXO III	
RELATÓRIO SOBRE CRISE HUMANITÁRIA DO POVO GUARANI E KAIOWA, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E OMISSÃO DE AUTORIDADES EM	

**RETOMADA NA TERRA INDÍGENA TAQUARA, MUNICÍPIO DE JUTI,
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MS)..... 190**

INTRODUÇÃO

O presente memorial focaliza o processo colaborativo de caráter intercultural para realização do filme *TEKOHA - som da terra (DF/MS, 2017, 20 min.)*¹, estabelecido entre lideranças do Povo Kaiowa na retomada do *Tekoha Takuara* e eu, Rodrigo Siqueira Ferreira, na condição de mestrando em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais na Universidade de Brasília. As(os) interlocutoras(es) do Povo Kaiowa e Guarani me conhecem como *Arajeju*, nome recebido em ritual celebrado por *nhandesy kwery* e *nhanderu kwery*² (guias espirituais tradicionais) nesse *Tekoha* (pronuncia-se Tekorrá) em outubro de 2014, ocasião sobre a qual escreverei mais adiante.

O *Tekoha Takuara* é território tradicional do Povo Kaiowa (pronuncia-se Kaióá) localizado no município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul (MS). O movimento de retomada dessa terra começou em 1999 e impulsionou o processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Taquara³ pelo governo federal, iniciado em dezembro de 1999. Neste período de 18 anos, as lideranças relatam a execução de duas reintegrações de posse aos alegados proprietários particulares e uma tentativa de despejo extrajudicial por milícia armada em 13 de janeiro de 2003, que culminou no assassinato do cacique Marcos Veron. Esse episódio fatídico marca a ocupação indígena permanente do *Tekoha* com expansão gradual da área sob posse coletiva durante o movimento de retomada em curso. Foram suspensos, liminarmente, os efeitos dos atos administrativos demarcatórios em 2010. Segue pendente a produção de prova pericial capaz de solucionar o imbróglio da judicialização, agravado por múltiplos processos que se arrastam há anos⁴.

O filme *TEKOHA - som da terra* é resultado de registros audiovisuais produzidos no *Tekoha Takuara* no período de 16 a 24 de abril de 2016 e, em

¹ Disponível para visualização em link privativo: <<https://vimeo.com/220047699>> (senha: MESPT). Recomenda-se assistir ao filme antes da leitura do Capítulo 1 desse Memorial.

² *Kwery* é o termo utilizado para o plural de *nhandesy* e *nhanderu*.

³ Adoto a denominação tradicional *Tekoha Takuara* ao longo do texto. O termo oficial Terra Indígena Taquara será utilizado apenas nas referências ao processo demarcatório.

⁴ Detalhes do processo administrativo de demarcação da TI Taquara e dos processos judiciais incidentes constam no Apêndice 1 desse Memorial.

Brasília, no dia 03 do mês seguinte, com a presença da liderança Valdelice Veron. *Xamiri Nhupoty* é filha do cacique Marcos Veron (*Ava Taperendy*), herdeira de sua luta. Além de ser uma das protagonistas do filme, Valdelice e eu compartilhamos a autoria do roteiro e a direção. As demais protagonistas são: sua filha, Arami Veron; sua mãe, Julia Veron; e sua tia, Carmen Cavaleiro. Essas duas matriarcas são *nhandesy*⁵ (pronuncia-se nhandessú), consideradas guias espirituais e reconhecidas como lideranças na retomada. Também figuram nas imagens muitas de suas netas e dois netos. A produção contou com o envolvimento de outras lideranças e habitantes desse *Tekoha*.

Além disso, buscou-se o diálogo de saberes na realização colaborativa do curta-metragem como parte do processo de pesquisa-intervenção sobre a epistemologia Kaiowa, relativa à territorialidade e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Portanto, a perspectiva de sustentabilidade, que se propôs representar, é a da liderança desempenhada pelas *nhandesy*, enquanto matriarcas e guias espirituais, na luta de retomada do *Tekoha Takuara* em busca da autonomia nos processos autogestionários da vida e do território.

Neste Memorial, proponho-me analisar, criticamente, o conteúdo do filme submetido aos contextos, políticas públicas e processos sociais relacionados ao desenvolvimento no estado de MS e à insustentabilidade nos territórios tradicionais do Povo Kaiowa e Guarani. Também descrevo o processo de criação e realização do filme, a partir da colaboração intercultural na pesquisa-intervenção, na tentativa de expor as dificuldades, as negociações e os limites inerentes às iniciativas de troca de saberes, quando submetidas aos crivos acadêmicos.

Duas categorias nativas têm centralidade no trabalho: *Tekoha* e *nhandesy*. A seguir, aprofundarei na apresentação e na discussão da natureza de ambas, através da confrontação entre as vivências e relatos situados nos trabalhos de campo e na bibliografia considerada mais relevante afeta aos temas estruturantes do trabalho.

⁵ O pronome *nhandesy* é utilizado, também, no plural ou pode ser escrito como *nhandesy kwery*. Utilizarei, apenas, *nhandesy* no texto para facilitar a leitura.

As *nhandesy* nos processos autogestionários da vida e do território no *Tekoha*

A retomada do *Tekoha* pode ser definida como o movimento de retorno aos territórios tradicionais para sua reocupação física. É processo de autodeterminação pacífico, resultante da reorganização das famílias extensas Kaiowa e Guarani, divididas em diferentes reservas, após décadas de confinamento (ver Apêndice 2).

Tekoha, por sua vez, é palavra na língua originária de forte expressão na cosmologia do Povo Kaiowa, fundamento de sua luta nas terras pela demarcação dos territórios ancestrais, por parte do governo federal. É palavra de difícil tradução, pois deriva de conceitos de sua alta filosofia para expressar a representação dos territórios, enquanto espaços determinantes para o modo de ser e viver (*nhande reko*, pronuncia-se *nhanderekô*) do Povo Kaiowa e Guarani. Durante a pesquisa, cujos resultados ora apresento, compilei algumas tentativas de tradução, sendo comum a indicação do *Tekoha* como "o lugar ao qual se pertence" ou o "lugar onde se é". O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS), em publicação especial temática *Tekoha – 3ª edição*⁶, apresenta a definição de *Tekoha* como: "Terra Sagrada. Lugar onde os guarani realizam seu modo de ser." (2012: contracapa)

Chamorro (2015: 300) apresenta a seguinte descrição no glossário do livro *História Kaiowa*: "***tekoha/tekoháva***: terras, lugar tradicional indígena; espaço vital onde os povos se reproduzem física e culturalmente; lugar onde se vive e o conjunto de meios que possibilitam a vida".

Cito Levi Marques Pereira, antropólogo responsável pelo Grupo Técnico, que elaborou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Taquara, sobre as dimensões históricas e contemporâneas do *Tekoha* enquanto categoria nativa. Segue:

A noção de *tekoha* é adotada na maioria dos trabalhos recentes sobre os Kaiowá para designar a aldeia, composta por um número variável de parentelas relacionadas, sendo comum variar entre 3 e 5.

⁶ Revista *Tekoha*, 3ª edição. Publicação especial do MPF/MS – Semana do Índio 2012, abril de 2012. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/Tekoha-III-MPFMS.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de *teko* - sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá - e *ha*, que, como sufixo nominador, indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha*, deve ser apreendida como uma categoria nativa polissêmica central no sistema cultural kaiowá e que, nas circunstâncias históricas atuais, é expressa fundamentalmente como o lugar (território), no qual uma comunidade kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural (cultura). A compreensão do sentido atribuído pelas comunidades kaiowá atuais ao *tekoha* deve levar em consideração as transformações históricas ocorridas a partir da segunda metade do século passado, quando a falta de terras se tornou, para a maioria das comunidades kaiowá, entrave para a reprodução do sistema social kaiowá. Assim, várias comunidades, como é o caso de Taquara, passam a se organizar politicamente para reaver o espaço físico de seu antigo *tekoha*. Nesse contexto de articulação política para reocupar a terra onde viviam, o termo expressa o conteúdo semântico de território. Para além do espaço físico imprescindível à existência de um *tekoha*, sua constituição implica ainda na reunião e cooperação entre várias parentelas *-te'yi*.⁷

O *Caderno Mapa Guarani Continental*⁸ (Melià, 2016: 12) acrescenta uma perspectiva interessante, acerca do sentido de *Tekoha*, vejamos:

O sentido da palavra *tekohá* é "um lugar de costume e de modo de vida"; é produto da cultura e também produz cultura. *Tekó* significa "modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume [...]", como se entendia já antes da chegada dos espanhóis. O *tekohá* é o lugar onde se dão as condições para ser guarani. A terra, concebida como *tekohá*, é também um espaço econômico, mas, em primeiro lugar, um lugar cultural e sócio-político. O *tekohá* significa e produz, ao mesmo tempo, relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani: sem *tekohá* não há *teko*, sem território não há vida guarani.

Valdelice Veron busca traduzir o conceito de *Tekoha*:

O que é o *Tekoha*? *Teko* é vida. *Ha* é o lugar onde se vive, onde sempre se viveu. *Tekoha* não está no passado, a palavra *Tekoha* em Kaiowa não está no passado, nem no presente e nem no futuro. Porque? Porque é um lugar onde se vive. Não está falando um lugar onde se viveu né. Se é o lugar onde se vive, eles podem arrasar com o nosso mato, com o nosso rio, com os nossos restos mortais né... que tem alguns *Tekoha* que eles retiraram todo o cemitério e plantaram usinas em cima de nossos cemitérios... não tem respeito. *Tekoha* pra nós é ter respeito pela terra tradicional. O significado da terra, pro Kaiowa né, é a essência da vida. Ali onde há ainda o

⁷ Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taquara-MS, página 3. Documento disponível na íntegra como Anexo I desse Memorial.

⁸ *Caderno Mapa Guarani Continental*, 2016. O mapa identifica os territórios tradicionais no Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. O caderno apresenta textos sobre a cultura e a territorialidade da Nação Guarani. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0051616070b3646393dba?bkcode=0051616070b3646393dba&view=scroll&showsharemenu=false>>. Acesso em: 26/04/2017.

repassa de histórias, de conhecimento de pai pra filho né. (*Entrevista em maio de 2016*)

A partir desse pensamento, o qual representa aspectos da filosofia da alta cultura Kaiowa sobre sua territorialidade, cito as interessantes reflexões de Molina (2017 apud Miras, 2015), acerca da discussão sobre o conceito de terra indígena enquanto território dividido. Sua dissertação está centrada em processos de autodemarcação indígena na Amazônia. Contudo, o trecho transcrito, a seguir, aborda reflexões importantes para a presente pesquisa. Embora o processo de demarcação oficial seja limitado quanto à diversidade de comovisões indígenas sobre a territorialidade tradicional, como a apresentada por Valdelice acima, é preciso considerar suas perspectivas restaurativas, diante de violências históricas. Transcrevo o trecho de Molina (2017: 71-72) em sua discussão sobre as proposições de Miras (2015):

(...) A autora mostra que subjacente a esse imperativo, há uma concepção de território como terra dividida, e uma operação de separação entre sujeitos habitantes e objetos habitados – o que, em última instância, eclipsa a capacidade da terra de ser ao mesmo tempo ego e oikos (casa). Nesse ponto Miras segue o argumento de Nodari (2007), de que a noção moderna de propriedade se baseia na divisão entre sujeitos possuidores e objetos possuídos. No caso da terra, essa separação se daria entre sujeitos que habitam e objetos habitados: “algo exterior ao sujeito e não produzido na relação entre múltiplos sujeitos” (Miras, 2015:22).

Para poder ser dividida, dimensionada, mensurada – podendo, então, tornar-se uma abstração e ser dominada –, a terra é cindida, e tanto a sua própria multiplicidade como a multiplicidade de seus “nativos” é obstruída, esvaziada de seu caráter de processo e acontecimento, argumenta Miras (:22). Essas operações limitam a terra a uma forma, dão-lhe fronteiras, fixam seus habitantes, controlam os seus fluxos, submetem-na a uma ordenação do solo e implicam “uma territorialidade específica que envolve um tipo de relação com a terra (...) [e] da imposição de relações de poder, da estratégia de domesticação da terra” (:26). Assim, frisa a autora, ainda que a categoria de TI parta de um reconhecimento acerca da existência de territorialidades diversas, a sua criação se deu (como a sua atualização se dá) como uma forma de o aparato jurídico-administrativo estatal dar sentido aos modos indígenas de habitar, e também de enquadrar esses povos sob o seu ordenamento, fazendo da terra dinâmica, e de seus fluxos, território estático (:32).

No entanto, é importante notar ainda que, para Miras, apesar disso, a demarcação introduz uma possibilidade de reterritorialização após as investidas coloniais que expulsaram os índios de suas terras – isto é, como possibilidade, ou alternativa, para a construção de oikos (casa), quando já se consumaram as expropriações e quando os conflitos já foram perdidos (:37). Diz também a autora que mesmo com a imposição da sua forma, a TI pode ainda abrigar em seus limites e sentidos outras “terras” e ontologias. Para tal, é necessário investir

em um processo de constituição de cada terra indígena “que contemple os lugares do passado e do presente, mas que também permita a eles [índios] um futuro”, possibilitando a emergência de novas territorialidades (:33). Veremos, na discussão que apresento no Capítulo 3, como a intuição de Miras é precisa, e como emergem questões interessantes sobre a vida (presente e futura) nas e das terras indígenas a partir de alguns casos de autodemarcação.

A perspectiva da autodemarcação é abordada com reflexões instigantes na dissertação de Molina, centrada no estudo de caso da Terra Indígena *Sawré Muybu* do Povo Munduruku. A autora realiza exercício de definição do termo a partir de variáveis conceituais, que restringem sua aplicação a nove casos de autodemarcação no Brasil, com maioria ampla de exemplos em terras localizadas na Amazônia. Contudo, vislumbro analogia de diferentes aspectos levantados por Molina com o movimento de retomadas do Povo Kaiowa e Guarani no MS. Em especial, através do tensionamento da assimetria de poder nas suas relações com a sociedade envolvente e o Estado a partir da reocupação simultânea de dezenas de terras tradicionais – intensificadas a partir da década de 2000. Molina (Ibid.: 62) analisa essas tensões em estudo de caso do Povo Munduruku.

No capítulo anterior, apresentei a encruzilhada na qual se encontra *Sawré Muybu*, terra do povo Munduruku, destacando da crítica que esses índios fazem ao governo brasileiro a ideia de faz de conta como a maneira pela qual, historicamente, os direitos territoriais indígenas são tratados pelos órgãos governamentais. O modo de enunciação específico no qual essa ideia se expressa permite aos índios virarem contra o governo o seu próprio jogo discursivo, evidenciando a possibilidade mesma do faz de conta. Ao fazê-lo, esse modo de enunciação produz uma tensão, quando não uma fissão, no jogo – ainda que a assimetria de poder entre as partes em conflito seja insuperável.

Persigo, neste capítulo⁵⁵, a ideia de que a autodemarcação de uma Terra Indígena (TI) promove tensões semelhantes, por lançar mão do aparato de categorias e procedimentos jurídico-administrativos governamentais para que uma determinada área, submetida (de diversas maneiras) ao faz de conta, seja reconhecida pelo governo Federal como TI. Pegando de empréstimo (apenas como licença poética) uma noção da teoria da música, elaboro aqui o argumento de que as tensões promovidas pelas autodemarcações são dissonâncias de mão dupla, algo que se dá sobre o plano dos conceitos e dos procedimentos, uma transformação do termo “demarcação” antes do que uma definição prévia dos limites do radical “auto”, nele acolpado.

Nos últimos anos, o Povo Kaiowa e Guarani avançou nas retomadas, diante da omissão recorrente do Estado brasileiro na tramitação dos

processos administrativos de demarcação dos *Tekoha*⁹. Na década de 1980, o governo federal iniciou o reconhecimento de alguns territórios tradicionais Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul. *Takuara* é um desses *Tekoha* retomados, em processo administrativo de demarcação (ver Apêndice 1).

Nascimento (2016: 189) também reflete sobre a simbologia do ativismo (existencial) nas retomadas.

Por esse aspecto, diante do desprezo pelo indígena, cuja existência tem sido negada, o ativismo Kaiowá pela autodemarcação constitui a simbologia de sua re/existência. Ao reconstruir no lugar do retorno os referenciais de sua etnicidade, como a casa de reza, interpretamos como a declaração irrevogável de não se afastarem do Tekohá.

Nesse contexto, e considerando o número elevado de assassinatos e mortes de lideranças masculinas, o papel desempenhado pelas lideranças femininas nos *Tekoha* em retomada é de destaque.

Benites (2014a: 11) discorre sobre a liderança feminina no Povo Kaiowa e Guarani e define o papel preponderante das avós e mães enquanto "líderes-educadores".

No processo de transmissão de conhecimento, as lideranças e suportes agregadores e protetores, como o avô e avó, o pai e a mãe das crianças, são pessoas fundamentais, com autoridade para intervir nos problemas internos conforme as normas morais estabelecidas pelas mesmas.

Os líderes-educadores se ocupam em coordenar as atividades educativas cotidianas, educar e/ou orientar os comportamentos e atitudes corretos dos integrantes inexperientes da família e do povo. São divididos em dois grupos, o primeiro grupo educativo é composto pelas mulheres, subsidiado pelos homens (que constituem o segundo grupo). O primeiro grupo é determinante na educação das crianças. Todas as tarefas educativas são supervisionadas rigorosamente, pela liderança feminina, a avó.

Em geral, a educação da criança indígena é rigorosamente monitorada pela mãe, a avó e demais integrantes da família grande e comunidade inteira. As crianças de ambos os sexos permanecem com a liberdade vigiada para circularem, brincarem juntos no espaço exclusivo da família, locais onde a observação direta é feita continuamente pela mãe e pela avó.

Essas mulheres desempenham papel central na manutenção do *nhande reko* Kaiowa, seu modo de ser e viver, mas, também, são expostas às graves consequências da intrusão do território pelo agronegócio e da violência de

⁹ O pronome *Tekoha* é utilizado, também, no plural.

gênero, praticada com frequência nos ataques paramilitares. Nesse sentido, é válido mencionar o relatório¹⁰ produzido pela Aliança de Mulheres Indígenas da América Central e México para o Fórum Permanente Sobre Questões Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU). As descrições contidas no documento estabelecem paralelo da situação de protagonismo das mulheres originárias na defesa de seus territórios e dos impactos da neocolonização sobre elas, como no caso do Povo Kaiowa e Guarani no MS.

Las mujeres indígenas juegan un papel importante en la lucha permanente por defender sus tierras; porque son dadoras de vida y defienden la continuidad de la vida de sus futuras generaciones. En la actualidad los Pueblos Indígenas, pero en especial las mujeres y la niñez indígena son quienes enfrentan la pobreza y pobreza extrema, discriminación y explotación en los lugares de trabajo como en las fincas, asimismo enfermedades provocadas por la contaminación que provocan las empresas extractivas, hidroeléctricas y monocultivos. (2016: 3)

Segundo Benites (2012: 79), as avós e mães se dedicam à orientação cotidiana das crianças e administração das famílias extensas, em nível de equidade com as lideranças masculinas. Afirma se tratar de grupo “(...) determinante na educação das crianças. Todas as tarefas educativas são supervisionadas rigorosamente pela liderança feminina, a avó, juntamente com filhas e noras mais experientes”.

Essas atividades constituem complexos processos de aprendizagem em diversas culturas originárias do Continente. O livro *Mujeres Indígenas, Territorialidad y Biodiversidad en el Contexto Latinoamericano*¹¹ traz artigos de mulheres indígenas de diferentes Povos. Cito reflexão de Avelina Pancho, do Povo Nasa na Colômbia, sobre a importância da aquisição de certos saberes práticos no processo de formação das mulheres indígenas.

Hay situaciones en la vida indígena que dan cuenta de la profunda interrelación entre mujeres y naturaleza. Son las abuelas y las madres las encargadas de enseñar a las nuevas generaciones. En el mundo nasa por ejemplo, la niña va adquiriendo su identidad como

¹⁰ *Mujeres indígenas en la construcción de la paz, en defensa de la tierra, territorios y la biodiversidad*. Informe Situacional Guatemala y México. Alianza de Mujeres Indígenas de Centro America y México. Marzo 2016. Versão pdf disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/2016/Docs-updates/Conference-Room-P2-Informe.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹¹ Versão pdf disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2007-009.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

mujer a partir del aprendizaje del tejido, con todos los aspectos que ello conlleva: rituales de refrescamiento, cuidado y extracción de la lana, y compromiso y ganas de aprender a tejer. (...)

Por medio del tejido, de la comida y de todo el universo simbólico es que estos quehaceres se van sembrando en la mente de las mujeres y de la familia, y de este modo se forman los hijos en el amor y respeto por la vida comunitaria. (2007: 57)

No caso dos *Tekoha* Kaiowa e Guarani há que se considerar os processos de degradação ambiental e de violência, aos quais estão submetidos. O desmatamento indiscriminado e criminoso, por não respeitar as aldeias tradicionais e as áreas de proteção permanente, resultou em várias consequências nefastas para o *nhande reko*, o modo de ser e viver do Povo no mundo Kaiowa. Substituir o “mato” pelos extensos campos abertos para os monocultivos degradantes do agronegócio representa acabar com a “casa” do Povo Kaiowa, seu *Tekoha* – nas palavras de Valdelice, "o lugar onde se vive".

Esse ecocídio é simultaneamente uma prática etnocida, pois a supressão do ecossistema representa a inviabilidade dos processos autogestionários da vida e do território, segundo a cosmologia Kaiowa: a relação espiritual/religiosa com o *ka'aguijara* (dono da mata) e demais entidades guardiãs da natureza; a obtenção de alimentos da fauna silvestre e frutos (destaque para a guavira), remédios naturais e insumos para a construção das casas tradicionais; o direito humano à água; o repasse de conhecimentos; os cemitérios ancestrais; e os sítios sagrados.

O desmatamento no MS, para além de tornar o estado um fenômeno do agronegócio nacional, resultou no aniquilamento das condições mínimas para a reprodução física e cultural dos Povos Originários em resistência nas terras tradicionais. Chamorro (2015: 190) discorre sobre as práticas rituais e as mudanças ecológicas:

A grande dificuldade mencionada frequentemente pelos Kaiowa para a realização dos rituais é o meio ambiente psicossocial e ecológico bastante alterado em que vivem. Entre os anos de 1950 e 1990, praticamente todo o Estado de Mato Grosso do Sul foi desmatado. Isso trouxe impactos muito fortes sobre o povo Kaiowa, pois todos os seus conhecimentos, sua autocompreensão como povo, seu manejo de plantas e animais e sua cosmovisão e espiritualidade estão vinculados à floresta (Grunberg, F. 2006, 783). Schaden escreveu que a mudança das condições de vida e a vontade de evitar críticas e zombarias da parte de estranhos fez com que entrasse em

decadência o sobreperto masculino (Schaden 1974, 84) e que o grupo deixasse de praticar certos rituais.

Com o desmatamento, não só a terra, mas também as pessoas foram progressivamente desprovidas das virtudes gerativas que as caracterizavam. Hoje, elas se tornaram fracas, porque sem a mata, e carregando as consequências psicossociais das sucessivas frentes de ocupação das suas terras, as comunidades indígenas não têm realizado os rituais que dão à terra, às pessoas e aos seres protetores seu fundamento. Este fundamento e aquelas virtudes gerativas são sintetizados pelos indígenas com o termo “palavra”, *ñe’e*, que também significa alma. Esta palavra-alma é equiparável à *psique* dos gregos, de modo que se pode afirmar que fora dela não há outro suporte válido nem para a terra nem para os seres. Quando se altera tragicamente o meio ambiente, os Kaiowa afirmam que se interrompem muitos ciclos de rezas ou expressões da palavra-alma e se danificam solidariedades, como bem explicou Levi Marques Pereira (2010) em seu estudo sobre a demarcação de terras kaiowa e guarani e os processos reorganizacionais. Muitas doenças e todo gênero de crises, *tekoatu*, que no passado eram tratadas pelos rezadores e rezadoras tradicionais no âmbito da família extensa, hoje em dia são experiências vividas e sofridas na solidão ou, no mínimo, no âmbito individual, o que pode estar por trás de muitos casos de suicídio.

Cito o relatório da FIAN Brasil¹² (Franceschini, 2016: 41) com referência aos dados alarmantes, apresentados sobre a situação do desmatamento em Mato Grosso do Sul, como parâmetro para se compreender mais amplamente o contexto no qual se encontram as retomadas dos *Tekoha* Kaiowa e Guarani:

O Estado Brasileiro também viola a obrigação de proteger os direitos humanos dos Guarani e Kaiowá quando permite o desmatamento das terras ancestralmente ocupadas pelos indígenas e a consequente destruição de seus recursos naturais e de sua diversidade biológica, sob o pretexto de estar apoiando o desenvolvimento econômico do estado. Estudo realizado pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) revelou que em 23 anos, de 1984 a 2007, o desmatamento no estado do MS saltou de 38,4% para 56,3%.

A engenheira agrônoma Juliana Sarkis Costa, responsável pelo Relatório Ambiental da Terra Indígena Taquara, que compõe o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), apresenta considerações correlatas ao caso específico do *Tekoha* em estudo.

Com o processo desordenado de ocupação de terras no Estado de Mato Grosso do Sul e através do desmatamento e da implantação de pastagens ou agricultura, diversas áreas foram descaracterizadas como espaço Guarani-Kaiowá. Felizmente, na T.I. Taquara e na memória da comunidade indígena ainda resistem algumas lembranças da ocupação tradicional da área. (2005: 188)

¹² Versão *pdf* disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Fian-Portugues-WEB-Single-Pages-Small.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

(...)

De modo geral, ao se retratar a relação dos Guarani-Kaiowá com o meio ambiente, é imprescindível remeter-se à sua estrutura social, na medida em que, "*para os Guarani-Kaiowá o modelo de ocupação territorial articula o meio ambiente e a estrutura social*"⁸⁰.

A estrutura social dos Guarani-Kaiowá é representada por unidades territoriais, denominadas de tekohá, que reúne um grupo social organizado de acordo com o parentesco, afinidades políticas e religiosas. O tekohá é, para os Guarani-Kaiowá, o "*lugar onde vivem segundo seus costumes*"⁸¹. (2005: 202)

"A toponímia em guarani revela uma profunda familiaridade dos Kaiowá de Taquara com os locais das antigas roças, residências, cemitérios, itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas.", afirma Pereira (2005: 276). O coordenador do Grupo Técnico (GT) menciona a identificação, com os nomes tradicionais, de alguns marcos centrais na ocupação ancestral do *Tekoha Takuara* no RCID (Ibid.: 256-257), elaborado no processo administrativo de demarcação da Terra Indígena.

Oka Guasu é a designação para a região situada na parte central do divisor de águas entre os rios Taquara e São Domingos, onde a comunidade de Taquara mantinha uma grande casa de reza – *ogapysy*, e nela realizava rituais periódicos, nos quais costumava contar com convidados vindos das comunidades de *Pa'i Kue*, *Lechucha*, *Matula*, *Jarará*, *Guyraroká*, *Sayju*, *Yvytu*, *kurupa'y Voka* e *Urukuty*, entre outras. (...) *Oka guasu* literalmente significa grande pátio⁹³, sendo lugar de significado ritual, pois nele se realizavam cerimônias religiosas que exigiam reclusão, como a perfuração dos lábios dos meninos na fase da puberdade, ritual que marcava a iniciação masculina. O local simbolizava o espaço de convivência com as divindades e realização de formas de intercâmbio religioso envolvendo comunidades supralocais que se reconheciam como parceiros rituais.

Ñandejara Rohasa, como indicamos anteriormente, é o local onde um pequeno rego d'água desaparece sob a rocha para depois reaparecer metros adiante e desaguar numa pequena cabeceira que recebe essa denominação. O local é investido de significado ritual e cerimonial, pois é reconhecido como a casa do *Kaja'a*, espécie de espírito guardião, responsável pela reprodução dos animais que vivem no ambiente aquático ou próximo a ele (Pereira 2004 a).

Além de *Ñandejara Rohasa* existem vários outros locais que servem de residência para o *Kaja'a*, são as diversas cachoeiras nos rios São Domingos e Taquara. Já os fragmentos de matas ainda existentes comportam locais de moradia de outras modalidades de espíritos, como os *So'o Jará* (protetores dos animais que vivem na mata, distantes dos cursos d'água), os *Ka'aguy Pore* (protetores das plantas da mata, que de seu próprio ponto de vista constitui sua lavoura). Informações adicionais sobre essas categorias de espírito podem ser encontradas no capítulo 4 de minha tese de doutorado (Pereira 2004 a).

A proteção desses fragmentos de mata e dos seres-espíritos que os habitam, entidades com quem as lideranças religiosas interatuam respeitosamente no mundo Kaiowa, é a motivação apresentada pelas *nhandesy* para a expansão da retomada no *Tekoha Takuara*. Assim, desde 13 de janeiro de 2016, elas lideram a autodeterminação desse processo com seus corpos e rezas, demarcando o território ancestral. Pimentel (2012) escreveu sobre a "cosmopolítica Kaiowá e Guarni"¹³, a partir da fusão do conceito do termo proposto por Latour (apud 2005: 347) e da provocação de Viveiros de Castro (apud 1999: 199-200) sobre "politizar a natureza".

Ou seja, pretende-se, ao empregar esse termo, chamar a atenção para o fato de que os pontos de vista envolvidos numa disputa política podem ter como referência diferentes mundos – o que fará muito sentido, veremos, se pensarmos nas dificuldades que surgem no diálogo dos ameríndios com governos de estados nacionais, seus sistemas de Justiça, e, também, setores econômicos como a mineração ou o agronegócio. (Pimentel, 2012: 139)

(...)

A interpretação de Gutiérrez (idem), sobre a necessidade de levar "para fora" o que já é vigente "no interior" dos coletivos indígenas, anuncia algo sobre o conteúdo ético dessas mobilizações políticas, de sua relação com elaborações a respeito das boas normas para uma socialidade, como o *nhande reko* guarani – boas normas que, como já destacou Pereira (2004), envolvem, também, elementos que nós, ocidentais, costumamos incluir na paisagem, e não no meio social, como plantas, fontes d'água, morros e animais³⁴.

O esforço dos xamãs kaiowá e guarani é o de pregar a volta ao *nhande reko*, nosso modo de ser, de agir³⁵. "Pegar o jeito do branco", uma expressão comum de se ouvir, é o perigo. O *nhande reko*, o jeito kaiowá/guarani de ser, de fazer as coisas, está intimamente ligado às práticas xamânicas. Retomar as áreas de *tekoha* é, como se viu, recuperar hábitos e práticas dos antigos, hoje impossibilitadas pelo ambiente (cada vez mais) urbano das grandes reservas. (Ibid.: 146)

As *nhandesy* são a memória viva do *nhande reko* e buscam a salvaguarda desse patrimônio material e imaterial da cultura Kaiowa pela ocupação física da última fronteira de mata localizada próximo ao rio Taquara. Conforme demonstrarei adiante, elas declaram lutar para defender certas espécies florestais, que compõem a biodiversidade local. A retomada desse espaço é estratégia para garantir a preservação do patrimônio natural

¹³ *Cosmopolítica Kaiowá e Guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio*. Versão pdf disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no2_08.SPENSY.pdf>. Acesso em: 26/04/2017.

remanescente e exercer a autonomia dos processos autogestionários da vida e do território.

A mata é elemento central na constituição da cosmovisão Kaiowa e dela depende a sobrevivência física e cultural do Povo *Ka'agua* – autodenominação utilizada entre os guarani-falantes para designar aqueles grupos "que viviam na (-gua) mata (*ka'a-*)", adotada, antigamente, na atual região do MS (Chamorro, 2015: 34). O filme *TEKOHA - som da terra (DF/MS, 2017, 20 min.)*, produto apresentado como resultado principal da pesquisa-intervenção, desenvolvida neste mestrado profissional, procura expressar as particularidades expostas acima a partir da experiência de liderança das *nhandesy* na luta por "terra, vida, justiça e demarcação" no *Tekoha Takuara*.

Estrutura deste Memorial

O presente Memorial encontra-se estruturado em três capítulos.

No Capítulo 1, apresentei uma descrição das sequências do filme, cena a cena, bem como as estratégias narrativas adotadas na abordagem cinematográfica dos temas focais da pesquisa-intervenção. A partir desse exercício inaugural, busquei lançar luzes sobre as representações audiovisuais de processos autogestionários da vida e do território no *Tekoha Takuara*, liderados pelas *nhandesy*, e da insustentabilidade do agronegócio para o ambiente e o *nhande reko* do Povo Kaiowa. Para além das formulações estéticas, tentei constituir um sistema radicular de narrativas orais, registros documentais e conhecimento acadêmico para aprofundar a análise crítica dos contextos, políticas públicas e processos sociais, relacionados ao desenvolvimento no estado de Mato Grosso do Sul e à insustentabilidade nos territórios tradicionais do Povo Kaiowa e Guarani.

No Capítulo 2, apresentei breve relato de minha experiência prévia na produção de filmes sobre lutas indígenas, de modo a esclarecer como teve início minha relação com o *Tekoha Takuara*. Descrevi, também, detalhes da primeira filmagem no território em outubro de 2014. Mencionei as propostas de trabalho, decorrentes do compromisso assumido com as lideranças dessa retomada, em especial através de interlocução frequente com Valdelice Veron,

representadas pelo ingresso no mestrado e pela aprovação de projeto para a produção de curta-metragem. O capítulo segue com a descrição do diário de filmagens em campo, dos processos interculturais colaborativos estabelecidos e da perspectiva de autoria indígena de Valdelice no resultado final do filme.

O Capítulo Final é dedicado às reflexões acerca da produção cinematográfica indígena em processos interculturais e das perspectivas de autoria indígena, baseadas em iniciativas de produção e difusão de conteúdo audiovisual. Estabeleci conexão entre a apropriação do uso de tecnologias por indivíduos e coletivos indígenas e as lutas de seus movimentos e organizações por direitos históricos. Abordei aspectos midiáticos, ligados à propaganda do agronegócio, e apresentei exemplos do exercício contra-hegemônico de comunicação de narrativas indígenas. Estabeleci comparativo entre a participação autoral de lideranças indígenas nos dois primeiros documentários, que exerci a direção, e a de Valdelice no filme *TEKOHA - som da terra*. Avaliei o processo de produção, com ênfase sobre aspectos do diálogo de saberes, da epistemologia do grupo social envolvido e da produção de conhecimento decolonial como possibilidades para uma intervenção colaborativa capaz de estabelecer comunicação intercultural entre cosmovisões distintas e mundos em conflito.

No Apêndice 1, atendendo à solicitação das lideranças da retomada do *Tekoha Takuara* para "fazer o papel falar", produzi linha do tempo sobre o processo administrativo de demarcação da TI Taquara e dos processos judiciais incidentes. A complexa judicialização reforça o sentido de insegurança jurídica sobre a ocupação tradicional, reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2005, e a definição dos limites territoriais declarados pelo Ministério da Justiça (MJ), em 2010. Há seis anos, vigora a liminar que suspendeu os efeitos dos atos demarcatórios, decisão monocrática de ministra do Superior Tribunal Federal (STF). Desde então, a produção de prova pericial não se consumou. A estratégia de múltiplas ações e recursos para a procrastinação do andamento dos processos agrava os impactos das atividades do agronegócio na terra e na saúde da população indígena em retomada, assim como, acentua o nível do conflito produzido pelos alegados proprietários do latifúndio, com a presença constante de milícia armada no

território em disputa. A retomada expandiu a ocupação indígena da área nos últimos anos, contudo, somente a demarcação da terra e a desintrusão do território garantirão os direitos originários constitucionais ao Povo Kaiowa.

No Apêndice 2, busquei ampliar as análises críticas sobre o histórico de violações de direitos humanos e territoriais do Povo Kaiowa e Guarani em MS, o contexto contemporâneo de crise humanitária e a omissão do Estado brasileiro na demarcação das terras tradicionais nesse estado. A partir da compilação de conhecimento científico, produzido com embasamento de registros documentais oficiais, expus a associação do processo de colonização no estado de MS à política oficial indigenista de criação de reservas de confinamento compulsório das populações originárias. Citei descrições sobre a organização social do Povo Kaiowa e Guarani, sua reorganização "cosmopolítica" a partir da década de 1970 e o movimento de retomadas.

Também abordei o domínio econômico do agronegócio no MS e o consequente desequilíbrio da representação política hegemônica de ruralistas nas esferas municipal, estadual e federal. Demonstrei a ligação de candidatos com empresas do setor e o consequente impulsionamento das agroindústrias, em especial do etanol, por ação de gestores políticos. Por fim, demonstrei o impacto territorial e de saúde pública que o Povo Kaiowa e Guarani experimenta em decorrência desse projeto de desenvolvimento neocolonial, fundamentado em diversos relatórios técnicos que evidenciam a crise humanitária vigente.

Os dois apêndices são peças fundamentais para a compreensão ampla dos contextos históricos, políticas públicas e processos sociais que resultaram no deslocamento interno do Povo Kaiowa e Guarani e seu consequente *apartheid* no MS. O conteúdo foi destacado do texto deste Memorial para facilitar a leitura das análises do filme *TEKOHA - som da terra* (Capítulo 1) e do processo intercultural colaborativo de sua produção durante a pesquisa-intervenção (Capítulo 2). Principalmente, atende à recorrente demanda das lideranças do *Tekoha Takuara* para "fazer o papel falar". Enquanto peças destacáveis, visei facilitar sua apropriação pelo grupo social envolvido para utilizar argumentos técnicos, políticos e jurídicos em sua luta pelo reconhecimento do direito originário à terra tradicionalmente ocupada, nos

termos do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, diante de órgãos do Estado e, eventualmente, de instâncias internacionais competentes.

Por último, anexei três relatórios sobre o *Tekoha Takuara* ao Memorial. O Anexo I é a íntegra do "Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taquara-MS", de autoria de Levi Pereira, publicado no Diário Oficial da União de 06/12/2005 e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 22/12/2005. O Anexo II é o "Relatório Expedição à Aldeia Takwara", sistemado pela profa. dra. Ana Tereza Reis da Silva (Faculdade de Educação/UnB) e por mim, após a atividade de extensão realizada no território da retomada no período de 25 a 29/06/2015. O documento apresenta conclusões sobre o estado de exceção vivenciado no MS, a violência institucional de forças policiais estaduais contra populações indígenas, os relatos de violências físicas e psicológicas testemunhados nesse *Tekoha* e o indicativo de genocídio do Povo Kaiowa e Guarani. O Anexo III é o "Relatório sobre crise humanitária do Povo Guarani e Kaiowa, Violência Institucional e Omissão de Autoridades em retomada na Terra Indígena Taquara, Município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul (MS)", de minha autoria, produzido após trabalho de campo realizado em fevereiro de 2016.

CAPÍTULO 1

TEKOHA: O FILME COMO REGISTRO DE PROCESSOS AUTOGESTINÁRIOS E DA INSUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

O filme *TEKOHA - som da terra* inicia-se com a imagem de Arami Veron despertando. A menina Kaiowa caminha pela mata com uma prima, com quem brinca de balanço em cipó, amarrado na árvore. Depois, na companhia de outras crianças, se diverte em trecho do rio São Domingos. A cena final da sequência é a brincadeira com o *panambi* (borboleta, pronuncia-se panambí), que, no processo de contato com a sociedade dominante, foi traduzida como a pipa Kaiowa. Ela aparece correndo com a mata ao fundo. A abertura transmite a ideia de uma infância tradicional. Arami traja o *poty* (pronuncia-se potú) – vestido de algodão adornado com símbolos culturais – e as ações transcorrem em partes relativamente conservadas do território.

A proposta narrativa foi da reencenação de lembranças de infância de Valdelice Veron, das brincadeiras que compartilhava com seus parentes e dos brinquedos que seu pai lhe preparava. Na entrevista realizada em maio de 2016¹⁴, Valdelice compartilha suas recordações daquele período. Segue a transcrição de trechos do áudio.

Tomar banho nos rios, subir nas árvores, brincar no cipó, né... as vezes pulava e caía e ria. Nossos brinquedos eram isso, era conviver, conhecer e viver junto com a natureza. Era assim a nossa vida. A forma de vida, de ser criança Kaiowa, naquela época era diferente. A nossa escola era essa né, a escola da vida. Era uma infância sem medo, sem traumas.

(...)

As nossas crianças hoje chamam de pipa, né... *(risos)* acabou chamando de pipa. Mas para nós, naquela época, era *panambi*. A borboleta que voa atrás, né.

(...)

O que fizeram com o meu *Tekoha*? O que fizeram com o meu Povo e a minha família? Onde está a alegria e o riso das crianças? Muitas dessas crianças que brincavam comigo já não estão mais vivos,

¹⁴ Entrevista gravada em estúdio, em Brasília. Os depoimentos de Valdelice, em português, foram utilizados, apenas, em versões prévias da edição, suprimidos após percebermos que perdiam força diante dos depoimentos das *nhandesy*. Decidimos usar, somente, a língua materna, e Valdelice gravou depoimentos novos durante a etapa de pós-produção do filme em 2017.

estão mortos também. Então transformaram o meu *Tekoha* numa terra de sangue.

Após a sequência inicial sobre as memórias da infância de Valdelice (*time code* [tc]: até 2'[min]01"[seg]), reencenada por sua filha Arami, apresentamos a arte com o título e subtítulo do filme: *TEKOHA - som da terra*. As imagens retornam em cena noturna, com registros documentais de Valdelice acendendo fogueiras no início de vigília, na retomada. Voltando a ideia da última fala transcrita acima, a segunda sequência (tc: 2'15"-5'11") introduz o conflito: terra arrasada e mortes. Após, usamos recurso de passagem de tempo com o mesmo enquadramento de plano¹⁵; um cachorro se aproxima de uma daquelas fogueiras e se deita. É seguida por cena de Valdelice dormindo embaixo de uma palhoça, encenação que introduz o seu primeiro pesadelo.

A construção narrativa desse espaço onírico foi editada com fusão de imagens de planos no rio São Domingos, revelando uma tubulação sobre as cabeças das crianças, e registros documentais noturnos do complexo industrial da usina Raízen Caarapó e de trator aplicando agrotóxicos em monocultivo ao lado da reocupação indígena. A ideia de encenar os breves momentos de descanso no revezamento que se dá durante as vigílias, as quais perduram toda a noite, foi representar as ameaças que tiram o sono dos Kaiowa na retomada. Utilizamos o recurso de trilha sonora para reforçar essa apreensão.

Valdelice desperta e a cena seguinte é um plano-sequência¹⁶ que revela o conflito: ela sai caminhando da mata em direção à sepultura de seu primo Virgílio. O movimento de câmera a acompanha, revela a devastação do território e o *kurusu* (cruz tradicional, pronuncia-se kurussú). A complexidade da produção desse plano-sequência, com a utilização do equipamento grua, é descrita com detalhes no item 2.1 do Capítulo 2 deste Memorial. A sequência

¹⁵ "Plano é um trecho de vídeo sem interrupção limitado por um enquadramento, esse enquadramento é que determina o plano". Disponível em: <<http://np2003.blogspot.com.br>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁶ "Discussões teóricas à parte, o fato é que o plano-sequência é uma peça preciosa da arte cinematográfica. Pode ser definida como o longo plano sem cortes que efetivamente narra uma sucessão de acontecimentos, uma "*unidade narrativa equivalente a uma sequência*", segundo Journot. Não é preciso ser ambientado em mais de um espaço, como muitos defendem - e algumas cenas abaixo provam isso - mas é essencial que, nessa sucessão de acontecimentos, a câmera efetivamente desempenhe uma ação de movimento narrativo". Disponível em: <<https://revistamoviemnet.net/24-planos-sequencia-de-tirar-o-folego-edb70884c844>>. Acesso em: 26/04/2017.

termina com planos de Valdelice se afastando da cruz e caminhando pelo descampado na retomada.

Fotografia 1 – Atuação de Valdelice no local da sepultura de seu primo Virgílio Cavalheiro, durante reencenação de luto Kaiowa no *Tekoha Takuara*.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

Essa sequência de apresentação de Valdelice pode ser interpretada como a transição de protagonistas-autoras: da criança para a guerreira, na luta da retomada. Em sua entrevista, anteriormente citada, ela expressa seu sentimento em relação à situação atual do Povo Kaiowa e Guarani no MS.

Você se depara com uma terra de sangue, né. Uma terra que você cresceu ali, de repente você se depara com uma terra de sangue Kaiowa. Transformaram a nossa terra tradicional Kaiowa em uma terra de sangue pra nós. Derrubando todo o nosso sonho, o nosso projeto de vida e também o nosso futuro. Destruindo o nosso futuro.

Você vê a sua terra sem forças. E o Kaiowa não pode ficar também sem a terra né. E a terra não pode ficar sem o Kaiowa. Porque o Kaiowa quer dizer do mato, né, Povo do mato. Como é que a gente vai viver no mato, sem o mato? E como o mato vai viver sem o Kaiowa?

A terceira sequência (tc: 5'11"-6'51") do filme marca o início da participação da *nhandesy* Julia Veron, matriarca de família extensa originária do *Tekoha Takuara*, considerada guia espiritual no processo de luta. Os três primeiros planos (tc: 5'12"-5'32") reforçam a intrusão do território pela vastidão

de monocultivos de milho transgênico, com a retomada ao fundo, o desmatamento até as margens do rio São Domingos – margeado pelos monocultivos – e a inscrição “TAKUARA” na casca de uma árvore, marco do limite entre a expansão da retomada e a estrada de acesso à Fazenda Brasília do Sul. Na edição, utilizamos a mixagem de áudios de *mbaraka* (pronuncia-se maraká) com trilha sonora marcando dissonância, representando o conflito entre o mundo Kaiowa e o território explorado pelo agronegócio.

Até esse ponto, a construção narrativa se deu, apenas, por meio da edição de imagens e sons. A fala inaugural (tc: 5'37"-6'04") é depoimento da *nhandesy* Julia, em *off* – utilizamos apenas o áudio de sua voz sobre imagens –, com planos nos quais ela caminha pelo descampado, diante da reocupação feita na expansão da retomada em 13 de janeiro de 2016. Transcrevo a tradução de sua fala em Kaiowa, feita por Valdelice.

Agora firmo a minha palavra. Todos meus ancestrais viveram aqui, cantaram e dançaram aqui. Minha bisavó e minha avó me repassaram todo o conhecimento desse *Tekoha*. Elas morreram aqui, onde estarei como alicerce. Mataram cruelmente o meu marido aqui. Firmo meu canto e minha dança nesse *Tekoha*. Firmo minha alma junto com meus ancestrais. Essa terra tem dono e ela respira por nós. A minha palavra é que pisamos firmes nessa terra sagrada.

O plano seguinte, ao término da fala, é registro documental da *nhandesy* caminhando na mata, onde canta (tc: 6'07"-6'43"). A partir desse ponto da edição, foi utilizado o recurso de fazer cortes de imagem, sobrepondo planos das protagonistas no descampado e na mata. Esse recurso narrativo visa reforçar o contraste do vasto campo degradado com a mata, relativamente preservada, alvo estratégico da retomada para garantir os processos autogestionários da vida e do território. A sequência termina com o plano de trator, passando em velocidade pela estrada rumo à sede da Fazenda (tc: 6'44"-6'51"), com monocultivo de milho ao fundo, marcado pela incidência de trilha, que reforça o sentido visual da intrusão do território – como no primeiro plano dessa sequência.

A quarta sequência (tc: 6'52"-10'15") aprofunda o significado da resistência na retomada e termina com as três gerações de mulheres – apresentadas, separadamente, nas três primeiras –, reunidas tomando mate de manhã – costume cultural repetido, diariamente, no *Tekoha Takuara*. O

primeiro plano (tc: 6'52"-7'04") é de Valdelice cruzando a área, onde os barracos provisórios da retomada estavam dispostos, com lança na mão e atitude de apreensão. Sua caminhada rápida demonstra o sentido de alerta que se mantém pela exposição do território da retomada ao trânsito recorrente de pessoas desconhecidas, fato que representa ameaça constante.

Frame 2 – Arami, Valdelice e Julia Veron (da esquerda para a direita) em cena do filme *TEKOHA - som da terra*.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Pablo Le Roy.

A composição de quadro nesse plano marca o contraste entre o descampado dos monocultivos e a mata, relativamente preservada, na qual foram montados os barracos de lona branca em sua borda. Conforme mencionado anteriormente, esse contraste foi explorado na edição de imagens, a partir da terceira sequência, para sobrepor ações das protagonistas da luta nos dois espaços. A proposta narrativa de ressaltar o contraste ambiental no território da retomada também foi determinada pela decisão de finalizar as imagens em preto e branco (PB). O tratamento em PB reforça a ideia de que o mundo tradicional Kaiowa, estritamente dependente das matas, está perdendo as cores da vida – o verde da vegetação, o preto do jenipapo, o vermelho do urucum, as penas dos pássaros para seus adornos sagrados como o *jeguaka* (cocar), as sementes e madeiras para os colares de proteção.

O segundo plano (tc: 7'04"-7'48") da quarta sequência é registro documental de Valdelice acendendo fogueira ao entardecer, próximo à

bandeira vermelha, marco do início da retomada em 2016. Após fazer subir o fogo, ela pega uma lança, fincada ao lado, e fita o horizonte. Para intermediar a passagem do pôr do sol para a noite, utilizamos a técnica de *time lapse* – que consiste em acelerar a velocidade de passagem dos frames – no plano de uma palhoça com as nuvens vagando no firmamento ao fundo (tc: 7'48"-7'55"). O plano seguinte (tc: 7'55"-8'12") é de cena noturna e capta o guerreiro Theo Veron, iluminado por fogueira, quando surge carro, vindo da sede da Fazenda – registro documental que reforça o sentido dessa cena de vigília.

Essa sequência é intermediada pelo segundo pesadelo de Valdelice (tc: 8'12"-9'), centrado no tema da omissão na demarcação da Terra indígena Taquara, com referência aos entraves burocráticos e judiciais em Brasília, assim como, das violações de direitos humanos e dos direitos originários à terra. O depoimento de Valdelice, utilizado no filme, descreve o sentido dessa luta sem descanso, seja pelas ameaças palpáveis no território ou pelas armadilhas burocráticas. Utilizado em *off* (apenas áudio), foi sobreposto na edição de três planos: após despertar, ela já aparece ao lado de uma fogueira; seguido dos registros documentais noturnos de trator que aplica agrotóxicos em monocultivo de milho e do complexo industrial da usina Raízen Caarapó (tc 9'-9'36"). Segue a transcrição da fala de Valdelice, com tradução própria.

Assim nós vivemos à espera da demarcação de nossa terra. Essa espera leva o Povo Kaiowa à morte. Nossos caciques são assassinados, as mulheres são violentadas. Nós lavamos a terra sagrada com o nosso próprio sangue, onde o agronegócio faz suas plantações. Nossas crianças morrem por envenenamento. Enquanto eles dormem em Brasília, nós lutamos pelo nosso *Tekoha*.

A menção a Brasília, enquanto centro administrativo dos Poderes da República, é trazida de forma recorrente nos depoimentos das lideranças espirituais e políticas do *Tekoha Takuara*. É grande a preocupação sobre a possibilidade de anulação definitiva do processo demarcatório, como aconteceu com o vizinho *Tekoha Guyraroka* (pronuncia-se Tekorrá Guiraroká), considerando a vigente suspensão dos efeitos de seus atos administrativos e

da portaria declaratória da Terra Indígena Taquara por decisão liminar da ministra Cármen Lúcia, atual presidenta do STF¹⁷.

As lideranças sempre me questionam sobre a situação das contestações judiciais e acerca de eventuais decisões de reintegração de posse em favor dos latifundiários. A situação jurídica é difícil de mapear em virtude da quantidade de ações impetradas pelos advogados dos latifundiários. Em síntese, o STF devolveu o processo para análise da primeira instância e foi determinada a realização de perícia judicial do processo administrativo de demarcação pela 1ª Vara de Naviraí/MS. Atualmente, o Povo aguarda com ansiedade a realização dessa prova pericial, inicialmente agendada para abril de 2017. Todavia, a perícia foi adiada pela Justiça Federal que acatou manobra jurídica do governo do estado de MS – assistente simples no processo, por ter titulado essa terra à particular na década de 1920 –, tentativa anteriormente refutada no STF¹⁸. Foi definido novo período para a realização da perícia, de 08 a 15 de agosto de 2017, com previsão do trabalho de campo na área em litígio entre os dias 09 e 12.

Se Brasília assombra o sono dos Kaiowa à distância, a dispersão de agrotóxicos¹⁹ em larga escala, por meio de maquinários, e as usinas nas terras tradicionais – exibidas nas imagens dessa sequência – são ameaças enfrentadas por sua população no cotidiano.

É muito comum encontrar galões de 20 litros de glifosato nas retomadas, reutilizados pelos indígenas no armazenamento de água destinada ao

¹⁷ A decisão monocrática se deu em ação cautelar, com pedido de liminar, e foi emitida em 21 de junho de 2010 – duas semanas após a publicação da portaria declaratória do Ministério da Justiça. A liminar suspensiva vigora há mais de seis anos. Decisão disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoTexto.asp?id=2823035&tipoApp=RTF>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁸ Sobre esse andamento do processo, ver: *Em decisão inédita, STF rejeita manobra do governo de MS contra demarcação de terras indígenas*. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/04/em-decisao-inedita-stf-rejeita-manobra-do-governo-de-ms-contrademarcao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁹ *Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos*. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/edicao/2017-01/brasil-e-campeao-mundial-no-uso-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 26/04/2017. Em entrevista à Rádio Nacional FM Brasília, a professora do Laboratório de Geografia Agrária da USP, Larissa Bombardi, alerta sobre o uso de agrotóxicos no Brasil, em quantidades maiores que as toleradas em outros países, e de defensivos agrícolas banidos na Europa.

consumo humano²⁰. Essas embalagens contêm advertência para sua não-reutilização, mas, diante da falta de informação sobre os riscos de contaminação e da carência de recursos, os galões fazem parte do cotidiano de muitas retomadas. Tratores como aquele, registrado nas imagens que compõem o filme, se abastecem de diversos galões de agrotóxicos, para a pulverização dos monocultivos, que são descartados no ambiente de maneira ilegal e acabam recolhidos pelos indígenas.

Fotografia 3 – Trator transporta agrotóxicos, vindo da sede da Fazenda Brasília do Sul.



TI Taquara, Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

²⁰ O glifosato é o campeão absoluto de vendas no país – mais de 185 mil toneladas em 2013 –, sendo uma substância com potencial de causar câncer. A professora Larissa Bombardi relaciona o consumo de agrotóxicos ao agronegócio, pela utilização de sementes transgênicas, que são associadas ao uso desses venenos, destinadas à plantação em larga escala de *commodities* para exportação. Ver: *Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil*. Disponível em: <<https://www.larissabombardi.blog.br/livros>>. Acesso em: 26/04/2017.

Em outra entrevista, a pesquisadora Bombardi cita fatos impressionantes relacionados ao modelo de inserção do país na chamada economia mundializada. Indica a atuação da Bancada Ruralista na defesa dos interesses do setor de agroquímicos no Congresso Nacional. Afirma que o Brasil é consumidor de 1/5 de todos os agrotóxicos utilizados no mundo. Aponta a média de 148 mortes por ano devido a intoxicação por agrotóxicos no país, de 2007 a 2014. Menciona a existência de estudos internacionais e nacionais acerca da relação entre suicídio e exposição crônica a alguns tipos desses venenos. Ver: *Agrotóxicos, terra e dinheiro: a discussão que vem antes da prateleira*. Disponível em: <<http://www5.usp.br/107848/agrotoxicos-terra-e-dinheiro-a-discussao-que-vem-antes-da-prateleira/>>. Acesso em: 26/04/2017. Bombardi também alerta para a nota emitida pela Organização Mundial de Saúde em 2015, na qual confirma o potencial carcinogênico do glifosato. Versão *pdf* disponível em: <<https://www.iarc.fr/en/media-centre/iarcnews/pdf/MonographVolume112.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

Fotografia 4 – *Nhandesy Julia* reutiliza galão de 20 litros de agrotóxico para armazenar água utilizada para beber e cozinhar na retomada.



TI Taquara, Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

Valho-me, aqui, da análise do componente ambiental no RCID da Terra Indígena Taquara, realizado em 2005, para informar sobre o estágio de degradação do território pela exploração neocolonial, resultante de arrendamentos de parcelas extensas de terra para plantações de monocultivos do agronegócio, e suas consequências.

Os impactos ambientais que ocorrem na T.I. Taquara estão relacionadas às modificações realizadas pelos não-índios no processo de utilização dos recursos naturais. Dentre tais modificações destacam-se a substituição indiscriminada da vegetação nativa por pastagens artificiais; a extração e venda de madeira; a introdução de maquinários; o uso de insumos e agrotóxicos; a construção de açudes, barragens e represas.

Atualmente, na área identificada, é comum ocorrerem problemas ambientais como extinção de espécies da flora e fauna nativas; desmatamento de cabeceiras (Figuras 36 e 37); compactação e erosão do solo (Figura 38); perda de nutrientes e água; poluição do solo, água e ar; assoreamento e turbamento dos rios e córregos.

(...)

Esse desequilíbrio ambiental é agravado ainda mais pela presença, em todo entorno da área identificada, de pasto plantado e culturas anuais (soja e feijão), pertencentes às fazendas que a circundam.

Na maioria das vezes, a implantação das pastagens artificiais e das culturas anuais foi ou é realizada até mesmo próximo de rios ou cabeceiras. Muito próximo do rio São Domingos (Figuras 39 e 40), por exemplo, um plantio de soja pode ser um dos fatores que contribui para a contaminação da água já que, frequentemente, são aplicados agrotóxicos para o controle de pragas.

Além do uso indevido de agrotóxicos, outros impactos ambientais provenientes de fazendas do entorno como assoreamento de rios, desmatamento de cabeceiras dentre outros, ameaçam as condições ambientais e, conseqüentemente, as condições de vida da comunidade indígena Guarani-Kaiowá da T.I. Taquara. (Pereira, 2005: 244-245)

Atualmente, se identifica, principalmente, na área retomada em 2016, o cultivo alternado de soja e milho transgênicos. Na época de rodagem do filme *TEKOHA*, em abril de 2016, grandes extensões de milho transgênico dominavam essa parcela do território. São as plantações vistas nas cenas diurnas que demonstram a devastação do território (tc: 5'12"-5'28"; 6'44"-6'51") e na fumigação noturna por trator (tc: 9'12"-9'25"). Nos campos realizados em fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, registrei os monocultivos de soja. Em 2016, registrei tráfego intenso de maquinário pesado em jornadas diárias estendidas – normalmente com suspensão de poucas horas na madrugada.

Nos arredores do perímetro retomado, efetivamente, de 2003 até 2016, predominam extensos monocultivos de cana-de-açúcar transgênica²¹ – que podem ser visualizados como plano de fundo da cena no *kurusu* do cacique Marcos Veron (tc: 10'16"-10'25"; 11'-11'06"). Essa cana-de-açúcar é destinada ao complexo industrial da Raízen Caarapó, usina que funciona 24 horas para a produção de biocombustíveis, açúcar e biomassa. A usina aparece no filme, em *flash*, no primeiro pesadelo de Valcelice (tc: 3'43"-3'47") e na cena na qual ela se levanta para a vigília, após o segundo pesadelo (tc: 9'25"-9'36"). A iluminação do complexo industrial é visível do território da retomada durante as noites. No filme, pode ser percebida na luminosidade central nos dois planos abertos de Valdelice entre as fogueira acessas para a vigília noturna (tc: 2'41"-3'; tc: 9'-9'12").

²¹ A organização Papel Social desenvolveu pesquisa sobre a cadeia produtiva do açúcar, sob coordenação da Oxfam, no âmbito de projeto comprometido com os direitos humanos nas áreas de pesquisa e comunicação, com análise de casos em MS. Trechos da matéria *AÇÚCAR – MARCAS DA VIOLÊNCIA* apontam indicativos da escalada de implantação de usinas no estado e da vulneração de territórios indígenas. Disponível em: <<http://www.papelsocial.com.br/pesquisas/cadeia-produtiva-do-acucar>>. Acesso em: 26/04/2017.

Fotografia 5 – Complexo industrial da usina Raízen Caarapó.



Caarapó/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

Fotografia 6 – Monocultivo de cana-de-açúcar em estrada vicinal de acesso à retomada do *Tekoha Takuara* e à Fazenda Brasília do Sul.



Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

A quarta sequência se encerra com quatro planos (tc: 9'36"-10'15"), nos quais se reúnem pela primeira vez as protagonistas das três gerações da família Veron: o primeiro e o segundo apresentam Valdelice e sua mãe Julia na fogueira, de noite; o terceiro plano é de Arami despertando, ao lado de uma palhoça, com o descampado ao fundo no amanhecer; e o último plano é a cena das três tomando chimarrão juntas pela manhã. Foi utilizado como trilha sonora um canto Guarani, executado pelas *nhandesy*, captado como som direto durante as filmagens em abril de 2016.

A quinta sequência (tc: 10'16"-12'07") aborda o delicado tema das mortes na retomada, se inicia no *kurusu* (cruz tradicional) que marca o local da execução do cacique Marcos Veron (*Ava Taperendy*) – consumado em tentativa de despejo extrajudicial por milícia armada, em 13 de janeiro de 2013. A cena inaugural (tc: 10'16"-11'06") é registro documental, protagonizado pelas *nhandesy* Carmen Cavalheiro e Julia Veron, viúva do cacique, e Valdelice, sua filha. É seguida de registro no cemitério (tc: 11'07"-11'33"), onde o cacique foi enterrado e no qual estão as sepulturas de outros indígenas mortos, alguns também em virtude de conflitos. O final da sequência é registro documental da fala da *nhandesy mirĩ*²² Carmen no *kurusu* de seu filho Virgílio (tc: 11'33"-12'07"), aquele que cometeu suicídio em 15 de fevereiro de 2016. Transcrevo a tradução do depoimento da *nhandesy mirĩ* Carmen.

É assim que vivemos. Para assegurar a terra para todos nós. Nos dê força, vocês que se foram. Vocês que partiram, ergam as mãos pela terra sagrada, conosco, para que as autoridades demarquem a nossa terra. Pedimos para fortalecer a nossa terra para ocuparmos toda a área com nossos netos e com todos vocês que já partiram.

A evocação formulada nessa fala da *nhandesy mirĩ* Carmen chamou nossa atenção no processo de tradução. Acerca de seu conteúdo, cito, novamente, Pimentel (2012: 146-147) sobre as perspectivas do exercício da cosmopolítica pelos guias espirituais Kaiowa e Guarani nos processos de retomada.

Essas práticas dos antigos, justamente, dependem de elementos que nós designamos por "natureza". Nesse sentido, mais uma vez, há

²² Durante a revisão final deste Memorial, fiz a correção dos termos na língua Kaiowa com as lideranças femininas em MS. A *nhandesy* Julia disse que sua irmã Carmen é *nhandesy mirĩ*, termo que indica o processo de formação para alcançar a condição plena de *nhandesy*.

uma relação direta entre a luta pela terra, o xamanismo e a política. Terra, aqui, é muito mais do que o mero suporte para a “produção” que nela veem os *karaí*. De todo modo, o fato é que o projeto, teoria ou filosofia kaiowá da política passa, de forma decisiva, por aquilo que chamamos de natureza. E isso não apenas no sentido “romântico” identificado pelos fazendeiros, de uma “volta à natureza”. A natureza, essa multidão, é não somente o objetivo, ela é aliada no processo de luta pela terra.

Animais, plantas, elementos do clima (como ventos e raios) e da paisagem (morros, rios, lagos) servem como morada para, parecem manifestações de, ou são elas mesmas entidades aliadas da luta dos indígenas pela recuperação das terras. A forma mais genérica de denominar esses seres que são aliados, parentes, ou mesmo ancestrais dos Kaiowá e Guarani é, como se viu, *Tekojára*, os “donos do nosso modo de ser”, numa das possíveis traduções.

O caminho do *kurusu* do cacique Marcos Veron ao de Virgílio representa a expansão da ocupação do território tradicional de 2003 até 2016. A sepultura do primo de Valdelice demarcou o local da última retomada, empreendida na data dedicada à memória de seu pai. O cacique Marcos Veron é mártir da luta do *Tekoha Takuara* e referência do movimento histórico de retomadas do Povo Kaiowa e Guarani no MS. **No dia de seu funeral, em 2003, foram feitas diversas retomadas no estado, dada a comoção que o crime gerou entre o Povo.** Cito trechos de algumas menções consignadas por Pereira (2005: 113-116) no RCID da Terra Indígena Taquara:

Marco Veron foi o líder de maior expressão na história recente da comunidade de Taquara, tendo desempenhado importante papel na reorganização das famílias, até o evento fatídico de sua morte na última tentativa de reocupação. (...)

(...)

A vida de Marco Veron poderia ser dividida em duas etapas bastante distintas: primeiro como funcionário do SPI disciplinado e cumpridor de seus deveres e atribuições e, depois, como líder indígena de grande projeção no cenário local, nacional e até internacional. É como líder indígena corajoso, determinado e intransigente na defesa dos interesses de suas comunidades que a maioria dos Kaiowá dele se lembram, tendo sua morte o transformado em mártir da luta pela demarcação da Terra Indígena de Taquara. (...) A indignação com a realidade dessa experiência vivida durante décadas de trabalho na região se manifestará na última fase de sua vida quando, após sua aposentadoria, se dedica integralmente à militância na defesa do direito de várias comunidades a terem de volta as terras de onde foram expulsas. Assim, ele teve participação efetiva nas mobilizações indígenas de reocupação dos *tekoha* de Pirakuá, Paraguasu, Jaguapiré, Cerrito, Jarará, entre outros. Em todos esses casos de reocupação de terras ele liderava membros de sua parentela em ações solidárias aos “patrícios”, como dizem os Kaiowá, e colocava seu conhecimento sobre a estrutura de funcionamento do SPI a disposição das lideranças dessas comunidades indígenas.

Marco Veron demonstrava grande indignação com a realidade vivida por seus “patrícios” no interior das reservas demarcadas. Sabia que as terras reservadas eram insuficientes e que a superpopulação das reservas era resultado da perda da terra de inúmeras comunidades, ilegalmente expulsas de locais tradicionalmente ocupados. Como funcionário do SPI ele presenciou essa situação inclusive com as famílias da comunidade de Taquara à qual pertence sua esposa (Júlia), sendo portanto o lugar de residência de seus parentes por afinidade. (...)

(...)

Marco Veron demonstrava ainda grande preocupação com a falta de perspectiva para as gerações mais novas, vivendo em reservas superpovoadas e destituídas de recursos ambientais. Como líder de uma parentela composta por várias famílias nucleares via de perto as dificuldades enfrentadas por seus parentes, mesmo ele podendo contar com sua aposentadoria de funcionário público, recurso não disponível para a maioria das famílias. Para ele a alteração da situação de extrema penúria de seus “patrícios” só viria com a ampliação do espaço disponível para as comunidades guarani, e nessa aventura se lança até o dia de sua morte.

A sexta sequência (tc: 12'07"-14'24") é registro documental do incremento da ocupação do território retomado através da construção de moradia com tábuas de madeira e telhas de fibrocimento. Se inicia com netos carregando madeira na carroça, utilizada como meio de transporte e veículo de apoio na retomada; no plano seguinte, descarregam os materiais no local onde as *nhandesy* coordenam a cobertura da estrutura, previamente erguida por homens no acampamento; na edição, fizemos jogo de montagem com planos dessa construção, filmados na parte interior, contra-luz, e um plano externo mais aberto para situar o lugar. A primeira parte da sequência conta com depoimento, em *off*, de Valdelice, cuja tradução segue transcrita a seguir:

Nós já sofremos três despejos por liminares judiciais. Fomos jogados na beira da estrada como cachorros. Passamos muita miséria. Nossas crianças morreram lá. Nós sempre voltamos para retomar o que é nosso. Não aceitamos mais despejo. Então voltamos para a nossa terra sagrada.

A explicação sobre os despejos anteriores traz a carga de traumas físicos e psicológicos, sofridos pelos membros da retomada, nesses 18 anos de luta na reocupação do território tradicional. Novamente, nos valem do corte de planos de ações no descampado para a borda da mata, mostrando a *nhandesy* Julia indo para o barraco de lona. O final dessa sequência consiste em registros documentais de suas atividades cotidianas, relacionadas à cozinha,

como cortar a lenha e preparar a comida. A segunda parte da sequência é acompanhada do seguinte depoimento, em *off*, da *nhandesy* Julia:

Essa terra tem dono, somos nós, o Povo Kaiowa. Meu marido foi assassinado aqui. Antes dele, muitos tombaram. Sigo aqui e, se for preciso, também morrerei pela terra. Se vierem nos atacar de novo, derramarei meu sangue aqui. Estou junto com meus netos e bisnetos. Esse *Tekoha* está firmado, é nosso. Vivemos assim e lutamos por essa terra sagrada. Não quero nada da fazenda, nem uma lata, somente a terra.

A sétima sequência (tc: 14'25"-17'23") é temática sobre o repasse de conhecimentos das *nhandesy* para as netas. Sua primeira parte apresenta planos diferentes do processo de confecção dos *potys*, as roupas tradicionais Kaiowa, feitas de algodão cru e adornadas com pinturas manuais de símbolos sagrados. O primeiro plano é da *nhandesy* Julia costurando sozinha, sob o abrigo da sombra das árvores, com transição para cena coletiva na qual Valdelice e a *nhandesy mirĩ* Carmen preparam os *potys* com as netas embaixo da palhoça – recurso de edição, que reforça os contrastes no território. As netinhas menores observam, as mulheres conversam entre risadas. A cena não tem tradução dos diálogos, para aproveitar ao máximo os elementos visuais e evitar a distração dos espectadores com legendas.

Frame 7 – *Nhandesy* Julia costura *poty* sob as sombras na mata em cena do filme *TEKOHA*.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Alan Schvarsberg.

Frame 8 – *Nhandesy mirĩ* Carmen repassa conhecimentos para suas netas.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Alan Schvarsberg.

Novamente as três gerações se reúnem na segunda parte da sequência, aberta com cantos das *nhandesy* na entrada da mata. A cena se desenvolve com caminhada entre as trilhas, as matriarcas identificam plantas medicinais e coletam folhas utilizadas no repasse de conhecimentos, quando se sentam dentro da mata para ensinar as netas e tomar tereré. O final da sequência é o registro documental de benção das *nhandesy* nas duas netas mais velhas, após terem encontrado uma planta já no final da caminhada. Nesse trecho do filme, utilizamos depoimento de Valdelice, em *off*, sobre a importância das matas na cultura Kaiowa:

Nós somos o Povo Kaiowa, conhecido como Povo do mato. Nossa casa é a mata, por isso nos chamam Kaiowa. A mata nos dá alimentação, remédios e casa. Todos conhecimentos são repassados aqui no *Tekoha*. Assim é o nosso jeito de ser e viver, respeitando a mata. Assim é a vida sagrada pro Povo Kaiowa.

O repasse de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade são parte da transmissão dos processos autogestionários da vida Kaiowa e integram a estratégia de resistência na retomada do *Tekoha Takuara*. A reocupação dessa área, com um dos últimos remanescentes de cobertura vegetal nativa, demonstra a preocupação das *nhandesy* em garantir os processos autogestionários de preservação do território. Ao tomarem posse

dessa terra, atuam pela salvaguarda de seu patrimônio cultural – material e imaterial – e pela valorização da sociobiodiversidade.

A sequência final do filme (tc: 17'23"-19') se inicia com plano do *panambi* (pipa Kaiowa), pendurado em uma árvore no limite da mata, com o *yvyra'i* (traduzido como altar, porém o significado cultural é mais profundo) e o descampado ao fundo. O plano seguinte mostra o *yvyra'i* Kaiowa em primeiro plano, ao fundo passa caminhão na estrada. A proposta dessa abertura da sequência é mostrar que embora o mundo Kaiowa ainda esteja pulsante na resistência dessas mulheres, pelo repasse de conhecimentos tradicionais sobre os processos autogestionários da vida e do território, aquela terra está gravemente impactada pelo agronegócio e sob constante ameaça pelo trânsito de não-indígenas, até a efetivação de sua demarcação e consequente desintrusão.

Na cena seguinte, as anciãs, as netas e Valdelice aparecem vestidas com seus lindos *potys* e iniciam dança circular, de mãos dadas, cantando juntas um dos cantos sagrados do *gwahu* (pronuncia-se guarrú). A tradução foi introduzida nesse trecho do filme, pois o significado é a expressão da esperança dessa grande luta das mulheres no *Tekoha Takuara*: "Aqui nós seremos felizes unidas." O final é marcado pela celebração dessas guerreiras. Introduzimos cartela de texto para situar os espectadores: "Lideradas pelas *nhandesy* (nossas mães), avançamos na retomada do *Tekoha Takuara* no dia 13 de janeiro de 2016. É a luta e o luto de todo o Povo Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil." O último plano do filme é de Arami correndo com o *panambi* em direção ao pôr do sol, de um lado a mata e do outro o descampado, representando a esperança no futuro através das meninas que caminham entre os dois mundos. O minuto final é dedicado à memória ao cacique Marcos Veron, contendo trecho de entrevista sua, e aos créditos finais da produção.

Frame 9 – Arami correndo com o panambi na cena final do filme *TEKOHA*.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Pablo Le Roy.

CAPÍTULO 2

CINEMA DE LUTAS INDÍGENAS E A PESQUISA-INTERVENÇÃO NO *TEKOHA TAKUARA*

O projeto do filme *TEKOHA - som da terra* foi apresentado sob o título “Retomadas”, em 2014, no edital de fomento à produção de curta-metragem do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) do governo do Distrito Federal. O argumento original seguia a linha do documentário *ÍNDIO CIDADÃO? (DF, 2014, 52 min.)*, meu primeiro filme autoral, realizado junto a lideranças do movimento indígena. A narrativa do documentário média-metragem foi centrada no protagonismo indígena na Capital Federal, representado em registros documentais e imagens de arquivo do movimento indígena no Congresso Nacional, assim como, nas vozes de lideranças captadas em falas públicas e entrevistas²³.

Como desdobramento desse primeiro trabalho, surgiu a provocação para realização do curta-metragem *ÍNDIOS NO PODER (DF, 2015, 21 min.)*. O filme aborda contradições do processo político das *Eleições 2014*, em relação à política indigenista, e a exclusão dos Povos Originários da participação direta na Democracia representativa, na esfera Federal, desde a redemocratização do país em 1988. Também seguiu o recorte de dois contextos temporais: o mandato do deputado Mario Juruna, liderança do Povo Xavante, que foi o único parlamentar indígena na história do Brasil, com fragmentos de discursos no plenário na Legislatura de 1983-1986; e a candidatura do cacique Ládio Veron Kaiowa ao cargo de deputado federal no MS, nas *Eleições 2014*, com o propósito de enfrentar os ataques aos direitos indígenas comandados pela Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

Os dois filmes abordam a luta e o luto do Povo Kaiowa e Guarani no movimento de retomada dos *Tekoha*, através da narrativa testemunhal do genocídio indígena em marcha no estado de Mato Grosso do Sul, e de

²³ O recorte do filme *ÍNDIO CIDADÃO?* focou dois momentos históricos: a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), com registros da campanha da União das Nações Indígenas pela aprovação de sua emenda popular com propostas de direitos indígenas; e as duas mobilizações nacionais em Brasília, realizadas pelo movimento indígena em 2013. O plenário da Câmara dos Deputados foi ocupado por lideranças da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, em ato contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215/2000, no Abril Indígena 2013. A segunda mobilização, em outubro, marcou os 25 anos de vigência da Constituição Federal.

denúncias das violações de direitos humanos durante o longo processo de demarcação das Terras Indígenas, em curso nas últimas décadas, decorrente de tramitações administrativas morosas e paralisações impostas judicialmente.

*ÍNDIO CIDADÃO?*²⁴ tem como protagonista o movimento indígena, representado por múltiplas vozes de lideranças tradicionais e políticas – mulheres e homens. A narrativa construída não buscou focar, apenas, na história de um(a) personagem, contudo, a narração oral é conduzida pela liderança Valdelice Veron Kaiowa – membro do grande Conselho *Aty Guasu* e do Conselho Continental da Nação Guarani. Ela participou da Constituinte, ainda criança, acompanhando seu pai – o finado cacique Marcos Veron. Na entrevista afirmou: “eu nasci na luta, cresci na luta e acho que vou morrer lutando”. Em seu depoimento emocionado, narrou o momento da execução do pai durante a retomada do *Tekoha Takuara* em janeiro de 2003.

Diante dessa história de vida tão marcante, optamos (a equipe do projeto e eu) por filmar parte do segundo documentário nesse território de retomada, localizado no município de Juti/MS. Aproveitamos a candidatura do cacique Ládio Veron, irmão de Valdelice, para trazer o contexto contemporâneo da temática política do filme *ÍNDIOS NO PODER*²⁵.

Obter autorização para filmar na retomada do *Tekoha Takuara* foi processo de negociação demorado. Na interlocução inicial com Valdelice Veron, por telefone, foi transmitido o propósito do projeto para ser submetido à deliberação das lideranças do Povo Kaiowa naquela retomada.

Após tentativas frustradas de obter resposta, Valdelice comunicou que deveríamos nos apresentar pessoalmente para explicar a proposta ao Conselho de Lideranças da retomada do *Tekoha Takuara* e depois passar pelo ritual de nomeação com os *nhanderu kuery* e as *nhandesy kuery*. Comumente denominados como rezadores no processo de tradução intercultural, são guias espirituais tradicionais e as principais lideranças na organização sociopolítica do Povo Kaiowa e Guarani no movimento de retomadas. De forma muito

²⁴ Média-metragem disponível para visualização e download em: <<https://vimeo.com/116678358>> (senha: kayowa). Acesso em 26/04/2017.

²⁵ Curta-metragem disponível para visualização e download em: <<https://vimeo.com/161381397>> (senha: JURUNApresidente). Acesso em 26/04/2017.

franca, disse-me que o Povo não sabia de nossas intenções, embora ela conhecesse o meu trabalho.

Valdelice advertiu que caso os nossos nomes não fossem recebidos naquele ritual, isso seria interpretado como mau presságio e teríamos que voltar para Brasília, sem realizar as filmagens. Na cultura Kaiowa se conhece a pessoa pelo significado de seu nome, comunicado às/aos guias espirituais em ritual específico. O nome para os Kaiowa e Guarani possui significado profundo para além do simples ato social de denominação da pessoa. Cito trecho do *Caderno Mapa Guarani Continental*²⁶, no qual se esclarecem aspectos da cosmovisão na vida do grande Povo Guarani e a importância central do nome na constituição do ser Guarani (Melià, 2016: 16).

O ciclo de vida de um **Guarani**, em todos os seus momentos importantes – concepção, nascimento, recepção de nome, iniciação, paternidade e maternidade, doenças, chamado espiritual e mortes – define-se a si mesmo em função de uma "palavra-alma" única e singular. O homem, ao nascer, orienta-se através de sua "palavra-alma", que o coloca em pé e o levanta até sua estatura plenamente humana.

(...)

No rito do batismo, por exemplo – na realidade, a imposição de nome para uma criança –, é o líder religioso quem deve encontrar, mediante a inspiração recebida de os de Cima e as orações que reza, o nome da pessoa, segundo o lugar espiritual de onde provém. Este nome será parte integrante da pessoa. O **Guarani** não se chama assim ou assado, ele é o seu nome.

Os três membros da nossa equipe receberam seus nomes Kaiowa e realizamos as filmagens no *Tekoha Takuara*, em outubro de 2014. A *nhandesy* Julia Veron relatou, à Valdelice, que havia sonhado com três pássaros (*guyra*, pronuncia-se guirá); eles pousaram no seu terreiro e depois voaram. Interpretou como sonho premonitório de nossa chegada e o voo significava o trabalho que faríamos para multiplicar a voz deles fora do *Tekoha*. Por conta desse sinal, ela tinha preparado três colares de *mbo'ytĩ*, a semente conhecida pelos não-indígenas como "lágrimas de nossa senhora". Após o ritual de nominação, ela nos presenteou com os colares e explicou que eram as nossas "guias". Desse dia em diante fui tratado como membro família. No *Tekoha*

²⁶ *Caderno Mapa Guarani Continental*, 2016. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0051616070b3646393dba?bkcode=0051616070b3646393dba&view=scroll&showsharemenu=false>. Acesso em: 26/04/2017.

Takuara, sou o *Arajeju* e assim me conhecem as(os) interlocutoras(es) do Povo Kaiowa e Guarani.

A *nhandesy* Julia foi indicada como nossa "madrinha" e o *nhanderu* Carlito Paulo como "padrinho", por ter recebido os nomes. Ele se dirigiu a nós em Kaiowa, no local da cerimônia, e Valdelice traduziu sua fala. Disse que apesar de sermos conduzidos até lá pelo pensamento de fazer o filme, na verdade nós "ouvimos o som da terra" e fomos chamados pelo clamor do Povo. Em tom profético, afirmou que ainda surgiriam muitos outros trabalhos. Aconteceu da forma como indicou: no ano de 2015, fui selecionado para o MESPT e assinei o contrato com o FAC para a produção do filme *TEKOHA* – ambas propostas tinham por objeto a luta do Povo Kaiowa na Terra Indígena Taquara. O subtítulo do filme, *som da terra*, foi inscrito na minha alma pela profundidade daquelas boas palavras do *nhanderu* conjugadas com a força dos trovões que sacudiram o firmamento do *Tekoha* após o ritual de nomeação.

Fotografia 10 – *Nhanderu* Carlito Paulo, guia espiritual do *Tekoha Takuara*.



TI Taquara, Juti/MS. Outubro de 2014. Autor: Rodrigo Arajeju.

Fotografia 11 – Membros da equipe de filmagens de *ÍNDIOS NO PODER* após ritual de nomeação.



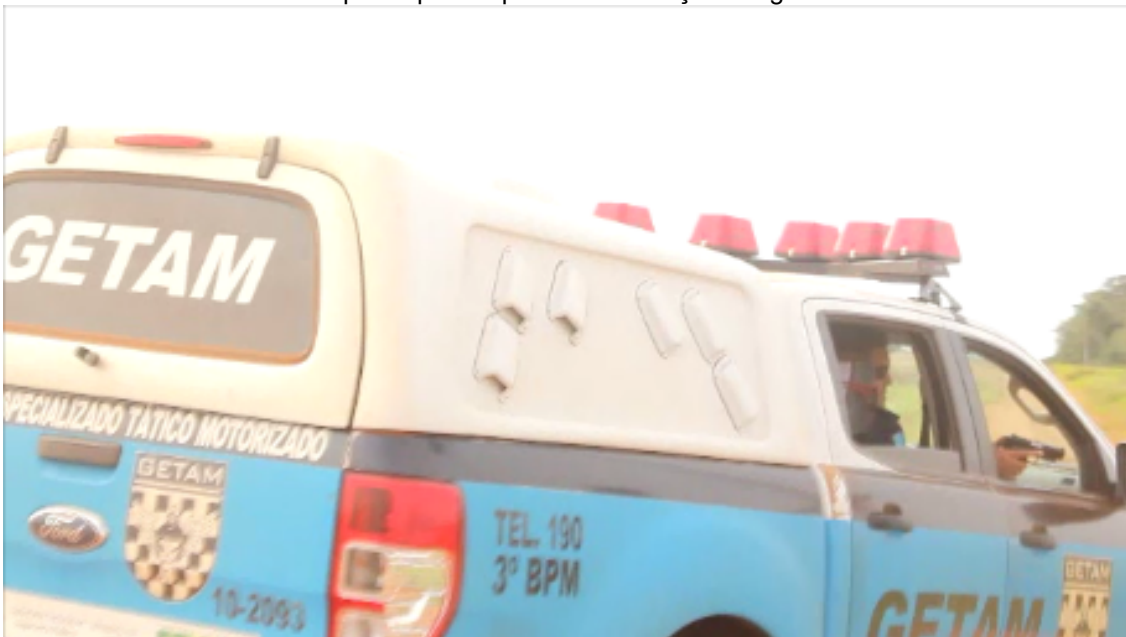
TI Taquara, Juti/MS. Outubro de 2014. Autor: Rodrigo Arajeju.

O mestrado e o filme representavam o desafio de viabilizar a autoria coletiva com as lideranças do *Tekoha Takuara*, com o compromisso de construção conjunta dos processos de pesquisa-intervenção e de obtenção de resultados representativos da luta e do luto do Povo Kaiowa nesse *Tekoha*. A pesquisa do mestrado e do filme se deram no contexto de maior aproximação das lideranças e entendimento dos contextos da retomada, em viagens de campo ao Mato Grosso do Sul, entre junho/2015 e janeiro/2017, e junto a membros do Conselho *Aty Guasu*, através de acompanhamento e registros documentais em incidências de delegações Kaiowa e Guarani em Brasília.

A primeira grande dificuldade encontrada foi o contexto de conflitos e traumas pessoais que as lideranças enfrentaram no passado e ainda se deparam no cotidiano, dificultando momentos reservados, exclusivamente, à construção de metodologias de trabalho coletivo. Cada vivência de campo foi marcada por ameaças no território em disputa – tanto de forças policiais quanto de milícias armadas –, grande trânsito de não-indígenas na Fazenda Brasília do Sul – propriedade titulada sobre o *Tekoha* e incidente na área declarada no processo de demarcação da Terra Indígena (TI) –, operações de maquinário

pesado na colheita/plantio de vastas extensões de monocultivos transgênicos de soja e milho, queimadas de extensões de cana-de-açúcar etc.

Frame 12 – Policial Militar aponta pistola para as lideranças indígenas no *Tekoha Takuara*.



TI Taquara, Juti/MS. Junho de 2015. Autor: Rodrigo Arajeju.

Frame 13 – Dois camburões do Grupo Especializado Tático Motorizado, do 3º Batalhão da PM de Caarapó, escoltam a Hilux do administrador da Fazenda Brasília do Sul pelo território da retomada²⁷.



TI Taquara, Juti/MS. Junho de 2015. Autor: Rodrigo Arajeju.

²⁷ Frames de registro documental em vídeo de violência institucional praticada durante a "Expedição à Aldeia Takwara", atividade de extensão organizada por diferentes departamentos da Universidade de Brasília.

Também foram constantes os chamados de emergência em decorrência de mortes – suicídio e assassinatos – e tentativa de suicídio, ataques paramilitares e crises humanitárias no *Tekoha Takuara* e em outras terras tradicionais. Os contatos por telefone eram pautados pelo clima de urgência desse contexto de terra arrasada e violações de direitos humanos, que agravam a paisagem e o cotidiano do Povo Kaiowa e Guarani no MS. O episódio determinante na definição dos rumos da pesquisa-intervenção do mestrado e do roteiro do filme foi o trabalho de campo realizado em fevereiro de 2016, quando a expansão da retomada estava recente e o clima de confronto mais presente.

2.1 A REALIZAÇÃO DO CURTA *TEKOHA - SOM DA TERRA* EM PROCESSO DE COLABORAÇÃO INTERCULTURAL

No dia 13 de janeiro de 2016, o Povo Kaiowa do *Tekoha Takuara* expandiu a retomada do seu território tradicional no município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul. Esse *Tekoha* foi declarado como Terra Indígena Taquara pelo Ministério da Justiça, através da Portaria Declaratória nº 954, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 07/06/2010. O acampamento avançado da retomada foi instalado em área de pequeno remanescente florestal, situado diante da sede da Fazenda Brasília do Sul, titulada sobre o território ancestral, possivelmente mantida como reserva legal da alegada propriedade. Um mês após a nova ação de retomada, realizei trabalho de campo e encontrei a ocupação liderada pelas *nhandesy*. Além da guia espiritual pelas anciãs, era forte o protagonismo das mulheres para a sustentação física do Povo naquela conjuntura hostil de terra arrasada, agronegócio em campo e milícia paramilitar de ronda.

Durante as noites, as vozes femininas também se destacavam nos cantos tradicionais que marcavam aquela vivaz resistência Kaiowa, inabalável mesmo com as intimidatórias sequências de disparos de armas de fogo, que soavam desde a direção da sede da fazenda. Nesse momento, já havia reflexão prévia e conjunta com algumas lideranças, sobre a impossibilidade de propor ações coletivas com os membros da retomada, no âmbito da pesquisa no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT).

Essa conclusão se deu em virtude do clima de tensão – mesmo antes da expansão da retomada – e da falta de recursos para ações concretas no território.

As tensões se davam, principalmente, pelas dificuldades de sobrevivência na área ocupada, decorrentes da degradação de terras e imensa extensão intrusada pelos monocultivos, e pelas articulações internas entre as famílias extensas nesse contexto de crise humanitária e ameaças múltiplas. Também foi momento de reajustes na configuração do cacicado na área de retomada, como resultado direto de ameaças de morte e atentados. Três lideranças do *Tekoha Takuara* estão inscritos no Programa de Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República²⁸ em virtude dessa conjuntura de violência.

A proposição de pesquisa-intervenção, inicialmente apresentada ao MESPT, enfocava a recuperação da sustentabilidade e da soberania alimentar no *Tekoha Takuara*. Contudo, restou frustrada pela restrição de acesso a fundos de financiamento para a consecução dessa intervenção emergencial. O Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) e a recente Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) são propostas direcionadas a poucas áreas de referência e excluem os territórios em processo de demarcação. Em MS, estado no qual habita a segunda maior população indígena do Brasil, o Núcleo Regional Pantanal/Cerrado dessas iniciativas restringe sua área de abrangência a seis terras indígenas: Pirakuá, Jaguapiré e Sessoró – Povo Kaiowa e Guarani –; Taunay, Lalima e Cachoeirinha – Povo Terena. (Núcleo Regional Pantanal/Cerrado / Eliel Benites...[et al.], 2016)

A definição dos rumos da pesquisa-intervenção convergia com as reflexões apontadas por Rappaport (2007: 201) sobre a etnografia em colaboração, identificada como metodologia na qual se evidencia a participação

²⁸ O programa federal de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos é vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Diversas lideranças indígenas, em especial do Povo Kaiowa e Guarani, são cadastrados nessa iniciativa. Informações gerais do programa disponíveis em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/combatentes-as-violacoes/programas/defensores-dos-direitos-humanos-1>>. Acesso em: 26/04/2017.

ativa das(os) protagonistas locais em cada etapa do processo, para além da ênfase atribuída ao seu resultado final. Vejamos:

En las últimas décadas, un pequeño grupo de antropólogos en Estados Unidos ha estado comprometido con lo que se ha llamado etnografía en colaboración, una aproximación a la etnografía que deliberada y explícitamente enfatiza la colaboración en cada punto del proceso etnográfico, en lugar de ocultarla: desde la conceptualización del proyecto hasta el trabajo de campo y, especialmente, durante el proceso de la escritura. La etnografía en colaboración invita a nuestros consultantes a hacer comentarios e intenta que dichos comentarios pasen a formar parte del texto etnográfico mientras este se desarrolla. A su vez, esta negociación se reintegra de nuevo en el proceso del trabajo de campo mismo (Lassiter, 2005a: 16).

A partir de reflexões conjuntas e após a marcante vivência no território recém retomado, durante campo realizado em fevereiro de 2016, os indicativos eram para o desenvolvimento da pesquisa a partir do papel relevante de liderança das *nhandesy* na luta pela terra – reconhecido, também, pelo cacique naquele momento – e do processo administrativo de demarcação, iniciado em 1999. Valdelice Veron apresentou a proposta de elaboração de documento capaz de fortalecer a demanda pela continuidade do processo oficial de demarcação do território, paralisado pelo Poder Judiciário desde 2010. Essa preocupação é decorrente de uma teoria nativa das(os) anciãs(ões) acerca de “fazer o papel falar”.

O processo histórico de colonização do grande território (*Tekoha Guasu*, pronuncia-se Tekorrá Guassú) Kaiowa e Guarani e o convívio intercultural com a cultura não-indígena produziram, no Povo, o sentido da valorização do conhecimento escrito para a defesa dos direitos, conforme revela Benites (2012: 87-88):

Nesse contato frequente com os saberes escritos (*kuatia arandu*), algumas famílias entenderam que aprender a ler e a escrever seria importante, porque viam a relevância do papel. (...) Ao entrar em contato com não índios (*karai*), como missionários, pastores e agentes do SPI/Funai, entre outros, observavam que todos usavam o papel. A utilização do papel era frequente diante dos Kaiowá. Essas pessoas *karai* faziam o papel falar (*moñe'ê kuatia*) e ao mesmo tempo registravam qualquer acontecimento e fala no papel (*japo kuatia ñe'ê*), por isso, algumas famílias kaiowá ficavam admiradas e curiosas. Diante dos fatos misteriosos, procuravam entender o poder do conhecimento escrito do não índio (*karai kuatia ñe'ê*). Eles perceberam que para compreender o modo de ser e pensar escrito dos *karai* teriam que dominar os mistérios dos saberes do papel.

Por outro lado, se tornou evidente que o contexto de emergências e a constante tensão pela sobrevivência, no território, não permitiriam a construção efetiva de um texto de autoria coletiva com as lideranças do Povo na retomada. Essa observação também foi pontuada de forma contundente pela banca de qualificação, com indicativo da dificuldade de estabelecer critérios metodológicos suficientes para validar a autoria coletiva no resultado final. Através da convivência, avalei que o domínio do português é obstáculo concreto, até mesmo, para os indígenas com nível superior de escolarização. A formação tradicional das crianças se dá na língua materna e o idioma Kaiowa é fluente nas aldeias – uma força motriz de sua resistência. Também é restrito o acesso à *internet* na área de retomada, o qual inviabilizaria a possibilidade de estabelecer dinâmica de trabalho remoto.

Ademais, na condição de mestrando, eu carecia de recursos para a realização constante de trabalhos de campo em MS por não dispor de bolsa nessa modalidade de pós-graduação profissional. Essa limitação também não permitiu a realização de etnografia colaborativa, pois os períodos de campo foram breves, contudo, houve imersão considerável em aspectos da cultura e do modo de ser Kaiowa. Minha presença em diferentes momentos da luta na retomada apontaram para uma participação observante. A acolhida fraternal de membros de famílias extensas originárias, linha de frente na luta do *Tekoha Takuara*, me posicionou como um aliado interno. Essa construção se deu pelo histórico de ativismo em campo, de engajamento em campanhas virtuais – desde o primeiro trabalho audiovisual, realizado nesse território Kaiowa em outubro de 2014 – e de assessoramento de lideranças do Conselho *Aty Guasu*, em Brasília, na Mobilização Nacional Indígena de 2015 e em outras incidências políticas dessa organização tradicional Kaiowa e Guarani na Capital Federal.

Nesse sentido, é possível estabelecer analogia com as formulações de Rappaport (2007: 210) acerca de colaboradores *karai* (pronuncia-se *karai*) de organizações indígenas na Colômbia: "Los colaboradores no nativos de larga data (...) forman junto con los activistas indígenas, un tipo de sujeto interno, en oposición a los miembros de otros sectores de la sociedad regional." Dando seguimento a essa sinergia de atuações complementares, agendamos as filmagens do curta *TEKOHA - som da terra*, no mês de abril de 2016, como

caminho viável para a perspectiva de coautoria com Valdelice Veron e de colaboração coletiva com as lideranças da retomada através da realização do filme. O MESPT prevê a apresentação de produto como resultado para a obtenção do título de mestre e o audiovisual é a ferramenta mais acessível para o trabalho intercultural com Povos de tradição oral.

O primeiro esboço do roteiro de filmagens foi apresentado para Valdelice Veron como convite para que assumisse a coautoria. Trabalhamos a perspectiva da abordagem a partir de narrativa baseada em sua memória pessoal de fatos marcantes dessa luta – resgatados a partir de seus depoimentos, coletados nos trabalhos de campo anteriores, e de vivências do mestrando/realizador audiovisual no território da retomada. A proposta ficcional consistia em filmar reedições de episódios de sua infância, representados pela sua filha Arami, assim como, de momentos de tensão contemporâneos como aqueles vivenciados na retomada durante o campo realizado em fevereiro de 2016. A narrativa oral seria conduzida por depoimentos das *nhandesy* e de Valdelice, utilizando-se a técnica de áudio em *off* – falas de entrevistas sobre imagens de contexto – no processo de edição.

Os registros documentais consistiriam na captação de cenas do cotidiano da retomada e de depoimentos das anciãs e lideranças do *Tekoha Takuara*. Existia a preocupação de registrar os cemitérios, expondo o custo pago em vidas durante o processo de luta pela reocupação do território, entre 1999 e 2016, com quinze vítimas fatais somente da família extensa Veron. As violações de direitos humanos e o longo período de espera pela conclusão do processo demarcatório da Terra Indígena seriam contrapostos pela usurpação do direito ao usufruto exclusivo do território pelo Povo Kaiowa. Situação de fato explicitada pelas vastidões de monocultivos e a circulação de maquinários pesados do agronegócio, que denunciam a intrusão da terra e a exploração de forma associada à degradação do ambiente e das formas tradicionais de vida.

O roteiro também apresentou a proposta de alinhar três gerações de mulheres Kaiowa, envolvidas na luta pelo território, representadas por Arami, Valdelice e a *nhandesy* Julia Veron – filha, mãe e avó – enquanto protagonistas-autoras da história dessa retomada. Na construção da narrativa do filme, prevista originalmente no roteiro, a proposta do arco do personagem

seria apresentada pela transição da criança para a guerreira até chegar na matriarca *nhandesy*, como recurso ficcional. Essa abordagem foi pensada com o objetivo de criar o enredo com ênfase nas gerações em luta e revelaria ao espectador, no fechamento do filme, que as personagens são contemporâneas. Na definição do roteiro de edição, optou-se por minimizar a abordagem ficcional e mostrar as três gerações juntas nesse processo de luta pela terra, revelando o forte vínculo entre elas.

O roteiro e o cronograma de filmagens foram submetidos, previamente, à Valdelice Veron e adaptados de acordo com suas considerações. Foram discutidos com a equipe técnica de profissionais não-indígenas, selecionados pelo mestrando/realizador audiovisual, no sentido de preparação para a realidade de conflito e para a proposta de trabalho em colaboração intercultural. O período de filmagens em MS foi agendado entre 14 e 24 de abril de 2016 e, no Distrito Federal, no mês de maio, de acordo com a agenda de Valdelice e de delegações indígenas que se fariam presentes durante o Acampamento Terra Livre – mobilização anual dos Povos Indígenas realizada na Capital Federal.

Na manhã do dia 14/04, encontramos Valdelice Veron na cidade de Dourados/MS e seguimos para a reunião do Conselho *Aty Guasu*, que se realizou no *Tekoha Itay* – município de Douradina. Valdelice estava apreensiva em decorrência de decisão de reintegração de posse da expansão da retomada do *Tekoha Takuara*, contra o Povo Kaiowa, a qual poderia ser cumprida nos próximos dias. O tema seria debatido na reunião do Conselho. Antes do início da reunião, encontramos Tônico Benites – liderança Kaiowa e pós-doutorando em antropologia. Ele comunicou a suspensão da liminar de despejo pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Valdelice chorou de alegria e todos comemoramos aquela decisão que representava grande alívio para o Povo e a garantia da produção das filmagens no *Tekoha Takuara*.

O primeiro dia de filmagens consistiu no registro das discussões entre membros do Conselho, em sua quase totalidade nas línguas Kaiowa e Guarani. O tema mais relevante foi sobre o processo de denúncia do Estado brasileiro ante à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, considerando sua omissão na conclusão dos processos de demarcação das Terras Indígenas em

MS e a impunidade das dezenas de ataques paramilitares nas retomadas dos *Tekoha*, intensificados a partir de junho de 2015. Também entrevistamos o cacique Elpídio Pires, do *Tekoha Potrero Guasu* – município de Paranhos, membro do Conselho e cadastrado no Programa de Defensores de Direitos Humanos. O senhor Elpídio foi uma das vítimas dos referidos ataques, atribuídos aos Sindicatos Rurais locais. Resultou baleado durante a investida de paramilitares em seu *Tekoha*, no dia 19 de setembro de 2015²⁹.

Fomos recepcionados no *Tekoha Takuara*, no dia 16/04, na área de expansão da retomada iniciada em 13 de janeiro de 2016 – dia que marcou a execução do cacique Marcos Veron, um dos mártires da luta pela demarcação das Terras Indígenas em MS. Durante as filmagens, exerci a codireção com Valdelice Veron: definimos as locações e como seriam as cenas; resgatamos episódios e emoções; construímos registros ficcionais; e documentamos os depoimentos das *nhandesy*. Todo o processo criativo foi compartilhado, também, com as matriarcas da retomada, sempre consultadas previamente sobre a pertinência de cada registro. As anciãs e suas netas participaram ativamente das filmagens em processo de entrega muito natural, decorrente da confiança estabelecida com o mestrando/realizador audiovisual, pelos vínculos preestabelecidos.

Na manhã do dia 16, registramos o trabalho das anciãs no corte do capim para a cobertura de habitações, sendo que o sapé de uso tradicional não é mais encontrado no *Tekoha* devido ao desmatamento – uma realidade de muitas terras tradicionais na região. Houve mutirão para montar as estruturas de "barracos" com troncos como vigas e galhos cruzados no telhado para acomodar as palhas. De tarde, gravamos cena com a atuação de Valdelice. No roteiro, havia propostas de reencenações para resgatar memórias de traumas sofridos pelas situações de violência e o sentimento de luto pelas mortes ocorridas durante o processo de retomada. A esse respeito, França (2010: 153) lança luzes sobre o processo de reencenação no cinema documentário.

²⁹ Maiores informações sobre a tentativa de assassinato do cacique Elpídio Pires disponíveis em: <<https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/histórico-do-caso-elpídio-pires>>. Acesso em: 26/04/2017.

Mas, tanto na arte contemporânea como no cinema documentário, esse procedimento da repetição pode funcionar como uma estratégia crítica para a reinterpretação da história, se considerarmos que os personagens de um documentário ou os participantes de uma ação/situação estão lá como portadores de uma memória, seja ela do próprio corpo – aquele que viveu o luto e a dor e as repete para a(s) câmera(s) –, seja ela forjada pelos discursos da mídia e da história, uma memória imaginária.

A primeira cena foi na sepultura de Virgílio Cavalheiro, primo de Valdelice, que cometeu suicídio em fevereiro de 2016. Realizava campo na retomada, quando ocorreu esse triste episódio e as lideranças me solicitaram o registro audiovisual e fotográfico do enterro na área de expansão da retomada³⁰.

Fotografia 14 – Valdelice Veron, à esquerda, e lideranças Kaiowa após o sepultamento de Virgílio Cavalheiro na área de expansão da retomada.



TI Taquara, Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

Segundo depoimento de sua mãe, *nhandesy mirĩ* Carmen Cavalheiro³¹, Virgílio estava muito preocupado com os rumores sobre a operação policial para a reintegração de posse dessa área, em favor dos alegados proprietários

³⁰ As lideranças da retomada solicitaram a publicação de trecho do registro documental, realizado logo após o sepultamento, com depoimento sobre a motivação do suicídio e recado às autoridades comunicando a decisão do Povo em permanecer naquela área retomada. Disponível em: <<https://youtu.be/ogyBmgNkkZc>>. Acesso em: 26/04/2017.

³¹ Depoimento em Kaiowa traduzido por Valdelice Veron, em vídeo registrado após o enterro. Não publicado.

da Fazenda Brasília do Sul. Os familiares dele relataram que seu pai já havia se suicidado após sofrer violência policial, em decorrência de ser uma das lideranças do início da retomada do *Tekoha Takuara*, e Virgílio, também, foi vítima de perseguições, prisão arbitrária e torturas.

Fotografia 15 – Valdelice no *kurusu* da sepultura de Virgílio durante as filmagens de reencenação para o filme *TEKOHA*.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

No segundo dia de rodagem no *Tekoha Takuara* (17/04/2016), registramos a colheita de remédios na mata pelas *nhandesy*. Suas netas adolescentes e crianças acompanharam a caminhada pelas trilhas abertas naquele estreito corredor de mata, ainda, relativamente preservada, ilhado entre a imensidão de campos de monocultivo de milho transgênico – cultura cíclica alternada com a soja transgênica. Antes de adentrarem na mata, as *nhandesy* entoaram canto com seus *mbaraka* e as netas tocavam o *takuapu* – bambu de taquara usado como instrumento tradicional, batido no chão para obter som grave, conhecido como bastão de ritmo feminino. Repetiam esse ritual ao encontrar cada árvore considerada sagrada na cultura Kaiowa. Para compreender um pouco dessa cosmovisão complexa, é indispensável transcrever trechos dos ensinamentos proferidos pelas *nhandesy*. A primeira fala é da *nhandesy* Julia Veron, em Kaiowa, traduzida por sua filha Valdelice:

Essa aqui é uma árvore de lei, que se chama peroba. Por essas aqui é que a gente luta também. Por que essa aqui é árvore que fica grande, muito grande. A vovó (*nhandesy Julia*) está falando que ela não vai ver essa árvore grande, mas ela acredita que os netos um dia vão ser felizes em baixo dessa árvore grande. Agora ela ainda está pequena aqui, ela se chama peroba. É árvore de lei essa aqui.

A *nhandesy Julia* afirma: “A casca é muito boa para remédio pra sarna.”; Valdelice segue traduzindo as formulações da matriarca, sempre na língua materna. “Tudo é remédio dela. E também a sombra dela. E quando ela crescer, também os pássaros vão vir dormir com ela. Essa aqui pra nós é como o cedro... cedro, peroba, são árvores muito sagradas para a gente.”³² Mais adiante elas encontram outras árvores e compartilham a visão Kaiowa sobre a relação especial com algumas dessas espécies. Valdelice, em português, discorre sobre o cedro:

Esse aqui é o cedro. Esse aqui a gente preserva bastante. Esse é o que tem aqui na Terra Indígena *Takuara*. É uma árvore que oferece para nós uma proteção, é uma árvore muito sagrada pro Kaiowa. E muitas vezes o agronegócio não respeita esse sagrado para nós, não respeita essa casa, não respeita essa árvore... porque ela também tem dono, tudo aqui tem dono, a gente chama *Ka'aguijara* (*dono da mata*). O *Ka'aguijara* tem que ser respeitado, mas não é respeitado.

Uma terceira referência especial é feita para outra espécie, não identificada com nome em português. A *nhandesy Julia* traz a percepção da equivalência do corpo físico e da emoção dessa árvore com os seres humanos, revelando que se estabelece uma relação de respeito e diálogo com esse ente da mata. Segue transcrição da tradução, sempre feita por Valdelice:

Essa aqui chama *Yvyravevui*. A gente respeita porque ela também tem sangue, que nem a gente. Ela (*nhandesy Julia*) diz que a árvore chora também, a árvore sente, chora e tem sangue também. Por isso o respeito pelo sagrado. Tem que perguntar primeiro pra ela se pode tirar para levar o remédio.

Quando da explicação sobre o cedro, Valdelice mencionou a mata como uma casa na cosmovisão Kaiowa. Depois ela discorreu com mais profundidade sobre essa percepção filosófica, incluindo a relação de equidade de estatuto

³² Em campo realizado no mês de janeiro de 2017, novamente, Valdelice falou sobre essa espécie: “Essa aqui é peroba. Peroba é sagrada pra nós, *Arajeju*. Essa árvore aqui. É por essas aqui que a gente também está lutando. Peroba, pro Kaiowa, é como se fosse o firmamento que segura a terra. Ela também ajuda a dar comida pra terra (*molhar a terra*). Pra nós é muito especial, não poderiam ter derrubado. Eles derrubaram muita peroba em nome dos biocombustíveis.”

com outros seres, que compartilham aquele *habitat*, a qual identifico como uma categoria nativa:

Isso aqui também é uma casa. Aqui, pra nós Kaiowa, tem pessoa vivendo. A pessoa do pássaro, a pessoa do papagaio, a pessoa da arara, a pessoa da anta. Então isso aqui é uma casa, a gente está andando dentro de uma casa. Tem eles olhando, estamos sendo observados. A pessoa da onça, eu não sei se vocês ouviram a noite... tava ali perto. Então são pessoas, o pessoal que está morando aqui. Então é uma grande casa que não pode ser destruída. Essa casa também oferece remédio, ela oferece comida, proteção. Tudo isso essa casa oferece.

À medida que outras plantas eram identificadas, Valdelice reforçava usos tradicionais, desenvolvidos pelo Povo Kaiowa no tempo da vida autônoma, nas extensas matas do grande território (*Tekoha Guasu*), ocupado antes da colonização – região, hoje, conhecida como Cone Sul de Mato Grosso do Sul. No pequeno perímetro de mata, na expansão da retomada do *Tekoha Takuara*, buscam preservar cada espécie que seja matéria-prima para recuperar práticas socioculturais ancestrais.

Essa aqui é a cama do Kaiowa, desse (*cipó*) que a gente faz rede e esteira para dormir. Esse aqui é o uso mesmo do Kaiowa. A gente está deixando preservar para ver se consegue fazer de novo.

(...)

- Valdelice: Essa aqui que é nossa panela Kaiowa, tradicional mesmo é essa aqui. Essa aqui é nossa panela, quando tem bastante, hoje nós só achamos esse. Esse aqui fazia o *pygwaho*, cavava o buraco e enchia...

- *Nhandesy Julia*: Até o peixe coloca aqui assim e põe lá dentro. Cozinha bem mesmo.

- Valdelice: Amarra e põe lá dentro pra cozinhar. A mandioca, rala o milho e põe lá dentro para fazer o bolo de milho. Isso aqui é panela mesmo do Kaiowa. Por isso que a gente defende essa casa, porque essa casa oferece tudo pra gente.

Quando da realização do campo em fevereiro de 2016, Valdelice me explicou que os "trilheiros" – pequenos caminhos –, inicialmente, foram abertos como rotas de fuga para crianças e idosos em caso de ataques paramilitares. Transcorridos três meses daquela expansão da retomada para esse acampamento avançado, as trilhas são utilizadas, também, pelos caçadores em busca das escassas espécies de fauna, que se refugiam nessa mata. Valdelice, certa vez, comentou que o Povo e os animais compartilhavam as

matas, enquanto últimos locais possíveis de sobrevivência, espremidos entre milhares de hectares dos monocultivos transgênicos.

Dentre os muitos conhecimentos repassados, Valcelice compartilha princípios sobre o manejo da mata e a utilização de madeira para lenha, sendo o fogo um elemento central na cultura Kaiowa:

A gente evita derrubar árvore grande. Só quando ela apodrece, a gente fala "a árvore dorme", ela cai. Então a gente aproveita, tira a lenha e também tira a larva grande de dentro dela que é para fazer o óleo, tira da gordura dela, para fazer o arroz... Porque a gente também evita esse óleo de soja, porque ele dá câncer. Os mais velhos ainda usam essa larva para comer, não aceita a soja. Os mais velhos Kaiowa, as mulheres mais velhas Guarani, usam o chamado *mbuku*.

A *nhandesy* Julia segue liderando a caminhada numa das trilhas, identificando as plantas com importância cultural. Ela indica um cipó e Valdelice traz memórias transmitidas, oralmente, acerca do tempo denominado como *sarambi*.

Esse (*cipó*) aqui é um remédio e também serve como água. Na época da correria, da colonização, o Povo Kaiowa conseguiu resistir com essa água aqui no mato. Por isso que o Povo Kaiowa, nós, somos chamados de Povo do mato. Tomavam isso aqui, corta aqui e sai água, sai bastante água mesmo. E também serve para diarreia. (...) Por isso que quando (*os latifundiários*) envenenam nossa água na fonte ou no rio, a gente procura água aqui no mato.

Em seu livro *História Kaiowa - Das Origens aos Desafios Contemporâneos*, Chamorro (2015: 299) apresenta glossário com as seguintes definições:

sarambi: desordem; estar atrapalhado; um espalhamento bagunçado dos indígenas feito depressa e no desespero; **oremosarambi**: "alguém nos espalha, joga daqui para lá, nos bagunça"; **ñemosarambipa**: a época em que a maior parte das comunidades indígenas vivia sob a iminência de ter que abandonar seus lugares de referência

Segundo a interpretação da autora (2015: 24), "os Kaiowa" possuem organização e interpretação próprias de suas experiências dos acontecimentos históricos que foram incorporadas "à sua memória mítico-histórica". Chamorro (Ibid.: 24-25) afirma que é costume dividirem sua narrativa histórica em três períodos, quais são:

(...) *ymã guare*, “antiguidade”, caracterizada pela autonomia e liberdade em seu território; *sarambi*, “bagunça, espalhamento compulsório”, caracterizado pelo início da influência e dependência da sociedade e do Estado brasileiro na região; e *tempo do direito*, fase de luta sob o amparo da Constituição Federal de 1988 e das convenções internacionais, como a Convenção 169 “sobre Povos Indígenas e Tribais”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Pereira 2004a).

Nova referência histórica surge quando as *nhandesy* identificam outra espécie de cipó, indicando memória de episódio, ocorrido durante a Guerra do Paraguai – evento que influenciou a história de colonização do território ancestral no atual Cone Sul de MS. Valdelice fica muito surpresa, quando a *nhandesy* Julia lhe indica esse cipó, registro documental que faz parte do filme *TEKOHA - som da terra*. Valdelice narra a transmissão oral do episódio que resultou no nome popular dessa planta:

Esse aqui também o português chama "cipó mil homens". Diz que, na guerra, um Kaiowa curou alguns soldados não-indígenas refugiados, mil homens, com esse aqui. Eles estavam todos mal, quase morrendo, com febre, diarreia e vômito. Aí eles colocaram o nome de mil homens, cipó dos mil homens. A gente chama de cipó, pra tomar esse aqui.

Durante a caminhada, as *nhandesy* Julia e Carmen indicam dezenas de outras plantas medicinais, desde remédios naturais para combater vermes e lombrigas até doenças complexas como a catarata, incluindo também anestésico. Parcela desse grande repertório de conhecimentos tradicionais Kaiowa associados à biodiversidade poderá ser consultada, em breve, na cartilha de etno-botânica em processo de produção pela mestrandia Janae Million³³, com supervisão das *nhandesy*. Valdelice auxiliou a correlacionar algumas espécies com as plantas conhecidas pela sociedade não-indígena. “Esse aqui também é a porangaba, como o pessoal da cidade chama. Esse aqui é bom pra rim, tem que tomar na água ou no tereré com a folha dela. O Kaiowa chama *karandy'yva*, é fruta de tartaruga esse aqui.”

Valdelice indica as plantas que são usadas pelas matriarcas nos cuidados específicos na atenção à saúde das mulheres, como, por exemplo, para aliviar a cólica menstrual. Ao explicar sobre o uso de uma dessas medicinas, ela

³³ A mestrandia Janae Million desenvolve a pesquisa intitulada "Estudo de Etnobotânica de Taquara: A Luta pelo Uso das Plantas Nativas" no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Botânica do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.

demonstra a seriedade atribuída pelas mulheres ao repasse de conhecimentos das *nhandesy* no processo de formação para se tornarem futuras matriarcas:

Esse daqui que é para inflamação do colo do útero da mulher, tem que tomar esse aqui. Como a gente está preservando, temos todo um cuidado de não acabar com ele. Esse (*remédio*) é da mulher mesmo, toda mulher Kaiowa deve saber isso aqui. É regra para nós, é lei, tem que saber.

E existem as plantas usadas com finalidades ritualísticas e espirituais específicas, como Valdelice indica em suas traduções:

Esse aqui é para a criança poder ter uma boa caminhada, pro Kaiowa. Você pega essa folha e essa semente, passa nas pernas. Aí a criança, por onde andar, vai ter um bom caminho de andar. Por onde andar vai ter sempre um caminho bom, um caminho reto.

(...)

Esse aqui é para fazer o colar. Colar do cacique (*rezador*), da *nhandesy*, também não é para qualquer um esse colar. Não é colar para qualquer pessoa, é das *nhandesy*, *nhanderu*, dos rezadores, um colar especial. Eles tiram daqui.

(...)

Esse aqui se faz *chicha*. Esse aqui é pindo (*pronuncia-se pindó*). Pindo é coqueirinho, a gente Kaiowa faz *chicha* dele. *Chicha* é uma bebida da frutinha, a gente toma, as crianças tomam, é muito bom, muito nutritivo. Então, ela (*nhandesy Julia*) também está falando, por esses daqui a gente luta, para eles também sobreviverem.

A *nhandesy Julia* se dirige a nossa equipe de filmagem algumas vezes, únicos momentos que fala em português. Com simplicidade, ela formula a complexa relação intergeracional de repasse de conhecimentos tradicionais:

A criança também vai com a gente. Eles perguntam: “O que é esse aqui?” Então nós, as vovós, já mostramos para eles. Esse daqui é pra isso. E esse aqui é pra isso. Então quando eles estão grandes, com 10 ou 11 anos, eles já sabem o remédio. ‘Vai lá buscar aquele remédio!’ Já foi buscar, porque ele já sabe. Porque nós mesmos mostramos os remédios para eles, desde pequenos eles já viram, eles sabem a folha, cada folha eles sabem o remédio.

Valdelice formulou nova metáfora para agregar significado cultural ao ambiente da mata, como espaço onde se pratica o repasse de conhecimentos: “A escola para nós é isso também. A escola Kaiowa é assim, ensinar o remédio, a cor da folha, a cor da raiz, o cheiro de cada planta, identificação de cada planta, de cada folha, é assim que é a nossa vida Kaiowa.” As *nhandesy* tiravam folhas e cascas de árvores para repassar os conhecimentos sobre a

finalidade de cada medicina natural às meninas e adolescentes. Utilizavam o tato, o olfato e o paladar para reforçar esse processo tradicional de aprendizagem. Valdelice (2016: 2) pontua a relação do Povo Kaiowa com os *Tekoha* e a devastação do agronegócio em seu memorial descritivo³⁴, apresentado na seleção pública do edital 2016 do MESPT.

A relação respeitosa do meu povo para com a terra, a fauna e a flora é uma mera expressão do modo de vida Kaiowá. Nossos territórios estão sendo destruídos por homens gananciosos cujo único objetivo é o de se enriquecer com o abastecimento do mercado internacional com soja, milho transgênico, carne... Para nós, o flagelo é o biocombustível: o etanol é feito com o sangue que jorra de nossas veias e que inunda a terra Kaiowá.

A transmissão de conhecimentos tradicionais pelas anciãs Kaiowa é ato cotidiano de resistência. A percepção do papel ancestral das mulheres indígenas na preservação da biodiversidade nas terras tradicionais é compartilhada por outros Povos Originários no continente. As autoras indígenas de relatório acerca de conflitos socioambientais na Guatemala e no México, enviado ao Fórum Permanente das Nações Unidas para Questões Indígenas, desenvolveram tópico sobre a "Liderança das Mulheres Indígenas na defesa da terra, territórios e recursos naturais"³⁵ (*tradução livre*).

De manera ancestral, los pueblos indígenas han demostrado ser poseedores de conocimientos y prácticas tradicionales para la conservación y preservación de la diversidad biológica o biodiversidad, en donde las mujeres principalmente se han ocupado por mantener y transmitir dichos conocimientos y prácticas de generación en generación, lo que se refleja en territorios con basta riqueza natural con ecosistemas en donde múltiples actividades para la subsistencia se desarrollan.

Cambios acelerados en México y en otros países de Latinoamérica, como es la adopción de políticas para lograr el llamado "desarrollo" de los estados, departamentos, comarcas, etc., en el ámbito económico, social, político y ambiental principalmente, lejos de mejorar la situación que enfrentan los pueblos indígenas, se han agudizado las problemáticas. Lo que se traduce en la falta de

³⁴ *NHANDE REKOHA NHE'E AYVU ARANDU – Educação indígena com: sabedoria, vida, terra e língua*. Memorial descritivo apresentado por Valdelice Veron na seleção pública do edital 2016 do MESPT/CDS/UnB. Juti/MS, março de 2016. Não publicado.

³⁵ *Mujeres indígenas en la construcción de la paz, en defensa de la tierra, territorios y la biodiversidad*. Informe situacional – Guatemala y México. Alianza de Mujeres Indígenas de Centro America y México. Elaborado por Sonia Gutiérrez Raguay (Povo Maya Pocomam, Guatemala), Carmen Quiej Xiloj (Povo Maya K'iche', Guatemala) e Daniela Juárez Villa (Povo Nahua, México). Marzo 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/2016/Docs-updates/Conference-Room-P2-Informe.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

participación de los pueblos indígenas en el diseño, planeación, ejecución, administración, monitoreo y evaluación de los planes y programas a implementarse en cada país.

Se habla de un incremento de la pérdida de biodiversidad de la cual las empresas transnacionales, la iniciativa privada y los gobiernos son responsables en la mayoría de las situaciones, ya que estos entes se mueven por intereses económicos y se ha visto a la madre naturaleza como un negocio, no como algo sagrado con quien las mujeres y los pueblos indígenas tienen una estrecha relación. En los estados del país mexicano se coincide en que gran parte de la biodiversidad existente en las tierras y territorios de los pueblos indígenas, es por la participación de los mismos, en donde las mujeres han tenido un papel fundamental para lograr la preservación y continuidad de la biodiversidad. (2016: 2)

O texto também nos indica a similaridade de mudanças aceleradas para implementar políticas desenvolvimentistas neocoloniais em diversos países da América Latina, à revelia da consulta ou participação dos Povos afetados. Os resultados danosos representam ameaças severas aos ecossistemas de territórios, nos quais gerações se empenharam em manter, transmitir e praticar conhecimentos tradicionais que garantiram a preservação do patrimônio natural necessário a reprodução física e cultural dos Povos Originários. Valdelice (2016: 4), no seu memorial, situa a Resistência Kaiowa contra o ecocídio e sua militância em instâncias internacionais como porta-voz do Povo.

Eis onde se encaixa a nossa Resistência a esses males que destroem nosso meio ambiente, do qual depende nossa sobrevivência. Em 2015 e 2016 viajei para a sede das Nações Unidas na Europa e o Parlamento Europeu, saindo pela primeira vez do país, para reivindicar que leis internacionais realmente obrigatórias antes da construção de novas barragens hidrelétricas gigantescas, leis que consigam realmente impor, antes do início das obras, como pré-requisito essencial, o cumprimento das recomendações do relatório final da Comissão Mundial de Barragens (2000).

Solicitei nas instâncias internacionais o reconhecimento da noção de crime contra as gerações futuras, noção que deve definir o ecocídio, isto é, o crime da destruição parcial ou total dos ecossistemas de um território específico. Tal medida pode começar pela alteração do Estatuto de Roma, modificação que qualquer Chefe de Estado pode propor. O mundo encontra-se em uma encruzilhada. Os direitos ancestrais dos índios brasileiros, reconhecidos pela Constituição brasileira, estão em risco. Nossa sustentabilidade cultural, econômica e social depende de terra e vida.³⁶

³⁶ *NHANDE REKOHA NHE'E AYVU ARANDU – Educação indígena com: sabedoria, vida, terra e língua.* Memorial descritivo apresentado por Valdelice Veron na seleção pública do edital 2016 do MESPT/CDS/UnB. Juti/MS, março de 2016. Não publicado.

O repasse de conhecimentos faz parte da educação das meninas e adolescentes Kaiowa nas atividades do cotidiano em companhia das *nhandesy kuery*. A partir de vivências do mestrando em campo, a cena foi incluída no roteiro do filme *TEKOHA - som da terra* e Valdelice confirmou a importância de retratar essa transmissão de saberes, associada aos processos autogestionários da vida e do território.

A filmagem dessa cena pode ser considerada, em partes, como reencenação. Embora contenha a essência de registro documental, sua motivação se deu pela necessidade de captar o processo de repasse de conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, cito novamente as considerações de França (2010: 151) acerca do que define como “imagem-reconstituição”:

A reencenação como gesto cinematográfico não é uma metodologia nova, ao contrário, remonta pelo menos aos anos 20 do século passado. Em Robert Flaherty filmando *Nanook*, por exemplo, o que se vê é a repetição de um saber-viver e um saber-fazer, gesto antropológico que reencena o que é da ordem do ordinário, o cotidiano de uma família esquimó na sua luta pela sobrevivência.

Na sequência da diária de filmagens, no dia 17 de abril, filmamos as brincadeiras das meninas num dos rios que banha o *Tekoha Takuara*, o São Domingos. A locação foi montada próxima ao lugar referido como "roda d'água", ponto no qual foi instalada bomba acionada por roda d'água para captação destinada ao abastecimento da sede da Fazenda Brasília do Sul. O tubo de PVC branco, ligado nessa estrutura, entrou na composição de dois planos no primeiro pesadelo de Valdelice no filme *TEKOHA - som da terra* (tc: 3'29"-3'40").

O corpo d'água está protegido de forma precária por pequena faixa de vegetação, havia monocultivo de milho na sua margem direita e extenso descampado na margem esquerda. É aparente o desrespeito aos limites legais da Área de Proteção Permanente (APP) desse rio, pois as plantações e o desmatamento se estendem até o limite da mata ciliar. Para facilitar a visualização, no filme *TEKOHA* consta um plano aberto que confirma a dimensão aqui descrita (tc: 5'21"-5'28").

No ponto da locação no rio São Domingos, existe pequena corredeira e um poço utilizado para banho por membros da retomada. A profundidade é

muito rasa em decorrência do assoreamento pela areia da terra exposta às chuvas nas entressafras de plantios do agronegócio. Também interpretado como indicativo de sua contaminação pelos agrotóxicos, aplicados por tratores, em larga escala, nesses monocultivos transgênicos que o margeiam.

A proposta da cena para essa locação trazia o início do resgate de episódios da infância de Valdelice Veron. Durante a discussão do roteiro, ela trouxe a recordação da amiga chamada Cândida. Valdelice lembrou de seu medo de entrar na água e essa amiga, mais corajosa, lhe trazia pelas mãos. Produzimos tentativa de reconstituição com sua filha Arami e uma prima. No processo de edição, a cena não funcionou e foi excluída do roteiro de montagem do filme. Outro registro retirado foi a utilização de argila preta no corpo das crianças, prática que as anciãs repassaram sobre os cuidados com a pele. As cenas das meninas brincando no rio fazem parte da primeira sequência do filme sobre algumas memórias infantis de Valdelice e lembranças do território antes da grande devastação imposta.

Fotografia 16 – Equipe técnica *karai* preparando os equipamentos para rodar a cena das crianças no rio São Domingos.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Natanael Caceres.

Fotografia 17 – Valdelice Veron, dirigindo sua primeira cena, orienta as meninas em Kaiowa sobre como atuar na reencenação.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Natanael Caceres.

À tarde, voltamos à locação da cena na sepultura de Virgílio Carvalheiro, pois verificamos não ter obtido o registrado desejado nas 14 tomadas rodadas no dia anterior. A produção era complexa por ser filmada com grua e envolver amplo movimento do equipamento, contra-luz e exposto ao vento forte que corta o terreno desmatado. Na quinta tentativa do segundo dia, conseguimos filmar a cena sem complicações técnicas. A quantidade de tomadas exigiu de Valdelice paciência e concentração. Essa cena é fundamental no roteiro, pois revela a amplitude da devastação do campo de monocultivos, pela primeira vez, através da saída de Valdelice da mata.

Fotografia 18 – Diretor de fotografia e seu 1º assistente preparam a câmera na grua.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Natanael Caceres.

Fotografia 19 – Codiretores trocam impressões sobre a proposta de reencenação e o mise-en-scène de Valdelice como protagonista da cena.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Natanael Caceres.

A cada tomada, fazíamos pausa para trocarmos impressões sobre a intencionalidade dos seus gestos, o ritmo da caminhada, o posicionamento de

parada diante do *kurusu* (cruz) dessa sepultura e o direcionamento do seu olhar. Esse exercício de codireção a auxiliava na reencenação de momentos que vivenciamos juntos na retomada em fevereiro de 2016. Essa sequência é central no roteiro do filme, razão pela qual foi filmada, cuidadosamente, até obtermos os resultados desejados. Essa tomada, rodada em plano-sequência, revela o conflito no enredo. É provável que figure mais no campo do *mise-en-scène* do que da reencenação. Sobre essa diferenciação, é importante apresentar alguns conceitos formulados por Ramos (2012: 21).

A imagem-câmera fílmica tem por característica ser constituída ao se conformar em um tipo de figuração do mundo que chamamos *tomada*. A tomada estrutura um movimento de figuração que é singular à imagem-câmera e que outras imagens não possuem. É composta pela *ação* do corpo em movimento e por sua *expressão*. Definiremos como *expressão* a figuração de *afetos* pelo ator/personalidade que age na circunstância da tomada. A expressão é significada pelo corpo, através de olhar, composição fisionômica e gestos. A *ação* é movimento no mundo. *Ação* e *expressão* constituem o núcleo dos procedimentos que caracterizam a encenação fílmica e sua *mise-en-scène*. É aí que bate o coração da cena cinematográfica e sua narrativa. A *ação* do corpo na tomada, a expressão de seu afeto pela fisionomia e pelo gestual, constitui o umbigo da especificidade da encenação documentária que se constela concretamente (se afigura) no tempo presente, no transcorrer do presente enquanto franja de um acontecer. É através das especificidades do movimento e da expressão do corpo em cena, nas diversas modalidades de interação com o sujeito que sustenta a câmera, que recortaremos o conceito de *mise-en-scène* para articulá-lo ao campo documentário. É na *ação* do corpo em cena, do corpo-sujeito na tomada (para e pela câmera, lançando-se, enquanto imagem futura, ao espectador e sendo por ele determinado), que iremos atingir o coração da *mise-en-scène* para fazê-lo bater dentro da estilística documentária.⁴

Encerramos a diária, dando continuidade ao roteiro de filmagens com a produção da cena que encerra essa primeira sequência de Valdelice no filme. Filmamos sua caminhada se afastando do *kurusu*, fizemos um plano aberto estático e outro mais fechado com a câmera acompanhando a protagonista para dar ênfase em sua expressão facial – nesse último utilizamos o equipamento *ronin* que estabiliza a câmera para registros em movimento, o mesmo utilizado durante a cena das *nhandesy* e netas na mata.

O terceiro dia de filmagens no *Tekoha Takuara* (18/04/2016) foi dedicado a registrar cenas do cotidiano da *nhandesy* Julia no acampamento retomada, como o hábito de tomar chimarrão pela manhã, pedir aos netos para buscar água, cortar lenha, cozinhar o almoço com a ajuda de uma neta etc. Essa

construção do roteiro foi pensada como arco do personagem, que abarcaria a criança na infância em uma terra ainda preservada, a guerreira que luta na retomada para proteger o que resta da mata e a anciã que se apresenta como esteio da luta pelo *nhande reko* Kaiowa. A ideia original foi transmitir, aos espectadores, atividades compartilhadas pelas três gerações nesse contexto de fronteira entre a tradição preservada/transmitida e o despojo dos elementos centrais do território, que alimentam a cosmovisão e as práticas Kaiowa.

Nessa diária iniciamos registros ficcionais das protagonistas dormindo e despertando durante a noite e ao amanhecer. Esse elemento de reencenação, adotado no roteiro, surgiu das vivências do mestrando/realizador durante o campo realizado em fevereiro de 2016. Naquela oportunidade, percebi o estado de vigília, alerta que afeta a todos na retomada, nos momentos de acirramento dos conflitos, promovidos pelo latifundiário e a milícia armada a seu serviço – algumas vezes, registradas, oficialmente, como empresa de segurança privada, nesse caso a SEPRIVA Segurança LTDA. Os adultos, guerreiras e guerreiros mantêm revezamento no patrulhamento do território retomado durante toda a noite, alimentando as fogueiras e monitorando ameaças de ataques noturnos – momentos nos quais, rotineiramente, são executados.

Fotografia 20 – Valdelice acende fogueira no início da noite no acampamento da retomada.



TI Taquara, Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

Fotografia 21 – Valdelice monitora a vinda de carro durante a vigília noturna.



TI Taquara, Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

Durante aquele período do trabalho de campo, eram constantes os disparos de tiros vindos da direção da sede da Fazenda Brasília do Sul. Realizei registros de áudio, encaminhados, posteriormente, ao MPF/MS. As *nhandesy kwery* e *nhanderu kwery* faziam seus rituais de resistência com cantos, acompanhados de *mbaraka* e *takuapu*, durante as noites, praticavam o *sambo* – treinamento dos *yvyra'ija* (pronuncia-se uirajá), termo traduzido como "bailarinos dos rezadores", se assemelha ao *xondaro* do Povo Mbya Guarani – e, também, o *gwaxire* (pronuncia-se guaxiré) – dança circular coletiva de mãos dadas, só com cantos. A resposta dos pistoleiros aos cantos eram tiros; em alguns momentos, apenas um disparo e, em outros, séries. As lideranças indígenas costumam identificar o calibre da arma de acordo com o eco do disparo.

A ideia das cenas das protagonistas despertando no meio da noite buscava trazer a tensão desse estado de vigília instaurado, inclusive nos breves períodos de descanso entre as trocas dos grupos de monitoramento noturno do território. Como acompanhei o guerreiro, que se apresenta como *yvyra'ija*, durante três noites em claro, percebi o funcionamento orgânico e voluntarioso desse sistema de auto-proteção da retomada. Valdelice é uma

guerreira ativa nesse processo, sempre me chamava para acompanhar o grupo nas verificações de ameaças nos limites do acampamento e para alimentar as fogueiras. Nessas noites, as(os) guerreiras(os) não costumam comer, apenas tomam tereré para ajudar a manterem-se despertos com a cafeína, contida na erva-mate.

Fotografia 22 – Guerreiro *yvyra'ija* após registro de seu depoimento sobre a tentativa de despejo extra-judicial em 2003. "Vocês roubaram minha infância. Agora eu cresci e estou preparado para lutar".



TI Taquara, Juti/MS. Outubro de 2014. Autor: Rodrigo Arajeju.

Figura 23 – Guerreiro faz a segurança de grupo de mulheres Kaiowa na estrada vicinal de acesso à Fazenda Brasília do Sul.



TI Taquara, Juti/MS. Fevereiro de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

A proposta de retratar o estado de vigília, no filme, foi representada em dois pesadelos de Valdelice. No primeiro, ela visualiza intervenções no território, como o cano que leva água para a fazenda, passando por cima das crianças no córrego, o trator que aplica agrotóxicos sobre a plantação de milho durante as noites e o complexo industrial da Usina Raízen Caarapó, que produz etanol ("biocombustível"), açúcar e biomassa. Em uma sequência posterior, Valdelice desperta e vê esse agentes contaminadores. Essa narrativa remete a uma vivência do mestrando na retomada, pois quando é tempo de colheita do milho ou da soja, o trânsito de máquinas pesadas de fumigação e colheitadeiras, no território, só é paralisado entre 3 horas e 6 horas da manhã. Em função desses sons, nem mesmo quem queira dormir consegue descansar.

França (2010: 155) aponta a reencenação no documentário como recurso para cobrir lacunas entre os testemunhos e imagens de arquivo, também como reflexão e tensionamento entre o passado e o presente.

Sem dúvida, o trabalho do documentarista é um pouco diferente daquele do historiador, visto que opera com outros materiais e outros procedimentos. Se colocarmos de lado os filmes didáticos de iconografia comentada, o cinema documentário se vê limitado por

fontes históricas *vivas*, ou seja, seu material são as testemunhas sobreviventes e as imagens de arquivos. Interessa, contudo, que, ao permitirem o acesso à *dimensão teatral do processo* histórico,³⁷ as imagens em movimento não apenas evocam, mas expõem certos aspectos de uma época (arquivos, vestígios, gestos), nos fazem ouvir e ver diretamente testemunhas e lembranças, operando sobre a defasagem entre o que se diz e o que se vê, entre o que diz uma testemunha e como ela diz ou mesmo se contradiz. É neste sentido que François Niney pergunta de que forma o cinema pode se debruçar sobre a memória, de modo que a história reencenada não seja apenas um banco de dados, uma memória morta, mas uma reflexão a respeito do passado e do presente, uma tensão entre esses tempos, uma interrogação de um pelo outro (Niney, 2002: 250).

No segundo pesadelo, aparecem imagens filmadas com Valdelice na Praça dos Três Poderes, na Capital Federal, durante uma noite em maio de 2016. Essa referência decorre das pendências na conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Taquara, cuja portaria declaratória de seus limites territoriais está *sub judice* desde 2010, suspensa por liminar monocrática da ministra Carmen Lucia – atual presidente do STF. Essa cena ficcional é minha leitura sobre a longa espera pela demarcação, cujos rumos se decidem em Brasília, que também tira o sono das lideranças na retomada.

A utilização do espaço onírico na construção da narrativa foi opção intuitiva, mas faço referência à obra *Serras da Desordem*³⁷ (2006, 135 min.), de Andrea Tonacci, como uma forte inspiração no processo criativo para a realização do nosso filme-intervenção. Definida como ficção, baseada em fatos reais da vida de Carapiru Awa-Guajá, é filme clássico do cinema nacional. Resultou na publicação do livro homônimo *Serras da Desordem*, organizado por Daniel Caetano e publicado pela Editora Azougue em 2008. Cito trecho específico sobre o sonho do protagonista desse filme, contido no ensaio *As artimanhas do fogo, para além do encanto e do mistério*, de Ismail Xavier (2008: 11-12).

A câmera se aproxima como que para "subjetivar" a imagem de um rosto a dormir (e sonhar?), ficando nítido que o documento do tipo – exiba sua técnica diante da câmera" – dá lugar à especificação de um momento particular de uma experiência ainda enigmática, marcando uma transição que se abre para uma narrativa. A montagem superpõe murmúrios e flashes de ações indefinidas que sugerem violência, compondo um segmento agitado em que os pontos de interesse se disseminam, em nítido contraste com a limpeza da cena

³⁷ Disponível em: <<https://youtu.be/VNMrboKyunw>>. Acesso em: 26/04/2017.

inicial. Ativam-se outros espaços (de memória? Ou simples justaposição fora de qualquer ancoragem?). O filme rabisca um leque de ações que nos afastam do personagem. Este vai retornar, mas não antes de longo intervalo preenchido por interrogações e releituras bem próprias ao cinema-processo de Tonacci. (Caetano, 2008: 11-12)

Na quinta diária de filmagens (19/04/2016), quarto dia no *Tekoha Takuara*, ocorreu a celebração do “Dia do Índio” na aldeia. Consultei as lideranças acerca de nossa contribuição e compramos carne para a “mistura”. Sempre que a população se reúne, é costume das anciãs oferecer alimentação coletiva. Embora tenham roças de mandioca, milho, batata doce, entre outras, não conseguem, sequer, obter produção suficiente para a subsistência. Entre os fatores se destacam a degradação do solo pelas atividades ostensivas do agronegócio e a destruição criminosa de plantações.

A *nhandesy* Julia me relatou que, certa ocasião, perdeu toda a primeira colheita de mandioca, pois, quando as cozinhas, saíam duras como velas. Os ataques às plantações ocorrem normalmente através da fumigação de agrotóxicos, que secam os cultivos das roças tradicionais, ou quando passam o trator para gradear a terra para a próxima safra do agronegócio. A intencionalmente de destruir as roças indígenas de subsistência pode ser considerada prática de etnocídio e os ataques químicos direcionados contra as populações de diferentes retomadas, segundo depoimentos e registros³⁸, deve ser considerada estratégia genocida.

Na diária do dia 19, iniciamos a filmagem com o registro do trabalho coletivo das mulheres no corte e costura das roupas tradicionais chamadas de *poty*, feitas de algodão cru e enfeitadas com pinturas, contendo símbolos culturais sagrados. Incluí a proposta da confecção dos *potys*, no roteiro, no sentido de resgatar memórias da infância de Valdelice, assim como de preparação do *panambi* – brinquedo tradicional, conhecido como borboleta, que as crianças correm puxando como se fosse pipa. De tarde, produzimos cenas de Valdelice se deslocando na retomada, utilizando a grua para obter

38 MPF/MS denuncia piloto por aplicar agrotóxico sobre aldeia indígena guyra Kambi'y. Disponível em: <https://youtu.be/isRLyKD7B7s>. Acesso em: 26/04/2017; *Cacique Ládio Veron denuncia envenenamiento de las tierras indígenas con agrotóxicos*. Disponível em: <https://youtu.be/2IBLwb2xlqE>. Acesso em: 26/04/2017.

imagens panorâmicas, reforçando o contraste entre o descampado e a mata no local do acampamento da retomada.

Também fizemos o registro das *nhandesy* Julia e Carmen, acompanhadas de Valdelice, no cemitério da retomada. Iniciamos a filmagem dessa sequência no *kurusu* que marca o local do assassinato do cacique Marcos Veron, em 2003, vítima de traumatismo craniano no ataque da milícia armada, que pretendia executar o despejo extrajudicial naquele acampamento de retomada. O Povo havia tentado retomar o *Tekoha* nos anos de 1999 e 2001, quando sofreram despejos judiciais violentos e foram deslocados para a beira de uma estrada vecinal. Lá sobreviviam a espera de voltar, definitivamente, ao “lugar onde se é (Kaiowa)”, uma das traduções de *Tekoha*, também sendo indicado como “o lugar ao qual pertencemos”. O cacique é reconhecido como mártir do *Tekoha Takuara* e do Povo Kaiowa e Guarani. Sua execução é capítulo doloroso da luta nessa retomada. Todos os anos, o Povo se reúne no dia 13 de janeiro em memória a Marcos Veron – cujo nome tradicional é *Ava Taperendy* (pequeno caminho luminoso).

Fotografia 24 – Valdelice, *nhandesy* Carmen e Julia (da esquerda para a direita) no *kurusu*, erguido no local da execução do cacique Marcos Veron.



TI Taquara, Juti/MS. Abril de 2016. Autor: Rodrigo Arajeju.

No final da tarde, registramos danças tradicionais das *nhandesy*, suas netas e Valdelice, todas trajando seus *potys* novos, com cantos de *gwaxire* e *gwahu* – específicos das mulheres Kaiowa. Essa cena foi selecionada para o final do filme. É simbólica pela representatividade do repasse de conhecimentos e compartilhamento das tradições sobre a terra devastada como plano de fundo. O canto do *gwahu* utilizado foi traduzido por Valdelice, representa a esperança no futuro: “Aqui nós vamos ser felizes unidas.” Entramos à noite com a produção de cenas ficcionais. As protagonistas se mantiveram com seus *potys*. Primeiro, filmamos Arami despertando, cena utilizada na abertura do filme, depois fizemos a cena da fogueira com Valdelice e com a *nhandesy* Julia. Segundo Valdelice, as matriarcas Kaiowa são como o fogo – capazes de agregar as famílias extensas ao seu redor.

No final dessa diária intensa de filmagens, após o registro da última cena, a equipe iniciava a recolhida dos equipamentos. Já passava das 22 horas e escutamos barulho estridente de trator se aproximando. O diretor de fotografia foi ágil e conseguiu configurar a câmera para captar, com nitidez, a fumigação noturna do monocultivo de milho transgênico, feito por um trator enorme, na fronteira oeste do acampamento da retomada.

Na manhã do dia 20/04/2016, parte da equipe permaneceu no *Tekoha* para registro de cenas do cotidiano da retomada. Eu e o primeiro assistente de câmera, Pablo Le Roy, acompanhamos Valdelice Veron em viagem até Campo Grande na tentativa de filmar seu depoimento na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (ALMS). Valdelice foi convocada para depor como testemunha em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A CPI, presidida pela deputada Mara Caseiro (PSDB/MS), foi instalada pela maioria de deputados ruralistas daquela casa. Destinada a apurar as “suspeitas de atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em atos de incitação e financiamento de invasão de propriedades particulares por indígenas no Mato Grosso do Sul. (*sic*)”³⁹ Foram intimadas lideranças indígenas das retomadas como forma de coação e exposição pública. Valdelice

³⁹ Relatório final da CPI do CIMI. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=WVDm0fvZ9Uk=&tabid=621>>. Acesso em: 26/04/2017.

compareceu na primeira data marcada, em 06/04/2016, e solicitou o direito de falar na língua materna. Regressou duas semanas depois, contudo seu depoimento foi adiado, novamente, pois o grupo de trabalho não conseguiu intérprete para a tradução em Kaiowa.

Devido à problemas mecânicos com o carro na saída de Campo Grande, que motivaram suspeitas de alguma sabotagem, naquele período de permanência na ALMS, tivemos atraso na viagem de volta. Só conseguimos regressar ao *Tekoha Takuara* na noite do dia 21/04/2016, fato que nos forçou a rever a previsão de filmagens em outras retomadas, nas quais ocorreram ataques paramilitares. Na manhã seguinte, nos deslocamos ao município de Paranhos para entrevistar, novamente, o cacique Elpídio. A proposta de gravar no *Tekoha Potrero Guasu* era obter depoimento mais detalhado sobre o atentado sofrido por ele no ano anterior. Pernoitamos em Amambai e, no dia 23 de abril, iniciamos os registros no *Tekoha Kurusu Amba*, localizado no município de Coronel Sapucaia, retomada palco de diversos ataques paramilitares. Valdelice assumiu a direção dessas duas diárias, atuando como interlocutora dos entrevistados. Ao término, o material não entrou no corte final do filme, mas buscaremos estratégias de divulgação em alguma plataforma independente.

Na volta, paramos para almoçar na cidade de Amambai, onde fomos interrogados e revistados pela Polícia Militar na saída do restaurante, no qual, também, jantamos na noite anterior. Quando entramos no carro, dois camburões nos bloquearam na frente e atrás. As lideranças indígenas, que estavam em outro carro estacionado distante, foram interceptadas por uma terceira viatura.

O policial me abordou, pediu a documentação do carro alugado e habilitação. Iniciou a averiguação, perguntou o que fazíamos ali; se estávamos com "os índios"; e se tínhamos filmado em área de conflito. Pediu para verificar o porta-malas, recolheu os documentos de identidade de toda equipe e nos deixou sob escolta de agentes armados com fuzis. Antes de nos liberar, informou que a ação aconteceu por "denúncia anônima" sobre nosso carro, desde a noite anterior. Na vigência do *apartheid* dos indígenas em MS, compartilhar a mesa de refeição com eles é uma atitude suspeita.

Nosso último retorno ao *Tekoha Takuara* foi na tarde do dia 23/04/2016, a penúltima diária. Registramos a construção de casa com tábuas de madeira e telhas de fibrocimento. Esse tipo de construção representa transição dos "barracos" de lona, montados precariamente, quando inicia a retomada, e indicam a disposição de permanecer, definitivamente, nesse local. O mutirão era comandado pelas *nhandesy* Julia e Carmen, com o apoio de Valdelice, das netas e um neto.

Em depoimento acerca dessas imagens, Valdelice nos apontou reflexões sobre o movimento de retomada do Povo Kaiowa e Guarani, da vida deslocada nas reservas e da decisão coletiva de desobediência civil às novas ordens de despejo judicial.

Pode colocar casa, água, luz... mas se não tem o significado histórico, da forma Kaiowa, o Kaiowa não vai ficar lá. Ele sempre vai voltar lá no seu *Tekoha!* Porque é lá que ele fincou o seu modo de vida. Ali está a sua forma de organização, a sua forma de ter o contato espiritual com a terra. É ali! Então mesmo que muitas vezes, como no caso da Terra Indígena Taquara, a terra está agonizando, pedindo socorro também, a gente volta de novo. A gente vai voltar sempre pro *Tekoha*. Os nossos bisavós saíram de lá e passou pra gente: "Olha, nós estamos aqui nessa reserva, mas o nosso *Tekoha* original é *Takuara*. O nosso *Tekoha* original é *Kurusu Amba*. Nosso *Tekoha* original é *Marangatu*, é *Potrero Guasu*. Os nossos bisavós sempre passaram para nós e nós repassaremos para os nossos filhos. Então por isso a gente volta, a gente não desiste. Não vai desistir, não vamos deixar a nossa terra. Nós sempre vamos voltar. E mesmo se for pra gente morrer, como muitas de nossas lideranças já morreram, demarcando a terra com o sangue Guarani Kaiowa, a gente morre mas... como dizia o cacique Marcos Veron: "a gente morre aqui, mas nós não sai daqui".

No final da tarde do dia 23 de abril, filmamos outra cena de Valdelice acendendo fogueira; de noite, a última. As fogueiras são acesas, diariamente, e fazem parte do cotidiano de vigília na retomada. Na manhã seguinte, último dia da rodagem em MS, produzimos as filmagens complementares previstas no roteiro. Iniciamos com a cena das três protagonistas tomando chimarrão juntas. É o único momento do dia em que tomam a erva-mate com água quente, funciona como desjejum. Valdelice e a *nhandesy* Julia, diariamente, repetem esse momento de conversa ao raiar do Sol. Na sequência, registramos Arami brincando no balanço de cipó e caminhando na mata com prima mais velha. Essa cena faz parte das propostas de resgate das memórias de infância de Valdelice.

A conclusão das filmagens ocorreu no mês de maio, em Brasília, com registro já mencionado de Valdelice na Praça dos Três Poderes e, posteriormente, acompanhando as lideranças Kaiowa e Guarani no Acampamento Terra Livre, Mobilização Nacional Indígena anual, realizada na área externa do Memorial dos Povos Indígenas em 2016. Como nenhuma das lideranças, filmadas em MS, esteve presente, as imagens não foram aproveitadas no corte final do filme por não dialogar com o conteúdo e a estética definidos no roteiro de montagem/edição.

O primeiro corte do filme foi assistido com a *nhandesy* Julia, Valdelice e Arami, em junho de 2016, na cidade de Dourados. Essa versão era seleção prévia de imagens com duração superior a proposta de metragem do filme, chamada de copião. A ideia era fornecer banco de imagens para colher as impressões iniciais das protagonistas sobre o que gostavam. A partir de julho de 2016, Valdelice Veron participou, presencialmente, do processo de pós-produção, em Brasília, colaborando de forma relevante para a obtenção do resultado final do produto-intervenção.

No primeiro momento, ela ficou profundamente tocada ao assistir. Chorou muito por saudade do pai. Nessa participação inaugural na ilha de edição, decidimos gravar novos depoimentos dela a partir das emoções afloradas pelo filme. Ela também selecionou as falas das *nhandesy* no material bruto e as traduziu para o português, indicando os depoimentos a serem utilizados. Por fim, opinou sobre as sequências e decidiu pela exclusão de uma cena linda, registro documental da *nhandesy* Julia e suas netas em momento de troca de cuidados dos cabelos, argumentando que poderia reforçar preconceitos da sociedade local.

Em janeiro de 2017, retornei ao *Tekoha Takuara* com o roteiro de montagem (edição de imagens e sons) concluído, a partir dos indicativos de Valdelice, e minhas decisões sobre a organização das sequências para obter a melhor narrativa visual da história. Optei por retirar as falas de Valdelice em português. Essa decisão foi processual, decorrente das opiniões de colegas, que assistiram as versões prévias, e de reflexões com o editor e o diretor de fotografia durante a montagem. Chegamos ao consenso de ser possível potencializar o filme ao utilizar apenas depoimentos em Kaiowa, pois a força

característica da oratória de Valdelice se apagava diante das falas das *nhandesy* na língua materna. Exibi essa versão para a *nhandesy* Julia, Arami e Valdelice. Elas gostaram muito do resultado e aprovaram sem ressalvas. Foi noite especial, na qual me dedicaram boas palavras e agradecimentos, uma prática da cultura Kaiowa.

No mês de fevereiro, Valdelice participou, ativamente, do processo de definição de fechamento do corte do filme e revisão das traduções das falas da *nhandesy* em Kaiowa para a legendagem. Também gravou novas falas em Kaiowa para finalizar as construções de sentidos, desejadas na narrativa oral do filme. Ela mesma traduziu e legendamos para sua aprovação desses depoimentos autorais. Ainda avaliou a pertinência do uso das canções tradicionais Kaiowa como parte predominante da trilha sonora, indicou aqueles cantos que não considerava perfeitamente executados – pela presença de crianças tocando instrumentos –, e supervisionou sua edição sobreposta aos trechos de imagens propostos por mim. Nesse momento, consideramos o corte fechado, encaminhando a edição para os demais trabalhos técnicos da finalização de imagens e edição/mixagem de som. Valdelice, também, aprovou as artes de divulgação, apontando os ajustes necessários, e revisou os créditos de realização do filme.

A direção de Valdelice, na pós-produção, nos permitiu conferir o protagonismo devido ao lugar de fala das *nhandesy*, traduzir com a maior fidedignidade a sabedoria de suas palavras e o teor de resolução das decisões, proferidas por essas lideranças. Também nos deu a chance de gravarmos seus depoimentos em Kaiowa, elaborados a partir da visualização de cenas e sequências já editadas. Sua autoria se expressa desde as respostas ao pré-roteiro de filmagens, na sua atuação-direção-tradução nas filmagens, na produção de indumentárias e brinquedos tradicionais (direção de arte), no crivo final do conteúdo que permaneceu no corte de imagens, na definição das falas das anciãs e suas traduções, na sua voz ativa gravada.

Agrega sentido citar a síntese de Lazaneo (2017: 28) acerca de sua experiência em produção audiovisual compartilhada com o Povo *Iny*, pois o autor, também, participou de processo de produção colaborativa mediado por interlocutor indígena.

Por fim, o quarto e último capítulo, consiste em uma “etnografia” da Produção Partilhada empreendida junto à Juanahú Iny e sua comunidade Hawalo durante o mês de janeiro de 2015. Chamamos a esta de “Diários de Partilha”. Compreendemos aqui que este trabalho é a síntese do que procuramos empreender ao longo desta pesquisa, isto é, o acolhimento por uma comunidade, o desenvolvimento de um trabalho de campo em conjunto com vistas à solução de questões inerentes àquela comunidade e, por fim, a devolutiva deste processo na forma de um produto que seja pertinente ao universo de sentido desta comunidade. Chamamos a estes registros, dos “Diários de Partilha”, de etnografia tomando, entretanto, o devido cuidado, para não o inscrevermos à tradição antropológica que dedicou sua etnografia a propósito propriamente da sociedade *Iny*, seus rituais, sua cosmovisão, etc, e sobre os quais há uma bibliografia relevante. Consideramos, portanto, estes diários como uma etnografia da comunicação, isto é uma descrição de um trabalho de campo de Produção Partilhada, no qual podemos portanto considerar, por exemplo, o interlocutor desta comunidade, no caso Juanahú Iny, como seu principal etnógrafo (e antropólogo visual) e que, assim, os resultados de sua pesquisa estarão materializados em nossos filmes.

O resultado da pesquisa-intervenção é produto audiovisual, classificado como curta-metragem documentário, com influência do gênero ficção, centrado nas narrativas (orais e gestuais) das *nhandesy* e na cosmovisão sobre o *Tekoha*. O enredo se desenvolve a partir do conflito, representado pela intrusão do mundo Kaiowa, pela devastação das terras sagradas e pelas violações de direitos humanos. A narrativa cinematográfica criada apresenta, a partir de exemplo pontual, mas representativo de contexto socioterritorial tradicional amplo, crítica sobre a insustentabilidade gerada nos *Tekoha* Kaiowa e Guarani pelos processos sociais dominantes e políticas públicas neodesenvolvimentistas, associados à hegemonia político-econômica do agronegócio no estado de Mato Grosso do Sul.

A representação da autodeterminação das *nhandesy* no *Tekoha Takuara* no filme é retratada pelo exercício dos processos autogestionários da vida e do território. A expansão da retomada para garantir a preservação do patrimônio ambiental remanescente, em meio ao panorama de terra arrasada, e o repasse de conhecimentos associados à sua sociobiodiversidade, nos indicam essa leitura. As práticas espirituais, que sustentam a resistência retratada nessa retomada, são a expressão do *nhande reko*, fundamento da luta contra-hegemônica do Povo Kaiowa e Guarani.

Os registros documentais compõem, principalmente, a narrativa testemunhal sobre as execuções e violências sofridas no processo de

retomada. Manifestam o inconformismo com as agressões infligidas ao território, simultaneamente, pelas atividades do agronegócio e pela implementação de mega-empreendimento para a produção de etanol. Os depoimentos, também, expressam a autodeterminação de retomar o *Tekoha Takuara* e nele permanecer.

O filme, ainda, permite acessar uma camada mais profunda. A cosmopolítica Kaiowa se apresenta na enunciação da *nhandesy mirĩ* Carmen aos espíritos de seus parentes para o fortalecimento da terra como estratégia de viabilizar a retomada completa do território e a sua demarcação pelas autoridades (*karai kwery*⁴⁰). A liderança das *nhandesy* lança luzes sobre a alta filosofia Kaiowa por meio da metáfora sobre as matriarcas como o fogo nuclear capaz de reunir as famílias extensas. Conforme disposto no Apêndice 2 desse Memorial, a reorganização das famílias extensas, após o *sarambi*, viabilizou a rearticulação da organização sociopolítica tradicional. A partir dos encontros do Conselho *Aty Guasu*, o movimento de retomadas Kaiowa e Guarani foi impulsionado e atravessa décadas de luta.

⁴⁰ O pronome *karai* é utilizado, também, no plural ou pode ser escrito como *karai kwery*. Utilizarei, apenas, *karai* no texto para facilitar a leitura.

CAPÍTULO FINAL

PROCESSOS COLABORATIVOS INTERCULTURAIS: AUTORIA INDÍGENA E NARRATIVAS AUDIOVISUAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Existe vasta filmografia de temática indígena no Brasil, sendo que, nas duas últimas décadas, foram impulsionadas produções de realizadores(as) indígenas em processos de colaboração intercultural com técnicos *karai* (não-indígenas). A iniciativa mais duradoura e produtiva é o Vídeo nas Aldeias (VNA), com histórico de 20 anos na realização de oficinas para formação de cineastas indígenas e produção de dezenas de filmes com inserção no circuito de festivais nacionais e internacionais, exibições em redes de televisão e *home video*. Existem outras iniciativas importantes de oficinas e/ou produção de conteúdo audiovisual indígena como a Associação Filmes de Quintal (MG), o Festival Cine Kurumin (BA), o Instituto Catitu (SP) e a Produtora Pajé Filmes (MG). O projeto de implantação de 30 Pontos de Cultura Indígena na Amazônia brasileira, entre 2009 e 2010, como iniciativa da Rede Povos da Floresta com apoio governamental, também resultou na produção de expressivo acervo de filmes indígenas por diferentes Povos.

Nos últimos anos, cineastas indígenas abriram espaço em festivais de cinema e mostras temáticas, a maioria deles(as) com formação inicial em oficinas de audiovisual. Cito alguns como exemplo, embora haja outros(as) pioneiros(as) e realizadores(as) menos conhecidos do público. Alberto Alvares (Guarani Nhandeva/MS), Alexandre Pankararu (PE), Ariel Ortega (Mbya Guarani/RS), Ayani Huni Kuin (AC), Bebito Ashaninka (AC), Bpunu Mebengokre (Kaiapó/PA), Caime Wassaé (Xavante/MT), Carlos Papá (Mbya Guarani/SP), Cristiane Pankararu (PE), Divino Tserewahú (Xavante/MT), Glicéria Tupinambá (BA), Graci Guarani (Guarani Kaiowa/MS), Isael Maxakali (MG), Kamikia Kisedje (MT), Mauro Môcha (Katukina/AC), Morzaniel Iramari (Yanomami/RR), Nilson Tuwe (Huni Kuin/AC), Olinda Wanderley (Pataxó Hã-Hã-Hãe/BA), Patricia Ferreira (Mbya Guarani/MS), Siã Kaxinawá (Huni Kuin/AC), Takumã Kuikuro (MT) e Zezinho Yube (Huni Kuin/AC).

Surgiram iniciativas coletivas de produção audiovisual como a AIK Produções⁴¹ (Kisedje/MT), o Coletivo Kuikuro de Cinema⁴² (MT) e o Coletivo Mbya-Guarani de Cinema (RS), resultantes do trabalho do VNA. O Festival Cine Kurumin trabalha, há dez anos, o coletivo multimídia Rede Espalha a Semente⁴³, baseado em processos interétnicos compartilhados; dessa proposta, derivaram o Coletivo Kiriri de Cinema (BA) e o Coletivo Tupinambá (BA). O Coletivo Oca Digital⁴⁴ também produziu vídeos diversificados, iniciativa vinculada à rede Índios On Line – cuja gestão é compartilhada entre cinco representantes indígenas e desenvolve trabalhos de comunicação multimídia com diferentes Povos no Nordeste. O Grupo Audiovisual Tenonde Porã⁴⁵, de aldeia do Povo Mbya Guarani no estado de São Paulo, apresenta produções recentes de curtas com apoio do Programa Aldeias da prefeitura da capital paulista. Também é relevante a produção audiovisual, estritamente associada à luta pela terras tradicionais (*tekoa*), realizada pela Comissão Guarani Yvyrupa⁴⁶ – organização formada por lideranças das regiões Sul e Sudeste.

Nessa proposta coletiva, é importante mencionar o surgimento da Associação Cultural dos Realizadores Indígenas⁴⁷ (ASCURI) em MS, no ano de 2008, formada por jovens dos Povos Kaiowa, Guarani e Terena. Essa associação é focada nos processos de formação de realizadores pelos próprios indígenas e possui vasta produção de filmes e vídeos. Apresenta a proposta de utilização das tecnologias de comunicação no intuito de “criar estratégias de

⁴¹ *Kamikia Kisedje* (canal no *YouTube*). Documentários e vídeos da AIK Produções, com enfoque no movimento indígena, disponíveis em: <<https://www.youtube.com/user/AIKProducoes/videos>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴² *TV Kuikuro* (canal no *YouTube*). Canal recente que disponibiliza curtas do CKC disponíveis em: <<https://www.youtube.com/channel/UCBVbQcZmLXdHHcM32AI6pTA>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴³ *Espalha a Semente* (canal no *YouTube*). Vídeos do coletivo disponíveis em: <<https://www.youtube.com/user/espalhaasemente/videos>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴⁴ *Oca Digital* (canal no *YouTube*). Vídeos do coletivo disponíveis em: <<https://www.youtube.com/user/ocadigital/videos>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴⁵ *Programa Aldeias SP* (canal no *YouTube*). Curtas do Coletivo Tenonde Porã disponíveis em: <<https://www.youtube.com/channel/UCsg-fNZf5LIL3DiDLHP8zfw>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴⁶ *Nossa Luta*. Vídeos da CGY disponíveis em: <<http://videos.yvyrupa.org.br/nossa-luta/>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴⁷ *Ascuri Brasil* (canal no *YouTube*). Vídeos e filmes do coletivo disponíveis em: <<https://www.youtube.com/channel/UC EvI0BMTbte94t3YtJWT Q/videos>>. Acesso em: 26/04/2017.

resistência para os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul (Brasil), bem como o fortalecimento na luta pelo seu Território Tradicional (...)”⁴⁸. Tonico Benites (2014a) escreveu o artigo *A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos*⁴⁹, no qual destaca a importância da inserção de conteúdo do *Aty Guasu* na *internet*, a partir de 2011, para dar visibilidade às demandas e denúncias do Povo e contrapor narrativas hegemônicas da mídia local anti-indígena.

Historicamente, a manifestação e as reivindicações dos povos indígenas pelas efetivações de seus direitos e, sobretudo, pela defesa e recuperação de seus territórios tradicionais são apresentadas na grande mídia e na internet como atos altamente violentos, perigosos e ilegais. É importante destacar que estas representações e descrição dos indígenas acabaram se tornando a visão dominante, que é generalizada e divulgada de forma naturalizada pela mídia. Mas as lideranças indígenas idosas tinham dificuldades de contrapor essa divulgação.

Diante desses fatos, em 2011, um grupo de jovens estudantes Guarani e Kaiowá, a pedido da assembleia geral dos povos indígenas (*Aty Guasu*) Guarani e Kaiowá, formou uma comissão dos líderes jovens para contrapor e desconstruir as informações tendenciosas sobre os povos indígenas, divulgando as situações atuais e as demandas efetivas dos indígenas em situações de conflito fundiário. Uma das iniciativas recentes dos jovens indígenas é o uso das redes sociais em favor das demandas antigas de seus povos.

Para contrapor e desconstruir as informações tendenciosas da mídia dominante sobre os indígenas, os jovens Guarani e Kaiowá começaram a utilizar as redes sociais, através do *Facebook* e de *blogs*. A partir de 2011, um grupo de jovens indígenas criou o endereço eletrônico do *Aty Guasu* no *Facebook* (página que já possui mais de 5.000 mil amigos e amigas). Esse endereço se tornou um boletim informativo direto tanto dos jovens como das lideranças Guarani e Kaiowá dos territórios em conflito do Mato Grosso do Sul. Hoje, este endereço virtual em rede (através do *Facebook* e em *blogs*) é um canal de divulgação importante de informações diretas das comunidades indígenas dos territórios em conflito, que telefonam, enviam e-mail e procuram os membros da comissão dos jovens indígenas, informando-lhes seus problemas, os ataques de pistoleiros, ameaças sofridas etc. Assim, tanto os jovens quanto as comunidades indígenas das terras em conflito esperam que seus problemas sejam amplamente conhecidos, sobretudo esperam que possa haver providências de autoridades responsáveis. (Benites, 2014a: 14-15)

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.ascuri.org>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁴⁹ Artigo publicado em *Desidades - REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE* da UFRJ, número 2 – ano 2, março de 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2562/2132>>. Acesso em: 26/04/2017.

Minardi (2012) apresentou o artigo *Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá*⁵⁰ na VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Formula estudo de caso acerca das narrativas midiáticas sobre a desapareição forçada da liderança religiosa Nisio Gomes, em 18 de novembro de 2011, após ataque paramilitar na retomada do *Tekoha Guaiviry*, no município de Aral Moreira/MS. A autora utiliza os conceitos de representação social, mídia e enquadramento para a análise de notícias, produzidas por veículos locais de comunicação, em contraponto com a nota das lideranças do *Aty Guasu* à imprensa, contendo a versão do Conselho sobre os fatos.

O jornalista recorre a essas representações sociais para tornar legítima uma determinada visão hegemônica a respeito dos índios. Segundo Moscovici, “na verdade, qualquer pessoa que tenha sido jornalista, sociólogo ou psicólogo clínico, sabe como a representação de tal ou qual gesto, ocorrência ou palavra, pode confirmar uma notícia ou um diagnóstico” (MOSCOVICI, 2011, p. 64).

No caso indígena, observamos que são raras as vezes que encontramos as vozes de lideranças sendo efetivamente representadas e suas reivindicações pautadas pelos meios de comunicação. Os porta-vozes indígenas são, em sua maioria, instituições, organizações não governamentais, que assumem a lacuna deixada pelo Estado e mídia, no que diz respeito à garantia dos direitos indígenas. Direitos esquecidos por se tratar de assuntos de um grupo social desprivilegiado. A representação social é definida por estereótipos, sendo a reafirmação de uma comunicação dominante. Mídia e índio geram temas conflituosos.

(...)

Uma vez que essas vozes indígenas são escutadas e apresentadas sem interferências externas, pode ser possível que as reivindicações e necessidades indígenas sejam atendidas. Dentre os interesses e reivindicações desse grupo, podemos destacar o desejo pela inclusão social, autonomia, liberdade, cidadania, direito à terra e à preservação de suas tradições. (2012: 5)

Para além de sua defesa incondicional pela imprensa sul-matogrossense, o agronegócio dispõe de diversificada máquina de propaganda representada por inúmeros canais temáticos de conteúdo audiovisual e impresso: Canal Rural; Notícias Agrícolas; Canal do Produtor TV (vinculado à CNA); Portal do Agronegócio; Brasilagro; Destaque Rural; Universoagro; Rural News MS; entre tantos outros. Todos os grandes jornais de circulação nacional possuem

⁵⁰ Artigo em versão *pdf* disponível em: <<http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/30.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

sessões dedicadas ao agronegócio, de forma velada ou explícita. Por exemplo, a senadora Kátia Abreu foi colunista da Folha de São Paulo até dezembro de 2014 – período no qual, também, exercia a presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Atualmente, o jornalista Mauro Zafalon escreve a coluna *Vaivém das Commodities*, publicada de terça a domingo na Folha, e o especialista em questões globais do agronegócio, Marcos Jank, propagandista da "revolução agrícola tropical brasileira", escreve aos sábados, a cada duas semanas. Claro que existem contrapontos ao agronegócio na mídia de massa. Marcelo Leite, repórter especial da Folha, publicou a coluna *O agronegócio nacional é tudo isso?*⁵¹ na qual deu a conhecer a avaliação do Brasil em Índice de Sustentabilidade de Alimentos, produzido pela *Economist Intelligence Unit*, "que não corrobora a imagem de provedor infalível que o agronegócio nacional gosta de cultivar." Cito também o trecho conclusivo da coluna:

Agro é muito, claro, mas não é tudo. Se não há razão para estigmatizar o setor, tampouco há para canonizá-lo.

Não se pode sair impune apenas por ter dado contribuição inestimável para a balança comercial, nos últimos anos, ou porque seus representantes conservadores no Congresso retomaram a iniciativa política.

A insistirem na política de terra arrasada contra unidades de conservação e povos indígenas, os ruralistas só agravarão as ameaças ao patrimônio natural do país – biodiversidade, solos férteis e recursos hídricos abundante. (*sic*) De quebra, colherão grave prejuízo à imagem de suas commodities no mercado mundial.

O jornalista fez referência à campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo", lançada pela Rede Globo em meados de 2016, com veiculação de temas novos a cada quinze dias, durará até junho de 2018. O Grupo Globo já possui alinhamento com o setor, o veículo multimídia Globo Rural é revista de publicação mensal e programa de televisão semanal. Contudo, é evidente o financiamento dessa campanha pelo setor para garantir sua veiculação em horário nobre. A propaganda global do agronegócio, concebida pelas gerências

⁵¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2017/04/1877999-o-agronegocio-nacional-e-tudo-isso.shtml>>. Acesso em: 26/04/2017.

de Marketing e de Comunicação da emissora hegemônica no país, se dá em "vídeos de conceito" temáticos com enfoque na produção de commodities⁵².

O jornalista Alceu Castilho, editor do *De Olho nos Ruralistas - Observatório do agronegócio no Brasil*, menciona o papel do cinema na produção de narrativas contra-hegemônicas em programa do *De Olho TV*⁵³, publicado em junho de 2016. Transcrevo trecho de sua intervenção durante a entrevista:

É interessante você falar sobre cinema, Larissa, porque a gente está aqui como veículo, programa jornalístico sobre agronegócio que parte da constatação de que a grande imprensa não faz uma cobertura sistemática, crítica, sobre o tema. Muito pelo contrário. A Globo está com uma propaganda no ar, explícita, em defesa do modelo, em defesa do agronegócio, que eles chamam de "agro". E aí acaba ficando, muitas vezes, com o cinema – você chegou a participar do filme *O Veneno Está Na Mesa 2*, do Silvio Tendler, que é um filme sobre o uso de agrotóxicos – acaba ficando com o cinema a responsabilidade de retratar um pouco isso. Tem até uma situação midiática aí também.

O filme *ÍNDIO CIDADÃO? (DF, 2014, 52')* consiste nessa tentativa de contrapor a narrativa hegemônica que reforça estigmas contra a luta dos Povos Originários no Brasil e preconceitos reproduzidos pela sociedade dominante – "os índios tem muitos direitos", "muita terra pra pouco índio" etc. A narrativa do filme consiste na exposição direta das memórias de lideranças indígenas sobre o processo de mobilização social pela conquista de direitos durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), de denúncias de Valdelice acerca das violações de direitos humanos do Povo Kaiowa e Guarani em MS e de falas públicas de lideranças do movimento indígena em embates políticos no Congresso Nacional.

⁵² *AGRO: A INDÚSTRIA-RIQUEZA DO BRASIL*. Detalhes da campanha disponíveis em <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>>. Os vídeos de conceito, com 50" de duração, estão disponíveis em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁵³ *De Olho nos Ruralistas - Larissa Bombardi (USP)*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/06/30/de-olho-nos-ruralistas-larissa-bombardi-junho2016/>>. Acesso em: 26/04/2017.

O depoimento de Valdelice Veron, que encerra o filme, reafirma a percepção indígena sobre a defesa dos direitos através do audiovisual:

Eu gostaria que aqueles que ouvirem a nossa história façam o papel falar. Faz a câmera falar, vocês. Façam que essas pessoas que estão governando o nosso país... porque nós também somos cidadãos brasileiros, somos originários dessa terra. Nós estamos lutando! O nosso grito, o grito do Povo hoje, é pela terra, vida, justiça e demarcação.

Arte 25 – Peça de divulgação do filme *ÍNDIO CIDADÃO?* nas redes sociais, com imagem e depoimento de Valdelice Veron.



Brasília/DF. Abril de 2014. Autor: Divulgação *ÍNDIO CIDADÃO?*.

Isaac Pinhata, representante do Povo Ashaninka em oficinas do VNA, descreve a utilização do audiovisual como instrumento de defesa territorial e estratégia para construir alianças externas:

No Acre tem povos que já estão com a sua língua quase extinta. Os oitenta e cinco mil hectares do nosso território já estão todos arrodoados com estrada, com tudo. Se a gente não se organizar, arranjar instrumentos para organizar o pequeno território, a gente vai morrer sem poder se defender. Esse é o grande problema de toda sociedade indígenas. (...)

E os instrumentos que a gente tem de fora, para poder nos defender e para assegurar a nossa cultura são a escrita – ter algumas pessoas que aprendam a dialogar, falar e escrever o português – e a câmera, porque você transmite a sua imagem sem precisar sair todo mundo de lá, sai uma pessoa e transmite o que está acontecendo, para as pessoas te ajudarem, te respeitarem. E daí é que vão sair os nossos aliados não indígenas, as pessoas que vão começar a combater o preconceito. (Pinhata, 2006: 15)

O filme *TEKOHA - som da terra (DF/MS, 2017, 20 min.)*, por sua vez, representa a tentativa de fazer a câmera falar em Kaiowa, diferenciando-se dos outros trabalhos, nos quais Valdelice foi uma das protagonistas, mas não participou dos processos criativos de roteiro, direção e edição. As matriarcas do *Tekoha Takuara* atuam no processo de autodeterminação na retomada como as detentoras-transmissoras da sabedoria ancestral, que permitiu ao Povo resistir historicamente – à colonização do *Tekoha Guasu*, aos massacres no processo de deslocamento forçado para as reservas e às políticas etnocidas nesses espaços de confinamento compulsório – e, nas últimas décadas, se reorganizar para avançar na recuperação de diversos territórios tradicionais reivindicados. Portanto, enquanto protagonistas-autoras da luta, era sua a legitimidade para moldar o conteúdo do filme-intervenção por meio da escolha dos conhecimentos tradicionais passíveis de serem mostrados e da definição da narrativa como estratégia de comunicação com o público não-indígena.

Santos (2010: 57) conceitua a ecologia de saberes como a utilização contra-hegemônica do conhecimento científico e a define como epistemologia pós-abissal, que confere credibilidade aos conhecimentos não-científicos, sem implicar no descrédito do conhecimento científico. O autor equipara a ecologia de saberes ao pensamento pós-abissal, o qual "tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico." (Idem: 54). Cito trecho do capítulo *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, o primeiro do livro *Epistemologias do Sul*.

Uma das premissas básicas da ecologia de saberes é que todos os conhecimentos têm limites internos e limites externos. Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real que permitem. Os externos decorrem do reconhecimento de intervenções alternativas tornadas possíveis por outras formas de conhecimento. Por definição, as formas de conhecimento hegemônicas só conhecem os limites internos, portanto, o uso contra-hegemônico da ciência moderna só é possível através da exploração paralela dos seus limites internos e externos como parte de uma concepção contra hegemônica de ciência. É por isso que o uso contra-hegemônico da ciência não pode limitar-se à ciência. Só faz sentido no âmbito de uma ecologia de saberes.

Para uma ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real – não o conhecimento como representação do real – é a medida

do realismo. A credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede. Como a avaliação dessa intervenção combina sempre o cognitivo com o ético-político, a ecologia de saberes distingue a objetividade análitica da neutralidade ético-política. Ninguém questiona hoje o valor geral das intervenções no real tornadas possíveis pela ciência moderna através de sua produtividade tecnológica. Mas este facto não deve impedir-nos de reconhecer outras intervenções no real tornadas possíveis por outras formas de conhecimento. Em muitas áreas da vida social, a ciência moderna tem demonstrado uma superioridade indiscutível em relação a outras formas de conhecimento. Existem, no entanto, outras formas de intervenção no real que hoje nos são valiosas e para as quais a ciência moderna nada contribuiu. É o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas e que, paradoxalmente, se encontram hoje ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna (Santos, Meneses e Nunes, 2005). E não deverá espantar-nos a riqueza dos conhecimentos que conseguiram preservar modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para a sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral? Dirá algo sobre a ciência o facto de que através dela tal nunca teria sido possível? (*Ibid.*: 57-58)

Santos (2010: 59) define como "experiências subalternas de resistência" essas lutas locais que muitas vezes são ignoradas pelo "conhecimento abissal moderno, o único capaz de gerar experiências globais." O autor aponta o pragmatismo epistemológico dos oprimidos e defende a eleição de formas de conhecimento capazes de garantir o protagonismo dos grupos sociais envolvidos nas diferentes etapas da tecitura da intervenção.

A ecologia de saberes não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real. Um pragmatismo epistemológico é, acima de tudo, justificado pelo facto de as experiências de vida dos oprimidos lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. No mundo em que vivem, as consequências vêm sempre primeiro que as causas.

A ecologia de saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se, pois, nas relações entre saberes, nas hierarquias que se geram entre eles, uma vez que nenhuma prática concreta seria possível sem estas hierarquias. Contudo, em lugar de subscrever uma hierarquia única, universal e abstrata entre os saberes, a ecologia de saberes favorece hierarquias dependentes do contexto, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber. Hierarquias concretas emergem do valor relativo de intervenções alternativas no mundo real. Entre os diferentes tipos de intervenção pode existir complementariedade ou contradição. Sempre que há intervenções no real que podem, em teoria, ser levadas a cabo por diferentes sistemas de conhecimento, as escolhas concretas das formas de conhecimento a privilegiar devem ser informadas pelo princípio de precaução, que, no contexto

da ecologia de saberes, deve formular-se assim: deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção. (*Ibid.*: 59-60)

Enquanto pesquisador, a partir do conhecimento da realidade do *Tekoha Takuara*, obtido nas imersões das vivências nos campos, disponibilizei minha experiência de realizador audiovisual e os recursos para a produção do filme por considerarmos ser a ferramenta mais adequada para a intervenção nessa cultura de tradição oral. Selecionei a equipe de não-indígenas e coordenei o seu trabalho técnico, orientado pela perspectiva da colaboração intercultural, em processo conduzido pela autonomia das mulheres Kaiowa. Isso só foi possível devido à construção prévia da relação de confiança, que me posicionou como apoiador interno dessa luta e interlocutor externo das lideranças da retomada, expressamente, a partir de junho de 2015.

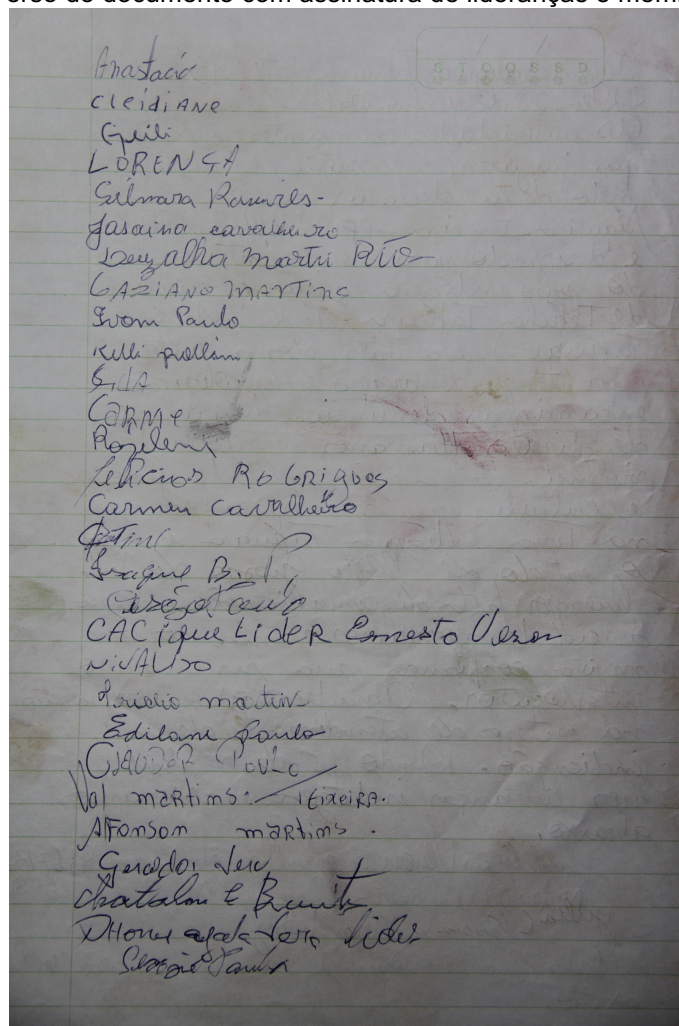
Fotografia 26 – Documento elaborado pelo Conselho de Lideranças do *Tekoha Takuara* no território da retomada em junho de 2015.

Terra Indígena Takuara - Juti - MS
- Dia 28 de junho 2015
As autoridades competentes e a todos que julgarem necessário, vimos por meio desta declarar que o Rodrigo Arajeju - Terra Indígena Takuara CPF 724444281-53 é designado para ser o interlocutor do povo indígena Kaiowa e Guaraní de Tekoha Takuara (Terra indígena Takuara) para tratar dos assuntos referentes a demarcação e homologação, encaminhar denúncias de violação de direitos humanos, territoriais, violência contra a integridade física e cultural que vivemos sofrer aqui na Terra Indígena Takuara e todo o estado de Mato Grosso do Sul. Que por falta de comunicação e acesso a cidade nomeamos o mesmo com muita confiança para ser o nosso interlocutor. Agradecemos a compreensão na certeza de atendimento dessa indicação. Dando fé da verdade, as lideranças indígenas assinamos abaixo.

Valdire Vison - Conselho City Guara - RG 6713
Natali V. Cicero - Conselho City Guara - RG 1709
Julia C. Baran Nhandery
Julia mameli marimã mameli 002.686 4
c.c.c.c.

Brasília/DF. Maio de 2017. Autor: Rodrigo Arajeju.

Fotografia 27 – Verso do documento com assinatura de lideranças e membros da retomada.



Brasília/DF. Maio de 2017. Autor: Rodrigo Arajeju.

A respeito das práticas de descolonização das ciências sociais por meio do posicionamento assumido pelo pesquisador e da relação estabelecida com os atores sociais para a construção do conhecimento, menciono reflexões da introdução do livro *Luchas "muy otras"*⁵⁴, organizado por Baronnet, Bayo e Stahler-Sholk (2011: 24).

Uno de los más recientes de este *corpus* es la compilación de Leyva, Burguete, y Speed (2008), que explícitamente aborda el tema metodológico de la "posicionalidad" del investigador y su relación con los actores sociales en la construcción del conocimiento. Consideramos que el escuchar y tomar en serio la palabra de los sujetos con respecto a su propio movimiento, reconociendo honestamente la "posicionalidad" del investigador al acompañar el proceso desde adentro de la comunidad, es parte de una práctica de descolonización de las ciencias sociales (Speed, 2008:2-11). En vez

⁵⁴ Versão pdf disponível em: <https://zapatismoyautonomia.files.wordpress.com/2013/12/luchas-muy-otras-2011.pdf>. Acesso em: 26/04/2017.

de retomar una postura positivista clásica que propone una distancia y objetividad en relación al movimiento estudiado, los autores en esta compilación hacen explícito su posicionamiento político frente a lo social.

A experiência dos autores é abordada em concepção capaz de estabelecer paralelo com o posicionamento ético-político da ecologia de saberes. Acerca da formulação de nosso filme *TEKOHA*, enquanto intervenção dessa pesquisa, considerando o potencial de alcance de público e sem menosprezar as repercussões que é capaz de gerar em formadores de opinião ou eventualmente até na opinião pública, cito outro trecho sobre a pesquisa associada à ação e pautada pelo compromisso.

En ese sentido, un investigador o investigadora es sujeto de sus propios estudios porque “camina preguntando”. La investigación y la acción más que estar separadas representan dos dimensiones del mismo “acto científico”, porque “sin faltar a la congruencia no se puede aislar la ciencia social de la práctica social, ni la investigación del compromiso”. La meta de este tipo de investigación no es sólo un documento para ser publicado, sino pretende también un cambio en la conciencia social, lo que refleja un paso colectivo hacia la transformación de nuestra sociedad. (*Ibid.*: 39)

Sobre a produção de conhecimentos desde a luta e a autoria prática dos protagonistas de movimentos, como o de retomadas do Povo Kaiowa e Guarani, cito as reflexões de Aubry (2011: 66) a partir do contexto de produção das ciências sociais no México. O artigo *Otro modo de hacer ciencia – Miseria y rebeldía de las ciencias sociales* integra o livro citado anteriormente.

Otra manera de producir conocimiento: la transdisciplinaridad

Los investigadores creen que tienen el monopolio de la producción de conocimientos y desconocen el papel cognitivo de la lucha social. Ante esta pretensión, un recordatorio: la lucha por la tierra o contra el caciquismo, las marchas, la calle, la cárcel, el sufrimiento de la finca, las huelgas, el monte, las barricadas de todas las revoluciones, las asambleas populares, etcétera, ¿acaso no fueron aproximaciones cognitivas y/o laboratorios conceptuales para la resolución de conflictos y la transformación social? Esta práctica es la que debe saber “leer” el científico social para comprenderla a tiempo –en cuanto se presenta– e interpretarla para sacar conclusiones –las que, en sus ejemplos históricos, son patrimonio intelectual de las ciencias sociales. Por lo tanto, el actor histórico compite con el intelectual en la producción de conocimientos porque, desde la lucha, forja conceptos a veces tan trascendentes que se convierten en valores por los cuales arriesga la vida: los derechos humanos, la patria, la soberanía nacional, el pueblo, la tierra, etcétera.

Meu engajamento recente, enquanto apoiador presente na luta do Povo Kaiowa e Guarani, data de outubro de 2014. Tive vivências em diferentes

territórios de retomada e reservas na produção de intervenções audiovisuais documentais, filmes autorais e colaboração no roteiro e direção de mini-série para TV. Como interlocutor externo, fiz assessoria das lideranças do *Tekoha Takuara* e do Conselho *Aty Guasu* em comunicações e encontros, em Brasília, com autoridades e representantes da ONU. Participei do Comitê de Apoio ao Povo, criado por docentes e alunas(os) da UnB em dezembro de 2015, atuando como porta-voz do grupo na roda de conversa com a relatora especial sobre Direitos dos Povos Indígenas da ONU, sra. Victoria Tauli-Corpuz. O evento foi realizado pelo MESPT, pela Associação de Acadêmicos Indígenas da UnB e pela Rede de Juventude Indígena, na Maloca, no dia 07/03/2016⁵⁵.

Fotografia 28 – Roda de conversa com a relatora especial Tauli-Corpuz na Maloca da UnB.



Brasília/DF. Março de 2016. Autor: Diretoria de Diversidade da UnB.

⁵⁵ Divulgação do evento disponível em: <http://www.mespt.unb.br/45-relatora-da-onu-victoria-tauli-corpuz-participa-de-roda-de-conversa-na-unb.html>. Acesso em: 26/04/2017.

Fotografia 29 – Público presente no evento com a relatora especial Tauli-Corpuz na UnB.



Brasília/DF. Março de 2016. Autor: Diretoria de Diversidade da UnB.

A presente pesquisa-intervenção, iniciada em março de 2015, tampouco apresenta as características clássicas da etnografia. Contudo, tomo a liberdade de promover diálogo entre Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert por meio da transcrição de trechos do livro *A QUEDA DO CÉU – Palavras de um xamã yanomami*, de autoria compartilhada dos dois amigos.

Faz muito tempo, você veio viver entre nós e falava como um fantasma. Aos poucos, você foi aprendendo a imitar minha língua e a rir conosco. Nós éramos jovens, e no começo você não me conhecia. Nossos pensamentos e nossas vidas são diferentes, porque você é filho dessa outra gente, que chamamos de *napé*. Seus professores não o haviam ensinado a sonhar, como nós fazemos. Apesar disso, você veio até mim e se tornou meu amigo. Você ficou do meu lado e, mais tarde, quis conhecer os dizeres dos *xapiri*, que na sua língua vocês chamam de espíritos. Então, entreguei a você minhas palavras e lhe pedi para levá-las longe, para serem conhecidas pelos brancos, que não sabem nada sobre nós. Ficamos muito tempo sentados, falando, em minha casa, apesar das picadas das mutucas e piuns. Poucos são os brancos que escutaram nossa fala desse modo. Assim, eu lhe dei meu histórico, para você responder aos que se perguntaram o que pensam os habitantes da floresta. Antigamente, nossos maiores não contavam nenhuma dessas coisas, porque sabiam que os brancos não entendiam sua língua. Por isso minha fala será algo de novo, para aqueles que quiserem escutar.

Mais tarde, eu disse a você: "Se quiser pegar minhas palavras, não as destrua. São as palavras de *Omama* e dos *xapiri*. Desenhe-as primeiro em peles de imagens, depois olhe sempre pra elas. Você vai

pensar: "*Haixopë!* É essa mesmo a história dos espíritos!". E, mais tarde, dirá a seus filhos: "Estas palavras escritas são as de um Yanomami, que há muito tempo me contou como ele virou espírito e de que modo aprendeu a falar para defender sua floresta". Depois, quando essas fitas em que a sombra das minhas palavras está presa ficarem imprestáveis, não as jogue fora. Você só vai poder queimá-las quando forem muito velhas e minhas falas tiverem já há muito tempo sido tornadas desenhos que os brancos podem olhar. *Inaha t'a?* Está bem? (Kopenawa, 2015: 63-64)

(...)

O etnógrafo iniciante costuma ser um jovem forasteiro fora do comum. A constância com que suporta as provações físicas, a humildade e a tenacidade de sua vontade de aprender, sem mencionar o estranho distanciamento que exibe em relação ao próprio mundo, acabam por atrair alguma simpatia de seus anfitriões (nunca isenta de um misto sutil de compaixão e ironia). A partir dessas provas de boa vontade amigável, a disponibilidade generosa dos remédios e mercadorias desse visitante incomum, longe das relações paternalistas de exploração da fronteira, acaba convencendo os mais céticos de seu caráter excepcional entre seus congêneres. Ao cabo de um tempo de observação, a natureza das relações que seus supostos "informantes" têm com ele começa a tomar outros contornos. Conforme ganham confiança, começam a avaliar sua aptidão para servir de intermediário, a favor deles, na comunicação entre os dois mundos. Agora com algum crédito, o etnógrafo aprendiz estabelece com eles – sem saber ou sem querer saber – um pacto implícito. O "material etnográfico" registrado a partir de então é ao mesmo tempo o alicerce e o produto desse pacto.

Ao lhe oferecerem seu saber, os anfitriões do etnógrafo aceitam a incumbência de ressocializá-lo numa forma que lhes parece mais adequada à condição humana. Contudo, para além da cumplicidade ou empatia que o estranho noviço possa ter inspirado, a transmissão visa antes de tudo, para além de sua pessoa, o mundo do qual ele jamais deixa de ser um representante, queira ele ou não. De fato, em seus esforços pedagógicos, seus anfitriões têm por objetivo primeiro tentar reverter, tanto quanto possível, a troca desigual subjacente à relação etnográfica. De modo que os ensinamentos de nossos supostos "informantes" são dispensados por razões de ordem principalmente diplomática. Sua paciente educação se aplica, em primeiro lugar, a nos fazer passar da posição de embaixador improvisado de um universo ameaçador ao papel de tradutor benevolente, capaz de fazer ouvir nele sua alteridade e eventualmente possibilitar alianças.

É por isso que, na melhor das hipóteses, o etnógrafo que acredita estar "colhendo dados" está sendo reeducado, por aqueles que aceitaram sua presença, para servir de intérprete a serviço de sua causa. A palavra "*truchement*" (turgimão, em português) designava, no século XVI, no tempo da França Antártica na Guanabara, os "rapazes deixados, voluntariamente ou não, nas aldeias dos Tupinambá e outras etnias aliadas aos franceses, para aprender a língua e servir de intermediários nas negociações (comerciais, diplomáticas etc.) entre colonos e indígenas". Com esse retrato do etnólogo como *truchement* a serviço dos nativos estamos bem longe, portanto, da ficção etnográfica de praxe, de indígenas ariscos que acabam revelando seus segredos a um etnólogo que conseguiu heroicamente tornar-se seu confidente, transformando seus anfitriões

involuntários em "informantes" com os quais pensa poder acertar a dívida apenas mediante algumas linhas de homenagem nos agradecimentos de suas monografias.

Ao contrário, o pacto tácito a que aludi acima assume uma forma complexa, de ambos os lados da relação etnográfica, e implica responsabilidades muito mais sérias para o etnólogo. Para seus interlocutores, trata-se de engajar-se num processo de auto-objetivação pelo prisma da observação etnográfica, mas de um modo que lhes permita adquirir ao mesmo tempo reconhecimento e cidadania no mundo opaco e virulento que se esforça por sujeitá-los. Para o etnógrafo, em compensação, trata-se de assumir com lealdade um papel político e simbólico de *truchement* às avessas, à altura da dívida de conhecimento que contraiu, mas sem por isso abrir mão da singularidade de sua própria curiosidade intelectual (da qual dependem, em grande parte, a qualidade e a eficácia de sua mediação). (Albert, 2015: 521-522)

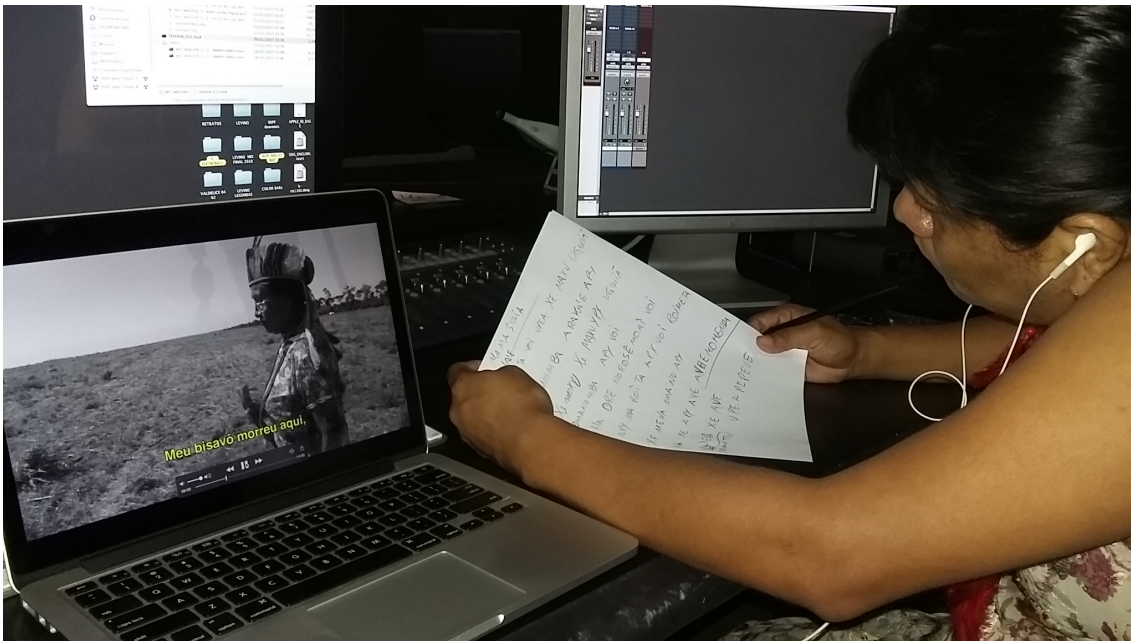
O pacto que realizei com Valdelice Veron para sermos coautores no roteiro e direção do filme viabilizou sua contribuição conceitual nas três etapas do projeto (pré-produção, produção e pós-produção), do qual resultou a intervenção. Outra decisão fundamental foi a utilização da língua materna durante as filmagens. Isso nos permitiu captar a essência do *nhande reko* Kaiowa, praticado pelas mulheres no *Tekoha Takuara*, com protagonismo das *nhandesy* – considerando que as anciãs apresentam maior dificuldade de expressão na língua portuguesa. Ao evitar a simples tentativa de tradução cultural de sua complexa cosmovisão por depoimentos em português, apenas para a produção de narrativa acessível aos *karai*, obtivemos como resultado uma narrativa visual mais autêntica pela liberdade das protagonistas em atuar ao seu próprio modo de ser e estar no mundo Kaiowa.

Considero a adequação da decisão conjunta de eleger a oralidade Kaiowa como elemento central para a produção do filme às considerações de Santos (2010) sobre a ecologia de saberes, pois privilegiamos a escolha do sistema de conhecimento garantidor de maior participação do grupo social envolvido "na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção." (Ibid.: 60) Dessa forma, a espinha dorsal do produto final, apresentado pelo mestrando, é a representação direta da autodeterminação das *nhandesy* na condução dos processos autogestionários da vida e do território tradicional *Tekoha Takuara*, enquanto legítimas lideranças originárias do Povo Kaiowa, com recorte no período de 18 anos da luta contemporânea pela retomada dessa terra ancestral, referida pelas matriarcas como "sagrada" (*marangatu*).

Rappaport (2005) aborda suas experiências etnográficas na Colômbia em trabalhos com organizações e intelectuais indígenas do Povo Nasa no livro *Intercultural Utopias*. A autora considera que os pesquisadores e os interlocutores dos Povos Originários precisam construir um profundo diálogo entre os conhecimentos científicos e as epistemologias indígenas para transpor as bases do multiculturalismo acadêmico, representado por profissionais de diferentes origens étnicas, e do simples reconhecimento da diversidade intelectual entre eles. Adverte ser preciso comprometimento para equiparar as interpretações nativas às análises acadêmicas, superando o procedimento etnográfico tradicional de se valer do conhecimento local como dados a serem analisados sob as teorias ocidentais (Ibid.: 85). Defende o interculturalismo, enquanto possibilidade de criar novas relações horizontais, alternativa radical ao multiculturalismo, entendido como tolerância e perspectiva de participação, forjando condições de equidade e consenso capazes de promover o fortalecimento do peso das vozes minoritárias (Ibid.: 130).

É inegável o aporte da autoria indígena de Valdelice Veron no resultado final do produto-intervenção. Sua atuação no filme, precedida de definição conjunta do roteiro, propiciou a reencenação de momentos marcantes capazes de reproduzir o cotidiano na retomada com a veracidade de quem vivencia esse contexto de luta e de luto – experienciado solidariamente por mim durante os períodos dos campos, sem a pretensão de desconsiderar a alteridade dessa relação. Durante as filmagens foi diretora e desempenhou essa função no processo de montagem: ela definiu os trechos nos quais entraram as edições das falas e dos cantos na língua Kaiowa; determinou a exclusão de uma cena; opinou sobre a ordem das sequências; aprovou o corte final do filme; e contribuiu com reflexões essenciais para a definição conjunta do título (*TEKOHA*) e do subtítulo (*som da terra*) da obra.

Fotografia 30 – Valdelice revisando as traduções na ilha de edição durante a pós-produção do filme *TEKOHA*.



Brasília/DF. Fevereiro de 2017. Autor: Rodrigo Arajeju.

Ponto de destaque da autoria de Valdelice foi a definição de toda a narrativa oral do filme e a tradução da essência da "palavra-alma" para o português. Sem a sua participação personalíssima, na pós-produção, seria inviável sermos fidedignos, mesmo com a eventual contratação de linguista para fazê-lo. Acerca da metodologia da tradução, Rappaport (2005: 89-90) adverte sobre os riscos decorrentes da prática dos antropólogos em submeter termos nativos ao processo exegético de análise. Embora acumule diversos campos e trabalhos etnográficos entre os Nasa, pessoalmente exclui a eleição do método por reconhecer seu nível rudimentar naquele idioma. Não obstante, afirma ser requerido profundo conhecimento da língua para exercitar o nível de sofisticação capaz de alcançar a tradução. Tal aptidão, por exemplo, faltaria ao falante fluente no *Nasa Yuwe* como segunda língua. Portanto, apenas considera efetivo o uso do método entre aqueles indígenas criados na língua materna – é o caso de Valdelice, ela relata "pensar em Kaiowa".

Portela (2011: 246) apresenta reflexões sobre as epistemologias identificáveis como de autoria indígena, cuja reflexão teórica no Brasil ainda é incipiente. A autora considera o movimento de autoria indígena como uma ação política decolonial e contra-hegemônica, desenvolvida nas produções escritas, audiovisuais e acadêmicas (Ibid.: 247). É relevante citar sua análise acerca

dessa autoria, enquanto lugar de fala do sujeito, que se ancora no pertencimento de sua coletividade.

Na análise aqui proposta, compreendemos o *autor* justamente como aquele que se assume como pertencente a um determinado grupo ou segmento, isto é, a categoria genérica indígena, compreendendo essa identificação como uma opção identitária que se converte em ação política, conforme depreendemos das narrativas de Ailton Krenak. Nesse sentido, as narrativas que designamos como de autoria indígena não se configuram pela origem individual do autor, mas pela assunção de um lugar de fala inscrito no pertencimento étnico como mote da obra, seja ela apresentada na forma de textos escritos literários ou acadêmicos, linguagem audiovisual ou relatos orais, enfim, entre outras formas de narrativa. Se considerarmos *escrita* não como técnica de grafia, mas como ato de inscrição, como registro de experiências não necessariamente textuais, temos na escrita indígena a destituição do autor individual que faz sempre surgir em seu lugar uma *autoria coletiva*. A noção de autor que aqui trazemos – apoiados em Michel Foucault (2011) – é menos um nome próprio e mais uma função, uma característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade. Nesse sentido, o que estamos chamando de *autoria indígena*, não diz respeito simplesmente a um texto que tenha sido escrito por indígenas, porém a um tipo de narrativa que passa pelo coletivo e que somente faz sentido quando referenciado como produção coletiva, não sendo, pois, uma presença essencializada. (Portela, 2011: 247-248)

Identifico a expressão do pertencimento coletivo na autoria de Valdelice no nosso filme-intervenção. Embora transmita muito de sua forte personalidade e vivências marcantes, a narrativa da protagonista transcende ao indivíduo por trazer o clamor da luta e do luto compartilhado pela população do Povo Kaiowa e Guarani no movimento de retomadas.

Ailton Krenak me confidenciou nunca ter assistido a sua intervenção na Constituinte⁵⁶, em 1987, até a pré-estreia do filme *ÍNDIO CIDADÃO?*, realizada na Procuradoria-Geral da República em 14/04/2014, seguida de debate, no qual participamos com Valdelice, Álvaro Tukano e membros da 6ª Câmara do MPF. Em síntese, apresentou duas razões: o ritual de luto é feito para marcar o momento e poder seguir adiante, sem aquele pesar; segundo, afirmou não se reconhecer enquanto indivíduo naquela imagem, pois fora portador de uma demanda coletiva. O gesto ritual, de pintar o rosto com jenipapo, manifestou o luto das Nações Indígenas pela tentativa dos políticos de impedir o

⁵⁶ Palavra-alma de Ailton Krenak em defesa da Emenda Popular da União das Nações Indígenas na Constituinte, em 1987. Disponível em: <<https://youtu.be/kWMHiwdbM Q>>. Acesso em: 26/04/2017.

reconhecimento dos direitos originários na Constituição Federal – fato que inviabilizaria o projeto de futuro desses Povos, centrado na demanda pela demarcação das terras tradicionais e na exigência de respeito às suas culturas. Cito depoimento de Ailton sobre esse capítulo histórico, publicado em matéria jornalística recente.

“Às vezes eu fico impressionado com aquele moço falando bravo com os deputados e penso: Não sei se eu teria disposição e coragem para fazer aquilo de novo. Mas quando somos convocados a deixar que nosso verdadeiro ser se manifeste, nós podemos confiar porque não vai ter nada contra; cada tempo tem seu tempo”, refletiu Krenak.⁵⁷

Frame 31 – Palavra-alma de Ailton Krenak no Plenário da Câmara dos Deputados na Assembleia Nacional Constituinte.



Brasília/DF. Setembro de 1987. Autor: CEDOC TV Câmara – Câmara dos Deputados.

Essa fala de Ailton se deu no Centro de Estudos Budistas Bodisatva, sediado no Templo Budista de Viamão/RS. Mas o mote da reportagem foi a aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social que ministrou na UFRGS, com o tema *Povos Originários na América Latina: o dilema de integração*. O título da matéria traz uma frase de efeito característica de seu pensamento crítico: "O pensamento colonial se prolifera como praga." Segundo as transcrições, Ailton defendeu que os membros da academia serão

⁵⁷ "O pensamento colonial se prolifera como praga", adverte Ailton Krenak. Disponível em: <<http://www.nonada.com.br/2017/03/o-pensamento-colonial-se-prolifera-como-praga-adverte-ailton-krenak/>>. Acesso em: 26/04/2017.

capazes de mudar a sociedade, somente, a partir de "uma crítica epistemológica às nossas formas de conhecimento, meios tecnológicos, e principalmente a maneira como operamos patrimônio."

Ailton Krenak é professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Juiz de Fora, título concedido em fevereiro de 2016. Transcrevo trechos da reportagem institucional de divulgação da sessão solene, realizada para formalizar a entrega do título, contendo depoimentos nos quais ele destaca o caráter do movimento decolonial nas Universidades e o avanço coletivo representado por tal reconhecimento acadêmico.

"Embora esse reconhecimento tenha chegado junto com os meus 63 anos, é um ponto de partida, não de chegada. Este é um movimento para descolonizar a UFJF, abrir janelas para outros saberes e passá-los adiante", diz Krenak, que é ambientalista, escritor e coordenador da Rede Povos da Floresta, dentre inúmeras outras ações voltadas para a agregação e união dos povos indígenas e dos povos da floresta.

(...)

Como líder indígena, Krenak espera que a decisão da UFJF abra caminho para a ampliação do conhecimento também em outras instituições de ensino. "A UFJF avança com um sinal importante para outras universidades, especialmente as públicas, acerca da importância de integrar conhecimentos que não são os dos cânones ocidentais que orientaram até hoje a história brasileira. Diferentes saberes estão sendo integrados como recursos, e isso é fundamental", diz, destacando que trata-se de um ganho coletivo. "Sempre ouvi comentários preconceituosos, mas um grande contingente da população à margem da leitura e da escrita é portador de conhecimento. Hoje a universidade se abre para outras formas do saber e fico feliz por fazer parte disso. É uma vitória coletiva não só dos indígenas, mas de outras culturas da oralidade e da memória."

Como articulador habilidoso da União das Nações Indígenas (UNI), representação nacional do movimento indígena com atuação marcante na década de 1980, Ailton já havia experimentado a ecologia de saberes na Universidade com a criação do Centro de Pesquisa Indígena. A iniciativa surgiu a partir de convênio firmado com a Universidade Católica de Goiás e teve sua base instalada em Goiânia. Cito trechos da entrevista *Papo de Índio*, publicada no livro *AILTON KRENAK – Coleção Encontros: a arte da entrevista (2015)*, da Azougue Editorial, organizado por Sergio Cohn.

Na virada de 1988 para 1989, sentimos que muita coisa estava passando na nossa frente e as comunidades indígenas corriam o perigo de perder o expresso para o ano 2000. Descobrimos que

precisamos atualizar o conhecimento tradicional das nossas comunidades. Nós precisávamos fazer uma escolha seletiva de tecnologias que as pesquisas do governo e das universidades estavam desenvolvendo exatamente para que o povo da floresta pudesse se beneficiar desses conhecimentos e dessas tecnologias. Foi por isso que nós decidimos criar o Centro de Pesquisa Indígena. (2015: 134-135)

(...)

O Centro de Pesquisa Indígena tem a cooperação de técnicos de várias instituições públicas, mas ele tem uma direção, que é das comunidades indígenas. Ele tem uma estrutura, onde, na sua coordenação e planejamento, estão as lideranças indígenas, decidindo cada passo, cada momento. Ali não está o governo, não está a Funai, não está o Cimi da Igreja Católica e nem outras missões religiosas. Estão as comunidades indígenas. (*Ibid.*: 136)

Nessa mesma entrevista, Ailton discorreu sobre o desejo de autodeterminação dos Povos Originários e a necessidade de conectar os portadores dos conhecimentos ancestrais com o mundo contemporâneo tecnológico. Ele cita, como exemplo, a iniciativa de um dos primeiros indígenas a se aventurar nas realizações audiovisuais, em processo de aprendizado intercultural em São Paulo, saído da aldeia no Acre.

(...) Tem outra parte das coisas que precisam ser feitas que são atribuições de nossas comunidades mesmas, tais como: organizar o nosso povo, treinar as nossas comunidades para cuidar da nossa própria educação, cuidar da nossa saúde, fazer o nosso desenvolvimento econômico, fortalecer a nossa vontade como povos tradicionais, como povos que têm culturas ricas, que têm uma memória muito forte da criação do mundo, ligando nossa gente antiga, nossa tradição, como o que é contemporâneo e mais moderno no nosso planeta.

É isso que permite, por exemplo, que o Siã Kaxinawá, meu amigo Huni Kuin, esteja em São Paulo montando seu lindo vídeo. Fazendo aqui em São Paulo um longo estágio de conhecimento de tecnologias modernas de documentação, filmagem, edição de material, para veiculação dessas antigas imagens depois em meios de comunicação daqui do Brasil e de fora. Aprendendo o conceito do que é uma mensagem para a televisão, para a opinião pública, buscando o essencial, deixando para trás a preocupação de que nós não vamos ser entendidos e tendo a certeza de que nós já estamos falando com o mundo inteiro. Que o mundo inteiro está interessado em ouvir, principalmente se você estiver falando com o seu espírito, se você estiver falando com sabedoria. (*Ibid.*: 119-120)

Ailton apresenta essa reflexão sobre a adequação da produção de narrativas indígenas para meios de comunicação nacionais e estrangeiros, de conteúdo para televisão visando atingir a sociedade dominante. Sobre a Constituinte, ele reconheceu a importância fundamental de defenderem suas

opiniões em veículos da mídia e travarem embates políticos com o então presidente da FUNAI, com transmissão por emissoras de televisão de todo o país, para esclarecer a opinião pública (Ibid.: 144-145).

Nessa época, Ailton já acumulava a experiência do *Programa de Índio*⁵⁸. O projeto do Núcleo de Cultura Indígena da UNI produziu mais de 200 programas de rádio, entre 1985 e 1991, veiculados pela Rádio USP em São Paulo e rede de emissoras educativas em outros estados. Essa experimentação, cuja definição contemporânea é "etnomídia", foi iniciativa pioneira para a divulgação do pensamento, das culturas, da história e das lutas dos Povos Indígenas no Brasil em veículo de comunicação de massa.

Nos filmes *ÍNDIOS NO PODER* e *ÍNDIO CIDADÃO?*, utilizei material de arquivo do *Programa de Índio*, respectivamente, com locução de Ailton sobre a participação de candidatos indígenas nas eleições para a Constituinte em 1986 e o único registro encontrado de depoimento do ex-deputado Mario Juruna durante aquela Assembleia Nacional. Em ambos filmes, Ailton Krenak foi colaborador na concepção das propostas de abordagem e provocou reflexões para definir suas intervenções nas entrevistas e atuações.

Embora a tendência do mercado seja a divulgação do(a) diretor(a) cinematográfico como indivíduo autor(a), os filmes são fruto de processos técnicos e intelectuais coletivos. Nesse sentido, considero que Ailton contribuiu muito para as narrativas indígenas desses filmes, nos quais assumi o papel de coordenação com intuito de promover narrativas contra-hegemônicas pelo protagonismo direto das lideranças envolvidas. Da mesma forma, Álvaro Tukano e Valdelice Veron.

Colaborei com Ailton na *Aldeia SP - Bienal de Cinema Indígena* em 2016, projeto idealizado e dirigido por ele. A primeira mostra ocorreu em 2014⁵⁹, na cidade de São Paulo, com a participação de cineastas indígenas em sessões no Centro Cultural São Paulo e em unidades dos Centros Educacionais Unificados. A grande maioria das produções selecionadas para as duas

⁵⁸ Acervo sonoro digitalizado do Programa de Índio disponível em: <<http://www.programadeindio.org>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁵⁹ *Mostra de Cinema Indígena Aldeia SP* (2014). Disponível em: <<http://www.aldeiasp.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 26/04/2017.

edições foram produzidas em processos interculturais de colaboração. Pedro Portella e eu, curadores da Bienal de 2016, utilizamos critério de seleção baseado no protagonismo de realizador(a) indígena no roteiro, direção e/ou produção dos filmes. Sob esse recorte de autoria indígena, por exemplo, as obras que dirigi não se habilitam, embora o protagonismo da narrativa oral que constrói os discursos dos filmes seja exclusivo das lideranças. No catálogo impresso da edição bienal da mostra *Aldeia SP*, Ailton define a produção audiovisual indígena como "cinema de combate e resistência".

A mostra (2014) foi inaugurada com a exibição de documentários de autoria de realizadores/as indígenas formados numa já reconhecida escola que veio das Oficinas do Vídeo nas Aldeias, de Vincent Carelli. Apesar de sua breve duração, com essas Oficinas de Vídeo os Pontos de Cultura Indígena apresentaram a tecnologia e a técnica, simultaneamente, aos interessados em levar suas narrativas ancestrais, seus conhecimentos e lutas pela sobrevivência nas fronteiras de nosso país, vislumbrando um cinema de combate social. Os realizadores seguiram a trilha dos primeiros cineastas indígenas como Caime Wassaé, Xavante do Mato Grosso; Zezinho Yube, Huni Kuin, e Bebito Ashaninka, esses dois realizadores do Acre que têm filmes premiados em festivais e mostras internacionais, nas quais são celebrados como portadores de novas visões sobre as paisagens e os habitantes deste continente americano.

Hoje existem coletivos espalhados pelo país com suas criações independentes, sendo que alguns se inspiram nessas primeiras realizações. Enfim, tomamos nossas imagens e podemos apresentar novas narrativas de cada uma dessas plurinações originárias. Narrativas que resgatam cosmovisões ocultadas pela dominação colonial.

(...)

Realizadores indígenas Guarani de São Paulo mostram a reinvenção de suas trajetórias e lutas por direitos históricos na maior capital do Brasil, suas visões transcendentais desta paisagem ocupada pelo ferro e o cimento, mas que esconde uma história profunda dos povos que, com suas trilhas, cortaram desde as encostas da Serra do Mar até os campos e o planalto paulista. Os Kaiowa-Guarani, Pankararu, Kiriri, e Tupinambá lançam manifestos de suas lutas cotidianas pela garantia de seus direitos. Todos alinhados numa pronta afirmação de um cinema de combate e resistência. (*Krenak, 2016*)

Pedro Portella Macedo, meu colega de curadoria, é mestre em Antropologia Social com pesquisa sobre o surgimento do cinema dos Povos Originários e análise das notas etnográficas de sua rica experiência de dez anos em formações de audiovisual para indígenas. Sua prática é centrada em produções nas quais o processo intercultural objetiva garantir o protagonismo de indígenas nos registros filmicos e na edição do material, baseado no

manuseio das tecnologias em ambiente de oficina, metodologia que se difere da adotada em nossa intervenção. Contudo, é válido citar as reflexões, contidas em sua dissertação, acerca dos resultados das primeiras obras cinematográficas do gênero etnográfico, do poder de influência dos detentores da tecnologia e das perspectivas desses pioneiros processos colaborativos entre originários, pesquisadores e/ou realizadores.

Nos primeiros argumentos e explicações colocados até aqui, procurei enfatizar alguns pontos. Primeiramente, que, nestes casos, o cinema etnográfico, e as primeiras tentativas de se fazer ficções-documentários, tiveram participação decisiva dos indígenas. Aos etnólogos e fotógrafos viajantes, coube o trabalho de filmagem e edição desses materiais. O império da escolha implica no jogo direcionado, no qual o processo de captação e seleção segue padrões pré-estabelecidos por quem detêm a utilização da tecnologia e a voz predominante *final*. Não devemos nos esquecer das idéias de Marilyn Strathern, que no ensaio “Entre uma melanesianista e uma feminista”, lembra que “o texto que pretende ser sobre (outra) cultura é, com efeito, um “texto”, um artefato cultural de sua própria cultura” (STRATHERN, 1997: 09-10). Nesse sentido, podemos deduzir que observar, contemplar, são atos culturalmente moldados, que exprimem estética e pensamento. Mesmo que os olhares sejam híbridos, sujeitos às trocas culturais, existem particularidades diferenciadas, identidades, que são colocadas por quem produz os registros, opera a câmera de filmagem e a máquina de montagem. Nesse aspecto, as parcerias construídas em campo, raramente foram colocadas em prática, principalmente quando estes fragmentos chegavam nas moviolas de corte, cinemas, museus, escolas e universidades. O que chegou nas salas de cinema, no caso do vislumbre de Curtis, foi uma melodramática aventura romanesca, por mais que esse filme possua inegável caráter etnográfico. Flaherty buscou alteridade e criou uma imagem que os outros queriam projetar, com seu processo de auto-representação e roteirização. Mesmo que tenha caminhado à passos largos para um processo cinematográfico colaborativo, ironicamente foi criticado por romantizar estas narrativas. (...) Boas, Mead e Bateson, mesmo que tentassem se aproximar de um ponto de vista nativo, tendiam a utilizar os dados obtidos em conjunto com *os outros*, para elucidar suas próprias teorias, que pendiam para uma catalogação de traços cognitivos, comportamentos característicos e processos culturalmente constituídos. Todos eles, mesmo que tivessem o intuito de mostrar os seres humanos em sua completude e diversidade, muitas vezes obliteravam o processo pelo qual estes dados foram obtidos. Outro ponto, que coloquei no início do capítulo, é que a própria ideia de autoria compartilhada, entre indígenas, fotógrafos e etnólogos, contida nas primeiras experiências, foi pouco explicitada nas obras que reuniram esses relatos. Felizmente existem os diários, notas de campo e relatos diretos *dos outros*, para nos redimir desta insuficiência. Na maioria dos casos, somente muito tempo depois, é que soubemos algo relevante sobre os contextos em que estes registros e obras foram gerados. (Macedo, 2015: 32)

O nosso filme-intervenção buscou elementos de autoria indígena pela participação efetiva de Valdelice na coautoria do roteiro e no desempenho da

direção compartilhada. A ética adotada na pesquisa orientou-se pelo esforço em garantir o protagonismo das *nhandesy* durante a produção das filmagens; não coube tratá-las como meras informantes-depoentes, nem sequer houve a pretensão de realizar o exercício intelectual de interpretação ou tradução das teorias nativas, expressadas por elas, na defesa dos processos autogestionários da vida e do território. Contudo, é inegável que a operação dos aparatos de filmagens pela equipe *karai* e a maior disponibilidade do mestrando para participar dos processos de edição de sons e imagens na pós-produção – etapa realizada, exclusivamente, em Brasília –, reforçam o peso de minha influência autoral no produto final, resultante desse processo colaborativo intercultural.

Cito reflexões de Gallois e Carelli (1995: 69-70) sobre a proposta do Vídeo nas Aldeias para encontrar o equilíbrio entre os antropólogos e "os outros" nos processos colaborativos de produção audiovisual e na definição da proposta de comunicação intercultural.

Para avaliar o destino dos conhecimentos que os antropólogos acumulam em suas pesquisas, como "especialistas" de povos diferentes, poderíamos partir de duas questões básicas: compartilhar o saber do antropólogo, com quem?, o saber de quem?, do antropólogo ou dos outros? Se a meta é interferir na comunicação intercultural, não seria obrigação dos antropólogos colocar a mídia audiovisual à qual tem acesso à disposição dos povos que estudam, como um canal de comunicação com nossa sociedade? Nessa abordagem, o antropólogo coloca seus conhecimentos enquanto instrumento para a captação e, sobretudo, a transmissão do ponto de vista dos povos estudados. Usa esses conhecimentos para tornar o ponto de vista do grupo estudado "sensível" ao público leigo. Se está claro que o autor não apaga sua presença na construção do trabalho, esta opção de comunicação exige que ele atenuie sua voz,³ para deixar espaço à voz dos outros. E não se trata apenas da construção da fala que guia o documento audiovisual. Trata-se do conteúdo desse discurso: as versões do grupo sobre sua história, suas opções para o futuro e não as interpretações que o antropólogo faz dessa história, ou desse futuro.

Transmitir a voz dos outros exige sensibilidade na percepção da demanda dos dois extremos da cadeia de comunicação: nossa demanda, isto é, a demanda de nossa sociedade enquanto público, de um lado, a demanda da comunidade estudada, do outro.

A experiência prévia de realizador audiovisual, que me habilitou na seleção desse Mestrado Profissional, também operou influência no processo de edição e na montagem das sequências para a composição da narrativa audiovisual do filme. Por outro lado, reconheço o poder transformador operado

pelas vivências de campo na cultura Kaiowa em minha visão de mundo e a modelação de minha atuação pelas intervenções de Valdelice no processo de colaboração, em busca de efetivar uma construção coletiva intercultural. O meu objetivo principal para o produto final, enquanto intervenção, foi o de compilar a narrativa da luta e do luto do Povo Kaiowa do *Tekoha Takuara* com potencial de estabelecer comunicação sensível com o público não-indígena.

Sempre posicionei minhas opiniões com clareza nas negociações com Valdelice, durante o processo de pós-produção, inclusive conversamos muito sobre o conteúdo de seus depoimentos para complementar a narrativa oral desse "clamor Kaiowa e Guarani" com alguns elementos-chave, ocultos nas imagens produzidas – como o despejo, os ataques de milícias e as execuções de lideranças. Após as reflexões conjuntas, na condição paritária de codiretores, respeitei sua autonomia na gravação de estúdio dos depoimentos em Kaiowa e na definição das mensagens orais das *nhandesy* a serem transmitidas ao público na versão final do filme. Acatei suas decisões sobre a definição de conteúdo, com exceção da sugestão para gravar depoimento sobre a importância coletiva do filme para a luta na retomada, como intervenção, não somente enquanto produto de conclusão do mestrado, por considerar que se desviaria do essencial a ser comunicado ao público.

Rappaport (2005) apresenta reflexões sobre aspectos da colaboração de não-indígenas em organizações indígenas e de suas contribuições ao próprio movimento indígena na Colômbia – cuja natureza define como intercultural, produto de profundo diálogo entre ativistas indígenas e seus aliados sem marcador étnico. Critica o entendimento impreciso acerca de supostas manipulações desse movimento por agentes externos, atribuído ao senso comum e aos acadêmicos. Ao desconsiderar a visão política e o talento organizacional das lideranças, tal entendimento contribui para perpetuar o esteriótipo de inferioridade indígena ao sugerir a incapacidade de seus representantes para interagir no mesmo nível de seus colaboradores (Ibid.: 58).

No Brasil, é frequente a manifestação do racismo institucional por meio da tentativa de desqualificar a autonomia dos movimentos indígenas, o protagonismo em suas organizações tradicionais ou formais e a autoria dos documentos produzidos com suas demandas. A dissertação de Molina (2017),

citada anteriormente, aborda o processo de autodemarcação Munduruku com base na análise de suas cartas. Em 2013, presenciei a acusação do ex-ministro Gilberto Carvalho sobre a assinatura de lideranças Munduruku em documento, supostamente, redigido por terceiros, durante reunião na Secretaria-Geral da Presidência da República com o grupo vindo da ocupação do canteiro de obras da Hidrelétrica Belo Monte⁶⁰. Um mês antes, em nota, Carvalho acusou a condução do movimento por "supostas" e "autodeclaradas" lideranças indígenas⁶¹.

Membros da Assembleia Legislativa de MS acusaram manipulações externas no movimento de retomadas indígenas no estado como justificativa para instalar a CPI do CIMI, desconsiderando a autodeterminação dos Povos. Cito trecho de nota pública⁶² divulgada pelo Conselho *Aty Guasu* em 2015, nas redes sociais, com firme manifestação de repúdio. No texto, se identifica narrativa indígena contra-hegemônica do processo histórico de colonização. O Conselho afirma que os territórios tradicionais foram invadidos/ocupados pelos fazendeiros; menciona a existência de registros oficiais históricos sobre a resistência do Povo Kaiowa e Guarani e as lutas pela reocupação de suas terras tradicionais.

No contexto em que os fazendeiros acusaram e acusam ainda os missionários do CIMI e alguns políticos de incitar aos indígenas para "invadir" "propriedades particulares". Divulgaram e argumentaram sempre na justiça que os missionários do CIMI, os funcionários da FUNAI, antropólogos, partidos políticos (PT) incitariam aos "índios para invadir fazendas", ignorando a capacidades humanas dos povos indígenas. Em decorrência disso, os políticos anti-indígenas criam o CPI DO CIMI. As lutas e os movimentos sociais indígenas apareceram sempre na história como fossem um conjunto de robôs manipulados pelos não-índios, mas nós indígenas na luta legítima pela recuperação de nossas terras não somos robôs. Nossa luta social pela terra é baseada nos direitos indígenas. Essas lutas e decisão indígenas de recuperar e reocupar parte das terras tradicionais sempre é exclusivamente do povo Guarani e Kaiowá.

⁶⁰ *Governo federal reafirma o diálogo com lideranças Munduruku sobre a consulta prévia.* Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2013/06/06-06-2013-governo-federal-reafirma-o-dialogo-com-liderancas-munduruku-sobre-a-consulta-previa>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁶¹ *Povo Munduruku questiona ministro Gilberto Carvalho na Justiça; indígenas seguem no Planalto Central.* Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6959&action=read>. Acesso em: 26/04/2017.

⁶² *Aty Guasu critica 'CPI do Cimi': "Não somos manipulados. Somos portadores de capacidades humanas".* Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8372&action=read>. Acesso em: 26/04/2017.

Essa é a verdade. De fato, desde meados de 1960 até hoje, a maioria dos povos indígenas lutou e resistiu em permanecer nas suas terras, assim não assistiram parado e calado à invasão e ocupação de suas terras pelos fazendeiros. Sobretudo nos últimos 50 anos, as nossas lutas pela reocupação das terras tradicionais e a resistência dos povos indígenas foram registradas tanto pelo governo da ditadura militar como pelo governo da República e democrático de direito. Nossa luta pela recuperação das terras tradicionais é exclusivamente dos povos indígenas, não fomos manipulados como os bonecos, não somos robôs mecânicos, mas somos guerreiros resistentes do grande povo Guarani e Kaiowá para sempre.

Ao me voluntariar para estar a serviço de lideranças do Conselho *Aty Guasu*, testemunhei, em diferentes contextos, a autodeterminação dessa organização tradicional e o digno exercício de autonomia por seus membros. Aprendi muito sobre suas estratégias de resistência durante o período da pesquisa-intervenção na retomada do *Tekoha Takuara*, confirmando a advertência salutar de uma liderança religiosa no início desse processo de troca de saberes. De parte das lideranças da retomada, percebi que me demandavam em três ordens: informante/conselheiro sobre assuntos externos relativos à judicialização do processo de demarcação, à criminalização de lideranças e à conjuntura política em Brasília; interlocutor externo para encaminhar às autoridades demandas e denúncias apresentadas por elas; e assessor de comunicação para divulgar registros documentais com denúncias testemunhais de violência institucional ou de violações de direitos humanos.

Fui acolhido como aliado interno a partir de minha nomeação no ritual conduzido pelos(as) guias espirituais do *Tekoha Takuara*. Contudo, mantive a consciência do papel auxiliar conveniente a minha condição. Segundo Rappaport (2005: 56), os colaboradores *karai* se situam em delicada fronteira: não devem ser vistos como membros inteiramente externos e nunca serão totalmente internos dada sua origem não-indígena. Acrescenta o dilema de sua coexistência em desconfortável rivalidade com os(as) intelectuais indígenas – também em situação de fronteira entre a sociedade envolvente e suas bases, se deparam com conflitos identitários e de representatividade. Identifica a contribuição dos colaboradores para a construção do discurso utilizado pelos membros do movimento indígena. Entretanto, considera ser condicionante estarem acompanhados de indígenas para fazê-lo.

Acredito que as condicionantes descritas pela autora nos pautam, muitas vezes, mesmo de forma inconsciente. Daí minha ideia inicial de promover a participação exclusiva de Valdelice Veron nos festivais de cinema que selecionarão o filme-intervenção e convidarão representante. Meu desejo era o de permanecer nos bastidores de articulação para a projeção do filme e amplificação das vozes das lideranças femininas Kaiowa, reforçada pela presença de Valdelice. Conversei sobre esse tema com o coprodutor, diretor de fotografia das filmagens, que aconselhou considerar a cobertura de Valdelice em eventuais indisponibilidades. Justificou pela percepção evidente da confiança das lideranças do *Tekoha Takuara* no meu trabalho e ressaltou a importância de utilizar a capacidade adquirida de articulação do discurso sobre a situação da luta do Povo Kaiowa e Guarani a serviço da divulgação da causa.

Durante a banca de qualificação, um dos avaliadores também cobrou o detalhamento da exposição de meu papel formal como autor da pesquisa-intervenção e a definição do rol de atribuições que, efetivamente, desempenharia nesse processo colaborativo intercultural. Realizei auto-crítica e identifiquei a origem do receio em assumir certos posicionamentos em razão dos inevitáveis questionamentos sobre a legitimidade do lugar de fala do colaborador *karai*. Por outro lado, quanto ao processo colaborativo da pesquisa-intervenção, avalio como indispensáveis aquelas decisões orientadas pelo anseio de garantir a vigência da interculturalidade proposta por Rappaport (2005) e de privilegiar o sistema de conhecimento Kaiowa como base para o exercício da ecologia de saberes formulada por Santos (2010). Como resultado direto da múltipla atuação autoral de Valdelice, sinto a originalidade do clamor Kaiowa expresso na narrativa do filme. A divulgação do produto-intervenção estabelecerá a comunicação com o público através das imagens dignas e vozes autônomas das lideranças femininas do *Tekoha Takuara*.

Existe certo julgamento ideológico sobre os limites desejáveis de influência das lideranças indígenas pelas relações interculturais e de legitimidade da participação ativa dos colaboradores *karai* no movimento indígena (Rapport, 2005). Meu senso crítico considera equivocada a suposta adequação de sustentarmos o discurso indígena na companhia de seus representantes, sob risco de usurpar o devido espaço de protagonismo e/ou de

reduzir sua presença a mera figuração ilustrativa. Também não se trata de "dar voz". É importante promover espaços de interlocução para lideranças já legitimadas como porta-vozes de seu Povo, organização ou coletivo. Finalizo esse processo com a percepção fortalecida da necessidade de estar a serviço, onde e quando for necessário, sempre com consulta prévia, aconselhamento e anuência das lideranças interessadas.

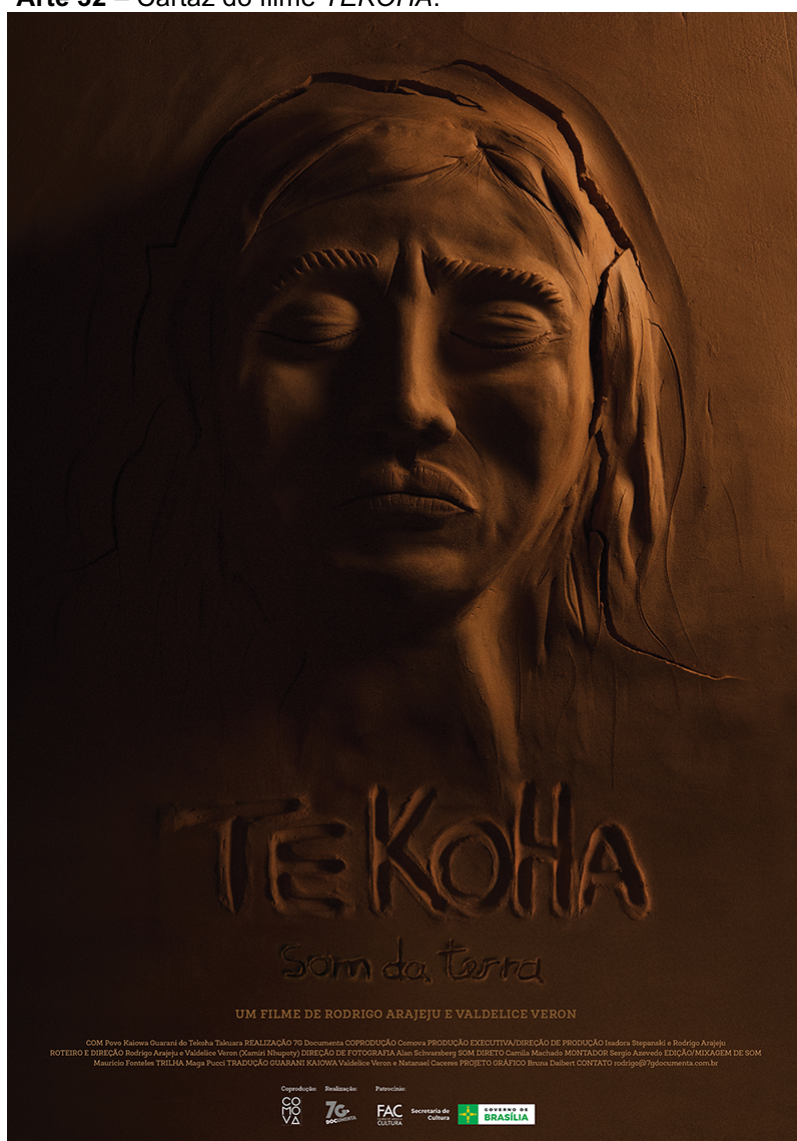
Agrega sentido reforçar a reflexão pontual de Albert (2015) sobre as nuances das relações estabelecidas entre o etnógrafo e o coletivo estudado, principalmente, quanto às distintas ordens de interesse em sua interação. O autor considera que os anfitriões indígenas dedicam seu tempo ao pesquisador *karai* como estratégia diplomática para a formação de interlocutor capaz de intermediar a comunicação entre os dois mundos a favor de suas demandas. Operam a reeducação daquele representante do "universo ameaçador" (2015: 521) pela motivação de passar a contar com um tradutor de sua alteridade e, eventualmente, articulador de alianças naquele "mundo opaco e virulente que se esforça por sujeitá-los." (Ibid.: 522) Albert identifica certo pacto implícito ou tácito que se estabelece entre esses atores sociais, com mútua complexidade mas com ambivalência de responsabilidades, sendo maior a implicação das consequência para o interlocutor não-indígena em sua atuação fora de campo.

Até esse ponto de minha caminhada (*gwata*) com o Povo Kaiowa, avalio ter acertado na ponderação de estar nos bastidores na presença das lideranças e de ser seu interlocutor externo nas ocasiões necessárias. Reconheço as limitações de tempo e mobilidade de Valdelice, decorrentes da envergadura de seus compromissos como membro do *Aty Guasu* e do Conselho Continental da Nação Guarani, assim como pela dedicação que devota ao *Tekoha Takuara* e ao Povo Kaiowa e Guarani no movimento de retomadas. Mantenho minha decisão de estimular ao máximo sua participação nos eventos de divulgação do filme, tanto por considerar ser a pessoa mais legítima quanto por reconhecer seu potencial extraordinário de oratória.

O filme estreiará na 12ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, em junho de 2017, com indicação de Valdelice como representante. Também foi selecionado para a 6ª Edição do Cine Kurumin - Festival de Cinema Indígena

2017 e para a Muestra Audiovisual del V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología, na Colômbia. Na impossibilidade de sua representação do *TEKOHA - som da terra* (DF/MS, 2017, 20 min.), estou preparado para assumir essa responsabilidade após consultar Valdelice e a *nhandesy* Julia. Caso elas considerem oportuno, me comprometo a desempenhar o papel de interlocutor, pautado pelas vivências na retomada e no lugar de fala de colaborador *karai*. Enquanto codiretor do filme, me sinto apto a participar de debates e me pronunciar publicamente sobre essa luta com profundidade, respeito e afeto.

Arte 32 – Cartaz do filme *TEKOHA*.



Brasília/DF. Junho de 2017. Créditos: Bruna Daibert.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAYA, James (Relator Especial da ONU). 14 de agosto de 2009. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais indígenas. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento.** A/HRC/12/34/Add.2. Décima Segunda Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Item 3 da pauta. Original em Inglês. Sumário disponível em todas as línguas oficiais.

AUBRY, Andrés. Otro modo de hacer ciencia – Miseria y rebeldía de las ciencias sociales *in* **Luchas "muy otras" – Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas.** Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo, Ricardo Stahler-Sholk (coordinadores). Colección Teoría y Análisis. Universidad Autónoma Metropolitana, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social y Universidad Autónoma de Chiapas. México, 2011.

BARONNET, Bayo, Mariana Mora Bayo, Ricardo Stahler-Sholk (coordinadores). **Luchas "muy otras" – Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas.** Colección Teoría y Análisis. Universidad Autónoma Metropolitana, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social y Universidad Autónoma de Chiapas. México, 2011.

BENITES, Tónico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e interpretações Indígenas** Tónico Benites -- Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2009. 106 pgs. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS.

_____. Tradições e Conhecimentos Kaiowá e História das Formas de Dominação *in* **Olhares Indígenas Contemporâneos II (Série Saberes Indígenas)**. Organizadores: Gersem José dos Santos Luciano, Maria Barroso Hoffmann, Jô Cardoso de Oliveira. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas – Cinep, 2012, 180 p.

_____. A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos *in* **REVISTA ELETRÔNICA DE**

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE da UFRJ, número 2 – ano 2, março de 2014.

_____. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha/ Tônico Benites** -- Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014. 270 pgs. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS.

BNDES e CGEE (organização). **Bioetanol de cana-de-açúcar : energia para o desenvolvimento sustentável.** – Rio de Janeiro : BNDES, 2008. 316 p.

BOMBARDI, Larissa Mies, 1972 - **Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil / Larissa Mies Bombardi.** - São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - USP. Blurb, 2016. 40 p. ; 30 cm.

BRAND, Antonio. **A aldeia Takuara.** Tellus, ano 3, n. 4, p. 149-155, abr. 2003. Campo Grande – MS

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra.** 1997. 392 f. Tese (Doutorado em História Ibero Americana). PUCRS, Porto Alegre.

_____. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004. Campo Grande – MS.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro / Alceu Luís Castilho** - São Paulo: Contexto, 2012

CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowa. Das origens aos desafios contemporâneos.** Graciela Chamorro. – São Bernardo do Campo : Nhanduti Editora, 2015, 320p.

COHN, Sergio. **AILTON KRENAK** – 1ª ed. – Rio de Janeiro : Azougue, 2015. 264 p. : il.; 18 cm. (Encontros : 50)

DIAS, Rafael Mendonça; Carvalho, Sandra; Isabel Mansur (orgs.). **Na Linha de Frente: criminalização dos defensores de direitos humanos no Brasil (2006-2012)** – 2013.

DONATO, Luz Marina, Elsa Matilde Escobar, Pía Escobar, Aracely Pazmiño y Astrid Ulloa (editoras). 2007. **Mujeres indígenas, territorialidad y biodiversidad en el contexto latinoamericano**. Universidad Nacional de Colombia-Fundación Natura de Colombia-Unión Mundial para la Naturaleza-UNODOC-Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. Bogotá.

EMGC, Equipe Mapa Guarani Continental. **Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai**. Equipe Mapa Guarani Continental – EMGC (*edição e texto Bartolomeu Melià*). Campo Grande, MS. Cimi, 2016.

FERNANDES, Filipe; Heverton Castro; Mariana Baptista. **Planos (cinema, vídeo, fotografia...)**, 2012 (*site*).

FIRPO, Marcelo (coord. geral). Conflito MS - O Martírio de um Grande Povo - identidade, afirmação e reconhecimento dos direitos e terras dos Guarani-Kaiowá *in* **MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL**. FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.

FRANÇA, Andréa. A reencenação no cinema documentário *in* **MATRIZES**, Ano 4–nº 1 – p. 149-161 – jul./dez. 2010. São Paulo, Brasil.

FRANCESCHINI, Thaís. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico – Resumo Executivo** – Brasília: FIAN Brasil, 2016. 87 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (estudos latino-americano, v.12). Do original em espanhol: Las venas abiertas da America Latina.

GALLOIS, Dominique, CARELLI, Vincent. **VÍDEO E DIÁLOGO CULTURAL – EXPERIÊNCIA DO PROJETO VÍDEO NAS ALDEIAS** *in* **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 61-72, jul./set. 1995.

GLASS, Verena. **Em terras alheias - a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil, 2013.

GOMES, Marcel [coord.]. **O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Cana 2009**. Impresso no

Brasil. Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis. Copyright ONG Repórter Brasil, 2010.

KOPENAWA, Bruce, ALBERT, Davi. **A QUEDA DO CÉU : Palavras de um xamã yanomami.** / Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés ; prefácio Eduardo Viveiros de Castro – 1ª ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

LAZANEO, Caio de Salvi. **PRODUÇÃO PARTILHADA E RETICULARIDADE FÍLMICA** / Caio de Salvi Lazaneo – Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant’Anna. - São Paulo, 2017. 217 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 2017.

LEVANDOWSKI, Ricardo. Decisão nos autos da **Suspensão de Liminar 982 Mato Grosso do Sul**, 2016. Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF.

MACEDO, Pedro Portella. **“Essa máquina não caiu do céu”:** o nascimento do cinema dos povos originários e notas etnográficas sobre dez anos de formações cinematográficas para indígenas/Pedro Portella Macedo – Belo Horizonte: PPGAN/UFMG 181p.: [66] fotografias.

MASO, Tchenna Fernandes (redação). **Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul.** Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil. Brasília/DF e Curitiba/PR, fevereiro de 2014.

MILANEZ, Felipe. **"A OUSADIA DE CONVIVER COM A FLORESTA": uma ecologia política do extrativismo na Amazônia.** Tese de doutoramento em Democracia no Século XXI, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Outubro de 2015.

MINARDI, Déborah. **Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá.** Artigo científico apresentado na VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2012. Universidade de Brasília.

MOLINA, Luísa. **Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença.** Dissertação de mestrado, 205p. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

MPF/MS, Assessoria de Comunicação Social. **Tekoha – Publicação especial do Dia do Índio**. Primeira Edição – Abril de 2010. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

_____. **Tekoha – Publicação especial do Dia do Índio. Segunda Edição – Abril de 2011**. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

_____. **Tekoha – Publicação especial do Dia do Índio. Terceira Edição – Abril de 2012**. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

_____. **Tekoha 4 – Blog/Demarcação**. Publicação especial do Dia do Índio. Quarta Edição – Abril de 2013. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

NASCIMENTO, Sandra. **Colonialidade do Poder no Direito e Povos Indígenas na América Latina: as faces da subordinação/dominação jurídica frente ao direito de retorno às terras ancestrais dos povos indígenas Kaiowá do Tekohá Laranjeira Ñande'Rú no Brasil e Mapuche do Lof Temucuicui no Chile**. Tese de Doutorado, 516 p. Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/CEPPAC) da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2016.

NOVAES, Amilton Luiz [et al.]. **Análise dos Fatores Críticos de Sucesso do Agronegócio Brasileiro**. AMILTON LUIZ NOVAES; BRUNO CRISTALDO ROMERO MOREIRA; LETICIA DE OLIVEIRA; EDSON TALAMINI; JOSÉ JAIR SOARES VIANA. Grupo de Pesquisa: Economia e Gestão no Agronegócio. *UFGD, DOURADOS - MS - BRASIL*.

NÚCLEO REGIONAL PANTANAL/CERRADO / BENITES, Eliel [et al.]. Brasília (DF): IEB, 2016. **(A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)** 113 p.

PEREIRA, Levi Marques. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Tellus**, ano 10, n. 18, p. 115-137, jan./jun. 2010 Campo Grande – MS.

_____. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno.** 425 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). USP, São Paulo, 2004.

_____. **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA GUARANI/KAIOWÁ TAQUARA.** Portaria nº 140/PRES/FUNAI. Brasília, FUNAI, 2005. Não publicado.

_____. **RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA-MS.** Brasília, FUNAI, 2005. Não publicado.

PIMENTEL, Spensy K. Cosmopolítica Kaiowá e Guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio *in* **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, n. 2, jul.-dez., p. 134-150, 2012. São Carlos/SP.

PINHANTA, Isaac. Você vê o mundo do outro e olha para o seu *in* **MOSTRA VIDEO NAS ALDEIAS - um olhar indígena.** Olinda/PE, 2006. Vídeo nas Aldeias.

PORTELA, Cristiane de Assis. **Para além do “caráter ou qualidade de indígena”:** uma história do conceito de indigenismo no Brasil. Tese de doutorado, PPGHIS/UnB, 2011.

RAGUAY, Sonia Gutiérrez; Carmen Quiej Xiloj; Daniela Juárez Villa (elaboradoras). **Mujeres indígenas en la construcción de la paz, en defensa de la tierra, territorios y la biodiversidad.** Informe Situacional Guatemala y México. Alianza de Mujeres Indígenas de Centro America y México. Marzo 2016.

RAMOS, Fernão Pessoa. A mise-en-scène do documentário: Eduardo Coutinho e João Moreira Salles *in* **Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (REBECA)**, ano I – número 1, janeiro-junho 2012, p. 16/53. Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE), São Paulo/SP.

RAPPAPORT, Joanne. **Intercultural Utopias – Public Intellectuals, Cultural Experimentation, and Ethnic Pluralism in Colombia**. Duke University Press. Durham and London, 2005.

RAPPAPORT, Joanne. **MÁS ALLÁ DE LA ESCRITURA: la epistemología de la etnografía en colaboración**. Revista Colombiana de Antropología, vol. 43, enero-diciembre, 2007, pp. 197-229. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, Colombia.

ROCKENBACH, Fábio Luis. **24 planos-sequência de tirar o fôlego – Unindo televisão e cinema, uma lista em homenagem à magia dos longos takes**, 2016 (*site*).

SANTOS, Boaventura de Sousa, Maria Paula Meneses [orgs.]. **Epistemologias do Sul** – São Paulo : Cortez, 2010.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio : a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro** / Sérgio Sauer. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 73 p. ; 21 cm. – (Texto para Discussão, ISSN 1677-5473 ; 30).

TAULI-CORPUZ, Victoria. **Relatório da missão ao Brasil da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas**. Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, 2016.

TEKO ARANDU. Yvy oñemongo'i - a terra se levanta. Texto produzido coletivamente pela turma de linguagem da Licenciatura Indígena TEKÓ ARANDU – UFGD. **Tellus**, ano 10, n. 18, p. 237-240, jan./jun. 2010 Campo Grande – MS.

VERON, Valdelice. **NHANDE REKOHA NHE'E AYVU ARANDU – Educação indígena com: sabedoria, vida, terra e língua**. Memorial descritivo apresentado na seleção pública do edital 2016 do MESPT/CDS/UnB. Juti/MS, março de 2016. Não publicado.

XAVIER, Ismail. As artimanhas do fogo, para além do encanto e do mistério *in* **Serras da desordem** – CAETANO, Daniel (org.). Rio de Janeiro : Beco do Azougue : Sapho, 2008. 144p. : . -(Odeon ; 1) Reunião de artigos e ensaios sobre o documentário Serras da desordem de Andréa Tonnaci.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS/VIDEOGRÁFICAS

À Sombra de um Delírio Verde (Argentina/Bélgica/Brasil, 2011, 29 min.) – com direção de An Baccaert, Cristiano Navarro, Nicola Mu. Disponível em: <<https://vimeo.com/32440717>>. Acesso em: 26/04/2017.

ÍNDIO CIDADÃO? (DF, 2014, 52 min.), Rodrigo Arajeju. Disponível em link privado: <<https://vimeo.com/116678358>> (senha: kayowa). Acesso em: 26/04/2017.

ÍNDIOS NO PODER (DF, 2015, 21 min.), Rodrigo Arajeju. Disponível em link privado: <<https://vimeo.com/161381397>> (senha: JURUNApresidente). Acesso em: 26/04/2017.

MARTÍRIO (PE, 2016, 162 min.), de Vincent Carelli com codireção de Ernesto de Carvalho e Tita. Disponível em link privado: <<https://vimeo.com/215880442>> (senha: marangatu). Acesso em: 26/04/2017.

O Massacre de Caarapó, CIMI (2016). Disponível em: <<https://youtu.be/slfJXEjQRA4>>. Acesso em: 26/04/2017.

Retomada Ñanderu Marangatu, ASCURI (2015). Disponível em: <<https://youtu.be/Q74A0IT9zPM>>. Acesso em: 26/04/2017.

Retomada Teykue - 2016, ASCURI (2016). Disponível em: <<https://youtu.be/e5w4M7rx4zE>>. Acesso em: 26/04/2017.

Serras da Desordem (Brasil, 2006, 135 min.), Andrea Tonacci. Disponível em: <<https://youtu.be/VNMrboKyunw>>. Acesso em: 26/04/2017.

TEKOHA - som da terra (DF/MS, 2017, 20 min.), Rodrigo Arajeju e Valdelice Veron. Disponível em link privado: <<https://vimeo.com/217334549>> (senha: TEKOHA). Acesso em: 26/04/2017.

Ascuri Brasil (canal no *YouTube*). Vídeos e filmes do coletivo disponíveis em: <https://www.youtube.com/channel/UC_EvIOBMTbte94t3YtJWT_Q/videos>. Acesso em: 26/04/2017.

Clamor Kaiowa e Guarani no enterro de Virgílio na TI Takuara - 16/02/2016, Rodrigo Arajeju (2016). Vídeo disponível em: <<https://youtu.be/ogyBmgNkkZc>>. Acesso em: 26/04/2017.

CLAMOR KAIOWA 1 - TEKOKA TAKUARA, Rodrigo Arajeju (2014). Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fMYW4KEHNtQ>>. Acesso em: 26/04/2017.

CLAMOR KAIOWA 2 - DESPEJO TEKOKA, Rodrigo Arajeju (2014). Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=39ju6d5WYY8>>. Acesso em: 26/04/2017.

De Olho TV - De Olho nos Ruralistas - Larissa Bombardi (USP). Vídeo disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/06/30/de-olho-nos-ruralistas-larissa-bombardi-junho2016/>>. Acesso em: 26/04/2017.

Espalha a Semente (canal no *YouTube*). Vídeos e filmes do coletivo disponíveis em <<https://www.youtube.com/user/espalhaasemente/videos>>, acesso em 26/04/2017.

expulsão de nhanderu marangatu (2008), yvy poty (canal no *YouTube*). Vídeo disponível em: <<https://youtube/3Ro6W-Rmvrs>>. Acesso em: 26/04/2017.

Kamikia Kisedje (canal no *YouTube*). Vídeos e filmes da AIK Produções, com enfoque no movimento indígena, disponíveis em: <<https://www.youtube.com/user/AIKProducoes/videos>>. Acesso em: 26/04/2017.

Nossa Luta. Vídeos da Comissão Guarani Yvyrupa disponíveis em: <<http://videos.yvyrupa.org.br/nossa-luta/>>. Acesso em: 26/04/2017.

Oca Digital (canal no *YouTube*). Vídeos do coletivo disponíveis em: <<https://www.youtube.com/user/ocadigital/videos>>. Acesso em: 26/04/2017.

Programa Aldeias SP (canal no *YouTube*). Curtas do Coletivo Tenonde Porã disponíveis em: <<https://www.youtube.com/channel/UCsg-fNZf5LIL3DiDLHP8zfw>>. Acesso em: 26/04/2017.

Suicídio e desespero entre os indígenas do Brasil, ONU Brasil (2015). Disponível em: <http://youtu.be/ngUZ6_6xVXA>. Acesso em: 26/04/2017.

TV Kuikuro (canal no *YouTube*). Canal recente que disponibiliza curtas do CKC, disponíveis em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCBVbQcZmLXdHHcM32AI6pTA>>. Acesso em: 26/04/2017.

VISITA DA RELATORA DA ONU (2016), indio awete (canal no *YouTube*). Disponível em: <<https://youtu.be/a2DyyO3wwgA>>. Acesso em: 26/04/2017.

APÊNDICE 1

A LONGA ESPERA PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA: TRAMAS JUDICIAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

O início do processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Taquara teve marco com a publicação da Portaria/PRES nº 1.176/1999 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que instituiu Grupo Técnico (GT) para realizar os estudos de identificação e delimitação da área. A primeira etapa desse trabalho foi coordenada pela antropóloga Themis Quezado de Magalhães e resultou em relatório parcial, aprovado pela FUNAI.

Em 2003, o cacique Marcos Veron (*Ava Taperendy*) foi assassinado na retomada da área em processo de delimitação. Nesse ano, Brand (2003: 149) escreveu artigo com registros documentais históricos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depoimentos de indígenas sobre a ocupação tradicional do *Tekoha Takuara*. É relevante transcrever o parágrafo de introdução, no qual menciona a participação do Estado na desestruturação social e destruição criminosa da aldeia, na década de 1950, e apresenta o panorama das famílias no início do século XXI.

Os Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, passaram nas últimas décadas por um amplo processo de confinamento em oito áreas demarcadas, para seu usufruto, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os anos de 1915 e 1928. Os moradores de inúmeras aldeias, que perderam suas terras no decorrer desse processo, buscam hoje recuperá-las. Um desses casos é o da aldeia Takuara, localizada no município de Juti, MS. Seus moradores relatam detalhes da aldeia e de sua destruição quando foram expulsos do local, em 1953. Segundo eles, localizava-se essa aldeia entre os rios São Domingos e Takuara (ver mapa), próximo da estrada velha da Cia. Matle Larangeira, onde hoje se localiza a fazenda Brasília do Sul. Segundo os informantes indígenas, a população desta aldeia era de aproximadamente 80 famílias nucleares. Devido às pressões dos pretensos proprietários da área e do SPI, parte dessa população já teria se dispersado em 1951. Permaneceram, no entanto, no local, após essa primeira dispersão, 25 famílias nucleares. Essas, segundo o relato dos informantes indígenas, teriam sido expulsas de forma violenta, em 1953, por iniciativa da Cia Matle Larangeira, com apoio do funcionário do SPI, lotado na reserva de Caarapó, Sr. Pantaleon Barbosa. Hoje, parte das famílias retomou à aldeia Takuara, na expectativa de que esta seja demarcada como terra indígena. Outros seguem nas reservas indígenas de Caarapó, Dourados e Amambai.

Em virtude de aposentadoria, a antropóloga responsável foi destituída pela Portaria nº 1.543/PRES, de 07/12/2004. O antropólogo Levi Marques Pereira foi designado para a coordenação do GT pela Portaria nº 140/PRES/05, apresentando relatório conclusivo com reconhecimento da terra como tradicionalmente ocupada, aprovado por meio do Despacho/PRES nº 108, de 02/12/2005, com publicação do resumo desse Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) no Diário Oficial da União (DOU), em 06/12/2005⁶³. A título de contextualização do *Tekoha* em análise, transcrevo alguns trechos de destaque desse resumo do RCID:

I - DADOS GERAIS: (...)

(...) O estudo de identificação registrou a existência de várias parentelas originárias de Taquara e seus respectivos líderes, tanto no período anterior à remoção da comunidade na década de 1950, como a partir da década de 1990, quando a comunidade se reestrutura como unidade política para reocupar a terra. A maioria das pessoas com mais de cinquenta anos que compõe a comunidade atual de Taquara nasceram no local reivindicado e guardam uma viva memória da ocupação dessa terra e da vida comunitária que aí desenvolviam antes da remoção perpetrada pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI. (*Pereira, 2005: 2*)

(...)

II - HABITAÇÃO PERMANENTE: A distribuição das parentelas kaiowá em Taquara antes da remoção da comunidade evidencia que a ocupação territorial seguia a moldura da organização social. A terra delimitada observa essa moldura, incluindo os locais de antigas moradias, os espaços ocupados para o desenvolvimento de práticas produtivas e acidentes geográficos que se constituem em referências míticas importantes para os Kaiowá. Evidentemente, muitos locais que antigamente eram utilizados como locais de caça, pesca, coleta e mesmo moradia ficaram fora do perímetro delimitado. Isto foi feito com base na legislação atual e contou com a anuência dos índios que reconhecem que a ocupação agropecuária da região inviabiliza política e economicamente a demarcação da Terra Indígena com as dimensões ocupadas no passado. A despeito dessas perdas, consideram que a terra é suficiente para a reprodução de seu modo de vida tradicional, manifestando a intenção de que seja implementado pelo governo um plano de recuperação ambiental e de manejo de recursos, já que restam poucas áreas de vegetação nativa. (*Ibid.: 2*)

(...)

A população de Taquara tende a ser bem maior do que as 162 pessoas que vivem atualmente no acampamento, tendo em vista que muitos moradores oriundos do local, mas que vivem atualmente nas

⁶³ Dados fornecidos pela Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI no Ofício nº 195/ DPT, de 17/03/2015, em resposta à solicitação de informações do mestrando.

reservas de Caarapó, Dourados e Amambai, assim como em periferias de cidades da região sul de MS, estão dispostos a se mudarem para Taquara tão logo a terra seja regularizada. A recomposição dessa população terá como base a atualização das formas de sociabilidade que unem as diversas parentelas que ocupavam Taquara até o início da década de 1950. (*Ibid.*: 3)

(...)

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS: (...)

Os Kaiowá Taquara demonstram grande capacidade inventiva no sentido de seguir vivenciando aspectos de seu modo de ser tradicional a despeito das condições ambientais adversas. No período em que viveu fora da terra, boa parte das famílias sobreviveu trabalhando nas fazendas e sítios da região e, dessa forma, conseguiram manter um constante trânsito pelo território o que lhes facultava acesso continuado aos locais de caça e coleta. No acampamento em que vivem atualmente o espaço é aparentemente inóspito em termos de recursos naturais, porque quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada; mesmo assim, mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. No acampamento existiam vários restos de carcaças de animais caçados. (*Ibid.*: 3)

(...)

IV - MEIO AMBIENTE: (...)

O conhecimento da toponímia da terra de Taquara revela a profunda familiaridade dos Kaiowá com o local, identificando e nomeando locais das antigas roças, residências, cemitérios, itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas. Foi possível identificar também que o sistema de conhecimento e nominação do território tem uma relação direta com a histórica dessa comunidade kaiowá e suas formas de representação simbólica.

Os recursos presentes no ambiente, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos e costumes tradicionais. Com a aplicação de um plano de manejo adequado, as poucas áreas remanescentes de vegetação nativa podem servir ainda como banco de sementes para a extensão da cobertura vegetal. (*Ibid.*: 4)

(...)

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL: (...)

O modelo de ocupação historicamente desenvolvido pelos Kaiowá em Taquara é perfeitamente compatível com as condições ambientais aí presentes antes do desmatamento e com a sua organização social tradicional, constituindo uma evidência concreta de que a comunidade estava fixada nessa região muito antes da ocupação agropecuária. Isto também é referendado pela sedimentação de um corpus de crenças, tradições e relatos míticos que remetem a características e recursos presentes no meio natural, com o qual os Kaiowá demonstram ter uma relação íntima e prolongada. Assim, não resta dúvida que o retorno da comunidade de Taquara para sua terra original representa, para as parentelas que compõem esse tekoha, a

tentativa de reaproximação com as divindades, já que, segundo entendem, as rezas poderão novamente ser praticadas no local. Representa também a tentativa de recompor relações de sociabilidade necessárias à reprodução de seu sistema social que, segundo apontam, se tornaram inviáveis dentro das reservas demarcadas devido a problemas de superpopulação com a superposição da população de várias comunidades. (*Ibid.*: 4-5)

(...)

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO: O GT realizou a identificação e censo dos ocupantes não índios, bem como vistoria, análise e descrição das benfeitorias na única ocupação que incide sobre a terra identificada, a Fazenda Brasília do Sul, com 9.752,55 hectares. O levantamento da cadeia dominial da propriedade identifica a origem e a qualificação do título de propriedade do imóvel. A terra foi titulada no final da década de 1920, quando foi requerida por compra junto ao Governo do Estado de Mato Grosso por um administrador da Companhia Mate Laranjeiras. O Estado vendeu a terra para esse particular sem antes se certificar da ocupação indígena; assim, nesse primeiro momento o SPI se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas sobre a área e, em 1953, perpetrou a ação ilegal de transferência da comunidade para a reserva de Caarapó. Mesmo a terra estando legalizada em nome de terceiro, já em 1928, a comunidade de Taquara permaneceu no local até 1953, pois o primeiro proprietário não ocupou efetivamente a terra, já que objetivava apenas a exploração imobiliária. A remoção da comunidade de Taquara só aconteceu em 1953, quando o proprietário tinha a intenção de vendê-la e necessitava apresentar a terra livre da presença indígena. Os dados completos do levantamento no Processo nº 1.707/2001. (*Ibid.*: 5)

(...)

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO: Os dados apresentados e analisados no relatório circunstanciado permitem afirmar sem nenhuma dúvida que a região denominada de Taquara pelos Kaiowá é terra indígena tradicionalmente ocupada por um conjunto de parentelas desse grupo étnico. Esta ocupação é anterior à venda e titulação da terra para particular. Portanto, é medida justa, legal e legítima a sua identificação, delimitação e posterior demarcação como Terra Indígena. Muitas gerações de Kaiowá aí viveram antes que as frentes de ocupação para extração de erva mate, criação de gado e prática de agricultura adentrassem na região.

A análise e comparação das histórias de vida e narrativas dos Kaiowá revelaram coesão e uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de pessoas que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Estes dados foram checados também através da aplicação de uma série de procedimentos metodológicos de trabalho de campo em antropologia, evidenciando considerável capacidade dos Kaiowá em memorizar a geografia de seu território, não tendo a mínima dificuldade em identificar os locais que haviam descrito oralmente antes da visita à terra identificada.

Os dados apresentados no relatório autorizam afirmar que Taquara se enquadra no conceito de terra indígena tradicionalmente ocupada, segundo o estabelecido na Constituição Federal no parágrafo 1º do artigo 231, onde se afirma que: “São terras tradicionais ocupadas

pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". (*Ibid.*: 5)

(...)

Por fim, o estudo antropológico constatou entre os Kaiowá de Taquara a existência de relações de parentesco e outras práticas de sociabilidade que, de um ponto de vista da lógica da organização do sistema social, explicitam a existência de formas organizacionais típicas dessa configuração cultural. Portanto foi possível atestar: a) a identidade do grupo enquanto comunidade kaiowá estruturada segundo os usos e costumes tradicionais; b) a permanência cultural já que insistem em manter seu modo de ser tradicional e a reivindicação da demarcação da terra cumpre justamente a exigência de reaverem o espaço físico antes ocupado pela comunidade e considerado imprescindível para continuar realizando suas práticas culturais; c) a presença tradicional da comunidade de Taquara na terra em questão, da qual foi removida por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, que paradoxalmente produziram farta documentação sobre a presença indígena no local e sobre as ações ilegais que perpetraram para sua remoção. (*Ibid.*: 6)

O Ministério da Justiça (MJ) emitiu a Portaria Declaratória nº 954, de 04/06/2010, demarcando os limites da TI com superfície aproximada de 9.700 hectares e perímetro aproximado de 50 km. Essa Portaria Declaratória foi contestada no Supremo Tribunal Federal como objeto da Ação Civil Originária nº 1606 e da Ação Cautelar nº 2641 – movidas pela família Jacintho, alegada proprietária das terras. O processo demarcatório permanece *sub judice* pois os efeitos de seus atos administrativos e da Portaria do MJ foram suspensos em decisão liminar, até o julgamento final do mérito, concedida nos autos da referida Ação Cautelar. Recursos judiciais e manobras da defesa dos latifundiários criaram insegurança jurídica sobre a legalidade do processo de demarcação, mas a população originária do *Tekoha* sustenta a ocupação com dezenas de famílias. Ao longo dos últimos anos, o processo de retomada garantiu avanços na superfície do território sob a posse efetiva do Povo.

Existem inúmeras ações judiciais patrocinadas pelos alegados proprietários da Fazenda Brasília do Sul com pedidos de anulação dos efeitos do processo administrativo de demarcação e de reintegração de posse de áreas retomadas pelos indígenas, com tramitação em órgãos julgadores federais de primeira e segunda instâncias e nos Tribunais Superiores. Não considero profícuo produzir levantamento com histórico de todas as ações com

pedidos de reintegração de posse, muitos dos quais deferidos por juízos monocráticos e colegiados, em caráter liminar, em diferentes instâncias de competência federal.

Contudo, é produtora mencionar a última decisão garantidora da permanência do Povo Kaiowa na área de expansão retomada do *Tekoha Takuara*, ocupada a partir de 13 de janeiro de 2016. O então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, deferiu liminar monocrática nos autos do processo *Suspensão de Liminar 982 Mato Grosso do Sul*⁶⁴ em 12/04/2016. Concedeu a medida requerida pela FUNAI para a suspensão de liminar deferida, anteriormente, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região), nos autos do Agravo de Instrumento 000182158.2016.4.03.0000/MS, que determinava a reintegração de posse aos alegados proprietários da Fazenda Brasília do Sul. Transcrevo trecho da decisão do então ministro presidente do STF:

No entanto, a retomada da posse pode ser vista como fator de exacerbação da disputa, em especial quando o cumprimento da ordem judicial é acompanhado por força policial.

Nesse contexto, considerando as informações trazidas aos autos, de que é iminente o cumprimento de mandado de reintegração de posse para a remoção de mais de 307 indígenas que residem, cultivam e criam animais em parte de imóvel reconhecido pela FUNAI como integrante das TI Taguara – onde inclusive foram construídos equipamentos públicos para atendimento à população indígena, como a escola indígena fundamental e o posto de saúde –, e ante o risco de iminentes conflitos sociais relatados pelo ente público, entendo, nesse juízo perfunctório, que o imediato cumprimento da decisão, antes do trânsito em julgado, potencializará os conflitos.

Ante o exposto, defiro liminarmente a medida requerida e determino a suspensão da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento 000182158.2016.4.03.0000/MS.

Comunique-se com urgência. (*Lewandowski, 2016: 4-5*)

A partir de articulação da coordenação e de colegas do MESPT, fui um dos representantes da 2ª Turma do Mestrado Profissional a participar de reunião com o ministro presidente Ricardo Lewandowski, em 15 de março de 2016. Na oportunidade, protocolei, junto à assessoria da presidência, ofício do

⁶⁴ O inteiro teor da decisão pode ser acessado através do mecanismo de acompanhamento processual, pelo termo de pesquisa *SL 982*, na página do STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/pesquisarProcesso.asp>>. Acesso em 26/04/2017.

Comitê de Apoio ao Povo Guarani e Kaiowa na UnB, anexados o relatório⁶⁵ produzido durante meu trabalho de campo no *Tekoha Takuara*, realizado em fevereiro de 2016, e a mídia com registros documentais audiovisuais e fotográficos. Em minha oportunidade de fala no encontro, mencionei a liminar de reintegração de posse e o fato do sepultamento recente de Virgílio Cavalheiro na área da retomada, reforçando aspectos da crise humanitária que testemunhei.

O então presidente disse que aguardaria a interposição da Suspensão de Liminar pela FUNAI e afirmou seu entendimento de acatar as medidas em favor de ocupações indígenas, desde que reconhecidas pelo Estado com algum ato publicado no processo demarcatório. O ministro Lewandowski comentou que esse tema fora tratado em reunião com a relatora especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, senhora Victoria Tauli-Corpuz, durante sua missão oficial ao Brasil, em curso no período de 07 a 17 de março de 2016 – a relatora visitou a retomada do *Tekoha Takuara* no dia 11⁶⁶.

O relatório final⁶⁷ da missão foi apresentado na trigésima terceira sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 20 de setembro de 2016. No documento (item VI, letra B – Tauli-Corpuz, 2016: 14), a relatora especial menciona o fato de represálias de grupos paramilitares contra populações Kaiowa e Guarani nos locais que visitou em MS, ainda durante o período de sua missão.

61. A Relatora Especial ficou extremamente alarmada com o fato de uma série de ataques armados, levando a ferimento de povos indígenas nas comunidades de Kurussu Amba, Dourados e Taquara no Mato Grosso do Sul terem ocorrido imediatamente depois da visita dela a essas áreas. Igualmente assustador é o fato de que alguns dias depois desses incidentes os povos indígenas relataram que nenhuma autoridade de Estado havia visitado estas áreas.

⁶⁵ Relatório Sobre Crise Humanitário do Povo Guarani e Kaiowa, Violência Institucional e Omissão de Autoridades em Retomada na Terra Indígena Taquara, Município de Juti, Estado de Mato Grosso Do Sul (MS). Ferreira, 2016. Documento inserido como anexo 3 desse Memorial. Não publicado.

⁶⁶ Vídeo-documentário da visita da relatora produzido por cinegrafista indígena. Disponível em: <<https://youtu.be/a2DyyO3wwgA>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁶⁷ O relatório final foi publicado na página oficial da relatora especial, em inglês e tradução não-oficial para o português. Disponível em: <<http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/es/documentos/country-reports/154-report-brazil-2016>>. Acesso em: 26/04/2017.

62. A Relatora Especial condena tais ataques e conclama o Governo a pôr um fim a essas violações de direitos humanos, bem como investigar e processar seus mandantes e autores diante da Justiça. Ela cumprimenta o Procurador Geral e o Ministério Público Federal por conduzir a investigação sobre o ataque violento de 14 de junho de 2016 no Mato Grosso do Sul, e por denunciar 12 pessoas envolvidas no uso de milícias contra povos indígenas. Ela urge ao judiciário a prontamente concluir o processo e responsabilizar os envolvidos.

Por continuar a luta pela demarcação desse território tradicional, os irmãos Araldo, Ladio e Valdelice Veron sofreram ameaças de morte e perseguições. Portanto, são cadastrados no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos do governo federal. A judicialização do processo administrativo, antes da homologação pela Presidência da República, motiva o agravamento dos conflitos promovidos pela família de Jacintho Honório da Silva Filho, que permanece na posse da sede da Fazenda Brasília do Sul e explora a maior extensão do território demarcado da TI Taquara, inclusive através de arrendamento de áreas para produtores rurais.

O relatório *EM TERRAS ALHEIAS*⁶⁸ realizou estudos de caso em seis *Tekoha* e apontou impactos dos monocultivos de cana e soja. Reproduz texto descritivo sobre o *Tekoha Takuara*, que além dos monocultivos, também, sofre a influência do empreendimento da Usina Raízen Caarapó.

4. Terra Indígena Takuara

Localização: *Município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul*

Superfície: *9.700 ha*

Perímetro: *50 Km*

Sociedade indígena: *Guarani-kaiowá*

Situação legal: *declarada*

(...)

De acordo com os indígenas, os resquícios de mata nativa foram praticamente todos destruídos a partir de 2003, com os seguidos arrendamentos da fazenda Brasília do Sul a produtores de soja e cana. Em 2004, relatam os índios, a então usina Nova América - hoje Raízen - foi uma das principais responsáveis pela derrubada de mata na terra indígena, mas eles não souberam dizer se a empresa continua arrendando áreas no interior de Takuara.

Nos últimos anos, afirmam os índios, a maior parte dos arrendamentos na fazenda Brasília do Sul visa o cultivo de soja (e milho, na safrinha). Além de problemas com a fumigação, por via aérea, de agrotóxicos sobre os plantios, que atinge sistematicamente a aldeia - causando graves prejuízos às suas roças de subsistência e doença nas crianças e idosos -, o tráfego intenso de caminhões que

⁶⁸ O relatório é uma realização da ONG Repórter Brasil e do Centro de Monitoramento de Biocombustíveis. Versão pdf disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>. Acesso em: 26/04/2017.

atravessam sua área também é um incômodo. “Em 2011, colocamos uma pessoa pra contar: foram 870 carretas de soja que saíram da nossa terra, passando no meio da aldeia”, afirma Ladio Veron.

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 há sete registros de produtores de soja que cultivaram o grão em fazendas que incidem parcial ou totalmente na TI Takuara, como mostra o mapa da página seguinte. (Glass, 2013: 20-21)

As lideranças da retomada denunciam ameaças diretas, agressões e atentados. Também constam relatos testemunhais sobre ações de: destruição de plantações comunais; devastação de áreas verdes, essenciais às atividades de subsistência para a sobrevivência física e cultural do Povo Kaiowa; contaminação de fontes de água com glifosato⁶⁹; fumigação aérea de agrotóxicos sobre cultivos e vivendas. A estratégia dos latifundiários em MS aponta para a eliminação dos poucos recursos disponíveis para a sobrevivência física e cultural das populações Kaiowa e Guarani nas retomadas, ações indicadas pelos indígenas como genocídio.

Atualmente, o Povo Kaiowa da retomada do *Tekoha Takuara* aguarda a definição de novo período para a realização de prova pericial sobre o processo administrativo de demarcação nos autos do processo nº 0000880-21.2005.4.03.6006, em tramitação na 1ª Vara da Justiça Federal em Naviraí. A perícia, a ser realizada de forma concomitante na Ação Civil Pública nº 0000684-12.2009.4.03.6006, foi adiada por intervenção do estado de MS na condição de parte do processo (assistente simples). Segundo decisão do juiz competente, a Procuradoria desse estado suscitou eventual nulidade da produção dessa prova em virtude de não ter se manifestado no processo e solicitou prazo para vistas dos autos. O pedido foi concedido, considerando que eventual nulidade da prova resultaria em maiores prejuízos à instrução do feito, "que já se arrasta a quase doze anos"⁷⁰. O perito do juízo, antropólogo Ledson Kurtz de Almeida, havia designado o período de 03 a 12 de abril de 2017 para a realização dos trabalhos de campo.

⁶⁹ *MPF reforça pedido para banir glifosato.* Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/04/mpf-reforca-pedido-para-banir-glifosato.html>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁷⁰ Com o número dos autos, o andamento processual pode ser consultado em: <<http://www.jfsp.jus.br/foruns-federais/>>. Acesso em: 05/05/2017.

APÊNDICE 2

A LUTA E O LUTO DO POVO KAIOWA GUARANI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Povo Kaiowa e Guarani no estado de Mato Grosso do Sul (MS) é a segunda maior população originária no país, com total superior a 43.000 indígenas (IBGE, 2010), e a maior fora da Amazônia Legal. Essa macrorregião, que abrange diferentes biomas e estados, registra a situação mais crítica dos Povos Indígenas em termos de confinamento territorial/desterritorialização e de processos de demarcação de terras inconclusos. Segundo o Ministério da Justiça⁷¹, até junho de 2014, foram regularizadas 400 Terras Indígenas que correspondem a 12% do território nacional – com concentração de 98,75% na Amazônia Legal. Vale mencionar as considerações apresentadas acerca da situação dos Povos e territórios localizados fora dessa região.

Nos últimos anos, tem-se envidado esforços para a regularização fundiária das terras indígenas localizadas fora da Amazônia Legal, em áreas onde se concentram altos índices de confinamento territorial de indígenas.

Nesse sentido, as áreas que ainda não foram demarcadas se localizam principalmente no Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país, regiões que possuem uma maior densidade populacional não-indígena.

Benites (2012: 65), membro do Conselho *Aty Guasu* e doutor em antropologia, apresenta o panorama geral vivenciado por seu Povo Guarani e Kaiowa em MS:

É relevante considerar que o cone sul do Estado do Mato Grosso do Sul apresenta hoje a maior população indígena do Brasil. São aproximadamente 45.000 indivíduos, que pertencem às etnias Guarani Kaiowá e Nandéva e estão distribuídos em mais de 30 áreas, com tamanhos variados e em diferentes condições de regularização fundiária (demarcadas, identificadas ou em acampamentos aguardando reconhecimento do Estado) (BARBOSA DA SILVA & COMAR, 2005) - (...).

Esse Povo é, nacional e internacionalmente, conhecido como "Guarani-Kaiowá" pela crise humanitária que enfrenta, agravada nas últimas décadas.

⁷¹ Nota de esclarecimento do Ministério da Justiça, publicada em 17/07/2014, sobre a iniciativa de estabelecer mesas de diálogo para mediar conflitos fundiários e evitar a judicialização de processo de demarcação de Terras Indígenas. Disponível em: <<http://justica.gov.br/noticias/nota-de-esclarecimento-1>>. Acesso em: 26/04/2017.

Nos textos produzidos pela organização tradicional Conselho *Aty Guasu*, adota-se a auto-referência "Kaiowa e Guarani" ou "Guarani e Kaiowa". Enfatiza, assim, a sua constituição a partir de dois dos três troncos da grande Nação Guarani no Brasil: Kaiowa Guarani e Guarani Nhandeva⁷². Benites (2012: 66) discorre sobre a diferenciação entre esses Povos:

Esses indígena são conhecidos na literatura como Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva (SCHADEM, 1974; MELIÁ, GRUNBERG & GRUNBERG, 1976). Embora tenham em comum muitos aspectos culturais e de organização social, o primeiro, ou seja, os Guarani-Kaiowá, não se reconhecem como Guarani, mas aceitam a denominação de Ava Kaiowá. Por sua vez, os Guarani-Ñandéva se autodenominam como Ava Guarani. (...)

Sua ocupação territorial tradicional foi reduzida, drasticamente, pelo Estado brasileiro nas primeiras décadas do século XX, como resultado da concentração compulsória de grande parte de sua população em oito reservas delimitadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – órgão responsável pela política indigenista do Estado, de 1910 a 1967. As reservas indígenas foram criadas, entre 1915 e 1928, com objetivo de disponibilizar terras para a colonização agropecuária por meio do confinamento, em áreas controladas, da diversa população indígena no estado de Mato Grosso do Sul: Povos Kaiowa; Guarani; Terena; Kadiweu; Kinikinawa; Guató; Ofaye-Xavante; e Atikum.

O doutor Benites revela a versão originária desse processo e suas implicações territoriais no modo de ser e viver em diferentes textos produzidos durante sua trajetória acadêmica, diretamente relacionadas à cosmovisão do Povo.

Para finalizar essa análise sobre o processo de colonização do território Guarani Kaiowá de MS, com base na narração dos indígenas e na memória das famílias que sofreram diretamente essa dominação, podemos concluir que os agentes indigenistas oficiais (SPI e Funai) ignoraram a forma tradicional indígena de ocupar o território. Por isso foram delimitadas, entre 1915 e 1928, oito pequenas áreas denominadas Reservas Indígenas ou Postos Indígenas com intuito de agrupar algumas famílias retirando-as de suas terras tradicionais (*tekoha*). Isto efetivamente contribuiu para liberar o território Kaiowá (*tekoha guasu*) para os colonos e

⁷² No Brasil, os Povos Kaiowa Guarani, Guarani Nhandeva e Mbya Guarani habitam diferentes estados da Federação. O grande Povo Guarani se reorganiza, em nível sul-americano, em torno da construção coletiva da iniciativa intitulada Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA), com representações de populações resistentes na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Registros do IV Encontro Continental da Nação Guarani disponíveis em: <http://encuentroccnagua.blogspot.com.br>. Acesso em: 26/04/2017.

fazendeiros não índios, em decorrência da colonização do território guarani. A disputa pela posse da terra entre os indígenas e os fazendeiros, que perdura até hoje, foi, assim, fomentada pela própria atuação do Estado. (Benites, 2012: 92)

(...)

O pequeno lugar em que foram amontoadas as famílias indígenas Kaiowá, exigia unificar e/ou homogeneizar as variedades de ser e viver (*reko kuera laja*) de cada família extensa que antes vivia de forma autônoma e dispersa no território (*tekoha guasu*). (Idem, 2009: 28)

Brand (2004: 138) afirma que as populações Kaiowa e Guarani foram confinadas em pequenas extensões de terra constituídas pelos perímetros das oito reservas indígenas, com área total de 18.124 *ha*, como parte de uma “importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas”. Houve o aceleração da usurpação dos territórios tradicionais e do desmatamento a partir da instalação de empreendimentos agropecuários na década de 1950 e da mecanização da agricultura com a introdução da monocultura de soja na década de 1970 (Ibid.: 140).

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul promoveu quatro edições eletrônicas da *Revista Tekoha*, publicação especial do Dia do Índio, contendo informações e dados de importância para a compreensão do processo histórico do Povo Kaiowa e Guarani nesse estado. Transcrevo trecho acerca das estratégias de resistência aos deslocamentos forçados e do estatuto de legalidade conferido ao confinamento compulsório de indígenas nas reservas, indicado na terceira edição como “uma política de Estado”⁷³ (MPF/MS, 2012: 12).

Durante décadas, muitos grupos guarani se recusaram a ir para as reservas, preferindo esconder-se nas matas ainda restantes nos territórios de ocupação ancestral. À medida que as terras eram ocupadas, os indígenas eram descobertos e, ou expulsos, ou levados às reservas demarcadas. O antropólogo Levi Marques Pereira acusa também a violência simbólica contra os índios: “A sociedade nacional impôs um completo ocultamento da sociedade indígena em sua alteridade, (ao) negar-lhe o estatuto de sociedade organizada (...) e

⁷³ Revista Tekoha, 3ª edição. Publicação especial do MPF/MS – Semana do Índio 2012, abril de 2012. Versão *pdf* disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/Tekoha-III-MPFMS.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

com vínculos históricos a determinados territórios”. Construiu-se, assim, um ideário compartilhado por fazendeiros e funcionários do governo – e até hoje reproduzido – de que “lugar de índio é na reserva, todos os que não residiam em reservas estavam ilegais”.

Confinados, reduzidos a fugir dos brancos em matas cada vez mais raras, a história dos guarani em Mato Grosso do Sul tem sido, nas últimas décadas, a luta pela retomada do que eles denominam de tekohá, ou local onde a comunidade vive de acordo com sua organização social e sistema cultural. (*Ibid.*: 13)

Segundo Brand (2004: 138), as lideranças Kaiowa e Guarani iniciaram o movimento de retomadas dos *Tekoha*, a partir de 1978, e estimava-se que havia triplicado a extensão dos territórios em posse de sua população até 2004. Após décadas de vigência da política estatal de confinamento, a reorganização social e política desse Povo ocorreu por meio do Conselho *Aty Guasu*. Benites produziu a relevante tese de doutorado *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*⁷⁴.

Segundo a narrativa indígena, Benites (2014b: 181) define o *Aty Guasu* como o grande encontro tradicional celebrado, periodicamente, na língua indígena, que reúne os líderes espirituais – *nhanderu kwery* (homens) e *nhandesy kwery* (mulheres) – e seus aprendizes – *yvyra'ija* –, líderes políticos e pessoas de todas as gerações das famílias extensas. Engloba rituais religiosos e festivos, espaços de fala das lideranças e discussões políticas com agentes de órgãos do Estado. O autor afirma ser relevante o desempenho do papel desse Conselho na reunião e fortalecimento de vínculos entre as famílias extensas, de forma a propiciar o compartilhamento de estratégias nos processos de reocupação de seus *Tekoha* (*Ibid.*: 182).

Cito trecho de artigo no qual o autor aborda o início das grandes assembleias Kaiowa e Guarani:

Em relação à luta indígena pela demarcação de terras indígenas, é relevante mencionar que várias comunidades indígenas Guarani e Kaiowá foram expulsas, dispersas de suas terras tradicionais ao longo do século XX, reassentadas nos “Postos ou Reservas Indígenas”, criados pelo órgão indigenista (Serviço de Proteção aos Índios) entre 1915 e 1930. Diante disso, em meados de 1970, as

⁷⁴ Versão *pdf* disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/rojeroky-hina-ha-roike-jevvy-tekohape-rezando-e-lutando>. Acesso em: 26/04/2017.

lideranças das comunidades expulsas começaram a reivindicar a demarcação das terras tradicionais (*tekoha*) de onde os indígenas haviam sido expulsos. Assim começou a realização da reunião intercomunitária, grande assembleia (*Aty Guasu*) Guarani e Kaiowá, resistência e luta pela recuperação das parcelas de suas terras tradicionais.

Na grande assembleia (*Aty Guasu*), as lideranças idosas, juntamente com os jovens Guarani e os Kaiowá, realizam troca de experiências, debatem, concebem e interpretam as significações da realidade cotidiana por eles vivida e experimentada conforme a sua cosmovisão, que assim vai se renovando com as experiências recentes.

Na assembleia política intercomunitária e nos rituais religiosos, os jovens e líderes idosos desenvolvem as explicações entre eles e planejam as suas ações novas neste contexto histórico de relações com os não índios. (*Benites, 2014a: 13*)

O *Caderno Mapa Guarani Continental* (2016: 14) apresenta descrição sobre o significado da *Aty*, enquanto instituição política.

A base da vida social guarani encontra-se na família extensa e representa uma cadeia permanente de comunicação e resolução de desafios na vida comunitária.

A **Aty** – assembleia e a *ñemboaty* – ou a "grande fumada", entre os **Guarani Ocidentais** – são instituições políticas de grande importância, mecanismos de tomada de decisões, espaço de deliberação e planejamento de atividades, festas religiosas e econômicas, podendo reunir um número variado de comunidades. Os chefes de família reúnem-se para informar-se dos problemas, discutir e propor alternativas. Nas grandes reuniões regionais, a *aty* funciona como uma instituição recuperada e consolidada, que permite às comunidades falar de seus problemas, discutir e consensuar em três aspectos principais de sua vida: o organizativo, o administrativo e o político. Cada sessão de uma *aty* é aberta e encerrada com uma oração – *ñembo'e* – da qual participam todos os presentes.

Benites (2012) discorre sobre a organização política e social do Povo Kaiowa em um de seus artigos, com enfoque na influência das famílias extensas, sendo esclarecedor aportar suas análises e traduções.

A organização social dos Ava Kaiowá é centrada na família extensa (*te'yi* ou *ñemoñare*) formada por pelo menos três gerações: *tamōi* (avô) e *jaryi* (avó), filhos, filhas, genros e noras, netos e netas. No passado, residiam numa única habitação grande, a *oygusu* (THOMAZ DE ALMEIDA, 1991; MURA, 2006). Esta organização social já vinha sendo administrada por um líder doméstico (*teko laja rerekua*), um político (*mburuvicha*), sob orientação de um *xamã* (*ñanderu*) ou líder religioso. Assim, cada família extensa vivia de forma autônoma, distanciando-se 5, 10 e até 20 quilômetros de outra grande família. Desse modo, o território (*tekoha guasu*) era preenchido pelos conjuntos de famílias extensas Ava Kaiowá. (*Ibid.: 70*)

(...)

Os líderes políticos (*mburuvicha*) e religiosos (*ñanderu*) são os que hoje lutam pela recuperação de suas terras tradicionais. (*Ibid.*: 75)

As retomadas do Povo Kaiowa e Guarani consistem em movimento pacífico de reocupação física das terras sagradas em Mato Grosso do Sul, mediante a instalação de acampamentos – normalmente, conformados por barracos de lona e carentes de infraestrutura básica. O Estado brasileiro titulou esses territórios tradicionais indígenas à particulares no século XX e promoveu o deslocamento forçado dessa população originária, durante décadas, por meio da ação direta do órgão indigenista oficial. Transcrevo a introdução do tópico *Demarcação em MS* da quarta edição da publicação especial *Tekoha*⁷⁵:

No início de tudo, o esbulho e confinamento

Estudos históricos revelam que a expulsão dos indígenas de suas áreas originalmente ocupadas, por parte do Estado brasileiro, começou com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, através do Decreto nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911. O Artigo 2º já legitima o esbulho das terras indígenas: “promover a mudança de certas tribus (sic), quando fôr conveniente e de conformidade com os respectivos chefes”. Esses chefes, como demonstrado pelo MPF, “jamais emitiram qualquer aprovação para serem retirados de suas terras tradicionais, ao contrário, recusavam-se a sair, sendo assim tidos por selvagens”.

Criadas as normas legais, o governo federal passou a retirar os indígenas de suas terras confinando-os em pequenas reservas escolhidas pelo SPI. A União, então, trouxe imigrantes para a região e conferindo-lhes títulos de propriedade. Este foi o modelo adotado para a colonização de Mato Grosso do Sul e está na gênese do conflito fundiário atual.

Quando alguém adquiria uma terra e descobria que ela era habitada por índios, simplesmente reunia alguns homens armados e os expulsava, ou comunicava o chefe do posto do SPI, que ele mesmo trataria da transferência dos índios para a reserva.

Hoje, MS tem a 2ª maior população indígena do país (70 mil) e um histórico de desrespeito aos seus direitos. Os guarani – kaiowá e ñandeva – formam a etnia mais numerosa (44 mil). Eles estão confinados em pequenas reservas, demarcadas no início do século XX, ou na beira de estradas.

O MPF/MS indica que o reconhecimento dos direitos originários na Constituição Federal de 1988 incrementou o processo de retomadas. Em 2007, transcorridos 14 anos do prazo constitucional para a conclusão dos processos de demarcação – nos termos do artigo 67 do Ato das Disposições

⁷⁵ Versão pdf disponível em: <http://blog.prms.mpf.mp.br/tekoha4/?page_id=413>. Acesso em: 26/04/2017.

Constitucionais Transitórias –, a omissão da União era contestada na demanda do Povo pela demarcação de 39 *Tekoha*. As reivindicações territoriais foram dispostas em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPF/MS⁷⁶ firmado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Transcrevo descrição contida na terceira edição da publicação especial *Tekoha*⁷⁷ (MPF/MS, 2012: 13) acerca da omissão do Estado brasileiro na efetivação dos direitos constitucionais do Povo Kaiowa e Guarani.

A expectativa de retomada dos territórios tradicionais voltou com força a partir da promulgação da Constituição federal de 1988, que é identificada pelos índios como início de um “tempo do direito”, por ter determinado a demarcação dos territórios indígenas no país. A partir de então, os movimentos reivindicatórios cresceram, embora a ação estatal continuasse omissa.

Foi a partir de novembro de 2007, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta entre a Funai e o Ministério Público Federal, que a demarcação das primeiras terras guarani desde o início do século XX deu os primeiros passos. Pelo acordo, a Funai se comprometia com a entrega de relatórios de identificação e delimitação de 39 terras indígenas no estado, em cinco anos.

Os *Tekoha* foram agrupados nas seguintes Terras Indígenas: Iguatemipegua; Amambaipegua; Douradopegua; Dourados-Amambaipegua; Brilhantepegua; Ñandeva; e Apapegua. Esses *pegua* (pronuncia-se peguá) contemplam diversos *Tekoha* que já eram áreas retomadas em 2007 e consistem em áreas maiores que integravam o antigo *Tekoha Guasu* (grande território) Kaiowa e Guarani.

O relator especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais indígenas da ONU, James Anaya, reconheceu a legitimidade do movimento de retomadas no relatório resultante de sua visita oficial ao Brasil em 2008. Anaya incluiu recomendação ao governo brasileiro para evitar a criminalização de indígenas, envolvidos nesse movimento reivindicatório, como uma das medidas para a garantia de segurança. Cito a íntegra do item 92 do

⁷⁶ Versão *pdf* disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2011/09/TAC%20terras%20indigenas.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁷⁷ Revista *Tekoha*, 3ª edição. Publicação especial do MPF/MS – Semana do Índio 2012, abril de 2012. Versão *pdf* disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/Tekoha-III-MPFMS.pdf/view>>. Acesso em: 26/04/2017.

relatório⁷⁸, em tradução não-oficial de Erika Yamada – assistente do relator na condução da visita e na elaboração desse documento.

Operadores do direito devem ter cautela para evitar a criminalização de indígenas por alegada atividade criminal, quando tal atividade na verdade faz parte de um legítimo ato de protesto, por exemplo, para a retomada de terra; e qualquer processo pendente por atos que era, ou relacionavam-se a atos de protesto devem ser revisados. (Anaya, 2009: 29)

O relator (Ibid.: 17-18) destacou a “política de governo agressiva de titulação de terras para particulares no século passado” e o modelo de uso da terra, centrado na produção do agronegócio, “que desalojou povos indígenas de suas terras tradicionais” (item 46); alertou sobre a relação da falta de terras com a maior taxa de mortalidade infantil indígena em MS, “devido às precárias condições de saúde, acesso à água e comida” (item 47). Sobre a situação da violência contra a população indígena, demonstrou preocupação com o crescimento significativo da taxa de homicídios e afirmou que “muitas mortes e ameaças de violência contra indígenas são direta ou indiretamente relacionados à luta pela terra (...)” (item 49). Sobre o contexto histórico do esbulho territorial e “a insurgência pacífica e obstinada dos povos Guarani Kaiowá” é imprescindível assistir ao filme *MARTÍRIO*⁷⁹.

Anaya equiparou a reocupação de terras tradicionais ao ato de protesto. As retomadas constituem movimento de autodeterminação do Povo, são decididas em sua organização social autônoma e determinadas pelos vínculos históricos com territórios específicos. Pela análise da citação prévia sobre a violência simbólica contra o Povo Kaiowa e Guarani, formulada pelo antropólogo Levi Pereira, considero que as retomadas representam a contestação ao *status quo* vigente em MS. A sociedade envolvente do estado que (des)abriga a segunda maior população originária no país é hostil e reforça o estereótipo de inferioridade dos indígenas, sendo contemporâneo o uso da

⁷⁸ Versão *pdf* disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Anaya_Brasil_anexo.pdf; Relatório oficial em inglês disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G09/151/13/PDF/G0915113.pdf?OpenElement>. Acesso em: 26/04/2017.

⁷⁹ *MARTÍRIO* (PE, 2016, 162'), de Vincent Carelli em codireção com Ernesto de Carvalho e Tita. Disponível em link privativo: <https://vimeo.com/215880442> (senha: marangatu). Acesso em: 26/04/2017.

menção pejorativa “bugre” – termo adotado na produção da narrativa colonial para negar humanidade, atribuir condição de selvagem e justificar massacres.

Os processos de demarcação em MS são prolongados por décadas, sem conclusão. Cito alguns exemplos, destacados pelo MPF/MS na quarta edição da publicação especial *Tekoha*⁸⁰, com referência temporal em 2013.

Yvy Katu: 29 anos de espera pela demarcação

Indígenas ocupam 10% da área demarcada e lutam contra a precariedade. “Operação de guerra” foi montada para retirar índios.

Retomada da terra pelos índios, reintegração de posse aos fazendeiros, demarcação suspensa pela Justiça e lentidão marcam os 29 anos de duração do processo demarcatório da Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã, sul de MS. Atualmente, 500 indígenas vivem em uma pequena área demarcada judicialmente em 2004.

O processo demarcatório teve início em 1984. Uma área de 9494 hectares já foi declarada pelo governo federal como sendo de tradicional ocupação indígena (Portaria nº 1.289/2005). A demarcação física já foi realizada e o processo enviado à Presidência da República para homologação, ato final da demarcação.

A demarcação foi contestada no STF pelos fazendeiros. Após 6 anos tramitando, os recursos foram negados e o processo devolvido à Justiça Federal de MS. Essa decisão, comprovando que a demarcação das terras indígenas em MS segue as normas legais, é um pequeno passo no processo demarcatório.

(...)

Sucuri'y: Demarcada mas ainda sem estrutura

Mesmo sendo os donos legítimos, indígenas só ocuparam a área 13 anos depois da demarcação. Comunidade possui 68 famílias.

A Terra Indígena Sucuri'y tem 535 hectares e abriga 68 famílias. Localizada no município de Maracaju, sul do estado de Mato Grosso do Sul, foi reconhecida em 1996 pelo governo federal, mas os indígenas só conseguiram a posse efetiva da Terra em 2012.

(...)

A TI Sucuri'y foi homologada pelo presidente da República e registrada em cartório em 1999, mas os indígenas não puderam ocupar a área, pois uma ação judicial questionava a validade da demarcação. (...)

Os índios ocupam desde 2007 os 535 hectares, que só em agosto de 2012, 13 anos após a demarcação, foram oficialmente reconhecidos pela Justiça.

⁸⁰ Blog disponível em: <http://blog.prms.mpf.mp.br/tekoha4/?page_id=413>. Acesso em: 26/04/2017.

(...)

Arroyo Korá: Índios fora da terra apesar de demarcação

Índigenas sofrem com violência e falta de estrutura. Demarcação está suspensa desde 2009 por liminar do Supremo Tribunal Federal.

A Terra Indígena Arroyo Korá fica no município de Paranhos, sul de Mato Grosso do Sul, região de fronteira com o Paraguai. O Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena foi publicado em 2004 pela Funai e a demarcação foi homologada pela Presidência da República em 2009 (Decreto nº 12.367). A área total da terra indígena é de 7205 hectares.

Apesar de finalizada, a demarcação foi suspensa em 2009, por uma decisão liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. O ministro autorizou, no entanto, que os indígenas ocupassem 700 hectares, cerca de 10% do total demarcado pela União. Atualmente, 126 famílias vivem na área. O recurso, dos donos das áreas que incidem na TI Arroyo Korá, ainda não foi julgado definitivamente e, assim, os indígenas permanecem fora da área que lhes foi destinada.

(...)

Laranjeira Nãnderu: Barracos em mata de fazenda

Índigenas permanecem em área reivindicada por ordem judicial. Em área de reserva legal, comunidade espera retomada de seu tekoha.

A comunidade Laranjeira Nãnderu reivindica uma área localizada em Rio Brilhante, região da grande Dourados, como sendo um tekohá. (...) O relatório de identificação e delimitação, o primeiro passo da demarcação de terras indígenas, já foi produzido mas ainda não foi publicado.

(...)

Passo Piraju: Incertezas em meio ao canavial

Após 10 anos ocupando área, comunidade vive o medo do despejo iminente. Estudo antropológico comprova que terra é tradicional.

(...)

Curral do Arame: Pobreza ao lado de rodovia

Fome e insegurança rondam acampamento na beira de rodovia. Comunidade espera há 15 anos a entrada em seu tekoha.

Há meses de completar 10 anos de vigência, o chamado "TAC das Demarcações" não gerou resultados efetivos – um caso evidente da prática do "faz de conta", conforme criticado por Molina (2017: 62). Desde 2010, o

MPF/MS ajuizou diferentes ações de execução do TAC como tentativas de imposição judicial para o cumprimento do termo pela FUNAI. Cito informações divulgadas pela assessoria de comunicação do órgão⁸¹ em 17 de agosto de 2016.

“Como se não bastasse o longo período de tempo (quase uma década) já decorrido para que a primeira etapa do procedimento de demarcação fosse cumprida – a composição de Grupos Técnicos e a elaboração dos relatórios –, os documentos que finalmente foram produzidos sequer foram autuados”, enfatiza o MPF, que reconhece a “total inefetividade” das multas até então aplicadas à Funai – de mais de R\$ 1,5 milhão.

Eduardo Galeano aportou crítica relevante sobre a colonização de territórios indígenas na obra *As veias abertas da América Latina* pela compilação de narrativas contra-hegemônicas sobre a invasão européia, as estratégias da economia colonial e o genocídio. Cito trecho específico aplicável a essa discussão acerca das ficções jurídicas destinadas, historicamente, aos Povos Originários. Cito, com ênfases acrescidas, Galeano (1971: 28-29):

O metal brotava sem cessar dos filões americanos, e da corte espanhola chegavam, também sem cessar, **ordenações que outorgavam uma proteção de papel e uma “dignidade de tinta” aos indígenas**, cujo trabalho extenuante sustentava o reino. **A ficção da legalidade amparava o índio; a exploração da realidade sangrava-o.** Da escravidão à encomienda de serviços, e desta à tributos e ao regime de salários, as variantes da condição jurídica da mão-de-obra indígena só alteraram superficialmente sua situação real. (...)

(...)

Na Recompilação de Leis das Índias, não faltam decretos daquela época estabelecendo a igualdade de direitos entre os índios e os espanhóis para explorar as minas e proibindo expressamente que se violassem os direitos dos nativos. **A história formal – letras mortas que em nossos tempos recolhem as letras mortas dos tempos passados – não teria de que se queixar, mas enquanto se debatia em papeladas infinitas a legislação do trabalho indígena e marcava à tinta o talento dos juristas espanhóis, na América a lei “se acatava mas não se cumpria”.**

⁸¹ *MPF/MS quer responsabilizar dirigentes da Funai pelo descumprimento do TAC das Demarcações*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-quer-responsabilizacao-de-dirigentes-da-funai-pelo-descumprimento-do-tac-da-demarcacao>>. Acesso em: 26/04/2017.

Valdelice Veron (2016: 3)⁸² escreveu sobre o clamor do Povo Kaiowa e Guarani pelo cumprimento dos direitos previstos na Constituição Federal e as contradições do Estado ao se omitir na execução do ordenamento jurídico. É interessante perceber como concilia, em seu discurso reivindicatório, conceitos teóricos contemporâneos com algumas das teorias nativas que fundamentam a luta pela demarcação estatal, como o pertencimento ao território e a crítica pela omissão em "fazer o papel falar" – *moñe'ê kuationa*, segundo tradução Kaiowa de Benites (2012: 88). Ela reforça a validade dessa demanda, apresentada do ponto de vista originário, com a utilização de epistemologias e de normativas vigentes na sociedade dominante.

Por isso, estamos, clamamos apoio pela demarcação das nossas terras e garantia dos nossos direitos fundamentais para nossa sobrevivência, com a proteção do meio ambiente e políticas públicas construídas respeitando as nossas diferenças. As nossas terras – Tekoha, o lugar ao qual pertencemos – sofrem degradações ambientais imensas em função da cobiça capitalista. O nosso governo não adota uma política com ecoeficiência. O próprio governo explora recursos naturais e minerais e transforma os direitos indígenas em obstáculos ao desenvolvimento. Somos submetidos a uma política de direito só no papel, como exemplo, a própria Constituição brasileira.

O presidente da FUNAI, Antonio Costa, participou de reunião com o MPF/MS e lideranças indígenas durante os dias 27 e 28 de março de 2017 na unidade de Dourados da Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul. O gestor é pastor evangélico indicado pelo Partido Social Cristão. Lá afirmou: "Assumo um compromisso de colocar em prática o cumprimento das ações do Termo de Ajustamento de Conduta para fazer valer o que foi determinado pelo Ministério Público e atender às reivindicações do povo Guarani Kaiowá"⁸³. O presidente se apresentou sob o perfil de técnico⁸⁴, negando a sua indicação

⁸² *NHANDE REKOHA NHE'E AYVU ARANDU – Educação indígena com: sabedoria, vida, terra e língua*. Memorial descritivo apresentado por Valdelice Veron na seleção pública do edital 2016 do MESPT/CDS/UnB. Juti/MS, março de 2016. Não publicado.

⁸³ *TAC para demarcação de terras do povo Guarani Kaiowá será cumprido, afirma presidente*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4171-tac-para-demarcacao-de-terras-do-povo-guarani-kaiowa-sera-cumprido-afirma-presidente>>. Acesso em: 26/04/2016.

⁸⁴ Para conhecer o perfil do então presidente, sob suas palavras, algumas entrevistas a jornais nacionais e internacionais são esclarecedoras. Disponíveis em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4866742/presidente-da-funai-quer-renda-propria-para-aldeias>>; <<http://www.revistaforum.com.br/2017/02/21/novo-presidente-da-funai-diz-que-e-preciso-ensinar-indios-a-pescar/>>; <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39510285>>. Acesso em: 26/04/2017.

política. Entretanto, não divulgou plano de execução ou definiu prazos para o cumprimento do TAC das Demarcações, apenas indicou que retornaria no seguinte mês de maio para informar os encaminhamentos.

Contudo, antes da viagem ao MS, o presidente não se pronunciou sobre a redução da capacidade técnica-institucional diante da gravidade da extinção de 87 cargos comissionados e de 51 Coordenações Técnicas Locais da Fundação pelo governo federal, via Decreto presidencial nº 9.010⁸⁵ de 23/03/2017. No dia 30 de março foi publicada mensagem do presidente, na qual, em síntese, afirma: “A FUNAI lamenta os cortes e trabalhará para que o impacto da medida não desqualifique o trabalho que vem sendo desenvolvido em prol das comunidades indígenas e de suas 305 etnias existentes no Brasil.”⁸⁶ O presidente concluiu a nota com a seguinte afirmação: “A FUNAI (...) lutará para que todas as comunidades indígenas sejam preservadas e atendidas com êxito e celeridade.” Preservadas?

É importante citar a análise publicada⁸⁷ pelo *De Olho nos Ruralistas - Observatório do agronegócio no Brasil* sobre a impossibilidade de a FUNAI cumprir o "TAC das Demarcações" diante da conjuntura de redução das ações da política indigenista do Estado e da posse de político ruralista como titular do Ministério da Justiça.

FALTA COMBINAR COM OS RURALISTAS

A promessa de priorizar o cumprimento do TAC que prevê a publicação de, ao menos, 18 terras indígenas, enfrenta o histórico de um antigo nome forte da bancada ruralista no Congresso, o atual ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB). Dos 18 territórios previstos pelo TAC, somente 4 tiveram relatório aprovado pela Funai.

Membros da equipe técnica queixaram-se do sucateamento da autarquia. O orçamento deste ano, como confirmou o diretor Prado Júnior, é um dos menores da história da fundação. A pasta tem hoje

⁸⁵ Inteiro teor do Decreto presidencial disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/D9010.htm>. Acesso em: 26/04/2017.

⁸⁶ Mensagem do Presidente. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4172-mensagem-do-presidente>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁸⁷ *Recebido sob protesto no MS, presidente da Funai promete destravar territórios Guarani Kaiowá.* Disponível em: <<https://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/03/30/recebido-sob-protesto-em-ms-presidente-da-funai-promete-destravar-territorios-guarani-kaiowa/>>. Acesso em: 26/04/2017.

apenas cinco antropólogos, que cuidam de demarcações em todo o Brasil. Além disso, foi mencionada na reunião a total insegurança nas visitas a propriedades rurais no Mato Grosso do Sul, para a realização de estudos fundiários.

A menção da insegurança para agentes federais, em serviço, revela a demonstração de força política dos latifundiários – alguns são ruralistas em exercício de mandatos nas esferas municipais, estadual e federal – e da articulação corporativista dos 69 (sessenta e nove) Sindicatos Rurais locais, filiados à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL). A oposição ao exercício de competências legais por agentes do Estado é um indicativo da correlação de forças entre latifundiários/produtores rurais e as populações indígenas em movimento de retomadas.

O estado de Mato Grosso do Sul é uma fronteira livre à expansão do domínio do agronegócio, sendo pública a defesa da atuação irrestrita dos produtores de monocultivos transgênicos nessa região, caracterizada pela alta fertilidade das terras. Acerca das características do solo indentificado como "terra roxa" e da especulação fundiária nas regiões onde se localiza, cito trecho de matéria publicada pelo Canal Rural⁸⁸:

A terra roxa, também chamada de terra vermelha, é um tipo de solo conhecido por sua alta fertilidade e por seu preço elevado.

Esse solo resulta de milhões de anos de decomposição de rochas balsáticas, muito ricas em nutrientes, como o ferro, responsável pela coloração avermelhada.

(...)

Esse tipo de solo é encontrado principalmente nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

(...)

O professor da Esalq (*Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo*) explica que a maioria das culturas se adapta à terra roxa, mas ela é normalmente utilizada para plantio de grãos como soja, milho e trigo, além de cana-de-açúcar e café.

Por sua grande fertilidade, as terras roxas são muito valorizadas, as mais caras do Brasil. Pavinato afirma que o valor do hectare varia de R\$ 30 mil a R\$ 40 mil.

⁸⁸ *Conheça as características da terra roxa ou terra vermelha.* Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/conheca-caracteristicas-terra-roxa-terra-vermelha-53932>>. Acesso em: 26/04/2017.

Sauer (2008: 14) aborda o processo histórico de construção e apropriação do termo "agronegócio" no país, cuja adoção difundiu-se a partir da década de 1990, com sentido inicialmente associado a “um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária”⁸⁹. A construção de sentido se funda na noção de uma cadeia de negócios agropecuários, que engloba os produtores rurais, as agroindústrias, o “comércio de insumos (agrotóxicos, maquinários, etc) e a comercialização da produção (aquisição, industrialização e/ou beneficiamento e venda aos consumidores finais)” e visa “designar tecnificação (uso de tecnologia moderna) e escala na agropecuária” (Ibid.: 14-15). Para o autor, a apropriação do termo no Brasil foi forjada pelo setor produtivo interessado em associar sua imagem à modernização do campo: “passou a ser utilizado para indicar eficiência, ganhos em produção e produtividade e, um elemento chave, inserção competitiva (Jank, 2005, p. 26) no mercado globalizado.” (Ibid.: 15)

No *PERFIL DE MATO GROSSO DO SUL*⁹⁰ publicado no endereço eletrônico do governo do estado costam informações sobre a história, a população e a economia que confirmam o projeto ideológico de ocultação da presença indígena no território e a defesa de sua vocação para o agronegócio. Transcrevo alguns trechos com intuito de analisá-los de forma crítica.

POPULAÇÃO

(...)

Ao ser constituído, no final da década de 1970, o Estado contava com uma densidade média de 3,9 habitantes por quilômetro quadrado. Alguns municípios chegavam a ter mais de cinquenta habitantes por quilômetro quadrado, em contraste com o norte (atual Mato Grosso), praticamente vazio. Além da capital, as cidades principais são Dourados e Corumbá. Vivem no Estado vários grupos indígenas.

(...)

⁸⁹ *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Versão pdf disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/840/1/Agricultura%20familiar%20versus%20agroneg%C3%ADtica%20do%20campo%20brasileiro.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁹⁰ *Institucional – PERFIL DE MATO GROSSO DO SUL*. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 26/04/2017.

ECONOMIA

As principais fontes econômicas do Estado são agricultura e pecuária. A área econômica que mais se destaca do Estado de Mato Grosso do Sul é a do planalto da bacia do Paraná, com seus solos florestais e de terra roxa. Nesta região, os meios de transporte são mais eficientes e os mercados consumidores do Sudeste estão mais próximos.

A maior produção agropecuária concentra-se na região de Dourados desenvolvendo-se uma agricultura diversificada, com culturas de soja, arroz, café, trigo, milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim e cana-de-açúcar. Nos campos limpos, pratica-se a pecuária de corte, com numeroso rebanho bovino, e os suínos assumem importância nas áreas agrícolas. No pantanal, a Oeste, estão as melhores pastagens do Estado.

(...)

INDÚSTRIA

A principal atividade industrial do Mato Grosso do Sul é a produção de gêneros alimentícios, seguida da transformação de minerais não-metálicos e da indústria de madeira. (...)

Deixei de citar o tópico *HISTÓRIA* pelo fato de não constar nenhum registro da presença dos Povos Indígenas em permanente resistência nesse estado. Omissão que interpreto como intencionalidade de ocultação da ocupação tradicional de terras – condicionante aos direitos originários reconhecidos pela Constituição Federal. A única referência do período colonial é a passagem de numerosas bandeiras, uma das quais deslocou-se a atual Cuiabá (MT) para “aprisionar índios”. A descrição contemporânea de população menciona, de forma genérica, a presença de “vários grupos indígenas”, termo que reduz a diversidade e o estatuto dos Povos Originários – reconhecidos como a segunda maior população indígena em um único estado e a maior fora da Amazônia Legal, de acordo com dados já citados na abertura desse Apêndice.

Por suposto, também há omissão acerca da política de confinamento dos populações Kaiowa e Guarani nas oito reservas indígenas, criadas pelo Estado brasileiro entre 1915 e 1928, no então estado de Mato Grosso. Reforçando a citação prévia de Brand (2004), essa política foi parte de uma estratégia do governo federal para liberar terras aos projetos de colonização desse território por frentes não-indígenas. O autor ressalta o caráter agravante dessa privatização das terras tradicionais sobre a perda territorial e a intensificação do

confinamento do Povo Kaiowa e Guarani, a partir da segunda metade do século XX, como decorrência do desmatamento para a implantação de empreendimentos agropecuários e produção de monoculturas em larga escala.

A partir da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas. A introdução da soja, a partir da década de 1970, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, dispensou a mão-de-obra indígena e provocou o fim das aldeias refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam. Compromete a biodiversidade, substituindo os restos de mata, capoeiras e campos pela monocultura da soja. (Brand, 2004: 140)

Os tópicos sobre economia e indústria, disponibilizados pelo governo do estado, reforçam as reflexões prévias sobre as características favoráveis do solo para as monoculturas e o desenvolvimento de atividades de colonização recente sob a ideologia do agronegócio. A economia em MS está baseada na produção de grãos e cana-de-açúcar, beneficiados pela indústria regional e negociados como *commodities* em sistemas de bolsas de valores. O relator especial da ONU, James Anaya, mencionou, em seu relatório (2009: 18), uma reunião com produtores rurais que apontavam o agronegócio como "espinha dorsal da economia do estado" (item 50). Essa afirmação encontra respaldo em dados de 2005, citados em artigo do Grupo de Pesquisa sobre Economia e Gestão no Agronegócio da Universidade Federal da Grande Dourados (Novaes [et al.], 2010:3-4)⁹¹.

A região Centro-Oeste possui uma economia fortemente dependente do desempenho do agronegócio, sendo facilmente afetada nos momentos de crise e insucesso do agronegócio. Já o Mato Grosso do Sul (MS) é o estado em que o agronegócio tem o maior peso na economia, pois sua pecuária é forte, além de ser um grande produtor de grãos, passando a atuar no mercado de cana-de-açúcar, devido à forte demanda do etanol. A participação do agronegócio do MS no PIB do Estado representa 77,2 %, totalizando 15,47 bilhões de reais no ano de 2005. (PERFIL DOS ESTADOS, 2008, p. 145)

Além de ser determinante para a economia, o agronegócio comanda a condução política do estado com predomínio da representação de ruralistas

⁹¹ ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. Artigo apresentado no 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2010. Campo Grande, MS.

nas esferas municipais, estadual e federal⁹². O atual governador, Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), é bom exemplo para essa assertiva. Foi prefeito de Maracaju/MS por dois mandatos (1997-2004); deputado estadual mais votado na história da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, obteve 47.772 votos nas *Eleições 2006*; exerceu mandato de deputado federal (2010-2014), eleito com 112.213 votos. Nessa época, ocupou a presidência estadual de seu partido e participou como membro titular na Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215/2000 – o único parlamentar de MS nessa Comissão, durante aquela Legislatura –, cujo objetivo principal é adicionar à competência do Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar as demarcações de Terras Indígenas.

Reinaldo Azambuja foi vice-presidente regional da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na Câmara dos Deputados, conhecida atualmente como Bancada Ruralista. Inicialmente, a “Frente Ampla Ruralista” foi articulada por parlamentares durante os debates da Assembleia Nacional Constituinte; funcionou, informalmente, na Legislatura de 1990-1994 e foi fundada em 1995 como Frente Parlamentar da Agricultura. A FPA contemporânea é associação suprapartidária, cujo objetivo “é o de estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional”⁹³. Segundo análise do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a bancada ruralista “se configura como uma das mais eficientes do Congresso Nacional” e apresentou crescimento nas *Eleições 2010* – “Dos 158 parlamentares ruralistas, 91 são deputados reeleitos e 49 deputados novos.”⁹⁴

⁹² Acerca do fenômeno ruralista na política, recomendo a leitura do livro *Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. Segundo Alceu Castilho: "O livro é um diagnóstico da relação de políticos brasileiros – de prefeitos aos parlamentares em Brasília – com o território, conforme as propriedades rurais e empresas agropecuárias declaradas nas eleições de 2008 e 2010. A obra procura dimensionar essas propriedades, identificar a lógica política e econômica por trás delas e também os impactos sociais (conflitos de terra, trabalho escravo) e ambientais (como o desmatamento) dessa posse de bens, em escala, por políticos." O autor conclui que, para além da bancada ruralista, no Brasil o sistema político vigente é ruralista.

⁹³ Informações sobre a história da FPA extraídas do site oficial. Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁹⁴ *Bancada ruralista aumenta com o reforço de novos parlamentares*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15500>. Acesso em: 26/04/2017.

O deputado federal Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS), médico e empresário, foi um dos novos ruralistas a emergir na política federal em 2011. Exerceu seu primeiro mandato junto com Azambuja e integraram a FPA – coleguismo que rendeu doações do CNPJ da campanha de Reinaldo Azambuja a governador de MS para a sua campanha em 2014. Reeleito com 55.374 votos, Mandetta permanece como atuante membro da Bancada Ruralista. A deputada federal Tereza Cristina (PSB/MS) tomou posse para o primeiro mandato em 1º de fevereiro de 2015 e é a atual vice-presidente da FPA na Câmara. A deputada apresenta perfil corporativista. Exerceu mandatos em diferentes entidades representativas do agronegócio no estado, foi diretora da FAMASUL (2001-2003) e da ACRISSUL (2003-2006). Antes de sua eleição, acumulou os cargos de secretária de estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (2007-2014) e de diretora-presidente da Empresa de Gestão de Recursos Minerais (2011-2014).

Mandetta e Tereza Cristina tiveram envolvimento em conflito promovido por produtores rurais do Sindicato Rural de Antonio Joao contra indígenas na retomada do *Tekoha Marangatu*, no dia 29/08/2015, quando da tentativa de despejo extra-judicial da população originária que resultou na execução da liderança Semião Vilhalva⁹⁵. Esse *Tekoha*, também referido pelo Povo Kaiowa como *Cerro Marangatu* – referência sociogeográfica em sua cosmologia –, foi homologado por Decreto presidencial em 2005 como Terra Indígena Nhanderu Marangatu. O decreto homologatório teve seus efeitos suspensos por liminar do ex-presidente do STF, ministro Nelson Jobim, e o Povo Kaiowa sofreu despejo judicial para a reintegração de posse aos latifundiários em dezembro daquele mesmo ano⁹⁶. Mandetta relatou a sua participação no conflito em discurso proferido na tribuna da Câmara dos Deputados⁹⁷ no dia 1º/09/2015. Transcrevo trechos a seguir:

⁹⁵ O documentário *Retomada Nhanderu Marangatu*, produzido pela Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI) em 2015, contém cenas fortes de registros documentais de Semião após a execução. Disponível em: <<https://youtu.be/Q74A0IT9zPM>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁹⁶ Registros documentais do despejo e depoimentos de indígenas constam em material atribuído ao canal educativo da TV Holandesa. Disponível em: <<https://youtube/3Ro6W-Rmvrs>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁹⁷ Nota taquigráfica do discurso do deputado federal Mandetta disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=249.1.55.O>>

(...) Na semana passada, Deputado Chico, chegou a informação de que a comunidade indígena da cidade de Antônio João, cansada de aguardar a decisão do STF, que está há 10 anos debruçado sobre aquela questão e não se manifesta, decidiu entrar na área que, na sua ótica, havia sido homologada, para ocupar as fazendas do perímetro que seria homologado. Os proprietários convocaram uma reunião. Eu para lá me dirigi na sexta-feira, para Campo Grande, com o Senador Moka, a Deputada Federal Tereza Cristina, do PSB desta Casa, e o Deputado Carlos Marun. Testemunhamos a angústia daquelas pessoas, que convocaram uma reunião para sábado de manhã na cidade de Antônio João. Eu estava do outro lado do Estado, eu estava em Coxim, à tarde e à noite, mas algo me disse que eu devia ir para lá, e fui. Bem, chegando lá, sentamos à mesa, o Senador Moka, eu e a Deputada Tereza, com a Presidente do Sindicato, que é proprietária de uma dessas áreas ocupadas e fez um desabafo sobre tudo que entende que ocorreu de desmando na sua vida, na situação em que ela estava. Mostrou-nos que estava com as calças e a camisa do marido, pois não pôde tirar nem suas roupas da sua casa. Ela decidiu naquele momento ir em direção à sua casa, para morrer, ou para o que fosse acontecer, e naquele momento chamou as pessoas para irem à sua propriedade. Eu estava sentado numa cadeira quando todas as pessoas da reunião se levantaram e foram em direção a essa propriedade. O Senador Waldemir Moka e a Deputada Tereza Cristina ponderaram que não estavam lá para aquilo, mas que iam fazer interlocuções com o Governo Federal e o Governo Estadual. Como Parlamentar e como médico, senti-me impelido a ir. Fiz ligações para o Governador, mas não consegui falar com ele. Falei com um Deputado Estadual e pedi que enviasse uma viatura ou um camburão. Consegui ligar para o Presidente desta Casa, que me atendeu em Nova York, e disse a ele que estava em Antônio João e como Parlamentar ia tentar mediar um conflito que deveria ser de grandes proporções. Pedi ao Sr. Presidente que ligasse para o Ministro da Justiça para que ele enviasse uma força de segurança àquele local, porque lá provavelmente não haveria sinal de celular. E fui àquele local. No meio do caminho, encontrei um camburão da Polícia Militar. Parei, e disseram-me para entrar. Perguntaram quantos carros foram para lá. Eram mais de 50 carros. Fui com eles, e ao chegar encontrei a seguinte cena: os proprietários com seus carros parados, uma fila com mais ou menos 30, 40 carros, a sede da fazenda cercada, um pátio, um pequeno mata-burro, uma barricada, algo em torno de 15 índios e de 10 a 15 índias, muitas com crianças no colo. Do lado dos proprietários havia mulheres, crianças, idosos, tinha de tudo. Consegui arbitrar um espaço entre os dois grupos. Consegui estabelecer esse espaço, com muita dificuldade. Levantei a camisa para mostrar que não estava armado. Identifiquei-me como Parlamentar. Chamei dois jornalistas que lá estavam e falavam guarani. Está aqui o Deputado Zeca, que conhece a questão da linguagem naquele local. E tentei entrar, porque eu achava que se entrasse poderia evitar uma situação de conflito. Não consegui pela dificuldade de me fazer entender. Após 40 minutos de negociação os proprietários entraram nesse pátio, e houve uma cena de barbárie.

[%20%20%20%20%20&nuQuarto=12&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:24&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=01/09/2015&txApelido=MANDETTA,%20DEM-MS&txFaseSessao=Breves%20Comunicações%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordinária%20-%20CD%20&dtHoraQuarto=17:24&txEtapa>.](#) Acesso em: 26/04/2017.

Foi uma confusão generalizada. Havia pessoas armadas dos dois lados, havia crianças dos dois lados, havia pessoas de idade dos dois lados. (...) A Força Nacional posicionou-se de maneira horizontal. Eu identifiquei-me como Parlamentar e disse a eles: "*Daqui para frente coloquem um pouco de paz, de ordem*". Após 15 ou 20 minutos, em uma mata a 800 metros, ouviu-se um estampido, Deputado Ivan, um único estampido. Começou então uma movimentação. Os índios começaram a se movimentar. Depois de 10 ou 15 minutos, aproximadamente, vieram de lá, pelo fundo, trazendo um corpo. Se houvesse alguém ferido, eu faria o primeiro atendimento. Não me foi permitido ir. Os chefes da força de segurança, da Força Nacional e da Polícia de fronteira para lá foram. Eu fiquei a 25 ou 30 metros. Tive a impressão de que não havia flacidez, mas não examinei. Não posso afirmar nada sobre o tempo de morte, mas tive a impressão de que havia rigidez. (...)

Entretanto, em vídeo publicado pelo canal Notícias Agrícolas⁹⁸, em 31/08/2015, o deputado Mandetta oferece uma versão mais detalhada. Iniciou seu depoimento sobre a investida dos produtores com as seguintes palavras: "Meus amigos. Ontem em Antonio João foi um dia muito... até educativo. Eu vou relatar como as coisas se deram nos últimos dez dias. Já na semana passada eu fui comunicado das invasões por parte dos índios (...)". Justificou: "Eu me dirigi até a propriedade, mesmo porque eu conheço toda aquela região, meu bisavó já foi proprietário de terras ali naquela região (...)". Por fim, afirmou: "O corpo que lá estava já estava com rigidez das mãos, do braço e do cotovelo. E coloração típica de rigidez cadavérica com, seguramente, mais de 6 horas, 8 horas do ocorrido." A perícia da Polícia Federal encontrou vestígios de sangue no local do crime e o laudo preliminar confirmou a execução por tiro na cabeça. A imprensa local, com histórico de abordagens tendenciosas anti-índigenas, noticiou o indicativo de falso testemunho do médico e ruralista Mandetta⁹⁹.

Outras reportagens comprovam a presença dos ruralistas no Sindicato Rural do município de Antonio João¹⁰⁰. Os parlamentares adicionaram em seus

⁹⁸ Depoimento do deputado Mandetta no canal Notícias Agrícolas no *YouTube*. Disponível em: <<https://youtu.be/BHKC-qDsizU>>. Acesso em: 26/04/2017.

⁹⁹ Reportagens sobre os resultados preliminares das perícias disponíveis em: <<http://www.midiamax.com.br/policia/laudo-confirma-indigena-morreu-durante-conflito-fazendeiros-273264>>; <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/policia-federal-faz-reconstituicao-da-morte-e-encontra-sangue-de-indio>>; e <<http://www.conesulnews.com.br/cidade/indio-morreu-com-tiro-na-cabeca-e-no-dia-do-confronto-aponta-laudo-do-iml>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁰⁰ Reportagem televisiva do SBT disponível em: <<https://youtu.be/0XtJrrTy4Cs>>; e de mídia impressa em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/produtores-de-antonio-joao-mudam-tatica-em-conflito-e-evitam-imprensa>>. Acesso em: 26/04/2017.

discursos no Congresso Nacional¹⁰¹, que estiveram presentes em reunião na sede da FAMASUL na capital do estado no dia 28/08/2015, acompanhados do deputado federal Carlos Marun (PMDB/MS). Todos são representantes desse estado na FPA, atualmente, integrada pelos deputados federais Dagoberto (PDT/MS), Elizeu Dionisio (PSDB/MS) e Geraldo Resende (PSDB/MS), e pelo senador Pedro Chaves (PSC/MS). É relevante recordar que a FPA apoiou o evento intitulado “Leilão da Resistência”, realizado pela FAMASUL e Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) em dezembro de 2013.

O objetivo declarado desse leilão era arrecadar recursos para a “mobilização dos produtores, em logística, pagamento de honorários de advogados, divulgação e até mesmo para segurança das fazendas uma vez que o Estado tem sido omissos em garantir o direito de propriedade.” Segundo declaração do, então, vice-presidente regional da FPA, Reinaldo Azambuja (PSDB/MS): “O movimento conta com a adesão e apoio de várias entidades, de empresas do setor e de instituições de outros segmentos produtivos do estado.”¹⁰² A iniciativa foi contestada, judicialmente, pelo Conselho *Aty Guasu* Guarani e Kaiowa e pelo Conselho Terena, representados pelo advogado Luiz Eloy (Terena), sob a argumentação de que os recursos seriam destinados à formação de milícias paramilitares. O Conselho do Povo Terena divulgou carta aberta na qual qualifica o leilão como “instrumento financiador do genocídio”¹⁰³.

Nesse ponto, é relevante aportar as reflexões de Pereira (2015) sobre a conjugação da violência do sistema político, do poder de decisão sobre a vida de ativistas de movimentos de luta pela terra e do processo de “martirização” em regiões conflituosas. Sobre a situação no estado do Pará, cujo paralelo ao estudo em tela é compatível, o autor apresenta a seguinte análise:

¹⁰¹ A deputada Tereza Cristina não se pronunciou; constam somente 23 registros na seção de discursos proferidos em plenário durante o exercício de seu mandato. Nota taquigráfica do discurso do senador Waldemir Moka, proferido no dia 31/08/2017, confirma a versão de Mandetta. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-p/texto/416266>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁰² “Leilão da Resistência” prevê arrecadar R\$ 3 milhões. Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.org.br/release/leilao-da-resistencia-preve-arrecadar-r-3-milhoes-2#.WPQyJ7QVeON>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.acrissul.com.br/noticias/ver/7964/carta-aberta-do-conselho-terena>>. Acesso em: 26/04/2017.

Em outra passagem de seu TCC, Maria escreve de "lideranças sindicais e ambientalistas sendo assassinados por conta dos conflitos agrários e ambientais que ainda perduram na Amazônia". É por conta dos conflitos agrários e ambientais que ambientalistas e lideranças são eliminadas: na luta contra o modelo, portanto, o sistema, certos indivíduos são eliminados. O modelo político é portanto violento tanto contra o ambiente, quanto a possibilidade de reprodução da vida, quanto a própria possibilidade de existência dos que se opõem a ele. O contraditório da política atinge o corpo, o biopoder (Foucault 2005 [1976-1977]), na forma da decisão sobre a morte, sobre viver e morrer em uma "necropolítica", isto é, a política onde a soberania se exerce pela violência sobre a vida: a subjugação da vida pelo poder da morte (Mbembe, 2003: 39). Na carta em que escreveram para a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em 31 de outubro de 2004, Maria e José Cláudio, que assinam juntos, dizem que "estamos sendo ameaçados de morte porque não concordamos com o que está acontecendo. Queremos uma intervenção de imediato porque os inimigos da natureza trabalham dia e noite para destruir o projeto". E em seguida: "Como ambientalistas que somos, estamos nos sentido sufocados ao ver tantos madeireiros dentro do projeto e tanta fumaça nos fornos de carvão". Por não concordar com "o que estava acontecendo", isto é, certas decisões tomadas por sujeitos em posição de poder que fazia "acontecer", ele e ela estavam sendo "ameaçados", isto é, havia uma decisão política de eliminá-los em razão do posicionamento social. A ameaça tem um fator de intimidação que estabelece uma relação de poder sobre a existência dos indivíduos: aqueles ameaçados tem a soberania de sua existência colocada em questão. Há uma decisão soberana, já tomada anteriormente à ameaça ser feita, de que certo indivíduo não irá mais existir. Não existir significa a "exclusão" da sociedade (Loyola e Milanez, 2011) pela via da eliminação física do corpo.

(...)

Se em razão da influência da Igreja na luta são realizadas romarias e homenagens aos mortos, essa é uma agência dos vivos em relação aos mortos — ainda que algumas leituras, ou então algumas situações específicas, seja entendida como a agências daquela/es líderes morta/os em assumir novos papéis, como sugerem De Souza e Ciccarone pela ideia da "fabricação de mártires-encantados" (De Souza e Ciccarone, 2014). A agência dos mortos, em uma região com uma longa história de sangue, um "ambiente violento" (Peluso e Watts, 2001), funciona de maneiras amplas, e é preciso situar portanto o processo de martirização dentro de um contexto de uma luta pela memória, que deve incluir também a produção do terror (Taussig, 1987). O risco, nessa análise das martirizações descontextualizadas de uma investigação sobre os mortos quando eram vivos e a razão da eliminação política, é que corre-se o risco de atribuir-se aos mortos a busca pela morte, e não pela vida. (Pereira, 2015: 211-213)

As organizações tradicionais indígenas obtiveram liminar favorável que suspendeu o leilão, sob os argumentos principais da juíza sobre o potencial daquela iniciativa ao incentivo da violência e que os produtores rurais pretendiam substituir o Estado na solução dos conflitos fundiários, de forma ilícita. Contudo, as entidades ruralistas conseguiram liminar que garantiu sua

realização na sede da ACRISSUL no dia 07/12/2013. A entidade anunciou a arrecadação de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)¹⁰⁴. Estiveram presentes, em Campo Grande, nomes de peso da FPA, como seu, então, presidente Luiz Carlos Heinze (PP/RS), a senadora Katia Abreu (PMDB/TO) – presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) –, os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM/GO) e Paulo César Quartieiro (DEM/RR), entre outros parlamentares ruralistas federais e estaduais.

A mesa de abertura foi composta por autoridades como a secretária de estado Tereza Cristina, os deputados federais Mandetta e Azambuja, o senador Moka, assim como os demais ruralistas citados acima, ombreados pelos presidentes das entidades do agronegócio estadual e nacional¹⁰⁵. Esses políticos ruralistas são latifundiários e/ou possuem histórico de relações de interesse com o agronegócio. Por exemplo, Reinaldo Azambuja, com profissão declarada de agropecuarista. Seu patrimônio declarado ao TSE totalizava R\$ 31.907.723,00 (2010), a maior parcela referente aos 2.494 hectares em imóveis rurais em MS (R\$ 22.450.800,00) – média de R\$ 9.000,39 por hectare¹⁰⁶.

Nas doações de campanha podemos confirmar o financiamento desses parlamentares por grandes empresas do setor, enquanto doadoras diretas ou originárias – qual seja, doam aos partidos ou ao CNPJ de outra campanha e os valores são redistribuídos. Começo a análise pelo ruralista Azambuja, atual governador do estado. Em sua última campanha, nas *Eleições 2014*, acumulou doações no total de R\$ 25.323.019,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e vinte

¹⁰⁴ *Nota de Agradecimento – Movimento da Resistência Democrática*. Disponível em: <<http://www.acrissul.com.br/noticias/ver/7971/nota-de-agradoecimento---movimento-da-resistencia-democratica>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁰⁵ *Leilão da Resistência: Após arrecadar R\$ 1 mi, produtores marcam ato para dia 11*. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/132297-leilao-da-resistencia-apos-arrecadar-rs-1-milhao--produtores-organizam-ato-para-dia-11.html#.WPQ8XLQVeOM>>. O evento teve repercussão na grande imprensa nacional e foi transmitido ao vivo pelo Canal do Boi e AgroBrasil. Reportagem audiovisual disponível em: <<https://youtu.be/7sBKYSconzl>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁰⁶ Informações sobre a declaração de bens obtida na plataforma *A REPÚBLICA DOS RURALISTAS*, com referência ao ano de 2010. As doações para as campanhas das *Eleições 2014* nessa plataforma estão atualizadas até o primeiro turno, razão pela qual pesquisei na fonte (TSE). Disponível em: <<http://www.republicadosruralistas.com.br/ruralista/16>>. Acesso em: 26/04/2017.

e três mil e dezenove reais)¹⁰⁷. Recebeu transferências eletrônicas da *Direção Nacional* de cifras milionárias do doador originário grupo JBS S/A (R\$ 8.000.000,00); em operação similar, o *Comitê Financeiro Nacional para Presidente da República* repassou parcela única (R\$ 2.500.000,00) vinculada à mesma origem. Portanto, o grupo JBS S/A – Friboi, Seara etc. – foi o maior doador originário de sua campanha. Já a *Direção Estadual/Distrital* transferiu recursos da Usina Conquista do Pontal S/A (R\$ 300.000,00) – grupo Odebrecht Agroindustrial – e do grupo BRF S/A (R\$ 200.000,00) – Sadia, Perdigão etc. –, enquanto doadores originários.

Azambuja recebeu doações diretas da fonte de algumas empresas do agronegócio como a Buriti Comércio de Carnes LTDA (R\$ 946.890,00), a Usina Iaco Agrícola S/A (R\$ 300.000,00), a Fibria Celulose S/A (R\$ 250.000,00), a Energética Santa Helena S/A (R\$ 200.000,00) e a Usina Laguna Alcool e Açúcar LTDA/ME (R\$ 126.000,00). Também chamam a atenção as cifras doadas por pessoas físicas com valores superiores. Não haveria tempo para aprofundar na investigação da origem desses recursos. Contudo, em busca rápida na *internet*, nota-se que esses(as) doadores são latifundiários ou empresários do setor como o agricultor Roberto de Oliveira Silva Junior (R\$ 700.000,00) – proprietário da Estância Maracaju –, o filho de pecuarista Antônio Moraes dos Santos Junior (R\$ 500.000,00) – Moraes e Filhos Agropecuária LTDA, entre outras – e o pecuarista Ivanildo da Cunha Miranda (R\$ 550.000,00) – que foi o tesoureiro dessa campanha¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Dados oficiais de doações para a campanha do candidato Reinaldo Azambuja consultados no site do TSE. O sistema não especifica quais são os entes *Direção Nacional*, *Direção Estadual/Distrital* e *Comitê Financeiro Nacional para Presidente da República*, presumo que sejam vinculados ao seu partido (PSDB); as doações através desses entes não se restringem as empresas/grupos do setor mencionado. Sistema *SPCE WEB – Prestação de Contas Eleitorais* disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁰⁸ O pecuarista Ivanildo Miranda é apontado pela imprensa local como tesoureiro da campanha, embora com imprecisão acerca dos valores doados – conforme dados oficiais declarados ao TSE. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/politica/empreiteiros-e-produtores-rurais-encabecam-lista-de-doacoes>>. Acesso em: 26/04/2017. Outra reportagem afirma que ele e Azambuja são donos de “lavouras e propriedades rurais” próximas e sugere que teriam se beneficiado da rapidez da execução de obras de infraestrutura pelo governo estadual, em 2016, embora caso similar não fora atendido, um ano depois. Disponível em: <<http://www.caaraponews.com.br/noticia/79422/estado-gasta-r-2-milhoes-com-novas-pontes-e-nao-resolve-problema>>. Acesso em: 26/04/2017.

Dois doadores restaram envolvidos nas investigações de operações de combate à corrupção por sua atuação empresarial: Antônio Celso Cortez (R\$ 300.000,00) na operação Lama Asfáltica; e João Roberto Baird (R\$ 200.000,00) nas operações Lava Jato e Lama Asfáltica. O próprio Reinaldo Azambuja Silva fez uma generosa doação pessoal (R\$ 450.000,00) para sua campanha vitoriosa. O deputado federal Mandetta recebeu R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) provenientes do doador originário Reinaldo Azambuja Silva – pessoa física – para a campanha, que resultou em sua reeleição nas *Eleições 2014*, por meio do CNPJ doador *ELEIÇÃO 2014 ONEVAN JOSE DE MATOS DEPUTADO ESTADUAL*.

Dentre as empresas do agronegócio que apoiaram Mandetta, destaco as doações da Buriti Comércio de Carnes LTDA (RS 154.000,00) e dos grupos JBS S/A (R\$ 25.086,00) e BRF S/A (R\$ 44.000,00) – as duas últimas doações originárias foram creditadas em sua campanha pelo CNPJ *ELEIÇÃO 2014 REINALDO AZAMBUJA GOVERNADOR*, que totalizou repasses ao colega ruralista estimados em R\$ 69.086,00 (sessenta e nove mil e oitenta e seis reais). Todas essas quantias soam reduzidas diante do potencial de investimento pessoal do próprio candidato, no total R\$ 581.500,00 (quinhentos e oitenta e um mil e quinhentos reais). Mandetta garantiu a maior doação individual para a sua campanha, entre pessoas físicas e jurídicas, que somou R\$ 2.114.754,99 (dois milhões, cento e quatorze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos)¹⁰⁹.

Já a candidata Tereza Cristina parece não ter se desfeito de patrimônio pessoal para sua vultosa campanha, que arrecadou o total de R\$ 4.298.808,33 (quatro milhões, duzentos e noventa e oito mil e oitocentos e oito reais e trinta e três centavos). Recebeu doações diretas de diversas empresas do agronegócio: Usina Iaco Agrícola S/A (R\$ 1.000.000,00); Adecoagro S/A (R\$ 600.000,00); Energética Santa Helena S/A (R\$ 200.000,00); Fibria Celulose S/A (R\$ 50.000,00) – grupo Votorantim –; Rio Claro Agroindustrial S/A (R\$ 30.000,00) – grupo Odebrecht Agroindustrial –; Usina Laguna Alcool e Açúcar

¹⁰⁹ Dados oficiais de doações para a campanha do candidato Mandetta consultados no site do TSE. Sistema *SPCE WEB – Prestação de Contas Eleitorais* disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 26/04/2017.

LTDA/ME (R\$ 20.000,00); Guarani S/A (R\$ 20.000,00) – grupo Tereos –; e Rio Pardo Bioenergia S/A (R\$ 15.000,00).

Através do doador *Direção Estadual/Distrital*, foram creditados recursos de nomes fortes do setor identificados como doadores originários: grupo Cosan S/A (R\$ 200.000,00) – Raízen Combustíveis e Energia etc. –; Agro Energia Santa Luzia S/A (R\$ 165.000,00) – grupo Odebrecht Agroindustrial –; e Reichert Agropecuária LTDA (R\$ 50.000,00). Em operações similares, recebeu doações por meio do CNPJ *ELEICAO 2014 NELSON TRAD FILHO GOVERNADOR* (R\$ 78.000,00) – grupo JBS S/A (R\$ 53.000,00) e Usina Iaco Agrícola S/A (R\$ 25.000,00) – e do CNPJ *ELEICAO 2014 SIMONE NASSAR TEBET SENADOR* – grupo JBS S/A (R\$ 50.000,00)¹¹⁰.

As doações mais significativas para a deputada Tereza Cristina são de empresas produtoras de etanol. A Adecoagro é multinacional que construiu duas plantas industriais em MS, entre 2008 e 2015, que formaram “*un cluster con una capacidad de molienda de 9,0 millones de toneladas, y están rodeadas de 120.000 hectáreas de caña de azúcar*”¹¹¹. O grupo Cosan, a partir de uma *joint venture* com a Shell, fundou a Raízen Combustíveis e Energia que se destaca como a terceira maior distribuidora de combustíveis do país e uma das mais competitivas empresas do setor energético no mercado global. A Raízen produz “mais de 4,1 toneladas de açúcar e de 2,1 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo (...)”¹¹². A Energética Santa Helena atua na produção de etanol hidratado e etanol anido –

¹¹⁰ Dados oficiais de doações para a campanha da candidata Tereza Cristina consultados no site do TSE. O sistema não especifica qual é a *Direção Estadual/Distrital*, presumo que seja de seu partido (PSB); as doações através desse ente e dos CNPJs indicados não se restringem as empresas/grupos do setor mencionado. Sistema *SPCE WEB – Prestação de Contas Eleitorais* disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹¹¹ Informações pesquisadas no site da empresa, em espanhol. Disponível em: <<http://www.adecoagro.com/DinamicPage.aspx?midpid=28&mimid=4&miid=31>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹¹² Informações pesquisadas no site do grupo. Disponível em: <<http://cosan.com.br/pt-br/negocios/energia>>. Acesso em: 26/04/2017.

combustível de carros flex/movidos a etanol e produto misturado à gasolina, respectivamente – e afirma que “produz energia renovável e limpa”¹¹³.

Descobri que Tereza Cristina recebeu doação de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de Jacintho Honorio Silva Filho¹¹⁴, proprietário da Fazenda Brasília do Sul. Jacintho foi identificado pelo MPF/MS como o mentor intelectual e financeiro do assassinato do cacique Marcos Veron. Ele é réu em ação penal pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, tentativa de homicídio qualificado e sequestro – ambos sete vezes –, tortura, formação de quadrilha armada e dano qualificado (processo nº 2003.60.02.000728-0 – Justiça Federal de MS). Posteriormente, foi denunciado por oferecer vantagem a testemunha para fazer afirmação falsa em depoimento policial, em quatro ocasiões (processo nº 2007.60.02.002101-4 – Justiça Federal de MS). As ações seguem pendentes de julgamento, com os autos conclusos aos juízes para sentença.

Enquanto o Poder Judiciário repousa sobre os processos criminais e ações contestatórias de atos administrativos de demarcação, como é o caso da Terra Indígena Taquara, a cana-de-açúcar avança nas fazendas tituladas sobre os territórios indígenas em processo de demarcação e/ou retomada. A publicação do relatório *EM TERRAS ALHEIAS – A produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul*¹¹⁵, em 2013, oferece panorama da expansão dos monocultivos de cana como decorrência direta da implantação recente de dezenas de usinas de biocombustíveis no estado.

Nos últimos anos, o setor sucroalcooleiro, fortemente incentivado pelo governo estadual, foi um dos que mais cresceu no Mato Grosso do Sul. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2012/13 a cana teve uma expansão de 12,5% em relação ao período anterior, e hoje ocupa mais de 550 mil hectares no Estado (nos anos anteriores, da safra 2009/10 para a 2010/11, de acordo com a Conab houve um aumento de 49,2% da área plantada de cana; da safra 2010/11 para a 2011/12, o aumento foi de 21,38%).

¹¹³ Informações pesquisadas no site da empresa. Disponível em: <<http://www.energeticasantahelena.com.br/produtos/>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹¹⁴ Dados oficiais de doações para a campanha da candidata Tereza Cristina consultados no site do TSE. Sistema *SPCE WEB – Prestação de Contas Eleitorais* disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹¹⁵ O relatório é uma realização do Repórter Brasil e Centro de Monitoramento de Biocombustíveis, com autoria de Verena Glass. Versão *pdf* disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

Segundo a Associação dos Produtores de Bioenergia (Biosul) do Mato Grosso do Sul, 540 mil hectares são destinados à produção de açúcar e etanol, 64 mil hectares são de áreas de expansão dos canaviais, 29 mil hectares estão em processo de renovação, e 15 mil hectares são reservados à produção de mudas⁵. Já em relação às unidades de processamento, a União dos Produtores de Bioenergia (Udop) relaciona 30 usinas instaladas e 10 em processo de instalação no Estado (...).

O crescente número de usinas tem demandado uma área cada vez maior de cana. Como grande parte delas vem se instalando nas regiões sudeste e sul do Estado, onde se concentram os territórios Guarani, a atividade sucroalcooleira acabou impulsionando a produção de matéria-prima em fazendas que incidem sobre terras indígenas. (Glass, 2013: 8)

Embora a publicação mencione apenas o incentivo do governo estadual, é importante recordar o engajamento do governo federal em defesa dos ditos "biocombustíveis", enquanto alternativa de energia renovável, a partir da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula não apenas estimulou a produção nacional como foi defensor internacional da "revolução dos biocombustíveis" nas suas agendas bilaterais em Angola (2007) – acompanhado de comitiva de empresários brasileiros –, em Gana (2008), na Indonésia (2008), na Holanda (2008), na China (2009), assim como, em sua participação na reunião de cúpula do G8 no Japão (2008).

O ex-presidente defendia a produção de biocombustíveis como alternativa para reduzir a dependência ao petróleo, apontando o etanol como energia limpa capaz de combater os efeitos das mudanças climáticas. Em junho de 2008, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) realizou a Cúpula de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, em Roma, com a presença de chefes de Estado. O objetivo foi discutir a crise internacional provocada pela escassez de alimentos e alta dos seus preços. Houve questionamentos sobre as políticas de biocombustíveis dos EUA e da União Européia, associados ao seu impacto na redução da produção alimentícia. Lula defendeu o etanol brasileiro, enquanto produção sustentável, e relacionou o protecionismo agrícola dos países ricos como a principal causa daquela crise. Transcrevo três trechos de seu discurso:

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis. Eles são decisivos no combate ao aquecimento global, e podem jogar um papel importantíssimo no desenvolvimento econômico e social dos

países mais pobres. Os biocombustíveis geram renda e empregos, sobretudo no campo, ao mesmo tempo em que produzem energia limpa e renovável. É, portanto, com espanto, que vejo tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre os biocombustíveis e o aumento dos preços dos alimentos.

(...)

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento importante para gerar renda e retirar países da insegurança alimentar e energética. O próprio Brasil é um exemplo disso. A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte muito pequena de terras agricultáveis e não reduz a área de produção de alimentos.

(...)

Além disso, as plantas utilizadas na produção de biocombustíveis, durante a sua fase de crescimento, são também responsáveis pelo seqüestro de grande quantidade de dióxido de carbono. O etanol não é apenas um combustível limpo. É também um combustível que limpa o Planeta enquanto está sendo produzido.¹¹⁶

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil realizou a 1ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis com a temática *Os Biocombustíveis como Vetor do Desenvolvimento Sustentável* em novembro de 2008. O evento foi sediado em São Paulo e marcou o lançamento do livro *Bioetanol de Cana-de-Açúcar – Energia para o Desenvolvimento Sustentável*, de autoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). A publicação contou com a parceria da FAO/ONU e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal). O capítulo 7 aborda a suposta *Sustentabilidade do bioetanol de cana-de-açúcar: a experiência brasileira* (2008: 179-219). Cito trecho de sua introdução sobre o conceito de sustentabilidade adotado:

Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, o Earth Summit, realizado no Rio de Janeiro em 1992, a sustentabilidade passou a ser considerada nos seus três pilares – ambiental, social e econômico –, tornando-se um conceito de amplo uso e permanente presença nos debates sobre as perspectivas de crescimento dos países. Nessa direção, no presente capítulo, a sustentabilidade será abordada desde sua perspectiva ambiental local e global e serão analisados os aspectos referentes à viabilidade econômica e social desse biocombustível, sempre se

¹¹⁶ A íntegra do discurso do ex-presidente Lula na Cúpula da FAO está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/06/408450-leia-a-integra-do-discurso-de-lula-na-reuniao-da-fao.shtml>>. Acesso em: 26/04/2017.

referindo ao caso brasileiro, um modelo que, em princípio, pode ser replicado em outros países com suficiente disponibilidade de terras de cultivo e condições edafoclimáticas similares. E como temas pertencentes à problemática da sustentabilidade, discutem-se ainda o uso do solo e o zoneamento agroecológico para a cultura da cana-de-açúcar no Brasil e os avanços e as perspectivas relacionadas à certificação dos biocombustíveis. (*Ibid.*: 180)

De fato, o governo brasileiro realizou esforços diplomáticos para estabelecer cooperações técnicas, objetivando introduzir os monocultivos de cana e a implantação de usinas de etanol em países africanos, mediante financiamento do BNDES¹¹⁷. Outro tema de interesse internacional do país, naquela conjuntura, se referia a certificação da sustentabilidade na agroindústria do etanol, conforme mencionado no livro supracitado.

Como uma das formas de garantir a sustentabilidade em relação ao bioetanol e ao biodiesel, têm sido propostos, principalmente por países industrializados, sistemas de certificação capazes de assegurar que os biocombustíveis sejam produzidos e distribuídos de modo sustentável, podendo, conseqüentemente, ser utilizados com propósitos ambientais. (*Ibid.*: 216-217)

(...)

Sistemas de certificação da sustentabilidade com esse perfil, se adequadamente desenhados e bem implementados, poderão servir como instrumentos para que a produção dos biocombustíveis se desenvolva em um marco desejável de racionalidade, como tem sido demonstrado que o bioetanol de cana-de-açúcar pode atender, competitivamente. (*Ibid.*: 219)

O discurso da sustentabilidade foi incorporado pelas multinacionais, grupos e empresas do agronegócio que atuam no país e em Mato Grosso do Sul. Essas narrativas permeiam as suas campanhas de comunicação, centradas na afirmação de práticas de desenvolvimento sustentável, respaldadas em certificações concernentes e pelos licenciamentos ambientais. Como ilustração aleatória, transcreverei frases de efeito, retiradas do *site* de empresa, sediada em MS, que figura como uma das doadoras diretas de recursos para campanhas de ruralistas. A Energética Santa Helena S/A utiliza o *slogan* “Energia Renovável que vem da terra”. A frase de introdução do tópico

¹¹⁷ Esse tema expande o objeto da análise de interesse desse trabalho, contudo, existem análises específicas como o artigo *COOPERAÇÃO BRASIL – ÁFRICA EM BIOCOMBUSTÍVEIS DURANTE O GOVERNO LULA: UMA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO*. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/30167/20276>>. Acesso em: 26/04/2017.

"produtos" apresenta a assertiva: "A Energética Santa Helena produz energia renovável e limpa."¹¹⁸ Sua produção resulta na comercialização dos dois tipos de etanol combustível, anidro e hidratado, ambos comercializados na BM&FBOVESPA. A definição genérica do produto, das características de sua produção e da inserção no mercado são fornecidas pela Bolsa:

O etanol é uma commodity mundialmente negociada por conta da ampla utilização por parte das indústrias na produção de alimentos, bebidas, aromatizantes, cosméticos, remédios, produtos de limpeza, vacinas e combustível de veículos.

Como a produção de etanol no Brasil conta com diferentes locais de cultivo, a produção garante a oferta o ano todo. No entanto, a grande parte das negociações acontece nos períodos de safra e entressafra.

O contrato foi desenvolvido com o objetivo de ser uma ferramenta para a gestão do risco de oscilação de preço, sendo utilizado pelos participantes do mercado, como o produtor, a indústria, tradings, dentre outros.¹¹⁹

As empresas e grupos do agronegócio buscam certificações de padrões de governança corporativa para ampliar sua atuação nos sistemas de bolsa de valores, considerando que as *commodities* (açúcar cristal, etanol anidro, etanol hidratado, milho, soja etc.) estão entre os produtos ofertados. O Novo Mercado da BM&FBOVESPA apresenta a missão de promoção da sustentabilidade conforme os princípios do Manifesto Novo Valor e, a partir de 2012, passou a recomendar que as empresas apresentem relatórios de sustentabilidade para promover a "(...) adesão progressiva das companhias à prática de reportar para os investidores informações e resultados relacionados às dimensões social, ambiental e de governança corporativa"¹²⁰.

O filme *À Sombra de um Delírio Verde (Argentina/Bélgica/Brasil, 2011, 29 min)*¹²¹ – com direção de An Baccaert, Cristiano Navarro, Nicola Mu – aborda a

¹¹⁸ Informações pesquisadas no site da empresa. Disponível em: <<http://www.energeticasantahelena.com.br>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹¹⁹ Informações sobre as *commoditys* de etanol comercializadas pelo BM&FBOVESPA disponíveis em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/commodities/futuro-de-etanol-anidro-carburante.htm>. Acesso em: 26/04/2017.

¹²⁰ Informações sobre sustentabilidade do BM&FBOVESPA disponíveis em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/na-bolsa/apresentacao/>; e <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/>. Acesso em: 26/04/2017.

¹²¹ Filme disponível para download em: <<https://vimeo.com/32440717>>. Acesso em: 26/04/2017.

questão do impacto do mercado de commoditys nas Terras Indígenas em MS. Problematisa questões como a neocolonização das terras tradicionais por meio do cultivo de milhares de hectares de cana-de-açúcar por multinacionais, o discurso de governantes em defesa da sustentabilidade do etanol, o trabalho infantil e/ou análogo à escravidão de indígenas nos canaviais por falta de meios de subsistência, a epidemia de desnutrição infantil e as execuções de lideranças Kaiowa e Guarani em MS. A sinopse define o “delírio da febre do ouro verde (como é chamada a cana-de-açúcar)” em referência à brutal expansão das áreas de monocultivos como decorrência da impulsão das cadeias de negócios do setor sucroenergético pela associação de agentes do agronegócio e representantes do Estado.

É evidente a incapacidade de o mercado regular a intrusão dos *Tekoha* Kaiowa e Guarani pela expansão dos monocultivos de cana em MS, demandados pelas dezenas de complexos industriais dedicados à produção de etanol, açúcar e biomassa. O ex-presidente Lula assinou o Decreto nº 6.961¹²² de 17/09/2009, com a aprovação do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determinação de normas para o financiamento do setor sucroalcooleiro pelo Conselho Monetário Nacional. O MPF/MS assinou Termos de Ajustamento de Conduta, com a Usina São Fernando (Dourados) em 2009 e com a Raízen (Caarapó) em 2012, para evitar a aquisição de matéria-prima produzida em Terras Indígenas em processo de demarcação (Glass, 2013: 8-9). O relatório *EM TERRAS ALHEIAS*¹²³ realizou estudos de caso em seis *Tekoha* e apontou impactos dos monocultivos de cana e soja, reproduz textos descritivos sobre os *Tekoha Guyraroka* e *Takuara* – citado no Apêndice 1 – que sofrem a influência do empreendimento da Raízen Caarapó.

2. Terra Indígena Guyraroká
Localização: *Município de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul*
Superfície: *11.401 ha*
Perímetro: *49.603 km*
Sociedade indígena: *Guarani-kaiowá*
Situação legal: *declarada*

¹²² Texto integral do decreto disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6961.htm>. Acesso em: 26/04/2017.

¹²³ O relatório é uma realização da ONG Repórter Brasil e do Centro de Monitoramento de Biocombustíveis. Versão *pdf* disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

(...)

Em documento divulgado em julho de 2011, os indígenas relatam problemas decorrentes do funcionamento da usina e apontam o deputado Zé Teixeira como um dos principais responsáveis por danos ambientais na TI nos últimos anos. “[A cana] começou ali no Zé Teixeira na região do Cabo de Aço. 250 hectares. Ele plantou primeiro, aí foi continuar plantando. Naquele lugar era puro pasto de fazenda, que antes de ser fazenda era mato. Tinha uma parte de campo com guavira e remédio. Hoje tudo tá só canavial. Quando começaram a plantar cana [na] terra de Zé Teixeira teve um capão de mato que desapareceu, cavucaram com a máquina e enterraram (...). Depois que começou a funcionar a usina a saúde ficou ruim para todos - crianças, adultos e animais. Perdemos 7 cavalos, duas vacas e um boi. Depois que a usina funcionou as nascentes das águas ficou rasa. A lavagem que eles passam na cana, quando chove prejudica os peixes também. O peixe do rio, do córrego, da lagoa. Aqui dava pintado, douradinho, curimba, peixe-espada e vários outros peixes miúdos, que antes tinha. Sumiu tudo. Também acabou remédios de vários tipos, que dá no mato, na beira do rio. A planta acabou pelo envenenamento. Remédio para a coluna, estômago, cabeça. De primeiro, tinha. Sumiu tudo (...). As carretas que passam com a cana, se pegar uma criança que vai para a escola. Nós tem medo. Os motoristas não respeitam. Do jeito que vem, vem. A carreta passa no meio da aldeia. Quando chove, a água fica horrível e já teve gente que passou mal. Na queimação de cana, as crianças, os velhos as gestantes, ataca tudo. A fumaça ataca. O cheiro ruim vem para cá quando espalham a calda na plantação. Causa vários tipos de problemas. Antes do canavial era outra saúde, uma vida sossegada. Hoje a gente se sente de uma outra forma, sem mais tranquilidade”¹³. (Glass, 2013:14-15)

(...)

Produtores de soja e cana no interior da TI Guyraroká

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 há 10 registros de produtores de soja que cultivaram o grão em fazendas que incidem parcial ou totalmente na TI Guyraroká, como mostra o mapa abaixo. (*Ibid.*: 15)

(...)

Já em relação à cana, como a atividade no Mato Grosso do Sul não requer registro nem sequer licenciamento ambiental, há uma dificuldade maior em se obter dados oficiais sobre localização e tamanho das áreas plantadas. Na tabela 2, estão listados os dados dos proprietários e das fazendas que têm cultivo de cana no interior da Terra Indígena, com informações fornecidas pelo Ministério Público Federal (MPF) em Dourados e pelos próprios indígenas.

A produção de commodities agrícolas no interior de Terras Indígenas por ocupantes não índios tem sido um dos principais vetores de problemas para os Guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul, tanto no que tange os aspectos fundiários, quanto os ambientais e sociais. No caso da cana, o Decreto No 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprovou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, excluiu das áreas aptas ao cultivo e passíveis de financiamento público as terras

indígenas, ato que foi regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em outubro do mesmo ano.

Com base nesta regulamentação, o MPF tem tentado, desde então, negociar com as empresas Cosan e Shell, proprietárias da usina Raízen, a interrupção da compra de cana cultivada nas fazendas que incidem em Guyaroká. (*Ibid.*: 16)

Ao menos para o Povo Kaiowa e Guarani, os biocombustíveis representaram mais fome e mortes nos últimos anos. A FIAN Brasil publicou o resumo executivo do relatório *O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico*¹²⁴ em dezembro de 2016, destacando a situação desse Povo em MS com base em estudos de caso de três retomadas: *Guaiviry*; *Ipo'y*; e *Kurusu Amba*. Como resultado de pesquisa socioeconômica e nutricional realizada em 2013, o relatório aponta "um enfoque mais direcionado às violações do direito humano à alimentação e nutrição adequadas dentro do contexto da indivisibilidade e interdependência entre os direitos humanos." (Franceschini, 2016: 8) Cito dois trechos acerca dos impactos dos monocultivos, nesses *Tekoha*, e dos uso intensivo de agrotóxicos – situação que afeta todo o Cone Sul de MS.

Os pedaços de terras que estas comunidades ocupam dentro de seus territórios tradicionais estão dominados por monoculturas das fazendas, cujo cultivo demanda o uso excessivo de agrotóxicos e de outros produtos que representam grave risco à sua saúde, à sua vida, representando também uma violação aos seus demais direitos humanos, como o direito humano à alimentação e à nutrição e o direito humano à água.

As péssimas condições de vida enfrentadas pelas crianças, idosos e idosas, mulheres, homens e jovens destas três comunidades, comprovadas pela pesquisa realizada em 2013, revelam a dimensão e a gravidade das violações aos seus direitos humanos. (Franceschini, 2016: 20)

(...)

A falta de rigoroso cumprimento da legislação ambiental e sanitária, incluindo a fiscalização destas leis e das ações das empresas de agrotóxicos e seu uso, são também formas de desrespeito aos direitos humanos à alimentação, à vida, à saúde, à água dos Guarani e Kaiowá. Não há uma iniciativa governamental para avaliar o nível de impacto dos agrotóxicos na saúde das comunidades indígenas, e é desconhecido o índice de contaminação da água, do solo e dos alimentos. A falta de proteção em relação ao uso de agrotóxicos ameaça a adequação dos alimentos, pois por estarem cercadas por monoculturas que fazem uso de grande quantidade de agrotóxicos,

¹²⁴ Versão pdf disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Fian-Portugues-WEB-Single-Pages-Small.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

há fortes indícios de contaminação dos poucos alimentos que as comunidades conseguem plantar e da água que consomem. (*Ibid.*: 41)

A FIAN Brasil aponta conclusão inquietante em relação ao direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA) do Povo Kaiowa e Guarani nas retomadas.

Os dados que resultaram da pesquisa realizada em 2013 revelam que cerca de 87% das comunidades que participaram do diagnóstico não tinham, no momento da pesquisa, garantia nem mesmo da primeira dimensão do DHANA, que é o direito de estar livre da fome. Quando o estado de insegurança alimentar leve é também considerado, a violação se torna incontestavelmente grave: 100% dos moradores e moradoras das comunidades encontravam-se, no momento da pesquisa, em insegurança alimentar e nutricional. (*Ibid.*: 61)

Esse contexto de grave crise humanitária é reforçado no relatório intitulado *TEKOHA: DIREITOS DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ - Visita do Consea ao Mato Grosso do Sul*¹²⁵, publicação recente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) – órgão vinculado à Presidência da República. Sua presidenta, Maria Emília Lisboa Pacheco, é enfática na definição da situação, verificada pela comitiva no tópico de apresentação do documento (Presidência da República, 2017: 4):

O Tekoha significa um lugar de pertencimento onde buscam a subsistência, produzem sua cultura e cultivam a solidariedade e a generosidade. O lugar onde realizam o seu “modo de ser”.

Mas esse direito lhes tem sido negado. Não é este o cenário dos acampamentos e áreas de retomadas¹ dos indígenas das etnias Guarani e Kaiowá no Cone Sul do Mato Grosso do Sul.

A comitiva liderada pelo Consea, em visita à região entre os dias 28 de agosto e 2 de setembro de 2016, constatou um quadro de violência com mortes por assassinato, manifestações de preconceitos e violação de direitos humanos, em especial o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Uma verdadeira tragédia humana! Assim podemos sintetizar a dura e dramática realidade de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional grave desses povos.

A expansão do agronegócio, com um alto nível de degradação ambiental e contaminação por agrotóxicos do solo e dos mananciais, e o verdadeiro confinamento a que estão submetidos esses povos estão a exigir dos poderes públicos o enfrentamento da raiz dos

¹²⁵ Versão pdf disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/revisado-final-compressed.pdf/view>>. Acesso em: 26/04/2017.

problemas com a resposta da demarcação e titulação de terra, a garantia do Direito Humano à Alimentação e o acesso a políticas públicas, em conformidade com as cláusulas de nossa Constituição cidadã.

A missão ocorreu em 2016 e visitou 10 aldeias, entre áreas de retomada e reservas, em 6 municípios localizados no Cone Sul de MS. O relatório é contundente em suas conclusões (Ibid.: 78):

A comitiva concluiu que a realidade vivida pelos povos Guarani e Kaiowá pode ser denominada como uma tragédia humanitária e denota explicitamente a negação sistemática de direitos humanos em função da omissão do Poder Público. Foi possível constatar em todas as comunidades visitadas a ocorrência de fome e desnutrição, a precariedade do acesso a saúde, a água e a educação, a ausência de documentação civil, um constante sentimento de medo de ataques violentos por ordem dos fazendeiros da região e uma forte criminalização das lideranças indígenas que resistem e reagem aos abusos de poder dos órgãos de polícia.

A demarcação das terras indígenas é a condição primária para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos indígenas Guarani e Kaiowá do Cone Sul do Mato Grosso do Sul e para o acesso a todas as políticas públicas previstas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). A situação de insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas Guarani e Kaiowá é causada diretamente pelo descumprimento de seus direitos territoriais garantidos pela Constituição Federal do Brasil.

Em função da morosidade do Poder Público em demarcar as terras indígenas e do racismo institucional presente no estado do Mato Grosso do Sul, urge uma ação articulada e coordenada dos três poderes, nas três esferas, para, primeiramente, erradicar a cultura discriminatória que leva à adoção nas tomadas de decisão de interpretações jurídicas pautadas exclusivamente na prevalência do conceito de propriedade privada, relegando a último plano os direitos constitucionais indígenas. Essa concepção está internalizada nos órgãos governamentais do estado do Mato Grosso do Sul.

A luta pela sobrevivência também resulta em migrações sazonais da população masculina das áreas de retomada em busca de jornadas laborais temporárias junto a empresas do agronegócio em MS e em outros estados. Segundo o *MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL*¹²⁶, projeto de natureza conceitual e política desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), essa busca decorre da conjuntura que resulta na crise humanitária do Povo Kaiowa e Guarani.

A limitação territorial e o superpovoamento inviabilizaram a rotatividade do cultivo. O uso excessivo do solo tornou-o menos

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>>. Acesso em: 26/04/2017.

produtivo. Os índios são levados a buscar suas fontes de sustento fora das aldeias. O trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar tornou-se a alternativa mais comum. Problemas de coluna, patologias ósseas e musculares, acidentes de trabalho e casos de tuberculose contraída em alojamentos superlotados e em precárias condições sanitárias são alguns dos problemas de saúde associados à atividade.¹²⁷

O relatório *O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade – Cana 2009*¹²⁸ dedica um capítulo ao impacto sobre as populações indígenas. Além da questão fundiária e dos conflitos, apresenta o tema *TRABALHO: COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE USINAS E ÍNDIOS* (Gomes, 2010: 56). O relatório indica a existência de estratégia do setor sucroalcooleiro para estabelecer relações trabalhistas com comunidades indígenas cercanas, visando obter mão-de-obra para o trabalho com o plantio, o manejo e o corte da cana. Atuam por meio da contratação de agenciadores internos, conhecidos como "cabeçantes", que ganhariam salário para a função e obteriam vantagens percentuais sobre o trabalho dos indígenas selecionados.

Essa pressão das usinas para obtenção de trabalhadores se intensifica nas reservas, espaços onde a prática da agricultura tradicional é inviabilizada por motivos como a alta densidade populacional, a degradação das terras e a impossibilidade de obtenção de financiamentos privados. No relatório, há citação de entrevista do antropólogo Antonio Brand, na qual declara a premissa: "Não há nenhuma possibilidade de que estes indígenas trabalhem em atividades de subsistência nesse espaço, mesmo porque a terra está muito degradada, não há recursos para o plantio, as sementes não nascem" (Ibid.: 56). Transcrevo outro trecho do relatório acerca dos problemas sociais e de saúde pública, relacionados ao trabalho indígena no agronegócio.

Na Te'yikue, os trabalhadores partem para os canais entre as 2h30 e 5h00, e retornam normalmente por volta das 16h30 (há épocas em que os homens voltam depois das 19h, ou trabalham durante toda a

¹²⁷ Conflito MS - O Martírio de um Grande Povo - identidade, afirmação e reconhecimento dos direitos e terras dos Guarani-Kaiowá in *MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL*. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹²⁸ O relatório é uma realização da ONG Repórter Brasil e Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis, publicado em janeiro de 2010. Versão pdf disponível em: <<https://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o-brasil-dos-agrocombustiveis-v6.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

noite, afirmam as mulheres da aldeia). Este sistema foi adotado após inúmeras denúncias de problemas gerados pela manutenção dos índios nos locais de trabalho, por vezes por 70 dias ou mais. De acordo com a professora indígena Renata Ricardo, a ausência dos homens por prolongados períodos causa grande desestruturação do núcleo familiar, uma vez que as mulheres, na cultura guarani, têm seu status e papel fortemente definidos pelo casamento. “Sem os homens em casa, a criação dos filhos ficou prejudicada, muitas mulheres se viram rejeitadas pelo núcleo familiar do marido, aumentaram os casos de prostituição infantil, violência e abuso sexual contra crianças, abandono de lar e outros problemas”, explica a professora.

Por outro lado, os homens que passavam (ou passam) longos períodos em alojamentos nas usinas têm trazido uma série de doenças para as aldeias, como sífilis e tuberculose. Em 2009, relata a especialista em saúde pública Estela Scandola, coordenadora da ONG Ibiss, o posto de saúde de Amambaí registrou cerca de 25 casos de mulheres grávidas infectadas com sífilis. “O índice de infecção é muito maior, já que só foram avaliadas as grávidas que procuraram os serviços de pré-natal. Se tomarmos as mulheres - grávidas e não grávidas - que não procuraram o posto de saúde, e os homens, temos um quadro extremamente complicado que não é tratado pela saúde pública”, afirma Scandola. (*Ibid.*: 57)

A mencionada aldeia *Te'yi Kue* é a Reserva de Caarapó e os trabalhadores indígenas atendem a demanda da usina Raízen Caarapó, instalada no município homônimo. Como o texto explicita, além dos graves problemas socioculturais e de saúde pública gerados, a inclusão de indígenas nas cadeias produtivas do agronegócio resulta em condições degradantes de trabalho. Existem muitas referências ao tema em reportagens, sendo também mencionado no relatório *VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL*¹²⁹ publicado em 2014, como resultado da missão ao estado realizada pela Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação da Plataforma Dhesca realizada em 2013.

Outro fator observado é que a ausência de terras suficientes para plantio de subsistência, e até mesmo porque são áreas que foram muito deterioradas pela agricultura ou pecuária de grande escala, leva os indígenas a buscar o emprego assalariado. Todavia, os mesmos são colocados no mercado em subempregos, com tarefas precarizadas como o corte de cana e auxiliar da construção civil. Segundo dados do CIMI (2011), grande parte dos indígenas, em torno de 10 mil, são empregados no corte de cana, em usinas de álcool e outros são trabalhadores em fazendas, sendo muitas vezes explorados e submetidos a condições análogas à escravidão⁶. (*Maso, 2014: 33*)

¹²⁹ Relatório da Plataforma Dhesca em versão *pdf* disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/violacoes_direitos_indigenas_dhesca_bollbrasil.pdf. Acesso em: 26/04/2017.

Diante desse quadro latente de violações de direitos humanos do Povo Kaiowa e Guarani, o Mato Grosso do Sul, novamente, entrou no roteiro de missão de representante da ONU em 2016. A senhora Victoria Tauli-Corpuz, relatora especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, realizou missão oficial ao Brasil, de 07 a 17 de março, com objetivo de acompanhar as recomendações de 2009 do relatório de seu antecessor, James Anaya, e identificar/avaliar os assuntos contemporâneos mais relevantes. Ela apresentou o relatório final¹³⁰ da missão na trigésima terceira sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 20 de setembro de 2016. Entre os temas abordados pela relatora, consta a *Responsabilidade das empresas de respeitar direitos dos povos indígenas* (item VI, letra H, tópico 77).

A Relatora Especial destaca a responsabilidade de empresas que distribuem bens ou materiais, como o açúcar, a soja e a produção de gado, do Mato Grosso do Sul, ou madeira, óleo vegetal ou minerais de outros lugares no Brasil, em conduzir as devidas diligências de direitos humanos para assegurar respeito aos direitos dos povos indígenas em sua cadeia de abastecimento. (Tauli-Corpuz, 2016: 17)

As primeiras recomendações da relatora especial ao governo brasileiro são a superação de impasses para a demarcação de Terras Indígenas – com ênfase a urgência dos casos nos estados de MS, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – para a conclusão dos processos demarcatórios pendentes na FUNAI, no Ministério da Justiça e na Presidência da República, em especial das terras ameaçadas pelo agronegócio, atividades extrativas e projetos de desenvolvimento (item VII, letra B, tópico 97, letras a e b – Ibid.: 20). Nesse tema, a relatora especial demonstrou séria preocupação relativa às ordens judiciais de reintegração de posse contra comunidades que retomam suas terras, cujos direitos originários foram reconhecidos na Constituição Federal de 1988, diante da omissão do Estado em demarcá-las nos últimos 28 anos.

Victoria criticou "interpretações altamente controversas e fortemente contestadas da Suprema Corte no caso Raposa Serra do Sol" (item VI, letra D, tópico 69 – Ibid.:15), que introduziu a tese do marco temporal como restrição

¹³⁰ O relatório final foi publicado na página oficial da relatora especial em inglês e tradução não-oficial para o português. Disponível em: <<http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/es/documentos/country-reports/154-report-brazil-2016>>. Acesso em: 26/04/2017.

ao direito de demarcação àquelas comunidades que estivessem em posse de suas terras tradicionais na data de promulgação da Constituição em 05/10/1988. Como obsevou a relatora, embora a tese não seja, necessariamente, vinculante a outros casos, juízos de primeira instância e o próprio STF "estão aplicando a decisão de maneira completamente contrária com as previsões constitucionais sobre direitos territoriais indígenas." Acerca dessa prática jurídica, concluiu: "Ao fazer isso, o Estado expulsa os povos indígenas de suas próprias terras impedindo-lhes o gozo de seus direitos básicos e alimentando a violência contra eles." (Ibid.:15)

De fato, a tese do marco temporal é aplicada como embasamento de diversas decisões na Justiça Federal de MS, indicando a formação de jurisprudência temerária na primeira instância, e a segunda turma do STF a aplicou em diferentes casos. É a fundamentação do Acórdão¹³¹ no qual o Supremo declarou a nulidade do processo administrativo demarcatório e da portaria do Ministério da Justiça que declarou os limites da Terra Indígena *Guyraroka* (Caarapó), do Povo Kaiowa, com base nessa premissa. A adoção da tese desconsidera a ação do Estado, através do órgão indigenista oficial, que deslocou o Povo Kaiowa e Guarani de diversos territórios tradicionais durante o século XX. Portanto, o Estado tem responsabilidade direta no resultado que perdurou por décadas: o Povo permaneceu na condição de deslocado interno nas reservas de confinamento e suas terras foram tituladas a particulares ou destinadas a programas governamentais de colonização como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A relatora demonstrou especial preocupação pela quantidade de ataques contra os Povos Indígenas no Brasil, documentados e relatados, citando o MS como o estado com o maior número de assassinatos de indígenas. Tauli-Corpuz afirmou: "Com frequência, os ataques e assassinatos constituem represálias em contextos de reocupação de terras ancestrais pelos povos indígenas depois de longos atrasos nos processos de demarcação." (item IV, letra B, tópico 17 – Ibid.: 6). Em MS, a relatora visitou os *Tekoha Kuru Amba*

¹³¹ Acórdão do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087 emitido em 16/09/2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6937880>>. Acesso em 26/04/2017.

(Coronel Sapucaia), *Guaiviry* (Aral Moreira), *Takuara* (Juti) e retomadas próximas à Reserva de Dourados, onde ouviu depoimentos de execuções, viu cenas de crimes e ferimentos de bala nos corpos indígenas.

Acerca dos ataques paramilitares contra populações Kaiowa e Guarani em movimento de retomadas, a relatora menciona um caso nos desdobramentos recentes após a missão (item VI, letra J, tópico 83 – Ibid.: 18), referindo-se à tentativa de despejo extrajudicial conhecida como "Massacre de Caarapó. A ação foi perpetrada contra o Povo Kaiowa e Guarani em retomadas de territórios no perímetro da Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I, nos arredores da Reserva de Caarapó, em 14 de junho de 2016. O saldo da investida paramilitar foi a execução do agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza (23 anos) e seis indígenas alvejados por disparos de arma de fogo – entre eles, uma criança de 12 anos com tiro no abdômen. O Conselho Indigenista Missionário criou dossiê sobre o massacre¹³², executado em plena luz do dia, sendo possível visualizar imagens impactantes em seu vídeo-documentário *O Massacre de Caarapó*¹³³ e na produção da ASCURI intitulada *Retomada Teykue - 2016*¹³⁴.

O relatório da FIAN Brasil, citado anteriormente, relaciona diversas violações de direitos humanos do Povo Kaiowa e Guarani com a questão da perda de sua territorialidade. Cito dois trechos relativos aos conflitos fundiários e à violência:

Assim como os direitos, é importante enfatizar que as violações destes direitos também são interdependentes e se fortalecem, condenando os Guarani e Kaiowá a viver distante de sua cultura, a existir sem direitos e a morrer ou em nome dessa luta ou pagando a pena pela ação e omissão do Estado Brasileiro. O número de assassinatos de indígenas no Mato Grosso do Sul e o número de suicídios é alarmante. Conforme relato dos membros da *Aty Guasu*, de 1988 a 2012 mais de mil suicídios aconteceram entre os Guarani e Kaiowá, o que evidencia o grau de desespero e descrença na solução dos problemas, principalmente da terra. Ainda segundo a *Aty Guasu*, nos últimos anos, mais de 300 indígenas Guarani e Kaiowá foram assassinados. (*Franceschini, 2016: 40*)

¹³² MASSACRE DE CAARAPÓ - Dossiê sobre o genocídio Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://cimi.org.br/massacredecaarapo/>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹³³ *O Massacre de Caarapó*. Disponível em: <<https://youtu.be/slFJXEjQRA4>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹³⁴ *Retomada Teykue - 2016*. Disponível em: <<https://youtu.be/e5w4M7rx4zE>>. Acesso em: 26/04/2017.

(...)

Violência cometida por fazendeiros e milícias privadas

O Estado Brasileiro viola os direitos humanos dos Guarani e Kaiowá ao não protegê-los contra as violentas respostas dos fazendeiros e de milícias privadas às reivindicações destes povos pelos seus territórios tradicionais. O número de lideranças assassinadas, despejos, atropelamentos, ameaças e outras violências são fortes indicadores dessa violação. (*Ibid.*: 40)

Como sua última alternativa, o Povo Kaiowa e Guarani segue nas retomadas resistindo com os próprios corpos para preservar os territórios mínimos, dos quais dependem suas vidas e o modo de ser (*nhande reko*). As retomadas resultaram em dezenas de conflitos, promovidos pelos grandes latifundiários e produtores da região, organizados em torno de Sindicatos Rurais, com intensificação de ataques paramilitares, executados por empresas de segurança privada, milícias paramilitares e/ou pistoleiros a partir de junho de 2015. As organizações CIMI, FIAN Brasil, Justiça Global e Associação Juizes para a Democracia produziram relatório conjunto¹³⁵ para o terceiro ciclo de avaliação do Brasil quanto à situação de direitos humanos diante do Mecanismo de Revisão Periódica Universal da ONU, realizado em 05/05/2017. Cito itens acerca da gravidade dessa escalada da violência paramilitar com a conclusão sobre o genocídio indígena contemporâneo em MS:

37. Neste sentido, a situação vivida pelos Guarani e Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul, é emblemática. Em 2015, foram **registrados mais de uma dezena de ataques paramilitares contra várias comunidades deste povo**. Tais ataques, desferidos por milícias comandadas por fazendeiros, resultaram em liderança assassinada e dezenas de indígenas, inclusive crianças e idosos, feridos.

38. O ataque paramilitar desferido contra o Tekoha Nhanderú Marangatú é exemplar. A ação foi precedida por uma onda de mentiras espalhadas por alguns fazendeiros com o intuito de criar um clima de terror e animosidade da população regional contra os indígenas, numa tentativa pré-concebida de legitimar o ataque que estava sendo perpetrado.

39. Segundo dados do CIMI, da SESAI e do Dsei-MS, entre 2003 e 2015 um total de 891 indígenas foram assassinados no Brasil; cerca de metade deles (426, ou 47%) somente no estado do Mato Grosso do Sul. Isto representa, em outras palavras, 426 (quatrocentos e vinte e seis) indígenas mortos nos últimos anos somente em um dos estados da federação brasileira.

¹³⁵ Versão *pdf* disponível em: <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/10/RPU-Indigenas.pdf>>. Acesso em: 25/04/2017.

40. Pode-se concluir, pois, que se vivencia no Brasil atualmente um processo de genocídio dos povos indígenas. (2016: 13-14)

O MPF/MS já propôs a tese jurídica do crime de genocídio em ataques perpetrados contra populações em retomada do Povo Kaiowa e Guarani, baseado em vários episódios definidos como "grave violência étnica em Mato Grosso do Sul"¹³⁶. A esse respeito, o *Caderno Mapa Guarani Continental* (Melià, 2016: 38) traz importante aporte:

Para o assessor especial para a prevenção de Genocídio, do Secretário Geral das Nações Unidas, Adama Dieng, Genocídio é "quando se é morto, não pelo que se fez, mas sim por quem se é" e "tudo começa com a desumanização de um grupo específico".

Este escritório da ONU tem trabalhado com novas afirmações e instrumentos de risco que permitem que a situação vivida por comunidades guarani receba o enquadramento jurídico político de genocídio, no Direito Internacional.

É o caso da "Framework of Analysis for Atrocity Crimes", marco elaborado pelo escritório de prevenção das Nações Unidas, que analisa preventivamente fatores de risco para Crimes de Atrocidades, Genocídio ou Contra a Humanidade. Seguindo esta metodologia, uma pesquisa preliminar da Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos) aponta que a situação dos Guarani no MS se enquadra em todos os 14 fatores de risco (8 comuns e 6 específicos).

Atualmente, o Povo Kaiowa e Guarani é assolado por grande mortandade, associada à desnutrição, falta de atendimento básico de saúde, índice epidêmico de suicídios¹³⁷ e atribuída à ausência de condições de reprodução física e cultural em seus territórios tradicionais. Há narrativa testemunhal de execução de centenas de lideranças das retomadas na última década, incluindo denúncias de desaparecimento forçado como o mencionado caso do líder espiritual Nisio Gomes em 2011 (*Tekoha Guaiviry*, Aral Moreira/MS). As lideranças do Povo Kaiowa e Guarani apresentam denúncias sobre as execuções e violações de direitos humanos em diferentes instâncias nacionais e internacionais. Inclusive, registram suas narrativas contra-hegemônicas no âmbito da produção acadêmica intercultural *Teko Arandu*:

¹³⁶ MPF em Dourados considera genocídio ataque a índios em Iguatemi. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2011/09/na-festa-da-independencia-indios-de-ms-nao-tem-nada-a-comemorar>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹³⁷ Reportagem audiovisual da ONU sobre a problemática disponível em: <http://youtu.be/ngUZ6_6xVXA>. Acesso em: 26/04/2017.

Quando um indígena é assassinado por defender sua terra, as autoridades nem investigam o caso para achar os culpados. Enquanto isso, os fazendeiros matam qualquer pessoa, seja velha, criança, jovem, homem. Seus mandantes, pela raiva que nos têm, violentam mulheres indígenas e batem em seus companheiros. Até agora vivemos nessas condições em nossa aldeia. (NEPPI, 2010: 239)¹³⁸

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu nota¹³⁹ em junho de 2016, na qual condenou o assassinato de Claudiodi Souza no Massacre de Caarapó. Manifestou preocupação pela escalada de violência contra o Povo Kaiowa e Guarani, e instou o Estado brasileiro a investigar com prontidão, julgar e punir os responsáveis pelo ataque paramilitar. Em dezembro de 2016, o Conselho *Aty Guasu* protocolou petição junto à OEA contra o Estado brasileiro pela sua omissão na demarcação das Terras Indígenas em MS e as violações de direitos humanos contra o Povo Kaiowa e Guarani¹⁴⁰.

¹³⁸ *Yvy oñemongo'i - a terra se levanta*. Texto produzido coletivamente pela turma de linguagem da Licenciatura Indígena *TEKO ARANDU*, da Faculdade Indígena (FAIND) da UFGD, publicado em revista do Núcleo de Estudos e Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI) da UCDB. Campo Grande/MS, 2010. Versão *pdf* disponível em: <<http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/207/239>>. Acesso em 26/04/2017.

¹³⁹ Nota da CIDH disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2016/089.asp>>. Acesso em: 26/04/2017.

¹⁴⁰ *Por falta de demarcação de terras e violações de direitos humanos, povo Guarani e Kaiowá protocola petição contra Estado brasileiro na OEA*. Disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/por-falta-de-demarcacao-de-terras-e-genocidio-povo-guarani-e-kaiowa-protocola-peticao-contra-estado-brasileiro-na-oea/>>. Acesso em: 26/04/2017.

ANEXO I

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA-MS

Referência: Processo FUNAI/BSB/2053/05. Terra Indígena Taquara. Localização: Município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul. Superfície: 9.700 ha. Perímetro: 50 Km. Sociedade indígena: Kaiowá. Família lingüística: Tupi Guarani. População: 162 pessoas (dados FUNASA –DISEI/MS – 2005). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 1.176/PRES, de 23 de dezembro de 1999; e estudos complementares de identificação e delimitação determinados pela Portaria nº 140/PRES, de 28 de Janeiro de 2005, a qual designou Levi Marques Pereira como antropólogo coordenador, em substituição a Themis Quezado de Magalhães.

ESCLARECIMENTOS: Os estudos de identificação foram iniciados pela Portaria nº 1.176/PRES, de 23 de dezembro de 1999. O relatório parcial resultante desses estudos foi aprovado e seu conteúdo plenamente acatado pela FUNAI. Contudo, em razão de sua aposentadoria, a antropóloga coordenadora foi destituída pela Portaria nº 1.543/PRES, de 7 de dezembro de 2004. Na seqüência, foi designado o antropólogo Levi Marques Pereira como coordenador do GT, conforme Portaria nº 140/PRES/05, o qual apresentou relatório conclusivo incorporando plenamente o relatório parcial já citado.

I - DADOS GERAIS: Os Kaiowá são um povo do tronco Tupi, da família lingüística Tupi-Guarani, que no Brasil engloba os Kaiowá, os Nandeva e os Mby'a. A literatura costuma designar estes três subgrupos como Guarani. Estudos comparativos revelam que esses subgrupos apresentam significativas similaridades do ponto de vista lingüístico, da organização social e do sistema religioso, embora as particularidades nas formas de expressões culturais de cada subgrupo sejam apropriadas como signo de especificidade étnica. Os Kaiowá ocupam, atualmente, pequenas aldeias situadas em uma faixa de terra de cerca de 150 quilômetros de cada lado da linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, onde são denominados Pãi Tavyterã. Para os Kaiowá a faixa de terra acima descrita compõe o território historicamente ocupado pelo grupo e é por eles denominado de tetã. A população guarani (Kaiowá e Nandeva) em MS está distribuída em mais de 20 terras indígenas e alguns locais recentemente reocupados, ainda em fase de reconhecimento por parte do governo sendo estimada em torno de 30 mil pessoas.

Estudos históricos atestam que o mundo colonial toma conhecimento dos atuais Kaiowá por ocasião da execução do tratado de Madri em 1750-60. Naquele momento, os Kaiowá já se encontram no território que hoje ocupam e são identificados como índios "infiéis" e culturalmente "bárbaros" pois, refugiados nas matas altas de difícil acesso, haviam em grande medida ficado fora do processo de cristianização desenvolvido pelos jesuítas e do contato direto com os colonizadores. O território tradicional kaiowá estendia-se ao norte até as bacias dos rios Apa e Dourados, sendo que ao sul, até a Serra de

Maracaju e os afluentes do Jejui, abrangendo uma extensão aproximada de 40 mil quilômetros quadrados. Antes da ocupação colonial, as aldeias kaiowá estavam radicadas em diversos pontos desse imenso território e eram interligadas entre si, por redes de caminhos, que conectavam um número variável de aldeias por meio de alianças parentais, políticas e religiosas. Assim, a terra pretendida pela comunidade de Taquara está localizada no interior do amplo território tradicional ocupado pelos Kaiowá antes do período colonial.

A compreensão da distribuição espacial dos Kaiowá pelo seu território tradicional exige que se considere a forma de organização das unidades sociológicas características dessa sociedade. Os Kaiowá vivem organizados em parentelas *-te'yi*. Essa unidade pode ser descrita como: a) um grupo de residência, já que ocupa uma parte das terras de uma aldeia *-tekoha* e detém uma noção clara da porção de terra que ocupa; b) um grupo de atuação econômica, pois no seu interior se desenvolve intenso intercâmbio de bens e serviços, dentro dos princípios que regem a economia de reciprocidade kaiowá; c) um grupo de atuação política, pois é a base do sistema de representação por intermédio do cabeça de parentela *-hi'u/tamōi*, que reúne seus descendentes e aliados pelo carisma, representa-os e por eles fala nas reuniões gerais (*aty*), as quais reúnem os representantes de todas as parentelas *-te'yi* que dividem uma mesma aldeia. O estudo de identificação registrou a existência de várias parentelas originárias de Taquara e seus respectivos líderes, tanto no período anterior à remoção da comunidade na década de 1950, como a partir da década de 1990, quando a comunidade se reestrutura como unidade política para reocupar a terra. A maioria das pessoas com mais de cinquenta anos que compõe a comunidade atual de Taquara nasceram no local reivindicado e guardam uma viva memória da ocupação dessa terra e da vida comunitária que aí desenvolviam antes da remoção perpetrada pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

A noção de *tekoha* é adotada na maioria dos trabalhos recentes sobre os Kaiowá para designar a aldeia, composta por um número variável de parentelas relacionadas, sendo comum variar entre 3 e 5. Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de *teko* - sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá - e *ha*, que, como sufixo nominador, indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha*, deve ser apreendida como uma categoria nativa polissêmica central no sistema cultural kaiowá e que, nas circunstâncias históricas atuais, é expressa fundamentalmente como o lugar (território), no qual uma comunidade kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural (cultura). A compreensão do sentido atribuído pelas comunidades kaiowá atuais ao *tekoha* deve levar em consideração as transformações históricas ocorridas a partir da segunda metade do século passado, quando a falta de terras se tornou, para a maioria das comunidades kaiowá, entrave para a reprodução do sistema social kaiowá. Assim, várias comunidades, como é o caso de Taquara, passam a se organizar politicamente para reaver o espaço físico de seu antigo *tekoha*. Nesse contexto de articulação política para reocupar a terra onde viviam, o termo expressa o conteúdo semântico de território. Para além do espaço físico imprescindível à existência de um *tekoha*, sua constituição implica ainda na reunião e cooperação entre várias parentelas *-te'yi*. Nesse sentido, o relatório descreve também a maneira como as

parentelas que compõem o *tekoha* de Taquara estão mobilizadas com o intuito de recompor suas formas de sociabilidade, uma vez que foram dispersas por várias localidades. A mobilização política que ocorre em Taquara acontece simultaneamente em comunidades vizinhas igualmente constituídas como *tekoha*, como é o caso de *Jarará* e *Guyraroká*, comunidades com as quais Taquara desenvolve, desde período anterior à remoção, intenso intercâmbio matrimonial, político e religioso. As alianças entre essas três comunidades se projetam para período anterior à colonização, constituindo um conjunto de comunidades irmanadas, denominado de *tekoha guasu* ou *tekoha pavêm*.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE: A distribuição das parentelas kaiowá em Taquara antes da remoção da comunidade evidencia que a ocupação territorial seguia a moldura da organização social. A terra delimitada observa essa moldura, incluindo os locais de antigas moradias, os espaços ocupados para o desenvolvimento de práticas produtivas e acidentes geográficos que se constituem em referências míticas importantes para os Kaiowá. Evidentemente, muitos locais que antigamente eram utilizados como locais de caça, pesca, coleta e mesmo moradia ficaram fora do perímetro delimitado. Isto foi feito com base na legislação atual e contou com a anuência dos índios que reconhecem que a ocupação agropecuária da região inviabiliza política e economicamente a demarcação da Terra Indígena com as dimensões ocupadas no passado. A despeito dessas perdas, consideram que a terra é suficiente para a reprodução de seu modo de vida tradicional, manifestando a intenção de que seja implementado pelo governo um plano de recuperação ambiental e de manejo de recursos, já que restam poucas áreas de vegetação nativa.

Os dados levantados junto aos índios e nas fontes documentais acostadas ao relatório dão conta da concentração expressiva de população Kaiowá residindo na terra reivindicada em caráter permanente até o início da década de 1950. Nesse período, ocupavam a península formada pelos rios São Domingos e Taquara. A partir de 1951 as pressões do administrador da Companhia Mate Laranjeiras, que já havia requerido a compra da área junto ao então estado de Mato Grosso, força várias famílias a deixarem o local. É o próprio Serviço de Proteção ao Índio que, em 1953, retira as famílias que ainda resistiam às pressões, transferindo-as à força para a reserva de Caarapó. Inconformadas com essa situação, algumas famílias retornam para o local em 1954, sendo novamente impedidas de permanecerem na terra pelo órgão indigenista oficial e por pressões dos detentores de título da terra. Todos esses fatos registrados em documentos oficiais do SPI foram amplamente discutidos ao longo do relatório. No centro da terra de Taquara existia, no passado, um centro religioso importante para vários outros núcleos kaiowá, que ocupavam terras não muito distantes, sendo que entre esses diversos núcleos de povoamento existia um constante intercâmbio matrimonial e religioso. Entre essas localidades podemos destacar as comunidades de Lechucha, Matula, São Lucas, Yrykuty, Guyraroká, Pa'i Kue, Ñu Guasu ou Yvytu, Te'yi Kue, entre outras.

A população de Taquara tende a ser bem maior do que as 162 pessoas que vivem atualmente no acampamento, tendo em vista que muitos moradores oriundos do local, mas que vivem atualmente nas reservas de Caarapó, Dourados e Amambai, assim como em periferias de cidades da região sul de MS, estão dispostos a se mudarem para Taquara tão logo a terra seja

regularizada. A recomposição dessa população terá como base a atualização das formas de sociabilidade que unem as diversas parentelas que ocupavam Taquara até o início da década de 1950.

Chama atenção o fato de que os locais de antiga moradia apresentam características semelhantes: a) estão próximos a minas d'água potável, sempre limpa e fresca. Acreditam que a água extraída de minas d'água (ayvu) é a mais apropriada para consumo humano; b) o local da casa, embora próximo à água, situa-se sempre numa elevação do terreno, alguns metros acima do curso d'água e com topografia com inclinação suficiente para garantir um bom escoamento da água das chuvas; c) ficam a pouca distância de terras férteis, próprias para o cultivo de milho, que juntamente com a mandioca, constituem a base da alimentação de origem vegetal; d) em boa parte dos casos, a casa fica a pouca distância de região de transição entre formações florestais distintas: mata ciliar, mata e cerrado. Isto permite explorar recursos vegetais e animais próprios a cada um desses tipos de vegetação. Todas estas observações estão em consonância com as características observadas quanto à localização de sítios arqueológicos ocupados pela população kaiowá (e guarani em geral), antes do período colonial.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS: tradicionalmente, os Kaiowá são agricultores de floresta tropical, praticando a caça como principal fonte de proteína, e a pesca e a coleta como atividades subsidiárias. O desenvolvimento de atividades produtivas está diretamente conectado com a organização social. O calendário econômico anual também está intrinsecamente relacionado ao calendário das festas e rituais religiosos. Além do milho e da mandioca, cultivam amendoim, feijões, cana-de-açúcar, carás, batatas, mbakuku (uma espécie de tubérculo), e algumas frutíferas como o mamão, a melancia e plantas introduzidas como a manga, a laranja e a banana. Cultivam também algumas espécies não comestíveis como o urucum, o fumo e o algodão.

Os Kaiowá Taquara demonstram grande capacidade inventiva no sentido de seguir vivenciando aspectos de seu modo de ser tradicional a despeito das condições ambientais adversas. No período em que viveu fora da terra, boa parte das famílias sobreviveu trabalhando nas fazendas e sítios da região e, dessa forma, conseguiram manter um constante trânsito pelo território o que lhes facultava acesso continuado aos locais de caça e coleta. No acampamento em que vivem atualmente o espaço é aparentemente inóspito em termos de recursos naturais, porque quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada; mesmo assim, mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. No acampamento existiam vários restos de carcaças de animais caçados.

Nas condições históricas atuais o trabalho nas fazendas, a venda de produtos agrícolas e o acesso aos programas sociais do governo e aposentadorias rurais proporcionam o suprimento precário dos bens industrializados dos quais se tornaram dependentes. Paralelamente a esta inserção na economia regional, sempre que as condições são propícias, os Kaiowá seguem praticando sua agricultura tradicional, a caça, a pesca e a coleta, atividades que colocam em operação as formas próprias de reciprocidade do grupo, baseadas em relações de parentesco e aliança. Independente do baixo rendimento econômico essas atividades cumprem funções rituais fundamentais

na vida de qualquer indivíduo, pois estão diretamente relacionadas aos processos de construção social da pessoa.

A maior parte do solo em Taquara é considerado de alta fertilidade agrícola. Originalmente a região era coberta por floresta tropical bastante densa, com madeiras de lei como peroba, cedro, angelim, aroeira e ipê, com características muito semelhantes às da mata atlântica, só que menos úmida, principalmente durante o período de inverno (junho a agosto). Apresenta em menor proporção áreas de cerrado alto (cerradão) e cerrado, com solos mais arenosos e ácidos. Os Kaiowá dão grande importância às matas ciliares, pois as consideram locais de concentração de muitos recursos animais e vegetais. Em conjunto, esses quatro tipos de formação florestal proporcionavam recursos variados em termos de alimentos, remédios e matéria-prima para artefatos rituais.

IV - MEIO AMBIENTE: Os Kaiowá conhecem e fazem uso, de acordo com seus saberes tradicionais, dos recursos de fauna e flora presentes no ambiente. Mencionam e classificam em sua própria língua um grande número de animais e plantas, especificando suas características estéticas, propriedades farmacológicas e formas de usos práticos e rituais. Esses recursos estão presentes nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato deixados como reserva florestal, e são imprescindíveis para a subsistência e a reprodução física e cultural do grupo. O levantamento ambiental aponta a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente desmatadas.

O conhecimento da toponímia da terra de Taquara revela a profunda familiaridade dos Kaiowá com o local, identificando e nomeando locais das antigas roças, residências, cemitérios, itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas. Foi possível identificar também que o sistema de conhecimento e nomenclatura do território tem uma relação direta com a histórica dessa comunidade kaiowá e suas formas de representação simbólica.

Os recursos presentes no ambiente, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos e costumes tradicionais. Com a aplicação de um plano de manejo adequado, as poucas áreas remanescentes de vegetação nativa podem servir ainda como banco de sementes para a extensão da cobertura vegetal.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL: Os locais de moradia, distribuídos no interior da península formada pelos rios Taquara e São Domingos, mas especificamente nas proximidades de seus pequenos afluentes e cabeceiras, correspondem também aos locais de cemitérios, já que segundo o costume kaiowá, os mortos são enterrados próximo ao local onde viviam. Não existiam cemitérios com um grande número de sepulturas, pois os Kaiowá tinham o costume de mudar a localização da casa (a nova casa poderia ser construída a apenas algumas dezenas ou centenas de metros da antiga), sempre que morria uma pessoa de maior prestígio. Desmatamento, queimadas e o cultivo mecanizado da terra por cerca de quatro décadas, eliminaram os vestígios que permitiriam a localização das sepulturas e a identificação das antigas casas.

O modelo de ocupação historicamente desenvolvido pelos Kaiowá em Taquara é perfeitamente compatível com as condições ambientais aí presentes antes do desmatamento e com a sua organização social tradicional, constituindo uma

evidência concreta de que a comunidade estava fixada nessa região muito antes da ocupação agropecuária. Isto também é referendado pela sedimentação de um corpus de crenças, tradições e relatos míticos que remetem a características e recursos presentes no meio natural, com o qual os Kaiowá demonstram ter uma relação íntima e prolongada. Assim, não resta dúvida que o retorno da comunidade de Taquara para sua terra original representa, para as parentelas que compõem esse *tekoha*, a tentativa de reaproximação com as divindades, já que, segundo entendem, as rezas poderão novamente ser praticadas no local. Representa também a tentativa de recompor relações de sociabilidade necessárias à reprodução de seu sistema social que, segundo apontam, se tornaram inviáveis dentro das reservas demarcadas devido a problemas de superpopulação com a superposição da população de várias comunidades.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO: O GT realizou a identificação e censo dos ocupantes não índios, bem como vistoria, análise e descrição das benfeitorias na única ocupação que incide sobre a terra identificada, a Fazenda Brasília do Sul, com 9.752,55 hectares. O levantamento da cadeia dominial da propriedade identifica a origem e a qualificação do título de propriedade do imóvel. A terra foi titulada no final da década de 1920, quando foi requerida por compra junto ao Governo do Estado de Mato Grosso por um administrador da Companhia Mate Laranjeiras. O Estado vendeu a terra para esse particular sem antes se certificar da ocupação indígena; assim, nesse primeiro momento o SPI se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas sobre a área e, em 1953, perpetrou a ação ilegal de transferência da comunidade para a reserva de Caarapó. Mesmo a terra estando legalizada em nome de terceiro, já em 1928, a comunidade de Taquara permaneceu no local até 1953, pois o primeiro proprietário não ocupou efetivamente a terra, já que objetivava apenas a exploração imobiliária. A remoção da comunidade de Taquara só aconteceu em 1953, quando o proprietário tinha a intenção de vendê-la e necessitava apresentar a terra livre da presença indígena. Os dados completos do levantamento no Processo nº 1.707/2001

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO: Os dados apresentados e analisados no relatório circunstanciado permitem afirmar sem nenhuma dúvida que a região denominada de Taquara pelos Kaiowá é terra indígena tradicionalmente ocupada por um conjunto de parentelas desse grupo étnico. Esta ocupação é anterior à venda e titulação da terra para particular. Portanto, é medida justa, legal e legítima a sua identificação, delimitação e posterior demarcação como Terra Indígena. Muitas gerações de Kaiowá aí viveram antes que as frentes de ocupação para extração de erva mate, criação de gado e prática de agricultura adentrassem na região.

A análise e comparação das histórias de vida e narrativas dos Kaiowá revelaram coesão e uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de pessoas que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Estes dados foram checados também através da aplicação de uma série de procedimentos metodológicos de trabalho de campo em antropologia, evidenciando considerável capacidade dos Kaiowá em memorizar a geografia de seu

território, não tendo a mínima dificuldade em identificar os locais que haviam descrito oralmente antes da visita à terra identificada.

Os dados apresentados no relatório autorizam afirmar que Taquara se enquadra no conceito de terra indígena tradicionalmente ocupada, segundo o estabelecido na Constituição Federal no parágrafo 1º do artigo 231, onde se afirma que: “São terras tradicionais ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Poderia se objetar que as famílias de Kaiowá da comunidade de Taquara estão fora da terra há mais de quatro décadas, mas, conforme foi amplamente demonstrado no relatório, a comunidade foi compulsoriamente removida de sua terra por pressões que recebeu do administrador da Companhia Mate Laranjeira e pela ação de transferência perpetrada pelo Chefe de Posto da reserva de Caarapó, Pantaleão Barbosa, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, conforme ele próprio registrou em relatório aos seus superiores. A interrupção da posse da terra desarticulou a efervescência da vida comunitária desse *tekoha* kaiowá, mas mesmo assim muitas famílias permaneceram escondidas na mata ou trabalhando como peões para os fazendeiros no próprio local ou em suas proximidades. Essa estratégia de permanência na terra foi praticada até meados da década de 1960, quando as últimas famílias foram obrigadas a deixar o local devido ao desmatamento e plantio de pastagens. Os Kaiowá mais idosos que sofreram o processo de remoção, afirmam que não havia, no período, instituições às quais pudessem recorrer para assegurar seus direitos, pois existia um consenso na região (inclusive entre os agentes do SPI) que todos os índios deveriam se recolher às reservas demarcadas.

A cobertura vegetal e a fauna sofreram o forte impacto da ocupação agropecuária. Os Kaiowá encaram essas alterações no ambiente como “mais um prejuízo” que terão de enfrentar e acreditam que, se os brancos forem retirados e eles retornarem para seu antigo lugar, “os rezadores [xamãs] vão rezar para o mato crescer e para trazer os bichos de volta”. Por outro lado, nas décadas de perambulação pelas reservas demarcadas ou de trabalho em fazendas da região, aprenderam a lidar com novas técnicas produtivas que poderão ser implementadas por eles próprios na terra que reivindicam, pois muitas dessas técnicas fazem parte de sua cultura atual.

Assim, o relatório evidencia que, antes da remoção, os Kaiowá ocupavam em caráter permanente toda a terra identificada e delimitada no presente relatório, segundo suas formas tradicionais de residência ao longo das nascentes d’água no interior da península dos rios São Domingos e Taquara, onde desenvolviam atividades de subsistência (roça, caça, pesca e coleta) e rituais, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Por fim, o estudo antropológico constatou entre os Kaiowá de Taquara a existência de relações de parentesco e outras práticas de sociabilidade que, de um ponto de vista da lógica da organização do sistema social, explicitam a existência de formas organizacionais típicas dessa configuração cultural. Portanto foi possível atestar: a) a identidade do grupo enquanto comunidade kaiowá estruturada segundo os usos e costumes tradicionais; b) a permanência cultural já que insistem em manter seu modo de ser tradicional e a

reivindicação da demarcação da terra cumpre justamente a exigência de reaverem o espaço físico antes ocupado pela comunidade e considerado imprescindível para continuar realizando suas práticas culturais; c) a presença tradicional da comunidade de Taquara na terra em questão, da qual foi removida por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, que paradoxalmente produziram farta documentação sobre a presença indígena no local e sobre as ações ilegais que perpetraram para sua remoção.

Brasília, DF 01 de dezembro de 2005

Levi Marques Pereira
Antropólogo-coordenador
Portaria nº /PRES/05

ANEXO II

RELATÓRIO “EXPEDIÇÃO À ALDEIA TAKWARA”¹

Sistematização: Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva² e Mestrando Rodrigo Siqueira³

I. Breve histórico e objetivos da expedição:

A Expedição à Aldeia Takwara – Tekoha Guarani Kaiowá – realizou-se no período de 25 a 29 de junho de 2015, como atividade de ensino, em caráter de extensão, desenvolvida em colaboração entres as seguintes docentes e suas respectivas disciplinas e atividades acadêmicas (em curso no primeiro semestre de 2015): Profa. Ana Tereza Reis da Silva (matrícula 1037790), disciplina Fundamentos da Educação Ambiental, Faculdade de Educação; Profa. Dra. Marli Sales (matrícula 1047787), disciplina Estudos Regionais I (138118), Curso de Geografia; Profa. Dra. Maria Rita Avanzi (matrícula 1028774) e Profa. Dra. Zara Guimarães (IB) (matrícula 1016687), PIBID/Biologia.

A expedição teve o propósito de proporcionar aos estudantes vinculados a essas disciplinas/atividades acadêmicas uma vivência de troca de saberes com povos tradicionais. A experiência constituiu tanto numa possibilidade de articulação entre a teoria e a prática, quanto num diálogo efetivo entre as racionalidades científicas, que subjazem à formação acadêmica dos estudantes, os saberes e as cosmologias que constituem os modos de vida e as epistemologias dos povos tradicionais. Nesse sentido, o encontro intercultural e interétnico, o diálogo de saberes e a troca de experiências nortearam esse processo formativo que buscou aliar o rigor acadêmico e a sensibilidade humana, para se pensar alternativas possíveis ao desenvolvimento, condizentes com as ideias de justiça e equidade socioambiental.

Com efeito, importa esclarecer que um território de retomada, como é o caso do Tekoha Guarani Kaiowá, encontra-se em fase de demarcação e, por isso mesmo, está tensionado e dividido por conflitos permanentes entre as comunidades indígenas e os interesses acionados pelo modelo desenvolvimentista de progresso: latifundiários, agronegócio, mega projetos de infraestrutura, etc. No limite, a situação lá encontrada coloca frente a frente uma concepção de terra como bem coletivo e outra como propriedade privada, privilégio, território de poder e coisa de mercado. Em tal contexto, os estudantes e os professores/pesquisadores se depararam não apenas com os modos de vida, saberes e cosmologias de um povo, mas, também, com as marcas de um processo histórico de exercício do poder que nega o outro, viola direitos e naturaliza a hostilidade e a violência física e simbólica.

¹ - O presente relatório foi gentilmente revisado por Rafael Serafim: estudante de Turismo da UnB, formado em letras

pela Universidade Federal da Bahia e membro da expedição.

² - Profa. do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/UnB - e do Mestrado Profissional e Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT/CDS/UnB. tapajuara@gmail.com

³ . Mestrando do Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS/UnB). rodrigo@7gdocumenta.com.br

O percurso metodológico pautou-se na construção dialógica e no planejamento participativo, entres professoras, comunidade e estudantes, sem prescindir de certa diretividade, rigor científico e curiosidade epistêmica (FREIRE, 1996) (sic). Nessa direção, ao longo da construção coletiva do planejamento, buscou-se exercitar uma escuta sensível, levando-se em conta as necessidades e as expectativas da comunidade, de modo que a expedição se constituísse, de fato, em um projeto construído com os indígenas e não para eles.

II. A expedição em movimento:

Dentre os preparativos para a Expedição, foi organizada uma campanha pública de arrecadação de doações e recursos para a compra de cobertores – esta última, atendendo à demanda da comunidade da Aldeia Takwara. Foram montados postos de coleta de doações no Campus Darcy Ribeiro (Faculdades de Educação, Biologia e Geografia; CDS; CET; Casa do Professor, dentre outros), na Faculdade de Planaltina (FUP/UnB) e em dois pontos nas Asas Norte e Sul, sob responsabilidade de membros do grupo da UnB. Foram reunidas centenas de peças de vestuário e calçados usados, desde roupas de bebê a agasalhos de adultos. As doações foram divididas por faixa etária e acondicionadas em caixas identificadas. Em menor volume, foram recebidas cestas básicas de alimentação. Foi arrecadado o montante de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), garantindo a compra de 257 unidades de cobertores.

DIA 25/06/2015

O grupo da Expedição foi composto por professores, estudantes da graduação e da pós-graduação da UnB, além de um servidor público representante da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Às 14h, o grupo se reuniu na Casa do Professor/UnB para acomodar no ônibus o material arrecadado. Por conta do grande volume de doações e do limite de espaço do transporte, decidiu-se priorizar os cobertores, roupas de bebê/crianças e agasalhos. As doações que não puderam ser acomodadas, foram armazenadas na UnB e serão, oportunamente, encaminhadas à Aldeia. Às 15h, a Expedição partiu rumo à Aldeia Takwara.

DIA 26/06/2015

A primeira parada, no estado de Mato Grosso do Sul, foi na cidade de Dourados, onde lideranças da comunidade se encontraram com o grupo para

conduzir a viagem até o seu destino final. Durante o trajeto, explicaram detalhes do conflito que aconteceu entre os dias 22 e 24/06, na retomada Tekoha Kurusu Amba, no município de Coronel Sapucaia – cone sul do estado. Os latifundiários da região queimaram o acampamento e havia duas crianças desaparecidas. O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta, se deslocou até a área, acompanhado de lideranças do Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá, para prestar apoio e reivindicar a presença da Força Nacional.

No deslocamento, as lideranças indicaram outras retomadas – Tekoha Guyraroka e Paso Piraju – e relembram as lideranças assassinadas pelos latifundiários da região. Passamos pela Usina Raízen, no município de Caarapó, local que possui grande planta industrial de beneficiamento de cana-de-açúcar em biocombustíveis. As lideranças relataram que o empreendimento foi instalado sobre terras reconhecidas como de ocupação tradicional indígena e não houve qualquer tipo de consulta ou compensação. As lideranças indicaram que os monocultivos para abastecer a usina avançaram sobre as terras indígenas em processo de demarcação.

Na chegada à Aldeia, as lideranças espirituais receberam os membros da Expedição com ritos tradicionais, conduzindo o grupo com cânticos para os altares da casa de reza, que marca o centro de reuniões da comunidade da retomada. Os caciques, lideranças e rezadores tradicionais (ñanderu e ñandesy) deram as boas vindas, agradeceram a presença de todos, falaram da grande expectativa criada na comunidade com a notícia da Expedição da UnB e pediram para cada um se apresentar. Após a acolhida, o grupo se dirigiu ao ponto indicado para o acampamento, onde foram divididos grupos para montar as barracas, auxiliar na preparação do almoço e organizar as doações dos cobertores e roupas. Após o compartilhamento da refeição com a comunidade, as doações foram entregues para as crianças e adultos, presentes em grande número.

As lideranças convidaram os responsáveis pelos registros visuais para acompanhá-los até a fronteira da retomada com a sede da Fazenda Brasília do Sul, onde colocaram estacas de madeira com placas, nas quais constavam os nomes de algumas das lideranças indígenas que morreram em conflitos pela retomada: José Veron (2001); Sergio Veron (2001); Emislaine Veron (2001); Emilis Veron (2001); Gislaine Veron (2001); cacique Marcos Veron (2003); Antonio Guavira Veron (2004); Robson Veron (2005); Valmir Veron (2013); e Adelino Paulo (2014). Na ocasião, relataram como se deram as mortes e os métodos pelos quais os fazendeiros usam para mantê-los permanentemente numa situação de terror psicológico e para atentar contra suas vidas e sobrevivência.

No entardecer, notou-se intensa queimada nas plantações de cana localizadas na fronteira norte da retomada. Este fato se repetiu durante toda a estadia do grupo e, na última noite, adentrou no território indígena, causando preocupação ao grupo e à comunidade. À noite, apesar do clima de tensão que se observava, fomos convidados a participar de rituais na casa de reza e de danças tradicionais, ao redor dos altares indígenas.

DIA 27/06/2015

As atividades da manhã começaram às 6h, com os preparativos do desjejum coletivo. Na sequência, foi realizado o ritual de nomeação dos membros da expedição. A cerimônia na qual se recebe o nome na língua Guarani e Kaiowá, rito sagrado na cosmovisão desse povo, é requisito para que o visitante passe a ser considerado pessoa de confiança para a comunidade. Todos receberam seus nomes e foram presenteados com colares e cocares feitos pela anciã matriarca especialmente para a ocasião. Após a cerimônia, as lideranças da comunidade e os membros da Expedição se reuniram na casa de reza.

Foi realizada a primeira etapa das oficinas propostas pela UnB, consistindo no protocolo de entrega formal do projeto de mestrado do aluno Rodrigo Siqueira para os caciques e rezadoras(es) e exposição da proposta. As lideranças fizeram suas falas com depoimentos fortes sobre os casos de violência e atentados à sua sobrevivência, ao longo do processo da retomada. As professoras (Cacicas da UnB, como eram chamadas pelas lideranças) se pronunciaram, agradecendo o privilégio do encontro e a recepção do grupo, firmando um compromisso com a luta e com as demandas da comunidade.

A reunião foi interrompida pelo anúncio do ingresso de uma viatura do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), força policial especial do estado de MS, no território indígena. Parte das lideranças e dos responsáveis pela Expedição se deslocou ao local do acampamento, onde encontraram cinco agentes policiais. Indígenas que estavam ali informaram que os policiais revistaram o ônibus da UnB. Os agentes foram indagados a apresentar o mandado judicial que autorizava esta operação e solicitados a se identificarem, pois os uniformes não continham seus nomes. Dirigiram-se para a viatura sem responder a nenhum dos questionamentos, visivelmente constrangidos pela presença de cinegrafistas que registravam a ação.

Com a chegada dos guerreiros indígenas, um dos policiais empunhou uma pistola automática e apontou contra anciões e adultos que cercavam a viatura cobrando explicações. As lideranças se mostravam violentadas pela incursão do DOF no Tekoha sem motivo evidente e sem autorização oficial. Reconheceram aquela unidade policial como sendo a mesma que acompanhou a execução do cacique Marcos Veron no despejo da comunidade, na retomada em 2003. Os policiais retiraram-se do território sem apresentar qualquer documento ou justificativa. A viatura não continha identificação numérica, sendo registrada em foto a sua placa: NRZ - 4203 (Mato Grosso do Sul).

Poucos minutos depois, outros indígenas relataram que viaturas da Polícia Militar circulavam pela estrada vicinal que adentra o território em sua fronteira norte. Lideranças e cinegrafistas se deslocaram para o local, onde foram registradas duas viaturas do 3º Batalhão da PM de Caarapó escoltando a caminhonete do administrador da Fazenda Brasília do Sul – sendo uma delas do Grupo Especializado Tático Motorizado (GETAM). As viaturas continham as seguintes identificações: GETAM 10-2093 3º BPM – placa HTO - 3587 (Mato Grosso do Sul); 10-2281 2º PEL PM/3ª CIA PM/3º BPM Caarapó/MS – placa NRL - 8857 (Mato Grosso do Sul).

Os policiais passaram hostilizando os indígenas que acompanhavam a movimentação. Um dos agentes empunhou uma pistola automática em direção a um menor de idade (que não portava nenhum artefato tradicional – arco e flecha) que não representava perigo iminente. As viaturas seguiram para o acesso da sede da fazenda, pararam a 200 metros do local onde os indígenas observavam e desceram dos carros, com armas de calibre grosso em punho. Reuniram-se com os passageiros do carro da fazenda. Após alguns minutos, as viaturas retornaram e seguiram para a sede – onde permaneceram por longo período.

Nessa manhã, representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP) visitaram a Aldeia Takwara e também fizeram registros da atuação das forças policiais estaduais no território da retomada. O fato criou grande mobilização da comunidade, resultando em longa reunião com os apoiadores presentes. As lideranças indígenas fizeram uma análise de conjuntura e, novamente, relataram as violências cotidianamente sofridas por todas as retomadas do Povo Guarani Kaiowá e demais Povos Indígenas, no estado de MS. Reiteraram que os crimes contra lideranças e indígenas não são apurados pelas autoridades competentes, prevalecendo o sentimento de impunidade. Mencionaram, também, a impotência da Fundação Nacional do Índio frente ao poder dos latifundiários.

Um representante do CIMI apontou que se todas as terras tradicionais reivindicadas pelos Povos Originários, no estado, fossem homologadas, isto representaria apenas 2% do território. Foram abordadas as conjunturas da articulação anti-indígena dos políticos ruralistas, no Congresso Nacional, representada principalmente pela Proposta de Emenda Constitucional nº 215, contendo projetos legislativos de arrendamento e mineração em terras indígenas. Foi debatida, também, a reiterada aplicação da tese do marco temporal, pelo Supremo Tribunal Federal e varas da Justiça Federal de MS, negando o direito originário ao território para as comunidades que não os ocupavam no ano de promulgação da Constituição Federal de 1988. Existe grande contradição no caso dos Povos em MS que foram confinados em reservas indígenas a partir de 1915, isto é, retirados a força de suas terras pelo próprio Estado brasileiro. Caso esta tese se torne jurisprudência, não haverá mais demarcações no estado. A CJP afirmou estar empenhada em questionar este argumento que tem sido usado como principal condicionante para validar os processos de demarcações que são judicializados.

As lideranças indígenas solicitaram aos representantes da UnB que levassem essas denúncias para as autoridades federais em Brasília, considerando que suas narrativas testemunhais comprovam a violência institucional denunciada pelas lideranças do Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá. A professora Ana Tereza Reis da Silva suscitou a possibilidade de criação de um comitê permanente, sediado institucionalmente na UnB, para dar visibilidade e apoio às estratégias de mobilização e luta do Povo Guarani Kaiowá. A reunião foi encerrada e todos compartilharam o almoço. No período da tarde, professoras e alunos da UnB promoveram jogos e oficinas de pintura com as crianças da comunidade.

Antes de anoitecer, as lideranças indígenas recomendaram que todo o grupo permanecesse unido no local do acampamento. Relataram que, nos últimos despejos, as forças policiais fizeram incursões semelhantes durante o dia e, depois, atacaram por volta das 23h. O cacique reforçou a segurança do local com os guerreiros da comunidade, zelando pela integridade do grupo, em caso de algum confronto. Durante a noite, a comunidade envolveu o grupo em danças, buscando amenizar o clima tenso do dia. Por duas vezes, fomos alertados de que a comunidade estaria sob ataques: os indígenas avistaram carros entrando com faróis apagados na fronteira norte do território e carros da Fazenda Brasília do Sul passaram pela estrada que cruza a retomada, gerando grande ansiedade entre os presentes. O representante da CDHM, da Câmara dos Deputados, acionou outros servidores em Brasília para solicitar a presença da Polícia Federal ou da Força Nacional, sem obter êxito.

DIA 28/06/2015

No último dia de permanência na Aldeia Takwara, um pequeno grupo de lideranças indígenas e alunos da UnB fizeram saída de campo para registrar um lixão de dejetos tóxicos na fronteira entre a Fazenda Brasília do Sul e o território da retomada. Foram detectados diversos recipientes de agrotóxicos descartados próximos a uma das fontes de água utilizadas pela comunidade, com registros fotográficos e marcação dos pontos no GPS. As lideranças indígenas indicaram a área de proteção permanente que teria sido desmatada recentemente, cedendo espaço aos campos de monocultivos. Outra parte do grupo realizou a oficina de mapeamento do território, com outro líder da comunidade. Como resultado dessa troca de saberes, foi produzido um mapa contendo a visão do território relatada pela comunidade. Também foram realizadas reuniões pontuais entre as professoras e outras lideranças, com o objetivo de pactuar compromissos com a comunidade.

Antes da partida da Expedição, lideranças do Tekoha Nhuverá visitaram a Aldeia Takwara. Os indígenas redigiram, manualmente, uma série de denúncias para serem encaminhadas às autoridades federais em Brasília, pelos representantes da UnB. Houve uma grande roda de diálogo para o encerramento da Expedição. Os rezadores tradicionais abençoaram os presentes. Após o almoço, o grupo se despediu da comunidade e embarcou no ônibus para regressar à Brasília.

DIA 29/06/2015: A Expedição desembarcou na Casa do Professor da UnB, ao meio-dia.

III. A resistência Guarani-Kaiowá: ou sobre viver e morrer em um estado de exceção

Preâmbulo

Embora a Terra Indígena Taquara seja reconhecida pelo Governo Federal como de ocupação tradicional da comunidade, através da Portaria MJ nº 954 de 04/06/2010, do Ministério da Justiça, a conclusão de seu processo administrativo de demarcação está obstruída pelo Poder Judiciário, desde

2010. Por decisão liminar da ministra Cármen Lúcia, nos autos da Ação Cautelar 2.641 Mato Grosso do Sul, os efeitos da referida portaria declaratória foram suspensos na ação que tramita no Supremo Tribunal Federal. A comunidade indígena mantém a posse permanente de parte do território retomado desde 2003, quando ocorreu ação de despejo extrajudicial, resultando na execução do cacique Marcos Veron, por milícia paramilitar a serviço dos latifundiários da região. O corpo do cacique Marcos Veron foi sepultado no território da retomada.

As lideranças relatam que diversas outras vítimas de ações violentas por parte de milícias paramilitares e forças de segurança do Estado também estão enterradas na Aldeia Takwara. Em denúncia redigida e assinada por membros da comunidade, durante a Expedição, endereçada à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, são mencionados os nomes de 10 indígenas mortos, entre 2011 e 2014, em decorrência da violência praticada pelos agentes do agronegócio. Nos depoimentos foram constatados graves transtornos mentais em integrantes da comunidade, decorrentes da submissão cotidiana e prolongada às violências físicas e psicológicas. O único caso de homicídio de indígena, em Mato Grosso do Sul, levado a julgamento foi o do cacique Marcos Veron, dado que atesta a prevalência da impunidade para os crimes cometidos contra o Povo Guarani-Kaiowá.

Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, o Povo Guarani-Kaiowá possui população superior a 43.000 indivíduos e se constitui enquanto a segunda maior etnia indígena do país. Em virtude desta representativa população, a paralisação das demarcações e a violência contra as comunidades das retomadas resultam em uma crise humanitária de proporções catastróficas, assim como a proporção de mortos e feridos indica haver, nesses territórios, um processo de genocídio. A definição contida no artigo primeiro, da Lei 2.889, de 1º de outubro de 1956, estabelece como crime de genocídio todo ato que tem a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo étnico. Dentre as condutas tipificadas constam matar e/ou causar lesão grave à integridade física ou mental a membros do grupo, assim como submeter intencionalmente o grupo a condições capazes de ocasionar a destruição física total ou parcial. Todas estas práticas previstas na lei são perceptíveis no contexto histórico e na realidade contemporânea da comunidade da Aldeia Takwara.

O que encontramos na Aldeia Takwara foi um cenário de terra arrasada, tanto em decorrência das atividades vinculadas ao modelo exploratório do agronegócio, quanto em função das permanentes violações de direitos humanos e dos atentados praticados contra o povo Guarani-Kaiowá. A vegetação nativa foi suprimida em sua quase totalidade, para dar lugar aos extensos monocultivos de cana-de-açúcar, milho e soja transgênicos. A produção em larga escala e o excessivo uso de agrotóxicos também promoveram a degradação ambiental de áreas de proteção permanente, que devem ter impactos importantes na saúde coletiva da comunidade. Em tal contexto, os territórios de caça, de pesca e de cultivo ancestral são visivelmente inviabilizados. Consequentemente, também o são a sobrevivência imediata, a segurança e a soberania alimentar.

A comunidade, composta, em sua maioria, por crianças, não possui condições básicas de alimentação, moradia, saneamento básico e atendimento à saúde. A maior parte das habitações é formada por barracos cobertos por lonas. Constatamos evidências irrefutáveis de estratégias de etnocídio e atentado contra a sobrevivência física e simbólica da coletividade indígena, praticadas pelos proprietários da Fazenda Brasília do Sul – propriedade titulada sobre as terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade. Nesse sentido, os registros de desmatamento de áreas de proteção permanente, próximas às fontes de água utilizadas pela comunidade, assim como o descarte proposital de resíduos tóxicos no meio ambiente, associado à utilização excessiva de agrotóxicos, são indicadores objetivos.

As áreas tradicionalmente manejadas para as atividades de subsistência física (caça, pesca, agricultura, plantas medicinais, insumos florestais para habitações, etc.) e simbólica (santuários naturais, cemitérios, sítios sagrados, espécies utilizadas para rituais, etc.) foram devastadas de forma acelerada, nos últimos anos. A soberania alimentar e os ritos socioculturais estão gravemente comprometidos.

A situação de vulnerabilidade da sobrevivência física e cultural é agravada por situações de violência institucional, representadas pelas atuações de forças policiais estaduais, nos territórios indígenas, de competência federal. E, também, por decisões liminares da Justiça Federal que negam o exercício dos direitos originários às terras tradicionais indígenas, reconhecidas pelo Governo Federal em diferentes etapas dos processos administrativos de demarcação em curso.

A análise conclusiva da Expedição é de que a Aldeia Takwara vive em estado de exceção, tanto pelo terror imposto a eles cotidianamente pelos agentes da Fazenda Brasília do Sul, quanto pela violência institucional das forças policiais estatais e do Poder Judiciário Federal. Assim como os agentes do Estado atuam em defesa do direito à propriedade privada, em detrimento dos direitos territoriais coletivos da comunidade, os latifundiários da região desenvolveram estratégias sofisticadas para fustigar e eliminar suas principais lideranças.

Essas ações coordenadas têm o poder nefasto de inviabilizar a sobrevivência física e simbólica dos indígenas em resistência nos territórios de retomada. Evidentemente, a solução do conflito somente se dará com a demarcação e homologação da Terra Indígena Taquara, seguida da desintrusão do território e implementação de projeto de longo prazo para a recuperação das condições ambientais para sua existência física e reprodução cultural, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988.

Contudo, a exemplo de outros, esse processo de demarcação e homologação pode se alongar. O conflito só será amenizado mediante ações e respostas efetivas do Estado brasileiro que, moralmente, não pode silenciar-se diante da violência física e simbólica praticada contra os Guarani-Kaiowá. O silêncio é sempre omissivo e conivente.

Portanto, se o Estado e seus gestores não combatem veementemente a

barbárie institucional que se instalou em MS, eles devem ser acionados e responsabilizados criminalmente.

A vulnerabilidade extrema que encontramos nas retomadas exige respostas imediatas e contundentes. É preciso zelar pela integridade física e garantir que nenhum/a outro/a indígena seja brutalmente assassinado. É preciso agir para que nenhum/a outro/a indígena desista de viver, em função das condições inumanas as quais são submetidos/as. Nenhuma morte a mais, nenhum índio a menos! É fundamental e urgente garantir-lhes condições mínimas de existência! Para os Kaiowá e Guarani, isto envolve não apenas o direito à moradia, ao alimento, à água potável, mas também, à possibilidade de praticar seus ritos, suas rezas e seus cantos, de cultivar suas plantas, de invocar seus mortos e seus espíritos sagrados.

Concluimos, com efeito, que é preciso garantir a sobrevivência do povo Guarani-Kaiowá e isto depende, em grande parte, de ações voltadas à recuperação das áreas degradadas do território, mesmo que tais ações sejam limitadas, em função do litígio, à área que circunscreve os assentamentos. Entendemos que, em tal estado de exceção, uma saída estratégica e uma resposta imediata devem ser a de lhes garantir uma sobrevivência minimamente digna. O que pressupõe, por hora, coexistir com o entorno dominado pelos sistemas produtivos da agricultura extensiva e pelas indústrias do agronegócio.

Nenhum a menos!

Manifesto em defesa da integridade física, simbólica e cultural do povo Guarani-Kaiowá

Nós, brasileiros e brasileiras, cidadãos e cidadãs do mundo, pertencentes a diferentes gerações, credos, identidades de gênero, orientações sexuais, etnias e culturas, responsabilizamos o Estado brasileiro pelo genocídio, etnocídio e ecocídio praticados contra o povo Guarani-Kaiowá. Ao não combater veementemente a violência física e simbólica praticada pelos fazendeiros do agronegócio contra nosso povo originário, ao silenciar diante do seu extermínio, o Estado brasileiro institucionaliza a barbárie e se torna conivente e criminalmente responsável por ela.

Diante da omissão do Estado, entendemos ser nosso dever ético criar mecanismos e estratégias cooperadas e coletivas que zelem pela integridade física dos nossos parentes, para que, em breve, possamos dizer: nenhum Guarani-Kaiowá foi brutalmente assassinado; nenhum Guarani-Kaiowá preferiu a morte às condições de vida subumanas.

Nenhuma morte a mais, nenhum índio a menos! É com esse espírito que lançamos e criamos oficialmente o Comitê Permanente de Apoio aos Guarani-Kaiowá (CPA-Guarani-Kaiowá), cuja missão fundamental é agir em âmbito local, nacional e global, engajando militantes, movimentos sociais e articulando ações com o propósito de garantir: condições mínimas de existência e dignidade humana, preservar sua integridade física, promover sua sustentabilidade cultural e simbólica e defender seu direito ao território sagrado.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____

ANEXO III

RELATÓRIO SOBRE CRISE HUMANITÁRIA DO POVO GUARANI E KAIOWA, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E OMISSÃO DE AUTORIDADES EM RETOMADA NA TERRA INDÍGENA TAQUARA, MUNICÍPIO DE JUTI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MS)

Juti/MS, 18 de fevereiro de 2016.

O Comitê Permanente de Apoio ao Povo Guarani e Kaiowa na Universidade de Brasília, representado pelo mestrando Rodrigo Siqueira Ferreira, do Mestrado Profissional junto a Povos e Terras Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável, realizou trabalho de campo em retomada na Terra Indígena (TI) Taquara, localizada no município de Juti – estado de Mato Grosso do Sul. Se consigna abaixo relatório com as considerações.

1. Conforme já amplamente comunicado às autoridades nacionais e internacionais, o Povo Guarani e Kaiowa da TI Taquara avançou na retomada do território tradicional no dia 13/01/2016, após 5 anos da judicialização que impede a homologação da TI. Há mais de um mês, o Povo denuncia intimidações constantes de milícia paramilitar e da SEPRIVA – empresa de segurança privada a serviço do alegado proprietário da Fazenda Brasília do Sul - e episódios de violência institucional de forças policiais como o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Polícia Federal (PF) de Naviraí. Seguem os links de videos, feitos por indígena no celular, comprovando essa denúncia: https://youtu.be/3tBNXBckZD0?list=PLhXDjOk3VD8qDYC-mcyf91_M9L26mVkms; e https://youtu.be/Lz1mxiNs96I?list=PLhXDjOk3VD8qDYC-mcyf91_M9L26mVkms.

A iminência de despejo judicial, por decisão liminar da Justiça Federal (JF) em Naviraí em processo de reintegração de posse (processo nº 0001074-43.1999.4.03.6002) aos proprietários da Fazenda Brasília do Sul, causou grande comoção na população da retomada. É preciso considerar o histórico de assassinato, mortes e violações de direitos humanos decorrentes ou associados aos despejos judiciais ou extrajudiciais sofridos pelo Povo da TI

Taquara, desde 1999. As lideranças foram conduzidas pela Coordenação Técnica Local (CTL) de Caarapó e Coordenação Regional (CR) de Dourados da FUNAI para serem intimadas da decisão da JF, na Delegacia da Polícia Federal de Naviraí no dia 28/01/2016.

Findo o prazo de 15 dias concedido pelo juiz para a desocupação da expansão da retomada e conseqüente retorno a área de confinamento de 1581ha – muito inferior aos 9.700ha demarcados pela Portaria Declaratória nº 954/2010 do Ministério da Justiça –, aumentaram os rumores do cumprimento da reintegração de posse. O indígena Virgílio Cavalheiro Rio, 36 anos, se enforcou no dia 15/02/2016. A mãe de Virgílio, Carmen Cavalheiro, contou que ele se desesperou com as operações recentes do DOF e PF no território da retomada e temia a violência policial durante a reintegração de posse. Recordou que o pai fora humilhado por policiais em um dos despejos anteriores, fato que anos antes resultou em seu suicídio. Virgílio foi enterrado no território da expansão de retomada no dia 16/02/2016 – fotos anexas (atenção: imagens fortes).

2. É intensa a movimentação de colheitadeiras de soja e caminhões no perímetro demarcado da TI Taquara, ao redor da retomada, indo e voltando da Fazenda Brasília do Sul. As lideranças indígenas permitem a colheita da soja, ao contrário do afirmado no processo pelos advogados do latifundiário. A colheita já avança para a área imediatamente oposta a da ocupação da retomada, em um dos últimos refúgios naturais restantes no território – fotos anexas.

Agora, as lideranças pedem que o juiz federal Ney Gustavo Paes de Andrade, da 1ª Vara Federal de Naviraí, respeito aos 7 meses de luto da cultura Guarani, no que se refere ao cumprimento da reintegração de posse – veja o depoimento em: https://youtu.be/ogyBmgNkkZc?list=PLhXDjOk3VD8qDYC-mcyf91_M9L26mVkms.

3. Como membro do Comitê Permanente de Apoio na UnB, viajei ao MS para prestar ajuda humanitária na retomada e realizar documentação visual da situação. Testemunhei o terrorismo psicológico promovido durante as noites,

com diversos disparos de arma de fogo da Fazenda em direção à retomada – vídeos privados (senha: Tiros TI Takuara) disponíveis em: <https://vimeo.com/156424460>; <https://vimeo.com/156427225>; <https://vimeo.com/156449950>; <https://vimeo.com/156454379>; e <https://vimeo.com/156454376>. Fotografei motos e carros suspeitos, sem placa ou com placas de outros município e até do Rio Grande do Sul, passando pela entrada da retomada filmando e fotografando – fotos anexas.

Três lideranças indígenas cadastradas no Programa Federal de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos estão no território de conflito. Comunicamos por diversas vezes à Equipe Federal, responsável pelas articulações institucionais, mas a Força Nacional ainda não foi deslocada para a efetiva proteção das mesmas.

4. A situação do acampamento da retomada se tornou muito precária nos últimos dias, presenciei o início de verdadeira crise humanitária. As mulheres afirmam que o administrador da Fazenda envenenou a bica de água próxima ao acampamento, dificultando o acesso à água potável. Na única bicicleta disponível, crianças percorrem longas distâncias para trazer água em embalagens de agrotóxicos - utilizadas para armazenamento e consumo de água. Na terça-feira (16/02/2016), se abasteceram de água da chuva acumulada nas lonas dos barracos, tanto para beber como para cozinhar – fotos anexas.

Crianças já apresentam diarreia e vômitos. A Secretaria Especial de Saúde Indígena ainda não compareceu na área para prestar atendimento médico e levar remédios. A FUNAI também não cadastrou as famílias ocupantes da retomada e, até então, nenhuma cesta básica foi fornecida. O último fornecimento de cesta básica ocorreu no mês de dezembro de 2015. Desde segunda-feira (15/02), o único alimento disponível era arroz – fotos anexas. Somente foi preparada uma refeição por dia de terça a quinta-feira (16 a 18/02/2016).

CONCLUSÃO

Diante da gravidade da situação registrada, comprovada por fotos e videos (anexos, em meio digital) e da urgência de ações dos órgão competentes, o Comitê Permanente de Apoio ao Povo Guarani e Kaiowa na UnB (CPA/GK) encaminha o presente relatório para ciência e providencias cabíveis das autoridades competentes.

Respeitosamente,



Rodrigo Siqueira Ferreira
Aluno do MESPT/CDS/UnB
Membro do CPA/GK na *UnB*